FRANCISCO RÜDIGER

CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA e PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Trajetória histórica e elementos de epistemologia

Francisco Rüdiger

Ciência social crítica e pesquisa em comunicação

Trajetória histórica e elementos de Epistemologia

Porto Alegre
2009

Sumário

Apresentação

Deseja-se, neste estudo, explicitar os fundamentos, exemplos, problemas e perspectivas do que podemos chamar de ciência social crítica histórica e dialética na pesquisa em comunicação.

As comunicações constituem um campo de saber ainda muito novo, cujos métodos mal têm podido se desenvolver, entre outras razões, devido às devastações por que tem passado a atividade intelectual na atualidade. Falando mais propriamente, há mesmo uma conexão entre esse processo e a emergência das comunicações como território de tal questionamento na contemporaneidade, embora nenhum dos movimentos tenha por si só a responsabilidade por essa articulação.

A explicação mais abrangente para o fato precisaria ser buscada noutro momento, mas, para tanto, note-se, são necessários recursos humanos e instrumentos de trabalho que, paradoxalmente, tendem a se tornar escassos quando se trata, hoje, de missão dessa magnitude.

Conforme pode observar quem ainda mantém a mente aberta e não renunciou a pensar com independência, o conformismo espiritual e a rotinização banalizadora da atividade intelectual são tendências muito generalizadas, que se impuseram quase por completo em uma sociedade na qual vieram a se tornar supremos os princípios mercantis e burocráticos.

Porém isso é só meia-verdade, porque corre paralelo a isso uma desorganização espiritual que, se bem que em outra situação poderia ser pensada como rica e criadora, revela-se nesse contexto uma reação cega e em geral defensiva, mas dependente, àquele processo e que, assim, tende à esquizofrenia ou, pelo menos, à esterilidade.

> Nossa visão é a de que o estudo das comunicações deveria ser indisciplinado no sentido [multidisciplinar], preservando seu papel de arena primordial em que eruditos de tradições muito diferentes podem se reunir para especular qual a melhor forma de revelar as complexas conexões entre os sistemas de comunicação, a organização da vida social e cultural contemporânea (Deacon, Pickering, Golding & Murdock, 1999: 3).

Declarações como essa, provinda de pesquisadores sérios, revela bem a originalidade do campo epistêmico com que estamos lidando mas, por outro lado, o ralo filosófico por onde facilmente escorre o rigor de seu eventual saber – e isso é um fato que, com variações de área para área, talvez possa ser projetado como indício de fenômeno epocal. A consagração da figura do intelectual semi-letrado, formado pela cultura de mercado e convicto do ideário pós-moderno, mas ainda com vaidade bastante para pôr-se a circular nos congressos e seminários que se multiplicam pelo mundo afora, tornou-se hoje um fenômeno de costumes.

As comunicações científicas de poucos minutos e as discussões muito ralas do *paper* do autor, que lhes seguem, quando há tempo - pois são muitas as participações e cumpre que não se perca o *coffe break* - são sinais do luxo a que se pode dar o poderio econômico subjacente às nossas instituições e do jardim mágico, criado artificialmente, a que esse sistema pode entregar alguns de seus filhos mais queridos, enquanto os outros comem o pão que o diabo amassou ou se contentam com as diversões baratas agenciadas pela prática da indústria cultural.

O complicado nó epistemológico que se amarra a partir dessa situação não será por certo desatado com maior esclarecimento das potencialidades contidas em um ou outro método de pesquisa, sendo sua raiz de ordem muito mais ampla; mas, por outro lado, não é de todo despropositado, parece-nos, examinar o ponto e, consciente das limitações, procurar manter viva sua capacidade de auto-reflexão metodológica relativamente à tendência que chamamos, seguindo tradição, de pesquisa social crítica, até porque a situação toda deixa intocada, se é que esta ainda existe, a vida espiritual em sua intencionalidade.

Desde os anos 1990, a perspectiva teórica em que se baseia essa tradição passou em geral a ser considerada ultrapassada, deixando de ter interesse entre os pesquisadores da comunicação. As referências que se fazem a ela tornaram-se protocolares, e seu espólio é cada vez menos citado. Atualmente, mencionar a perspectiva crítica significa, sobretudo entre os menos ilustrados, aqui e alhures, referir-se a uma teoria "da dominação ideológica através dos meios de comunicação", na qual o povo é "visto como uma vítima extremamente subserviente

da cultura reificada, sem qualquer condição de resistência senão a de integrar o público consumidor de ideologias [*sic*]" (Immacolata Lopes, 1990: 51).

Acreditamos que a repetição cada vez mais mecânica e econômica dessa cantilena, que começa a se verificar, é um sinal de que o que se acha nela pode não ser toda a verdade. As perspectivas com as quais a abordagem crítica tem sido trabalhada tanto quanto avaliada entre nós não só não esgotam seu conteúdo como foram e ainda são - por diversas vezes - produto de uma leitura apressada e superficial. Tomando a liberdade de remeter o leitor para outra obra, citada em seguida, em que explanamos os motivos que nos levam a fazer essa afirmação, desejamos nesta ocasião explorar a sua estrutura metodológica com o objetivo de indicar seu potencial epistêmico.

Destarte procede-se no primeiro capítulo a uma breve sistematização dos princípios epistemológicos orientadores de uma ciência social crítica, contrapondo-os de passagem a outros dois principais paradigmas em que se pretende fundar modernamente o conhecimento da cultura e da sociedade. Depois faz-se, também de maneira breve, uma recapitulação da trajetória da pesquisa em comunicação no mundo e em nosso país, de modo a identificar suas várias tendências mas, sobretudo, precisar as características do campo da pesquisa crítica.

No capítulo terceiro, procura-se exibir maior conteúdo analítico, embora ainda seja forte o acento narrativo, objetivando expor e discutir as principais etapas de desenvolvimento da pesquisa crítica no Brasil. O penúltimo é de natureza reflexiva e tem como proposta examinar e comentar a estrutura metodológica de vários estudos originários do campo supracitado, tratando-os como casos exemplares merecedores de observação. O quinto e último consiste numa tentativa de não exatamente formalizar as regras do método dessa linha de pesquisa, mas explicitar didaticamente os estágios reflexivos que precisam ser levados em conta para sua concretização.

Cumpre notar que não se trata nestas páginas de examinar paradigmas teóricos ou comentar trabalhos ensaísticos em atitude ordenadora. A reflexão analítica sobre a prática de pesquisa deve ser distinguida da reconstrução de teorias com intenção sistemática. Dedicamos já, como dito, uma obra a esse último tipo de tarefa, no

campo em que julgamos possuir algum conhecimento; e seu título é: *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural: comunicação e teoria crítica da sociedade* (1999/2004).

A prática da pesquisa não deve ser confundida, por outro lado, com o trabalho de intenção ensaística, por mais que suas formas de exposição possam, sempre que forem bem elaboradas, beneficiar-se do tipo de inspiração que lhes é subjacente. A estrutura e sentido das tarefas são conceitualmente distintas, embora sempre seja bom quando, adequadamente, suas virtudes se contaminam e fazem florescer seus respectivos modos de investigação.

Apesar de termos plena consciência do estatuto precário do paradigma aqui enfocado no cenário publicístico e acadêmico contemporâneo, concluímos esta breve nota introdutória esclarecendo que redigimos este trabalho com a convicção de que essas esferas, sobretudo a última, não esgotam os horizontes intelectuais em que se pode situar a boa vida e que sua relevância para tanto só tem como ser projetada levando em conta atitudes cuja fonte última coincide com a posse de uma consciência moral e da independência individual.

Embora ligados à formação daquelas instâncias, valores como esses, ainda que muito seletivamente, se emanciparam de tal modo que hoje estariam muito mais neles do que naquelas esferas as forças motivadoras da reflexão crítica sobre o homem, a cultura e a sociedade. Ainda que sejam suprimidos dos currículos, jornais e assembléias, onde nunca estiveram em casa ou à vontade, há muitas razões para crer que sempre haverá pessoas que encarnarão de um modo ou de outro sua atitude, sem vir a pedir recompensa.

Capítulo 1

Princípios fundadores de uma ciência social crítica: Elementos de estruturalismo genético interpretativo

A reflexão teórica sobre os fundamentos epistêmicos em que se assentam as ciências sociais e sobre a estrutura e o sentido do conhecimento por elas engendrado apresenta, desde seu início, uma variedade de paradigmas, que se decantou mais tarde, por entre outros caminhos, com o aparecimento dos estudos culturais e as pesquisas sobre os modernos fenômenos de comunicação.

O presente capítulo objetiva reconstruir os principais estágios reflexivos do que nessa trajetória veio a ser chamado de ciência social crítica. O conceito refere-se a um paradigma ou matriz disciplinar; isto é: um conjunto de premissas e práticas associado ao exercício de um certo tipo de pesquisa dos fenômenos humanos e que serve de fundamento ou princípio ordenador dos múltiplos elementos envolvidos num processo de investigação.

Os paradigmas devem ser distinguidos, portanto, dos sistemas de conceitos com que procuramos construir o conhecimento e explicar esses fenômenos. Os primeiros servem para definir, distinguir e articular os princípios que estruturam ou modelam uma investigação. Os segundos são os meios com que procuramos realizar essas tarefas, sempre parcialmente, correspondendo ao que podemos chamar propriamente de teorias.

Aqueles remetem ao esclarecimento das necessidades de orientação no mundo, hipóteses teóricas, métodos de análise e formas de exposição do conhecimento produzido pela investigação. Representam as teorias, por outro lado, elementos que no contexto de um paradigma definem, junto com os métodos, técnicas e valores da investigação, a estrutura hipotética de abordagem e análise do mundo cultural e histórico.

A reflexão epistemológica (metateórica) deve ser distinguida das teorias propriamente ditas; enquanto a primeira remete à análise dos fundamentos metodológicos de um saber, as outras dizem respeito

antes às hipóteses que guiam a pesquisa sobre um dado campo de estudo no âmbito de um sistema de conceitos.

Partindo do ponto de vista da primeira, verificar-se-ia que, falando grosso modo, há três tipos puros de ciência social. À ciência social crítica, foco de nosso estudo, opõem-se as noções ou idéias de ciência social positiva e de ciência social compreensiva ou hermenêutica. Enquanto aquela busca uma superação crítica e dialética desses extremos, essas últimas firmam-se em pressupostos ora materialistas (objetivistas e explicativos), ora idealistas (humanistas e hermenêuticos) sobre os fundamentos do saber e sua estrutura gnosiológica.

Resumidamente, pode-se afirmar que o paradigma crítico se caracteriza por combinar os principais componentes dos paradigmas interpretativo e positivista, formulando um modelo epistêmico em que se compõem, numa síntese superior, os pressupostos histórico-hermenêuticos do primeiro e os princípios empírico-sistemáticos do segundo.

A perspectiva não só procura conjugar procedimentos compreensivos e explicativos, mas manter a relação do conhecimento com seu solo social e histórico. A validade da teoria que vincula esses procedimentos é, no limite, postulada com finalidade epistêmica prática não apenas para o fragmento de cultura que estuda, mas para a totalidade de seu movimento dentro de uma época ou mesmo no horizonte da história universal.

Destarte, o método é visto como possuidor de um caráter ao mesmo tempo hermenêutico e analítico, que não apenas se aplica à compreensão e à explicação do presente, mas também procura servir à autocompreensão prática e crítica da própria situação de partida da pesquisa, a partir de um enfoque histórico abrangente, válido para o presente e o passado. O círculo hermenêutico, mediado analiticamente, é entendido não só como fundamento do conhecimento, mas meio de auto-reflexão crítica por parte dos interessados em uma dada situação histórica.

Ciência social crítica é a ciência cujas teorias se engajam na pesquisa não somente com objetivo de conhecer o mundo, mas também com base na premissa de que esse mundo tem um cunho problemático, que está na raiz de sua formulação teórica e epistêmica,

mas também na premissa de que este mundo não exaure todas as possibilidades do ser social e individual, contendo alternativas de ação e criação coletivas.

Em segundo lugar, baseia-se na premissa de que as condições históricas e sociais em que situa seus objetos de pesquisa são ao mesmo tempo as condições em que o pesquisador exerce sua atividade intelectual, estabelecendo um nexo entre teoria e prática. Finalmente, sustenta a necessidade de submeter a uma reflexão permanente e autocrítica essa sua dependência para com o contexto de estudo (cf. Geuss, 1988; Fay, 1987).

Os fenômenos sociais têm um caráter objetivo, mas ao mesmo tempo são sempre mediados pela consciência. O importante é não reduzir um aspecto ao outro, mas entender sua conexão. A pretensão de compreender os fenômenos apenas pelo significado que lhes conferem os sujeitos é ilusória; a tendência oposta no sentido de eliminar o elemento subjetivo em favor da determinação de sua função é, por outro lado, reducionista.

Os prejuízos de cada uma devem ser corrigidos de maneira imanente, fazendo seus respectivos enfoques interagirem de maneira recíproca num contexto epistêmico mais avançado. "Seu futuro depende, em última instância, de poderem chegar à consciência crítica de si mesmas e de [ambas] extraírem todas as conseqüências de sua função iluminista" (Adorno, 2001: 128).

A abordagem metodológica subjacente ao paradigma crítico dialético, à pesquisa social crítica, sempre que essa conserva um *insight* historicista, pode ser chamada de estruturalismo genético interpretativo, embora outras expressões a ela também convenham, tais como sociologia hermenêutica radical, hermenêutica crítica, hermenêutica profunda ou mesmo imaginação sociológica, como a chamou Wright Mills.

Conforme nota Raymond Morrow, "trata-se, no caso, de um método que é crítico, porque levanta questões metateóricas e dirige nossa atenção para as relações de poder que moldam a realidade social" e que é dialético, porque "rejeita a oposição entre os enfoques positivo e interpretativo dessa mesma realidade, tanto quanto a divisão do mundo em âmbitos macro e micro de investigação" (1995: 59-60).

As proposições que seguem resumem as principais linhas formadoras desse paradigma de produção do saber das ciências sociais, visando destacar os elementos que o habilitam a fundamentar o campo dos estudos de comunicação.

1.1 Fundamentos histórico-hermenêuticos

Michel Foucault observa que o pensamento moderno se estrutura e caracteriza através do desenvolvimento de uma atitude crítica em relação ao mundo, que se desdobra em duas direções principais. A primeira se propõe a empreender uma reflexão analítica sobre a verdade, que interroga as condições gerais em que um saber verdadeiro é tornado possível e, assim, pergunta ainda por seus direitos, poderes e fundamentos gnosiológicos. A segunda, em contraponto, conecta esse ponto com a pergunta histórica e política sobre o que é nossa atualidade e como nós, seres humanos, nos tornamos campo de experiência para nossa própria ação e pensamento. Nesse caso, o pensamento crítico assume a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia histórica da atualidade: é essa forma de filosofia, aliás, que, "de Hegel a Lukács e à Escola de Frankfurt, passando por Marx, Nietzsche e Max Weber" (1984 III: 432), "fundou uma forma de reflexão dentro da qual tentei trabalhar", disse o próprio Foucault ([1984] 1997:100).

Em linhas gerais, o programa subjacente a toda essa última reflexão consiste em examinar as conexões entre os projetos da razão moderna e as suas formas e efeitos de dominação, as relações entre verdade e poder que se articulam em nossa sociedade; consiste em perguntar que tipo de seres nos tornamos e "para onde estamos indo com a racionalização que desde o século XVI caracteriza não somente o pensamento ocidental, mas também as relações sociais, as organizações estatais, as práticas econômicas e talvez até mesmo as condutas individuais" (Foucault, 1997: 43).

O fundamento dessa reflexão residiria, segundo o autor, numa atitude crítica fomentada por esse mesmo movimento e que, desde suas origens, representa, no processo histórico tanto quanto na história do pensamento, uma espécie de desafio em ato ou idéia às práticas de

governo que ele enseja. A montagem dos regimes de poder em que se assentam nossas sociedades foi seguida do surgimento "de uma espécie de forma cultural e ao mesmo tempo de uma atitude política e moral, de uma forma de pensamento, que eu chamaria em termos bastante simples de arte de não-ser governado, ou melhor, de arte de não-ser governado com tal custo e de tal maneira [indicados]" (Foucault, 1997: 28-29).

Desde Kant, verificar-se-ia a presença em nosso cenário intelectual de uma série de importantes pensadores interessados em entender e pesquisar com cuidado e prudência a problemática universal da razão na história e suas conexões com as figuras do poder e da liberdade. A preocupação com o significado concreto da racionalização da ação social, promovida com o mundo moderno, levou-os a colocar entre parênteses a exigência que essa nos faz de aderir incondicionalmente a ela. A fidelidade a seu impulso mais íntimo estaria em submetê-la ao escrutínio que, conforme ela mesma demanda, é o de apreciar politicamente todas as coisas, fazendo essa razão entrar em confronto com a realidade.

> Na história das ciências francesa, como na teoria crítica alemã, no fundo o que se examina é uma razão cuja autonomia estrutural carrega consigo uma história de dogmatismos e de despotismos e que, por isso, só virá a ter um efeito emancipatório sob a condição de vir a se liberar de si mesma (Foucault, 1984, Vol. III: 433).

Marx e Weber assentaram, cada um a seu modo, o princípio de que explicar o movimento de racionalização histórico universal, construir os conceitos correspondentes e, no caso do primeiro pensador, submetê-lo a nosso comando eram as principais tarefas de uma ciência social crítica e interpretativa. A racionalização dos vários setores da vida, promovida de modo anônimo e basicamente instrumental, constitui fonte de fenômenos problemáticos e reações práticas, que devem ter contrapartida, na pior das hipóteses, numa atitude crítica e reflexiva, passível de tradução em método de pesquisa da cultura, da história e da sociedade.

Em Kant, o abandono do pensamento dogmático, que dominara durante os séculos de tradicionalismo, representa, entre outras coisas,

a possibilidade de perguntar pela especificidade do tempo presente, pelo que distingue a época atual com relação ao passado, mas, também, especular sobre a história que, a partir desse exame, se pode projetar com relação ao futuro da humanidade. A preocupação ou interesse central consiste em tentar saber quais são os limites ou coações, mas também as possibilidades e alternativas que se colocam a nós, seres vistos como capazes de pensar e agir sobre suas próprias circunstâncias, de modo que possamos nos conduzir com menos dependência e maior liberdade, que possamos interagir conosco mesmos de maneira mais autônoma e esclarecida.

Para Foucault, o pensador representaria um ponto de partida do pensamento crítico muito mais radical, em termos propositivos, do que o que lhe confere a condição de crítico do dogmatismo intelectual e da heteronomia individual, ao estabelecer uma vinculação entre política e filosofia, em que se inverteriam não só os termos maquiavélicos, os da razão de estado, mas os do conjunto da tradição dominante desde a Antigüidade. A perspectiva que inaugura situar-se-ia no plano da emancipação individual, ao contrário das anteriores, e visaria a todas as formas de poder hipostasiadas, incluindo aquelas que se calcificam ou moldam a própria individualidade, dado que as precondições de seu gesto ultrapassariam em muito o plano da reflexão intelectual, como sugere o pensador francês em *O que é a crítica* ([1978]1997).

Desde o final do século XVIII, perguntar-se-ia ao presente em que medida sua atualidade, vista em seus momentos sucessivos, releva de um processo histórico geral e em qual medida o pensamento está ele mesmo nele imbricado, seja como força dominadora ou como elemento emancipatório. A atitude crítica em relação aos regimes de governo vigentes revelaria a partir de então uma conexão com um modo de pensar histórico interessado em problematizar a maneira como somos por eles engendrados, levados a pensar e estimulados a agir em dadas direções sem nos dar conta, mesmo quando pensamos estar agindo de maneira livre e consciente. As circunstâncias teriam permitido o aparecimento de um pensamento crítico e histórico capaz de questionar, política e eticamente, a forma como nós, seres humanos, somos em última instância convertidos em sujeitos de nossas próprias formas de heteronomia.

Hegel marcaria uma espécie de retrocesso nesse processo, à medida que teria reposto, ainda que desde dentro de sua pressuposição, os direitos, senão a supremacia, da razão de Estado. A materialização de todas as possibilidades de realização do indivíduo é posta apressadamente, do ponto de vista teórico, em linha de convergência com a criação de um sistema de poder esclarecido.

O Estado era, para ele, uma forma de vida moralmente superior, cujas partes relacionavam-se como as de um organismo. O indivíduo não era um fim em si mesmo, sendo visto como função de um objetivo bem mais abrangente. Hegel o via como tal, apenas se se situasse nessa forma de vida superior, quando o correto, parece-nos, seria ver nessa última uma via de realização da individualidade.

O estancamento assim imposto à reflexão crítica viria a se beneficiar, porém, do método com que o pensador articula seu raciocínio, já que, ao contrário dos anteriores, inclusive o método com que pensara o kantismo, permite entender o processo histórico em seus diversos antagonismos interiores. A superação dialética dos conflitos que vitimam a sociedade civil e que suas idéias antevêem só é obtida por um método de análise em que se abre a possibilidade de pensá-los em sua complexidade e movimento.

Embora com outras intenções, Marx não ficou imune aos motivos conciliadores demasiado afirmativos do mestre que lhe forneceu os meios para proceder à análise crítica não apenas da sociedade civil, mas da economia política, na qual ele, por sua vez, descobriu a anatomia dessa sociedade. A reinterpretação materialista do pensamento dialético por ele promovida, ao menos nos escritos de juventude, é muito clara, porém, no sentido de pensar a relação entre presente e fim da história em termos de livre realização do indivíduo e abolição do poder de Estado.

Teoricamente, a principal contribuição do pensador no tocante ao ponto que nos interessa está, porém, na elaboração de uma série de conceitos para analisar histórica e criticamente o que chamou de modo de produção de uma sociedade.

> Marx não avalia as realizações da economia política a partir de critérios externos, mas confronta suas reivindicações com as conseqüências impensadas de suas próprias categorias e

> pressuposições: esse aspecto de sua análise apresenta-se como [o momento categórico de] uma crítica imanente da economia política. [...] Quando as normas da sociedade burguesa são comparadas com a realidade das relações sociais em que estão incorporadas, torna-se aparente a discrepância entre idéia e realidade: essa justaposição contraditória é o segundo aspecto do método marxiano de crítica imanente (Benhabib, 1986: 106-108).

A reflexão que o pensador dispensou à economia política capitalista permitiu ver essa última como uma totalidade em movimento e possuidora de antagonismos estruturais, que todavia admitem alguma mudança pela práxis humana transformadora.

Deixaremos em aberto a questão de saber como o pensador resolveu se esse processo era mecânico ou dependia da ação consciente. O certo é que sua análise revela, qualquer que seja o acento, que o existente tem ou destila uma dimensão prospectiva (utópica). A reflexão histórica subjacente a seu modo de pensar permite que esse se situe no plano do objeto, e isto é o que, pelo confronto com outras perspectivas, enseja-lhe a abertura para, junto da crítica à economia política, propor uma análise crítica das ideologias. A reflexão histórica e imanente permite-lhe fazer a crítica da ideologia, que é destilada pelo modo de produção, mas, ao mesmo tempo, projetar desde dentro do presente a idéia de uma outra forma (superior) de sociedade.

Posta em ação por Marx e Engels ainda no século XIX, conforme se pode ver, por exemplo, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e *As Guerras Camponesas na Alemanha* (1850), a abordagem foi sendo articulada conceitualmente através de sucessivos estágios, culminando com a reflexão sistemática que lhe deu a primeira Escola de Frankfurt. Na virada para o século XX, verificaram-se significativas mudanças de perspectiva no entendimento da cultura, que tiveram impacto no desenvolvimento dessa reflexão. Embora excêntrico em vários aspectos a essa tradição, precisam ser situadas em relação a ela, nesse sentido, sobretudo as contribuições dadas ao esclarecimento da metodologia das ciências sociais por parte de Max Weber.

Marx e Weber coincidem muito, embora não de todo, relativamente ao seu modelo de ciência: ambos sustentam que os

fenômenos humanos só podem ser estudados sob uma perspectiva ao mesmo tempo social e histórica, que não despreze as diversas épocas do tempo, principalmente o presente, como lugar de um processo universal. Para os dois, o método histórico combina procedimentos de compreensão e explicação, dentro de uma perspectiva que não passa por alto o conceito de história. Entretanto, essa convergência, que não é possível desenvolver neste espaço, se desfaz logo que passamos a considerar os métodos de análise da realidade de cada autor, baseados, respectivamente, nos conceitos de trabalho e razão, para não falar das implicações de suas respectivas dimensões práticas.

Segundo o materialismo histórico de Marx, a realidade pode ser estruturada numa base econômica e numa superestrutura política e ideológica, que de certo modo mantêm relações dialéticas entre si, mas sob determinação em última instância da primeira. Os fenômenos sociais estão vinculados, através de diversas mediações, à sua estrutura econômica e à produção dos meios de sobrevivência do homem, que condicionam sua totalidade. O método está todo baseado na hipótese de que a explicação das diversas esferas da vida social, em graus de complexidade diversa, reside no modo de produção da sociedade. A determinação em última instância pelo econômico e o ponto de vista da sucessão dos modos de produção na formação da sociedade são as peças centrais do método, privado das quais ele corre o risco de dissolução.

Segundo o racionalismo histórico de Weber, a realidade não pode ser estruturada como um todo, dentro do qual se postulam relações determinantes, mesmo para fins de estudo. Os conceitos que se aplicam em dado plano da realidade não dependem teoricamente dos demais e têm limites de validade, com exceção daqueles que estruturam a sociedade do ponto de vista da ação de seus sujeitos. Os fenômenos sociais não podem ser separados abstratamente do comportamento concreto dos seus agentes, agrupando-se em diversas esferas que não se deixam determinar, em princípio, por qualquer outra, à medida que obedecem à sua própria racionalidade. O método não se movimenta no âmbito da práxis fundamentada pelo trabalho, mas no da multiplicidade de ações coordenadas por diversas racionalidades, colocando o processo histórico sob o ponto de vista da racionalização da sociedade.

Deriva de Max Weber, com efeito, o entendimento, seguido por tantos outros desde então, de que o problema central de uma ciência social crítica orientada historicamente é o exame diagnóstico da fortuna que a civilização moderna prepara não apenas para a coletividade, mas para o tipo humano que ela mesma concebeu: o indivíduo (Reynaud [1987]1996:189). Cabe fazer o estudo dos vários modos como o racionalismo modela a vida social e o processo de racionalização transforma a sociedade, numa ótica em que, todavia, já não desponta tanto a preocupação com a fortuna da humanidade, mas sim com a do indivíduo criado durante a ascensão dos tempos modernos.

"O reconhecimento do papel dos conflitos estruturais como fator de mudança foi um feito extraordinário no desenvolvimento da capacidade diagnóstica dos cientistas sociais, mas restringi-la aos conflitos de natureza econômica existentes no interior de uma sociedade não deixa de ser um obstáculo [à sua continuação]", porque há vários outros processos, de ordem diversa, que igualmente interferem, ainda que de modo distinto, na modelagem de um processo civilizatório (Elias, 1994: 195-221).

Escrevendo sob o impacto da intervenção nietzscheana, Weber elaborou nesse sentido uma diagnose do destino dos tempos modernos, que, sob as circunstâncias históricas impostas pelo século passado, acabou se transmitindo à reflexão crítica posterior. Também influenciado pelo marxismo, o pensamento social crítico, por sua vez, encontrou naquela diagnose um ponto de apoio não apenas para sua apreensão dos fenômenos de época, mas ainda para a estruturação de seus protocolos metodológicos de investigação.

> Os escritos weberianos contêm uma combinação de análise situacional, elementos de modelos e esboços de teorias seculares, além de lidarem com as possíveis formas a serem assumidas pelo futuro e oferecerem análises tendenciais: o que distingue sua visão histórica, porém. é sua insistência em manter o "futuro histórico" aberto à vontade e decisão humanas. O autor não aceitava [em última instância] quaisquer "leis de ferro" da história, nem na prática nem na teoria. (Roth in Roth & Schluchter, 1979: 201)

No século XX, a progressiva liquidação das classes sociais pelo racionalismo mercantil e a crescente modelagem tecnológica da cultura, escancarada pelas experiências totalitárias, transferiu o foco ou ponto de apoio da reflexão crítica do proletariado para o pequeno grupo e, dele, para a figura do indivíduo. A exploração econômica foi recuando para um segundo plano de preocupação, conforme o capitalismo revelava-se capaz de promover uma integração sistêmica, via consumo, das forças potencialmente opositoras. O resultado disso é que "a resistência [consciente] à tendência global repressiva passou às mãos de pequenas minorias" (Adorno, 1972: 287).

Processos diversos criaram as condições para um questionamento radical do racionalismo moderno em seus aspectos econômicos, políticos, científicos, culturais e tecnológicos, que, por vezes destrutivo e muito irrazoável, dada sua dependência ao fenômeno em foco, ensejou também a materialização em ato e pensamento da pergunta sobre suas conexões com a exploração econômica do ser vivo e a subordinação política de amplas camadas da sociedade. O progressivo esvaziamento da crença positiva em utopias não importou em perdas para o interesse mais ou menos fixado na idéia de liberdade que se havia estabelecido no século XVIII.

Nesse contexto, também ocorreu, contudo, que o sujeito histórico dessa forma de pensar começou a se dissolver socialmente, passando a ter apoio apenas na figura do indivíduo e, assim, um centro reflexivo preocupado, mormente, com a conexão entre liberdade moral e racionalismo econômico-tecnológico.

> Que o mundo não conheça outra coisa que os filhos da ordem: tal é a evolução para a qual somos todos arrastados inapelavelmente; por isso a questão de fundo [agora] não reside tanto em perguntar como podemos promover e acelerar essa evolução, mas em saber o que devemos opor a tal mecanismo de modo que pelo menos uma pequena parte da humanidade fique de fora dessa parcelização da alma, deste domínio absoluto do ideal de vida [tecno]burocrático (Weber, [1924]1982).

O pensamento crítico tomou consciência de que seu problema essencial não é a economia ou a cultura, mas as estruturas de poder em que elas estão imbricadas, que as agenciam ao mesmo tempo em que

estão apoiadas nelas. A crítica da economia política tanto quanto a crítica da cultura (vista ou não como ideologia), concluiu-se, são capítulos de uma reflexão histórica mais ampla, em que se problematizam os regimes de poder através dos quais se articulam nossas formas de vida e nossos conhecimentos, através dos quais nos tornamos ou nos desfazemos como sujeitos em uma sociedade ou mundo histórico.

A reflexão crítica e emancipatória sobre nosso tempo se funda, portanto, na pesquisa sobre o modo como as idéias exprimem o movimento histórico, encarnando-se estruturalmente nos corpos, condutas e em instituições, mas ao mesmo tempo se interessa sobre o modo como essas criam e se deixam mover por aquelas, de acordo com certos princípios (até agora antagonísticos) de racionalização.

Cremos que o juízo é fácil de constatar não apenas na maneira como as teses weberianas estão presentes na contribuição da Escola de Frankfurt, mas também em autores tornados clássicos, mais ou menos comprometidos com o que se chama aqui de ciência social crítica, tais como Norbert Elias, Wright Mills e Michel Foucault.

Como outros antes, todos eles procuram examinar a cultura moderna do ponto de vista de sua formação histórica, de suas estruturas constitutivas e principais formas de conduta, sublinhando criticamente as conexões entre relações de poder e discursos com pretensão de verdade, embora divirjam no seu entendimento do que é o ser humano, se dá o engendramento da experiência, qual é a natureza da racionalidade e, dentro dela, até onde têm alcance os fenômenos irracionais (Dean, 1994: 72).

Generalizando, o processo histórico, conforme eles o representam, aparece, aproximadamente, como um tipo de pêndulo, que vai das formas de vida e dominação essencialmente ideológicas e tradicionais para as formas burocráticas e tecnológicas, matizando-se, porém, pela continua erupção de formas reativas, regressivas ou progressistas, a despeito da sua valoração desse último aspecto ser variável de um para outro pensador. A conformação da realidade histórica é resultado da convergência de processos em que os homens exercitam seus poderes e procuram seguir o que julgam ser verdade, submetendo seu modo de ser ao que lhes é possível criativamente.

Neles todos, verifica-se que "as características universais da sociedade" exibem uma tríade de processos básicos e interdependentes, que define seu estágio evolutivo:

> 1) pelo maior ou menor alcance das possibilidades de controlar séries de acontecimentos não-humanos - ou seja, [remete] ao controle daquilo a que normalmente se chama de "os acontecimentos naturais"; 2) pelo maior ou menor alcance das possibilidades de controlar as relações interpessoais - ou seja, aquilo que se designa usualmente de "relações sociais"; e 3) pela maior ou menor facilidade com que cada um dos seus membros controla a si mesmo enquanto indivíduo - pois que, por muito dependente que seja dos outros, aprendeu desde a infância a controlar-se em um maior ou menor grau. (Elias, [1970] 1980: 171).

Embora não sejam homogêneos os julgamentos teóricos e as matizes analíticas do processo, a história é vista, segundo essa linha de reflexão, a partir do conflito entre as forças racionalizadoras e rotineiras e as forças carismáticas, críticas e utópicas, formando-se num condicionamento recíproco ou dialética contingente que, sublinhe-se, está aberta ao futuro. Não obstante, o movimento apresenta uma forte tendência ao predomínio das primeiras forças: a análise racional do curso histórico está assombrada por uma visão pessimista sobre o futuro do humanismo moderno. Segundo essa visão, a verdade é que o predomínio do elemento racionalizador prepara a fossilização mecânica da sociedade e a consolidação de uma servidão de tipo tecnológico numa civilização maquinística.

Conforme procuramos fazer ver em outro trabalho, as transformações ocorridas no século passado fizeram com que o capitalismo se convertesse de simples modo de produção em sistema de indústria cultural. O resultado dessa situação no plano reflexivo foi a necessidade de fazer convergir as críticas da ideologia e da economia política, elaborar uma crítica radical dessa indústria como fenômeno historicamente novo, o que, como sabido, foi obra sobretudo da Escola de Frankfurt (Rüdiger, 2004).

Para seus membros, o pensamento moderno esqueceu sua capacidade de refletir sobre si mesmo, tendendo a uma racionalização instrumental da vida, cuja força cega o compromete com a

irracionalidade. Destarte, verifica-se sem surpresa o aumento da dominação e do poder de destruição por parte de uma razão que se pretendia esclarecida e libertadora em suas origens, em fins do século XVIII.

O projeto encarnado na reflexão crítica sobre a sociedade se propõe a fazer, em resumo, uma autocrítica desse processo de realização do pensamento, procurando retomar seu conteúdo emancipatório, ainda que apenas para o indivíduo.

Apesar de ser a força decisiva a modelar nosso modo de vida, o racionalismo tecnológico (instrumental) engendra ele próprio reações contrárias e muitas vezes irracionais, que tornam impossível seu pleno acabamento, ao não permitir que suas operações se façam sem resíduo: elas funcionem como um resto em que pode e em que, às vezes, nasce e se apóia uma atitude crítica até certo ponto incontornável.

Ultimamente, verifica-se uma série de desenvolvimentos que, derivados dessa linhagem, todavia tendem a se distanciar dela em vários sentidos, ao elaborar um panorama virtualmente róseo e edulcorado, ao menos em teoria, de nosso destino histórico. Partindo de Weber, mas também de outras referências, parece-nos que é esse o caso das obras mais recentes de autores antes bem mais ligados teoricamente às suas fontes originais, tais como Habermas, Giddens e Touraine (cf. Morrow, 1995: 113-196).

Pierre Bourdieu situar-se-ia nesse trajeto epistêmico como o pesquisador responsável pela realização do percurso inverso, já que, após propor uma abordagem de forte cunho estruturalista e algum acento positivista (observância cripto-normativa do princípio da neutralidade axiológica) em seus primeiros escritos (definidos a partir da idéia de "conhecimento praxiológico" (Bourdieu, 1971), revela em seus últimos textos, bastante interessados nas questões da comunicação, um tratamento sociológico dos problemas culturais, em que é nítida a relativização desse paradigma por conceitos derivados de uma teoria da ação guiada por interesses políticos e de uma consciência prática emancipatória.

Deixa, apesar disso, de ser tratado nestas páginas porque, como os pensadores citados antes, segue, mesmo nesses textos, uma abordagem em que o ponto de vista do sujeito, embora referido pela análise, é

desprovido de substância moral e, além disso, a dimensão histórica da análise tende a não ser levada a sério em seu conteúdo hermenêutico (Honneth, 1986).

Conforme comentaremos mais adiante, a trajetória da ciência social crítica e suas várias reflexões comportam sua interpretação em termos que, às vezes, tendem para o materialismo, às vezes tendem mais para a hermenêutica. A perspectiva que se seguirá nesta obra privilegia sua leitura histórica e dialética, sobretudo porque se refere a um campo em que esses elementos epistêmicos não são apenas acessórios, mas, cremos, essenciais. Depende disso, sustentamos, um entendimento mais amplamente esclarecido do campo em estudo: o campo dos fenômenos de comunicação.

1.2 Perspectivas epistemológicas

O pensamento moderno ensejou historicamente o surgimento de pelo menos três paradigmas ou concepções epistemológicas acerca da estrutura, sentido e funcionamento do conhecimento social. Deixando de lado suas circunstâncias históricas de desenvolvimento no curso do século XIX, observaremos no que segue apenas as proposições fundadoras de cada uma delas.

O pensamento materialista (naturalista) está na raiz do primeiro paradigma a surgir nessa área: o paradigma positivista. O materialismo assenta-se na premissa de que os fenômenos sociais podem e devem ser estudados da mesma forma que se estudam os fenômenos naturais. A sociedade é formada por realidades materiais, sejam fatos, estruturas ou processos, que determinam todas as eventuais outras como suas formas de manifestação.

Segundo o positivismo, paradigma que o encarnou, às ciências sociais cabe descrever e explicar os processos sociais, visando à estipulação, preferencialmente quantitativa, de suas circunstâncias discretas (empirismo) ou, secundariamente, de suas relações internas, sejam elas funções (funcionalismo) ou estruturas (estruturalismo), num contexto de totalidade (holismo metodológico): são essas as suas metodologias.

Desde Comte e Durkheim, são duas as perspectivas abertas ao pesquisador no tocante ao ordenamento dos fatos colhidos pela investigação: a primeira seria a que consiste em explicar causalmente suas conexões, o que implica em uma abordagem logicista (empirismo nomológico); a segunda, seria a que consiste no enquadramento desses elementos em uma totalidade, o que implica em uma abordagem holística (isto é, métodos associados ao estruturalismo ou ao funcionalismo).

O denominador comum é a redução da ação humana à condição de conduta objetiva, passível de descrição sem observância daquilo que significa para o agente ou sujeito. Os fatos sociais são tratados como coisas. A possibilidade de os seres humanos possuírem uma capacidade de intervenção e criação autônomas, que lhes permitiria interferir no processo com algum grau de liberdade, é descartada como irrelevante.

> A teoria social positivista diferencia-se da crítica porque tenta formular leis capazes de explicar as variações da conduta social, enquanto essa rejeita tal conceito e, ao invés, tenta explicar a história social, a fim de adquirir algumas pistas sobre como ela pode ser modificada (Agger, 1998: 25).

O pensamento culturalista (humanista) encarnou em suas origens uma reação idealista, embora não-ingênua, a esse entendimento proposto pelos seguidores de um entendimento materialista das tarefas da ciência social. A sociedade representa, com efeito, nesse outro paradigma, uma entidade de natureza espiritual ou subjetiva, formada pelos significados que os seres humanos lhe emprestam. Os fenômenos sociais são, antes de mais nada, fatos ou processos culturais, criados pela atividade humana, mediada pela sua mente, espírito ou atividade intelectual. Os homens agem de acordo com suas idéias, intervindo efetivamente por meio de ações que se encadeiam coletivamente, de maneira mais ou menos constante e regular, na base das instituições.

Associados em suas origens à trajetória do historicismo alemão do século XIX (cf. Gadamer,1960), os paradigmas epistemológicos em que esse pensamento se encarna (fenomenologia, hermenêutica,

interacionismo, etc.) defendem que às ciências sociais cabe compreender a ação e descrever as condutas humanas, visando, de maneira preferencialmente qualitativa, estipular seu significado em relação às intenções do sujeito (individualismo), às interações que as estruturam (interacionismo) ou às estruturas simbólicas em que se encaixam e que até certo ponto as determinam (fenomenologia).

O denominador comum é a redução da conduta objetiva ou ação social às intenções dos seus sujeitos ou ao sentido preestabelecido pelo mundo em que levam sua existência, passível de compreensão imediata (racional ou intuitiva) ou reconstrução sistemática, por meio de interpretação dos elementos fornecidos pela experiência. A circunstância de os seres humanos terem sua conduta determinada por fatores ou elementos materiais (coações sociais objetivas), que afetam seus interesses materiais, determinando ou restringindo sua capacidade de ação, é desprezada.

> Os teóricos interpretativos argumentam que é arrogância supor que as pessoas possuem uma falsa consciência sobre suas vidas e que, portanto, elas não podem tomar para si o direito de decidir se essa consciência assim o é ou não, tratando todos os relatos sociais como tendo valor verdadeiro, à medida que representam esforços das pessoas em descrever e dar sentido a suas vidas. Os teóricos críticos defendem, ao contrário, que isso gera um relativismo insolúvel, impedindo-os de lidar com as ideologias e formas de hegemonia que estruturam a consciência e assim engendram o consentimento político (Agger, 1998: 32).

O pensamento crítico histórico dialético pretende ser uma resposta às aporias em que, segundo ele, caem essas perspectivas de estudo da realidade social. O resultado é um método de estudo da sociedade a que se pode dar o nome de estruturalismo genético interpretativo. Os problemas humanos não podem ser entendidos apenas em termos de causas e efeitos, estruturas e funções, descrição e explicação. A pesquisa não pode passar por alto esse ponto, mas precisa prosseguir no sentido de entender como eles se formaram, foram vividos e projetam perspectivas que, apoiando-se nesses elementos, os situam num ou noutro processo civilizatório.

Coube a Habermas, sobretudo, pensar sistematicamente as proposições fundadoras dessa abordagem em seus vários escritos da década de 1960, ou seja antes de se voltar para a construção de sua ambiciosa teoria da ação comunicativa dos anos 1970. A observação não nos deve fazer esquecer, porém, que as realizações desse paradigma provêm de época anterior e que, antes do pensador citado, vários outros colaboraram para lhe dar explicitação.

Verifica-se, de fato, que a expressão ciência social crítica é uma criação do grupo de pensadores que formou a chamada Escola de Frankfurt. Horkheimer havia proposto ainda nos anos 1930 o desenvolvimento de um programa de pesquisa social interdisciplinar ([1931] 1998), ao qual se somaria ou contraporia mais tarde, não é o caso de decidir aqui, a idéia de uma teoria crítica da sociedade (Horkheimer, [1937] 1974). Porém, desde Weber, pelo menos, estava claro que positivismo e hermenêutica não eram as únicas formas possíveis, em termos mais abrangentes, de fundamentação do conhecimento histórico e sociológico.

De qualquer modo, o pressuposto em que a perspectiva se baseia é que a sociedade representa uma entidade mista, ao mesmo tempo feita pela ação humana e estruturada como um sistema de coações mais ou menos objetivas, quer no plano espiritual, quer no plano material da existência. Os fenômenos sociais possuem um aspecto estrutural, constante e repetitivo, que não depende da vontade imediata dos sujeitos, mas, ao invés, a ela se impõe, sem que eles se dêem conta desse processo espontaneamente.

A circunstância não significa, porém, que eles e sua ação consciente e voluntária não tomem parte ou não tenham influência no curso dos acontecimentos. As condições materiais e espirituais em que vivem e pensam ensejam também situações em que podem intervir; mediante sua ação em comum, os homens podem alterar a condução de seus negócios coletivos, ainda que nem sempre intencionalmente.

Observa Adorno que "a sociedade é um processo global, no qual os homens, abrangidos, dirigidos e formados pela objetividade, mesmo assim, por seu turno, reagem sobre ela" ([1962] 1986: 58). A consciência humana se insere no processo social como momento em que esse se confirma simbolicamente, mas também como momento em que eventualmente pode-se conceber uma outra realidade.

Destarte, a perspectiva de fundo em que se sustenta esse entendimento defende, em resumo, que a sociedade pode ser vista como uma estrutura em que há uma interação entre as partes, embora nenhuma delas seja *a priori* dominante em relação às outras. Apenas os seres humanos têm o poder estruturante em relação a mesma; enquanto tal, ela não tem nenhuma autonomia; por mais que possa ser maquinizada, ela não se reproduz mecanicamente.

As pessoas são seres com capacidade de entender, criar e agir em relação à estrutura, ainda que nem sempre consciente e racionalmente. A sociedade está sempre sendo estruturada por elas, ainda que as estruturas não sejam apreensíveis espontaneamente. A criação das mesmas por obra da práxis histórica não é nunca de todo consciente, mesmo entre os setores que se especializam em atividades a ela voltadas ou que por qualquer motivo revelam interesse em seu entendimento (as camadas intelectualizadas).

Falando em termos genéricos, verifica-se, assim, que o pensamento crítico se opõe ao positivismo e à hermenêutica, propondo sua superação dialética. O pecado do positivismo é a compreensão objetivista da ciência, baseada no postulado da separação entre conhecimento e interesse, juízos descritivos e juízos de valor, supostamente garantida pelo seguimento de uma metodologia; segundo ele, em suma, o estudo da realidade empírica supõe a auto-suficiência teórica do conhecimento.

Em contrapartida, o pecado da hermenêutica é a compreensão de cunho ontológico do contexto de tradição que envolve as ciências humanas; essa compreensão está baseada numa absolutização dos efeitos que esse contexto exerce na pesquisa dos fenômenos sociais. Erroneamente, ela dá como inevitável uma antecipação de preconceitos e prejuízos que escapariam à neutralização epistemológica por parte dessa mesma investigação.

A ciência [humana] que pretende cristalizar o social, prescindindo de estabelecer relações entre os vários momentos sociais e a problemática da autoconservação da sociedade, vê-se obrigada a fetichizar o que sobra, as "relações interpessoais"; assim, porém, omite a função dessas últimas no metabolismo com a natureza e com a totalidade, para não falar do conjunto das contradições fundamentais da sociedade (Adorno, 2001: 68-69).

A solução dos problemas, crêem os pensadores dialéticos, está na busca de uma síntese capaz de superar os problemas oriundos de cada um desses enfoques. As ciências sociais não são, em sentido amplo, ciências do espírito, mas isso não deve servir de pretexto para restringir seu campo de estudo às formas objetivas de associação entre os homens e às suas relações com a natureza. Os momentos antagônicos que representam a espontaneidade individual e o sistema coletivo encontram-se em um condicionamento recíproco, que precisa ser analisado ao invés de eliminado com o privilegiamento de um ou outro pólo de investigação.

Deixando de lado o fato de que não se pode esquecer os momentos irracionais que formam a vida social, o principal é notar que as situações objetiva e espiritual não se confrontam sem mediação. A crítica cultural precisa ser dialética, remetendo o estudo das idéias para seu contexto histórico objetivo; já a sociologia da cultura não pode se bastar com seu estudo em termos puramente positivistas. Os fenômenos culturais e de consciência, sendo tais, não se explicam bem apenas no âmbito da psicologia positiva ou da crítica cultural.

A alternativa recomendada é a crítica cultural dialética, passível de ser informada por uma psicologia social analítica tanto quanto por uma ciência social crítica. As condutas sociais não podem ser separadas dos mecanismos psíquicos tanto quanto dos processos culturais, embora, em última instância, "os mecanismos sociais e, sobretudo, as chamadas formas de socialização, às quais cada indivíduo está exposto, dependam de processos econômicos, da produção e da permuta, e do estado da técnica", constituindo esses pontos todos, portanto, "algo que [nesse campo não] pode ser excluído do horizonte da investigação sociológica" (Adorno, [1968]1996: 20).

Habermas resume as objeções de uma epistemologia crítica, histórica e dialética ao pensamento positivista e à hermenêutica culturalista em dois textos clássicos, editados nos anos 1960: a) *Teoria analítica da ciência e Dialética* (1963 [1970]); e b) *Lógica das ciências sociais* (1967 [1970]).

a) *A polêmica com o positivismo*: O pensador defende, em primeiro, que os conceitos de estrutura, lei e sistema, postulados por essa corrente ecomo autônomos, na verdade precisam ser subordinam-

se, na pesquisa, à idéia de processo global de formação da sociedade. Os fenômenos sociais não só são concebidos no horizonte de uma totalidade, mas se reconhece que essa totalidade, qualquer que seja o modo como é concebida, condiciona a própria análise desses fenômenos. Os procedimentos do pesquisador são estruturados previamente no contexto dessa totalidade histórico-social, isto é: são processados pelo senso comum e, por isso, precisam ser levados em conta e compreendidos hermeneuticamente na condução da pesquisa (Habermas [1970] 1988: 21-40).

Em segundo lugar, os conceitos sistemáticos só podem ser interpretados como conceitos de relações de dependência, determinadas pelo movimento do processo histórico. As categorias abstratas têm validade geral apenas no plano teórico, já que, realmente, se referem a contextos concretos que se definem através de processos mediados por sujeitos humanos. As regularidades nomológicas, se e quando descobertas, são destituídas de conteúdo ou valor explicativo no contexto das ciências sociais e humanas.

As estruturas e legalidades históricas - entendidas dialeticamente - caracterizam-se como fenômenos mediados pela consciência dos sujeitos, impondo-se apenas como tendências. A finalidade metodológica de sua postulação é, mediante as mesmas, tentar apreender o sentido de um nexo vital histórico. Desse ponto de vista, a perspectiva dialética de entendimento da sociedade se define hermeneuticamente:

> Enquanto as teorias empírico-analíticas concedem somente um valor heurístico à compreensão, essa é básica no método dialético (p. 25-29).

Portanto, os modelos teóricos não se esgotam no plano sistêmico; têm um caráter hermenêutico, que se origina da ação do pesquisador no contexto do movimento histórico. O componente hermenêutico do método não é meramente heurístico: fornece o contexto de interpretação dos dados levantados pela análise, vinculando os resultados da pesquisa com a práxis em andamento naquele contexto. Em última instância, o fundamento das contradições do real está baseado no movimento histórico em conjunto: é esse processo que permite a emergência de reações interpretativas capazes de formarem

os núcleos de orientação das técnicas e dos objetos de estudo social, apenas em parte escolhidos livremente.

b) *A polêmica com a hermenêutica*: O primeiro problema é que a hermenêutica não pode levar à suspensão das prerrogativas e pretensões de validade da metodologia analítica da ciência na produção do conhecimento. As ciências humanas não podem dispensar o trabalho metodológico compatível com seus objetivos, precisando vincular procedimentos hermenêuticos e procedimentos empírico-analíticos, sob pena de, em não o fazendo, perderem a condição de ciências.

> A reflexão sobre as condições da experiência comunicativa não pode nos dispensar de uma obrigação metodológica dela derivada e diante da qual precisamos adotar uma postura metódica: [...] Somente podemos aprender as regras que a regem de modo sistemático, e não por intuição fenomenológica (Habermas, [1970] 1988: 199).

Em segundo lugar, a cultura e a linguagem, enquanto planos hermenêuticos privilegiados, encontram-se na dependência de estruturas e processos sociais concretos, que se avolumam para dentro deles como sistemas práticos não só de trabalho, como também de poder social, e que só são passíveis de estudo por modelos teóricos de cunho analítico e com pretensão de validade ou eficácia material sobre os corpos, muito mais do que sobre a mente, dos que lhe estão sujeitos.

As relações sociais somente são concebíveis a partir do conjunto objetivo formado pela linguagem, pelo trabalho e pelo poder. A cultura é apenas um dos elementos a serem levados em conta na sua discussão. Como diz Adorno, a ação social "depende muito mais das instituições e pode ser explicada muito melhor a partir dessas instituições, do que ao invés é algo último e imediato, que se crê capaz de poder explicar o social em sua generalidade" ([1968]1996: p. 141).

A evolução cultural depende, em última instância, dos sistemas de trabalho e poder que nela interferem, sem que os sujeitos tendam a tomar consciência disso, por mais que seus elementos constitutivos também possuam eficácia material e precisem ser avaliados em sua

pretensão de verdade. A pesquisa social não pode, por conseguinte, se deixar reduzir a uma abordagem hermenêutica: "tem necessidade de recorrer a um sistema de análise que, por um lado, não suprima a mediação simbólica de toda a ação social e não a reduza a uma ciência física, mas que, por outro, não caia num idealismo lingüístico que reduziria os processos sociais a puros fatos de cultura" (Habermas, [1970] 1988: 259).

Finalmente, conviria observar que a hermenêutica, quando reifica seu plano de experiência - a cultura, tende a não-reconhecer a força transcendente da reflexão que trabalha nela e eventualmente atua de maneira crítica em sua totalidade concreta.

> Na captação empírico-analítica do sistema social, teremos de recorrer à experiência comunicativa e fazer uso de um marco categorial que, em princípio, conecte essa captação com a autocompreensão de seus sujeitos agentes, mas também proporcione os meios para penetrar reflexivamente nessa autocompreensão (Habermas, [1970] 1988: 273).

As práticas culturais que ajudam a mover o processo social, conferindo-lhe um cunho criativo, são, antes disso, veículo de reprodução dos sujeitos que a estrutura histórica vigente necessita para manter uma dada forma de sociedade.

Desde o ponto de vista crítico, portanto, a reconstrução das situações enfrentadas pelos seres humanos não pode ser pensada sem um esforço de reflexão no sentido de entender, em sua variedade, as conexões de seus projetos de ação com o processo de formação global da sociedade, exigindo, assim, que elas sejam estudadas em referência a uma teoria do processo civilizatório, antecipada em termos hipotéticos por razões práticas, ainda que sem perder de vista suas ligações com o solo histórico que serve de ponto de partida a esta teoria.

Positivismo (naturalista e objetivista) e hermenêutica (culturalista e humanista) representam abordagens epistêmicas em si mesmas insuficientes, mas que todavia se corrigem mutuamente, se submetidas a uma reflexão crítica. Transcendidos nessa direção, ensejam o aparecimento de uma ciência social crítica, cujo programa visa

entender os objetivos da criação e ação humanas em coletividade, registrar suas realizações e explicar por que elas assumem essa ou aquela forma específica, a partir da consideração estrutural, histórica e interpretativa da maneira como se relacionam ações e estrutura, idéias e condições sociais objetivadas.

1.3 Protocolos metodológicos

A perspectiva em que se situa uma ciência social crítica obriga-nos a elaborar modelos teóricos e procedimentos analíticos para fins de estudo, mas, ao mesmo tempo, ela não pode deixar que isso rompa com um contexto de tradição e com o solo da história universal, que definem seu campo de estudo e formam seu horizonte de interesses. Em vista disso, os princípios metódicos nela envolvidos encontram-se submetidos de alguma forma às estruturas e sistemas que ela postula, seja no presente, seja nas formas sociais que ela discerne no passado. O conhecimento mantém relações de dependência e limite com essas condições e, portanto, colocam virtualmente a exigência de sua superação prática mediante uma auto-reflexão crítica, adequada a seu próprio interesse.

O estudo dos materiais empíricos, sejam ações ou textos, pressupõe o emprego de um marco teórico capaz de, em tese, conectar esse trabalho com a experiência vivida pelos sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, pensar criticamente essa autocompreensão mais imediata. Os princípios que permitem pensar a sociedade, refletindo, ainda que limitadamente, sobre seu modo de ser, e, assim, a reconstruir as situações de ação coletiva à luz de suas vivências imediatas precisam ser narrados com atitude crítica; isto é, "sistematicamente, desde um ponto de vista antecipado (...) nos termos práticos e hipotéticos de uma filosofia da história" (Habermas [1970] 1988: 273-274).

A ciência social crítica se funda em informações a respeito de relações normativas e que, em tese, podem desencadear um processo reflexivo ainda não submetido à consciência. O pressuposto é que promovê-lo pode significar uma colaboração no processo de modificação das condições estruturais que definem seu contexto de

inserção. O recurso a um saber nomológico, mediado criticamente, seria portador de uma reflexão que, se não ocasiona a perda de vigor da coação, pelo menos pode suspender sua aplicação na vida do espírito dos seus destinatários.

A totalidade não é pensada aqui como uma coisa, mas como o processo social em conjunto, que deve ser antecipado conceitualmente, para a pesquisa fazer sentido. Paralelamente, precisa ser por ela relativizado, para não se deixar hipostasiar em termos científicos positivos e moralmente conformistas. "A totalidade social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe: ela se produz e se reproduz através de seus momentos individuais" (Adorno [1962] 1986: 48).

As ciências sociais críticas pressupõem um modelo epistemológico que postula o caráter complementar entre compreensão e explicação, à medida que os modelos teóricos de fundo tentam não apenas preservar, mas, ainda, agenciar a moldura narrativa que vincula estrutura e ação ao processo histórico. As narrativas de fundo devem organizar não apenas o contexto da análise em juízo, mas o próprio processo em que essa pretende estar inserida. Noutros termos, a pesquisa em curso e o campo de estudos em foco são pré-constituídos narrativamente no corpo da tradição veiculada pela conexão vital concreta da história (Habermas,1976: 210).

Segundo a reflexão crítica que se estrutura a partir desse entendimento, às ciências sociais cabe explicar e compreender as ações humanas a partir das estruturas materiais e espirituais em que elas ocorrem, sem perder de vista suas capacidades criativas de transformação, visando estipular os limites que aquelas impõem aos anseios contidos na implementação dessas últimas. A problemática mais geral é, pois, a que está em entender e explicar as relações dialéticas entre as condições estruturais ou sistêmicas da ação e as ações típicas que tendem a reproduzi-las, mas, também, as que procuram transformá-las historicamente.

O objetivo não é construir uma teoria da ação, no sentido de que, da pesquisa, resultaria um conjunto de proposições, sempre revisto por certo, das condições ou regras que presidem à estruturação ou formação das práticas. O conhecimento não remete a princípios geradores ou regras sistemáticas de conduta para além da consciência

dos agentes e em relação a um contexto estrutural de fundo. O processo não é estruturado por regras que se desenvolveriam e modificariam de forma imanente dentro de um determinado contexto histórico, conforme pretendido, ainda que diversamente, por exemplo, nos primeiros escritos de Bourdieu (*Esquisse d'une théorie de la pratique*, 1971) e Foucault (*A Arqueologia do Saber*, 1969).

Desde uma chave histórica e dialética, as perspectivas da ciência social crítica situam-se de outro modo: "Tudo depende de a teoria se impor aos fatos dogmaticamente, de forma imediata e desde o alto, ou de que entre ela e os resultados da pesquisa se estabeleça uma rigorosa relação de reciprocidade" (Adorno, 2001: 52). Parte-se do entendimento weberiano de que, na pesquisa histórica, as proposições teóricas têm um sentido puramente instrumental e, na pesquisa social, coincidem com a construção de conceitos ideais ou figuras típicas (tipos-ideais) de estruturas e processos históricos. Acontece apenas que elas recebem uma maior consistência ontológica, podendo ser definidas como construções histórico-sistemáticas, à medida que incorporam elementos culturais concretos via investigação.

Conforme Habermas observa, o conhecimento social é possibilitado pela rede intersubjetiva da espécie humana, concebida historicamente a partir do modelo da práxis. Desse complexo vital emanam os interesses técnico, prático e emancipatório, que constituem as orientações fundamentais do saber nos quadros histórico-transcendentais do trabalho e da comunicação (se considerarmos o poder apenas historicamente). Existe uma unidade indissociável entre conhecimento e interesse, tanto nas ciências naturais como nas ciências humanas, onde dominam respectivamente os interesses técnico e prático. Os primeiros derivam do trabalho, através do qual os homens transformam a natureza para conseguir reproduzir sua existência; os segundos derivam da interação lingüística, por meio da qual os homens se comunicam e elaboram seus objetivos existenciais.

As ciências hermenêuticas estão embutidas na interação mediatizada pela linguagem ordinária, da mesma forma como as ciências empírico-analíticas estão inseridas no setor da atividade instrumental. Tanto as primeiras quanto as segundas deixam-se orientar por interesses cognitivos, enraizados nas conexões vitais do

agir próprio à comunicação e à instrumentalização (Habermas, [1968] 1982: 186).

As ciências naturais podem ser caracterizadas como ciências empírico-analíticas, porque se assentam numa apreensão da realidade do ponto de vista de uma disponibilidade instrumental; e as ciências humanas como ciências histórico-hermenêuticas, porque se assentam na apreensão da realidade do ponto de vista da autocompreensão prática e da comunicação das experiências herdadas do passado.

O positivismo gostaria de reduzir as segundas, ao conceito das primeiras; a hermenêutica, de suspender a autocompreensão das segundas tentada através de conceitos positivistas. O problema, porém, não se coloca nesses termos, para o enfoque agora examinado. As ciências naturais pressupõem um contexto de comunicação, e as ciências hermenêuticas desenvolvem-se cada vez mais recorrendo a procedimentos analíticos e sistemáticos. A solução dos impasses conceituais a que conduzem estaria, pois, numa teoria dialética orientada criticamente, capaz de prover uma abordagem mais satisfatória dessa complexidade e ao mesmo tempo, promover sua auto-reflexão crítica e emancipatória (Habermas, [1970], 1988: 263-266).

Como nota Paul Ricouer, as ciências humanas mantêm em certos casos relações ao mesmo tempo de continuidade e de descontinuidade com as ciências naturais. Por um lado, manifestam descontinuidade pelo recurso à compreensão hermenêutica, mas, por outro, continuidade, já que compartilham a pretensão de poder explicar os fenômenos sob investigação. A combinação dos dois expedientes nas ciências humanas fornece o seu cunho dialético.

> Por dialética, eu entendo a consideração segundo a qual explicar e compreender não constituem pólos de uma relação de exclusão, mas sim os momentos relativos de um processo complexo que podemos chamar de interpretação (Ricouer, 1977: 127).

O conhecimento conseqüente não pode visar apenas fatos, sejam empíricos ou subjetivos, porque estes dependem de processos que remetem a uma totalidade: são por ela produzidos e só à sua luz é que se tornam inteligíveis. A metodologia precisa enfatizar, pois a

necessidade de estudar dois núcleos de forças causais: o condicionamento representado por estruturas sociais de todos os tipos, por um lado, e o agenciamento coletivo de relações por parte das pessoas de outro.

> Para seus defensores, a sociedade é tanto uma estrutura de regras, papéis, práticas e relações que condicionam a ação social de maneira causal, quanto o resultado intencional e não-intencional da ação e do pensamento estruturantes coletivos do passado (Lloyd, 1995: 149).

O pesquisador somente começa a fazer obra de ciência quando transcende a compreensão imediata dos fatos e procede à análise de suas conexões históricas, além das razões e motivos alegados por seus autores. Porém, esse procedimento explicativo não tem autonomia, porque seu entendimento exige ainda que, como tal, ele faça sentido no contexto de uma história. A estrutura narrativa subjacente às teorias críticas procura fornecer esse elemento deflagrador de sentido, possibilitando a sua compreensão mediante a subsunção daquele procedimento num relato de pretensão mais universalista. A perspectiva histórica na qual se enxerta a explicação põe em ação uma competência específica, a competência de acompanhar uma história, no sentido de história que se conta e se ilustra analítica e factualmente.

Situando-nos no ponto de vista de uma ciência social crítica não se trata de subordinar um fenômeno a um sistema teórico, mas enxertar esse sistema numa estrutura narrativa capaz de, por hipótese, engendrar a compreensão desse fenômeno por um público que seja, por meio dessa estrutura, potencialmente vinculado àquele fenômeno. A compreensão é um momento não-metódico, que nela se compõe com o momento metódico de explicação. A perspectiva em que ela se baseia antecede, acompanha, encerra e assim envolve a explicação: a explicação apenas desenvolve analiticamente a compreensão, submetendo-a a um teste empírico e documental.

Metodologicamente, significa tudo isso que a pesquisa social crítica é constituída por três princípios, passíveis de encaixe em uma matriz de cunho narrativo e, por essa via, em uma visão geral do processo histórico, conforme esclarece Agnes Heller. A relação de dependência entre os termos é, na verdade, inversa, porque essa

estrutura narrativa serve de matriz teórica dos princípios constitutivos da ciência social crítica em seu aspecto metodológico: seu papel é permitir a análise do material empírico e a elaboração de teorias aplicadas (Heller, 1982: 132).

Destarte, em primeiro, verifica-se na pesquisa a presença dos chamados princípios organizadores, baseados na distinção entre passado e presente histórico; eles servem para distribuir os materiais examinados, periodizá-los no contexto de um processo e formular os conceitos para caracterizá-los de acordo com a problemática mais ampla estipulada pela investigação.

Os princípios explanatórios abrangem, por sua vez, os procedimentos complementares de compreensão e explicação da matéria empregados pelo investigador. O primeiro se aplica à leitura dos materiais levantados pela pesquisa documental ou empírica, possuindo como objetivo entender as ações ali registradas. O segundo visa à determinação das relações entre os fenômenos, prevendo a compreensão do sentido da ação e a imputação de suas causas.

A explicação é, no caso, condicional e não-dogmática: os fenômenos são explicáveis a partir de condições estruturais e antecedentes factuais, mas esses elementos todos variam em sua natureza de acordo com o momento. Os fatores econômicos não são sempre, por exemplo, motivos explicativos fundamentais. As estruturas e condições dependem da ação dos sujeitos sociais para se manter e modificar, de modo que não produzem sua própria história.

Os princípios orientadores intervêm conjuntamente com os anteriores, fornecendo generalizações teóricas ou modelos de procedimentos explicativos, reconhecidamente válidos para dadas conjunturas. As hipóteses relativas a correlações gerais "proporcionam não somente esboços de análises, mas também uma certa quantidade de informações e sugerem a probabilidade de um acontecimento" (Lloyd, 1995: 157).

O principal procedimento de estudo, nesse sentido, é a interpretação; isto é: a composição da visada fisionômica que procura explicar, em relação ao contexto histórico, o sentido do fenômeno, compreendido previamente de forma imanente no plano da ação ou do pensamento individual. Apesar das pretensões da hermenêutica, por um lado, e do positivismo, por outro, nenhuma obra de ciência social é

possível se emprega apenas o método da explicação ou somente o da interpretação (Heller, 1982: 141).

Referimo-nos, nesse ponto, às formas narrativas que intervêm nesse esquema como componente essencial, já que fixam os limites e possibilidades do saber, mediando seus vínculos com o contexto social. Os procedimentos teóricos constituem-se, em boa parte, de desenvolvimentos analíticos dessas formas, porque tende a ser mediante as mesmas que procedem as tentativas de interpretação do pesquisador (Rüsen, [1983] 2001: 108-118).

Os esquemas teórico-analíticos, observe-se, podem adquirir peso com relação aos acontecimentos históricos, mas não romper com a estrutura narrativa, sob pena de reduzir a história a *medium* casuístico de estruturas e desenvolvimentos sistêmicos, transformando aqueles acontecimentos em "exemplos" de uma dada teorização. A aplicação desses modelos só pode ser feita de maneira legítima pois a situações concretas referidas a ações humanas. Caso contrário, ganham a generalidade sistêmica de modelos auto-regulados, e não a de situação contingente de processos históricos, deslocando a pesquisa do âmbito da ciência social crítica para o de um saber de orientação positivista.

Os métodos mais rigorosos conduzem a resultados pífios, para afirmar o mínimo, sempre que se aplicam a problemas mal-pensados em sua efetividade, sempre que o sujeito não se adapta às exigências epistêmicas postas pelo objeto de conhecimento: "não existe nenhum remédio universal, mas apenas o compromisso com uma autocrítica contínua e inflexível" (Adorno, 2001: 55).

Devido a esse entendimento, as asserções teóricas não podem entrar como tais na pesquisa crítica, mas somente enquanto viabilizam um exame de problemas parciais, cuja elaboração através de modelos pode ser interpretada segundo conceitos de teoria da ação, referida a atores, e por isso possam também ser expostas narrativamente. O objetivo é evitar que a referência à teoria social e à concepção geral do processo histórico não sacrifique esse cuidado com o plano da ação, ainda que só por meio dela se possa entender esse último com alguma relevância.

Seguindo o entendimento de Max Weber, sustenta-se, portanto, que os sistemas teóricos representam apenas meios de conhecimento. Quando o objeto de pesquisa não é um fato singular, o trabalho de

construção do conhecimento visa sempre à determinação de situações típicas, mediante o emprego da definição de conceitos históricos.

> A universalidade das leis sociais não é a de uma esfera conceitual na qual as peças individuais se inserem perfeitamente, mas se refere sempre e essencialmente à relação entre universal e particular na sua concretude histórica (Adorno [1972] 1976: 199).

A pretensão de objetividade dos conceitos estruturais, elaborada de acordo com essa abordagem, procura ser capaz de, ao mesmo tempo, dar conta das inércias tanto quanto das alterações da vida social. Exclui-se de antemão a pretensão meramente formal, que deseja apenas ordenar os dados disponíveis para melhor manipulá-los, ainda que só intelectualmente. A pesquisa visa construir dialeticamente o conhecimento dos processos históricos de significação para o pesquisador e o público que ele julga potencialmente neles interessado, tanto quanto o conhecimento dos fatos sociais (micrologias) que lhes servem de mediação e assim articulam e/ou resistem como tais ao movimento da totalidade.

> Às vezes, ocorre que se ocupar de fenômenos divergentes e opacos conduz a perspectivas sociais extraordinariamente mais relevantes, exatamente porque o campo de estudos e temas que não pode ser captado pela rede abarcadora da *communis opinio*, e que de certo modo não pertence ao sistema de consciência desta sociedade, enseja maiores oportunidades de obter perspectivas epistêmicas que o afetam desde fora, em vez de serem imanentes ao sistema (Adorno [1968] 1996: 31).

Os acontecimentos particulares, todavia, devem ser sempre situados na dimensão do processo histórico que os cria e projeta; somente a compreensão da gênese das formas de reação, estruturadas previamente por ele, e de sua relação com o significado vivido pelos que as experimentam permite, em tese, decifrar o sentido do fenômeno observado. A projeção dos elementos particulares que interessam à pesquisa sobre o pano de fundo de um processo histórico mais amplo orienta seu exame, qualquer que seja sua extensão, e este

deve permitir uma reavaliação ou reordenamento do conceito atualmente disponível a respeito daquela totalidade.

1.4 Horizontes histórico-filosóficos

A concepção epistêmica em que se sustenta uma ciência social crítica deve ser distinguida das técnicas de que ela se pode valer, tais como a pesquisa social empírica ou etnográfica, os estudos de conteúdo, a análise institucional, etc. As técnicas de pesquisa devem ser, com efeito, distinguidas dos métodos de análise social: elas não estipulam um campo ou setor a ser estudado, mas os processos de coleta dos dados e informações julgados relevantes. O primeiro ponto remete aos instrumentos de investigação; o segundo, às teorias que ela pressupõe, embora sua diferença não deva ser trabalhada em termos absolutos.

As teorias se ligam de maneira mediada às técnicas, mas não a todas. Os resultados coletados pelas técnicas de pesquisa precisam ser avaliados em seu significado, muito mais do que pelas informações imediatas que disponibilizam. O investigador não pode, por exemplo, limitar-se a registrar as declarações de um informante ou resumir o espírito de um documento numa idealização, para convertê-los em expressão (teorética) universal.

> Quem sente alguma responsabilidade teórica deve fazer frente, sem meios-termos, às aporias do teoricismo e à insuficiência do simples empirismo; e o fato de se atirar alegremente nos braços da especulação só poderá servir para agravar a situação atual. Diante da pesquisa social empírica, é tão necessário o conhecimento profundo dos seus resultados quanto a reflexão critica sobre os seus princípios. (Horkheimer e Adorno, 1976: 122).

A reflexão crítica que não falta nem à economia política não é menos importante nos vários campos da sociologia e é fundamental no campo dos estudos culturais, passível de ser bem entendida apenas com o aporte da investigação histórico-sociológica. Afinal, cabe a ela comparar as concepções que os homens fazem acerca de sua própria

vida com a efetividade de suas relações. A perspectiva emancipatória com a qual se deve comprometer não é a que introduz no plano da factualidade nossos sonhos de boa vida, mas a que julga os sonhos de boa vida vigentes com as condições concretas efetivamente disponibilizadas.

A consciência crítica que uma ciência social dialética reivindica significa não apenas que sua função cognitiva pretende-se portadora de uma função prática (orientadora), mas que essa é incorporada reflexivamente à investigação. A habilidade ou arte por ela exigida é saber mediar o processo com a reflexão histórica, confrontando os conceitos criados no curso do primeiro com as circunstâncias factuais em análise, com o fito de determinar se e de que modo eles se efetivam.

Observe-se que esses conceitos não devem ter origem na reflexão abstrata do investigador, sob pena de se revestir de um caráter arbitrário. Quem os cria, ou não, é a vida social. A reflexão apenas os refina em termos teóricos e metodológicos, com finalidades de investigação. A pesquisa mantém em vista o que a coisa pretende ser, para "detectar as possibilidades de uma transformação da constituição global da sociedade" (Adorno [1969] 1996: 29).

A concepção sobre o processo histórico na sua totalidade articula princípios por cujo intermédio esses se transformam em hipóteses de interpretação da pesquisa. Vista em si mesma, porém, consiste antes numa tentativa de resposta à pergunta pelo sentido da existência humana. A pesquisa a aplica ao estudo da cultura, conforme os interesses práticos da consciência em ação na práxis social, inclusive quando falta ou se torna problemática aquela concepção, dado que esse aspecto de sua construção, originado de um momento histórico específico, reproduz-se como norma reflexiva, sempre que uma ciência social mantém-se crítica.

A função desse elemento não se esgota, porém, no plano puramente metódico, remetendo ainda à dimensão prática do saber social.

As teorias de longo alcance ou alto espectro em si mesmas nunca são simples teorias sociais, mas teorias, sempre seletivas, sobre o conjunto da vida social e histórica: seu significado não é factual, mas prático, em relação à investigação. A procura de significado imanente

na ciência social se persegue somente na teoria aplicada, mas seu horizonte, em última instância, ultrapassa o plano meramente factual. A aplicação da teoria é a pesquisa. Os estudos sociais e da cultura, como teoria aplicada, esgotam o campo do conhecimento positivo: não conhecemos a cultura senão através da pesquisa, mas essa só ganha sentido prático pressupondo-se uma teoria da sociedade e, sobretudo, uma visão da história.

As construções intelectuais que lhes são subjacentes devem ser compreendidas em termos práticos. Os estudos culturais devem recusar suas pretensões de conteúdo ontológico e constituição factual. O pesquisador aceita a noção de história tanto quanto a de sociedade, mas não pode estudá-las; postula ou pressupõe um sentido e uma estrutura para o conjunto por elas formado em sua totalidade, mas não pode comprová-los epistemicamente.

A função dessas noções na prática da pesquisa é estruturar uma perspectiva narrativa e um marco estrutural capazes de fornecer forma e sentido (ou indicar sua ausência) e, no registro teórico, elaborar explicações sociológicas dos fatos em exame. O objetivo último, porém, é manter um vínculo com o contexto social em que se origina a investigação. As teorias são, nesse sentido, filosofia especulativa, mas incompleta e carente de pretensão ontológica; só são tais evitando a tentação de inferir o dever ser do ser, fugindo do exemplo dado pelas filosofias da história.

Na teoria crítica, a projeção de um dever ser é somente uma idéia, não uma realidade; remete, ou não, às criações espirituais da sociedade, não ao desejo ou inclinação do investigador. O conceito de história tem, portanto, um papel fundamental na pesquisa, mas seu caráter é exclusivamente prático. Ainda que elaborado com materiais fornecidos pela própria experiência social, não passa jamais de uma norma reguladora de nossa consideração do material sob investigação. A observação é importante porque visa salientar que, no caso, não se trata de um conceito abstrato, cuja validade se imporia epistemicamente de maneira universal.

A pretensão crítica dessa abordagem só se legitima porque é confronto do objeto com a idéia que ele mesmo faz acerca de si mesmo. As concepções sobre o modo de ser da vida social ou as projeções sobre o futuro precisam ser extraídas da sociedade para não

ser arbitrárias. Porém não são aceitas pelo seu valor de fato, sendo submetidas a um exame crítico, mediante sua confrontação com a realidade histórica. A totalidade não é, noutros termos, um sistema abstrato, criado pelo pesquisador com finalidades heurísticas: é ou não a própria imagem criada pela sociedade, por mais que também seja problemática a sua determinação.

O conceito com que se procura apreendê-la, não menos que a coisa por ele referida, está sempre sujeito à discussão. Assim, a perspectiva em foco é auto-reflexiva, não só porque pergunta pela sua relação com o objeto (em última instância, a sociedade), mas porque se deixa guiar por suas imagens, ainda que as submetendo a uma análise crítica mediante sua confrontação com a realidade.

> [Questiona-se nela] se é válida uma disjunção convincente entre o conhecimento e o processo da vida real; se, ao contrário, o conhecimento não é mediatizado em relação a este, e mesmo se sua própria autonomia, mediante o que se tornou independente e se objetivou produtivamente frente a sua gênese, não é, por sua vez, derivada de sua função social (Adorno [1972] 1976: 242).

A perspectiva se contrapõe às acima comentadas (positivismo e hermenêutica), já que veicula um interesse emancipatório que, em geral, está ausente daqueles paradigmas. A abordagem materialista se julga legitima na medida em que o conhecimento por ela ensejado supostamente permite ao sujeito assegurar-se de meios para melhor intervir na sociedade. A pretensão é a de que os resultados podem de algum modo ser aplicados em alguma ação ou plano social.

A abordagem hermenêutica se julga legitima na medida em que o conhecimento por ela ensejado supostamente permite aos sujeitos disporem de conhecimentos mais amplos sobre seu modo de ser e o de seres semelhantes, auxiliando-os a se orientar socialmente. A pretensão é a de que o saber pode auxiliar os sujeitos a entenderem mais amplamente seu mundo e, assim, a adquirirem maior consistência como sujeitos sociais e históricos.

A perspectiva crítica objetiva, antes, esclarecer os interessados sobre as coações que pesam sobre suas vidas, de modo a esclarecer suas circunstâncias e a auxiliá-los a libertar sua consciência daquelas que não lhes interessam. "A afinidade de nossa disciplina com a

práxis, cujos momentos negativos nenhum de nós toma de maneira apressada, encerra em si a pretensão de colocar fora de jogo o auto-engano e, na mesma medida, a esperança de intervir na realidade [dos sujeitos] de um modo preciso e efetivo" (Adorno, 2001: 57).

Os resultados das ciências sociais empíricas em geral levam à tentativa de manipulação já no momento em que se discute sua aplicação. A ilustração das hermenêuticas se revela cada vez mais problemática em um contexto social cada vez mais mecanizado. Ambas são presas de uma atitude em última instância conformista diante da realidade. A proposta da perspectiva crítica ao menos inclui a discussão desses problemas, mas também não tem nenhuma pretensão de certeza política e validade ontológica, já que está aberta ao debate racional e todo o seu conteúdo prático depende de uma ação de modo nenhum epistêmica.

> A crítica dialética [de resto, também] se propõe a ajudar a salvar ou restaurar o que não está de acordo com a totalidade, o que se lhe opõe ou o que, como potencial de uma individuação que ainda não é, está apenas em formação (Adorno [1972] 1976: 251).

A responsabilidade por tanto, todavia, não é sua porque só a ação tem, em tese, o poder de o fazer: o cientista social crítico deixa de ser cientista ao se engajar em qualquer projeto de ação, porque, segundo ele, não pode haver ação social (praticamente) científica. A pretensão é sempre ideológica, no sentido de aparência social necessária. Os fatores que intervêm em seu curso, por mais que doravante tendam a ser influenciados cientificamente, são em última instância determinados por uma constelação onde não estão ausentes outros elementos, inclusive forças que se sustentam na irracionalidade.

Qualquer que seja o paradigma em que se encaixe, verifica-se que a pesquisa social, qualquer que ela seja, não pode deixar de desempenhar uma função orientadora no contexto social. A especificidade que a ciência social crítica reivindica para si é a de refletir claramente sobre esse ponto, sem abrir mão de sua pretensão à objetividade no conhecimento. O conhecimento social intervém na realidade, corrigindo, revendo ou afirmando as representações correntes sobre a temática em foco, mas, bem, só o pode fazer

contribuindo para alimentar a discussão racional ou o esclarecimento intelectual: não há outra forma de preservar sua legitimidade.

As reivindicações humanistas e frases esperançosas jamais tiveram poder algum em relação às forças que mantêm um estado de coisas ou processo histórico. Quando não servem como suplementos aglutinadores, servem no máximo como imagens utópicas. A relação crítica supõe romper com o círculo da duplicação, e isto não significa subjetivismo, mas, como se disse, "confronto da coisa com o seu próprio conceito" (Adorno [1968] 1996: 57).

A ciência social crítica, por isso mesmo, não contesta a possibilidade de que as respostas dadas pelos entrevistados ou informantes de uma pesquisa sejam verdadeiras: apenas exige que essas sejam pensadas em função dos processos que as originaram e da sua coerência ou falta de coerência perante aqueles antecedentes.

Convém lembrar que a ciência social degenera em ideologia, sempre que seu compromisso crítico orienta-se pragmaticamente, sempre que os estudos culturais rompem com as normas que os comprometem como forma de episteme. Enfim, eles se finalizam em função de motivos emanados da opinião e do senso comum, mesmo que "oposicionista". Os conhecimentos que porventura se originam dessas disciplinas têm sem dúvida uma retroatividade sobre o presente e afetam nossa atitude com relação ao futuro, mas essa mediação tem um caráter prático, que promana de compromissos feitos, em primeiro lugar, com alguma idéia de saber objetivo.

O pesquisador está obrigado a reconstruir os acontecimentos para averiguar como se produziram realmente, e para sabê-lo precisa recorrer à pesquisa concreta. A pesquisa depende de fatores que, embora não possam ser controlados, podem ser submetidos à reflexão crítica no próprio interesse do conhecimento. Portanto, conclui-se que, se organizarmos o material histórico a partir de valores não-discriminatórios e esclarecidos, se compreendermos os processos sociais de acordo com a vontade de seus sujeitos, mas também no que tem de não-sabido para esses mesmos sujeitos, então estaremos sendo objetivos, estaremos tentando elaborar conhecimento.

O contexto vital condiciona a pesquisa, qualquer que seja ela: os valores são inseparáveis da prática do pesquisador. O fato não autoriza, porém, que ele faça juízos de valor. O conhecimento está

comprometido com a norma da objetividade. A postura crítica e a auto-reflexão devem valer não apenas para o exame do objeto, mas para a práxis do pesquisador. O comprometimento crítico de seu ponto de vista epistêmico e valorativo com os horizontes emancipatórios eventualmente universalizáveis de sua época não está menos isento de avaliação do que as contradições desse horizonte para com seu contexto histórico de efetivação.

O pensamento crítico dialético defende que a relação do investigador com seus objetos de estudo, antes que metodológica, é histórica. A sociedade não é só objeto, seja natural ou cultural; é sempre sujeito e objeto ao mesmo tempo. Os conceitos dialéticos designam processos e mediações, e não algo que seria em si mesmo. A sociedade não é uma coisa, mas uma relação entre seres humanos, e, portanto, sua natureza só pode ser apreendida conceitualmente, por meio da apreensão de suas múltiplas mediações. A teoria corrige a pesquisa, e a pesquisa corrige a teoria. O método não depende de qualquer ideal, mas do objeto: constrói-se como momento dele, pois a coisa estudada nunca é coisa totalmente, devendo ser pensada com a ajuda de conceitos, cuja raiz se encontra em seu próprio movimento de posição histórica.

> A experiência do caráter contraditório da realidade social [em seus vários aspectos] não é um ponto de partida arbitrário, e sim o motivo que basicamente constitui a possibilidade da existência da sociologia. Somente para quem pode conceber a sociedade como outra que não a existente é que a sociedade se torna verdadeiro problema de investigação (Adorno [1962] 1986: 59).

A pesquisa social crítica deseja compreender problemas da época atual a partir da determinação das forças que operam na estrutura que lhe fornece o contexto, a partir da conexão entre estrutura e tendência, ainda que sem passar por alto o ponto de vista do sujeito, pois "se desejamos entender as mudanças dinâmicas de uma estrutura social contemporânea, devemos tratar de discernir seu desenvolvimento a longo prazo e, de acordo com isso, perguntar: em virtude de que mecânica ocorrem essas tendências e como ela está alterando a estrutura da sociedade?" (Mills, 1961: 165).

O pesquisador jamais pode esquecer, porém, que está sempre situado nesse processo e que só a partir de sua situação é que constrói metodicamente o saber; precisa manter esse dado na consciência, se quiser ser consciente e objetivo epistemicamente. O compromisso último é com a racionalidade intelectual, a liberdade política e a ética da independência espiritual, já que não foram outros os valores que articularam essa forma de saber e se sedimentaram ao longo de sua trajetória histórica.

Acontece atualmente que esses valores estão socavados dentro e fora dos meios intelectuais, em razão da profunda crise por que, há cerca de um século, vêm passando as estruturas políticas, sociais e culturais do mundo ocidental. As atividades científicas vivem um processo de tecnificação que, no campo dos estudos sociais, tem efeitos espirituais devastadores. O resultado é que os valores inerentes à ciência social crítica, enquanto valores históricos, agora "não são nem transcendentais nem imanentes: são apenas os valores proclamados por muitos e praticados, dentro de certos limites, em pequenos círculos" (Idem, p. 190).

Deixando para outra ocasião o comentário mais aprofundado desse importante tema, verifica-se, recapitulando, que existem diferenças no tocante aos fundamentos epistemológicos, às estratégias metodológicas e à concepção do campo de estudos da ciência social. Interpretados em termos críticos, históricos e dialéticos, os fundamentos epistemológicos da mesma podem ser entendidos à luz de cinco fatores.

Em primeiro lugar, precisa-se mencionar os interesses de conhecimento, por meio dos quais as necessidades de orientação na sociedade se prolongam para dentro da atividade científica. Em segundo, as perspectivas orientadoras sobre as transformações do homem e do seu mundo no tempo e no espaço, que procuram corresponder a esses interesses. Em seguida, as regras metódicas, com as quais a experiência cultural é inserida nas perspectivas orientadoras através de pesquisa (processo no qual essas últimas são modificadas e concretizadas). Depois vêm as formas de exposição, em que a matéria é elaborada e apresentada aos interessados e, enfim, poder-se-ia ainda perguntar pelas funções desempenhadas pelo saber no contexto social vivido pelo próprio pesquisador.

As perspectivas teóricas de orientação emanam dos interesses de conhecimento, fundamentando os princípios metodológicos de pesquisa do objeto. Os resultados dessa última são elaborados pelas formas de representação e endereçados às pessoas interessadas, no meio das quais assumem funções práticas de orientação histórica. Os paradigmas de compreensão da ciência social são todos formas de manifestação disso que se poderia chamar de razão ou imaginação social-histórica. A especificidade da ciência social crítica não estaria relativamente ao registro, no fato de ele tentar escapar, mas, sim, no esforço que faz para conservá-lo reflexivamente não só na consciência metodológica, mas no curso da atividade de investigação.

A formação e o desenvolvimento dessa matriz, cumpre notar, não podem ser dissociados das transformações verificadas na sociedade. O estatuto da mesma é o de um esquema estrutural mais aberto, porque sujeito à revisão de acordo com o progresso da criatividade histórica. Oriunda de uma reflexão metateórica, objetiva apenas fornecer, com ou sem adequação, um modelo de compreensão sobre como se estrutura a prática da pesquisa e que coloca a si, e não só a seu modelo de ciência, a exigência de auto-reflexão. A pertinência que nela se encontra não é pequena, porém, ao notarmos o quanto suas indicações podem ser esclarecedoras em um meio marcado pela falta de uma consciência metodológica mais elaborada.

Os pesquisadores da comunicação operam, muitas vezes, com fundamentos epistemológicos que divergem de sua correspondente estratégia explanatória; noutras ocasiões, combinam conceitos cujo registro epistêmico é distinto; e, por fim, também articulam técnicas de pesquisa que dificilmente se encaixam em sua pretendida chave de interpretação. A definição dos tipos puros em que tem se fundado a pesquisa social, como a dos elementos disciplinares presentes em sua matriz mais abrangente, pode ser de valia na promoção de um maior esclarecimento relativamente a esses problemas, sempre que não venha a se tornar um fim em si mesma e não coloque à pesquisa impedimentos formais que possam obstaculizar suas motivações originárias e seu impulso epistêmico.

Referências bibliográficas

1.*Clássicos da teoria das ciências sociais*
DILTHEY, W. *Introducción a las ciencias del espiritu*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948.
DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1968.
WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortes, 1992.
WRIGHT MILLS, Charles. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

2. *Ciência social crítica*
ADORNO, Theodor. *Scritti Sociologici*. Turim: Einaudi, [1972] 1976.
ADORNO, Theodor *Introducción a la sociología*. Barcelona: Gedisa, 1996.
ADORNO, Theodor. *Epistemología y ciencias sociales*. Madri: Cátedra, 2001.
ELIAS, Norbert. *Conocimiento y poder*. Barcelona: La Piqueta, 1994.
ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.
HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
HABERMAS, Jürgen. *La lógica de las ciências sociales*. Madri: Taurus, 1988.
MCLAREN, P. & KINCHELOW, J, Rethinking critical theory and qualitative research. In NORMAN DENZIN & YVONNE LINCOLN (orgs.): *The landscape of qualitative research*. Londres: Sage, 2003.
MORROW, R. *Critical Theory and methodology*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

3. *Teoria crítica*
AGGER, Ben. *Cultural studies as critical theory*. Londres: Falmer, 1992.
BENHABIB, S. *Critique, norm and utopia*. Nova York: Columbia University Press, 1986.
CALHOUM, Craig. *Critical Social Theory*. Cambridge (MA): Blackwell, 1995.

FAY, Brian. *Critical social science*. Ithaca (NY): Cornell Univ. Press, 1987.
FOUCAULT, M. *The politics of truth*. Nova York: Semiotext, 1997.
GEUSS, R. *Teoria crítica*. Campinas: Papirus, 1988.
HONNETH, Axel. *The critique of power*. Cambridge (MA): MIT Press, 1991.
HOY, D. & McCARTHY, T. *Critical theory*. Oxford (UK), Blackwell, 1994.
McCARTHY, Thomas. *Ideales e ilusiones*. Madri: Técnos, 1992.

4.*Suplementos*

AGGER, Ben. *Critical social theories*. Boulder (CO): Westview, 1998.
ARCHER, Margareth. *Realist social theory*. Cambridge: CUP, 1995.
CALHOUM, C., LIPUMA, E. & POSTONE, M. (orgs.) *Bourdieu.* Oxford: Polity, 1993.
ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.
FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1984.
GADAMER, H.G. *Verdad y método*. Salamanca: Sigueme, 1987.
GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
HELLER, A. *Teoria de la historia*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1984.
LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
OUTHWAITE, William. *New philosophies of social science*. Nova York: Macmillan, 1987.
RICOUER, Paul. *Hermenêutica e Ideologia*. Rio: Francisco Alves, 1977.

Capítulo 2
Trajetórias da pesquisa em comunicação

As comunicações ainda constituem um campo novo no âmbito do conhecimento científico, humanístico e tecnológico. A bibliografia especializada tem crescido muito nas últimas décadas, sobretudo no berço desse saber, os países anglo-saxões; mas, por outro lado, é problemático o acervo de conhecimento disponível. Surgido no período entre-guerras, pode-se dizer que a situação do campo, hoje, é a de uma área em processo de legitimação acadêmica, a despeito do fato de já ter assegurado sua repartição no interior da universidade.

O problema não é difícil de entender quando se lembra a novidade histórica do fenômeno em discussão: *comunicação* só se tornou conceito do conjunto de mensagens que circulam por intermédio da televisão, cartaz, rádio, imprensa, computador e outros meios técnicos por volta de 1940 (Estados Unidos).

A televisão desempenha hoje um papel central na estruturação da vida doméstica e da conversação pública em todas as partes do mundo, consumindo, em média, 30 horas do tempo livre disponível pelo cidadão global - e, apesar disso, tem pouco mais de meio século de existência. O jornalismo impresso apresenta uma história mais longa, tendo seu estudo iniciado nas primeiras décadas do século passado, quando ocorreu sua popularização nos países ocidentais avançados. Entretanto, ainda hoje não faz e, talvez, jamais venha a fazer parte do cotidiano dos milhões e milhões de pessoas que, por motivos diversos, não têm contato com a cultura literária e as formas de raciocínio público que ela ensejou historicamente.

Em segundo lugar, precisamos considerar que os fenômenos de mídia se encontram em permanente mudança, ensejando o aparecimento contínuo de problemas e exigências cada vez mais variados e complexos a todos os que, direta ou indiretamente, procuram lhe dar uma disciplina. Nessa área, vive-se em função do agora, senão do futuro imediato. O jornalismo impresso nem bem fora estudado e lhe sucedeu uma teledifusão, que já não concentra tanto interesse diante do avanço das chamadas novas tecnologias de informação.

A comunicação é uma faculdade humana cuja aquisição remonta às origens da própria vida do indivíduo e da sociedade. A proliferação de tecnologias e a profissionalização de suas práticas ocorrida em nosso século não modificaram sua essência, mas, sim, seu poder e dimensão. Nas últimas décadas, transformou-se de maneira profunda a forma como o homem comum se relaciona com seu tempo, para não falar da própria estrutura e sentido da cultura na sociedade.

O desenvolvimento tecnológico e as forças econômicas que lhe estão associadas alteraram as coordenadas de tempo e espaço por esse homem vividas, encurtando as distâncias que o separam de seus semelhantes em outras partes do mundo, ao homogeneizar a noção de atualidade. O conhecimento do que se passa nas mais diversas searas da vida agora não leva muitas horas para se tornar acessível a quem possuir meios e estiver interessado.

Por outro lado, as relações de dependência e situações de perigo em que esse homem se vê situado, embora abrandadas, parecem colocar-se cada vez mais fora de seu alcance: são maiores os riscos e ameaças que passamos a correr em um sistema de vida mundial e instantâneo, no contexto do qual os processos de formação da vontade dependem de decisões tomadas por algumas poucas empresas mundiais, e a falência de uma economia local repercute de maneira imediata nos mercados do planeta inteiro.

A civilização que se descortina por meio da comunicação, entretanto, não é menos formidável pela crise que enseja às formas de cultura tradicionais. A universidade, as igrejas, os costumes, os valores, a própria idéia do que vem a ser o humano: nada escapa ao questionamento e a uma certa exaustão no contexto de uma realidade que se liquefaz em sensações, ritmos e imagens cada vez mais fugazes, rápidas e insignificantes.

Os problemas com que os estudiosos da matéria têm se defrontado ao tentar legitimá-la como área do saber provêm, em parte, dessa situação, que atrai a atenção de quase todas as outras disciplinas, ao repercutir nos vários domínios da práxis coletiva. O crescente interesse de outras áreas para com os fenômenos de mídia, embora legítimo e inevitável, todavia não é um complicador menos importante nesse processo, considerando que a pretendida interdisciplinaridade resultante dele por diversas vezes tem se revelado um obstáculo que

dificulta a obtenção de um maior rigor científico. Os métodos de trabalho de que se dispõe são, nessa área, tão duvidosos e movediços quanto os próprios contornos do campo de investigação.

2.1 Tendências gerais da investigação

Desde o início, colocou-se aos pesquisadores do assunto o dilema de sua abordagem, dividida entre os enfoques humanístico, científico e tecnológico. À primeira vista, parece ser um problema de direção, mas de fato o ponto tem raízes mais fundas, transcendendo as questões de ordem epistemológica.

A revolução nas comunicações suscitou demandas e criou situações que, além de heterogêneas e contraditórias, longe estão de ter sido solucionadas, dado que o processo ainda está em pleno andamento. A preocupação em entender o significado histórico e cultural das transformações em curso e suas conseqüências sobre a vida das pessoas, visando situá-las criticamente no processo, foi atropelada pelo interesse em conhecer suas variáveis empíricas e desenvolver novos meios de explorá-lo, a fim de tirar proveito de todas as suas possibilidades.

O estatuto desse campo de estudos é, pois, incerto e não permite que se tenha conceito claro porque, enquanto tal, é ao mesmo tempo "organizador de práticas científicas, reflexivas ou profissionais; resposta às demandas que emanam dos estados e das grandes corporações; inspirador de mudanças nessas mesmas organizações; e, enfim, ainda está na origem ou ao lado das mudanças que ocorrem nas práticas culturais e/ou modalidades de difusão e aquisição do conhecimento", como diz Bernard Miège (1995: 21).

A comunicação, não por acaso, é uma das áreas em que se pronunciam de maneira extremada as contradições da chamada cultura do profissionalismo. Acredita-se que o saber pode ser reduzido à técnica, e, portanto, a prática tem primazia sobre a reflexão. O resultado é a contínua incerteza sobre a direção que se deve dar ao estudo do assunto, considerando que, carente de ciência, a técnica não avança e, sem formação teórica, não há atividade científica.

Lazarsfeld por certo tinha consciência desse problema quando escreveu o manifesto de fundação dos estudos de comunicação midiada, *Remarks on critical and administrative communication research* (*Studies in Philosophy and social Sciences*, Vol. 9 [2-16] 1941). A centralidade do texto provém, sobretudo, do fato de ter registrado, em seu nascedouro, as perspectivas de abordagem que ainda hoje marcam os limites do campo de estudo da comunicação. O reconhecimento de que o profissionalismo não se opõe à atividade científica e de que esta é, antes, um dos fatores de seu progresso todavia não é uma implicação menor do documento.

Conforme observa o estudioso, à investigação cientificamente estruturada cabe, desde as primeiras décadas do século, um significativo papel no desenvolvimento das empresas, agências e profissões da comunicação. O crescimento dessa indústria é dependente do trabalho de pesquisa, porque é através dela que se pode fazer com que suas ferramentas sejam melhor conhecidas e, assim, possam ser melhor dominadas e exploradas pelos interessados.

Os primeiros a usar os instrumentos das ciências humanas para investigar os fenômenos de mídia não foram, em sua ampla maioria, pensadores, acadêmicos e cientistas de ofício, mas profissionais e homens de indústria, que descobriram na prática a importância das pesquisas de audiência, sondagens de opinião, análises de mercado e laboratórios de informação. A transformação da matéria em objeto de interesse acadêmico se definiu mais tarde, quando a própria dimensão adquirida pela coisa levou a que se acrescentasse à formação profissional dada pelos cursos de jornalismo, publicidade, relações públicas e outros uma formação científica, especializada em comunicação.

Os Estados Unidos, como se disse, saíram na frente no tocante a esse processo, em função de possuir a indústria mais moderna nessa área. Nos anos 1960, seguiram-lhes os principais países europeus, apesar de em poucas linhas todo um programa de pesquisa ter sido definido por Max Weber ainda na primeira década do século XX (cf. Beth e Pross, 1987: 13-17).

No Brasil, a transformação dos (poucos) cursos profissionais em cursos com embasamento em ciências da comunicação verificou-se no início dos anos 1970. A trajetória da pesquisa no país todavia tem se

caracterizado por sua fraca marcação do ponto de vista temático e metodológico. Bastante recente, encontra-se ainda em processo de consolidação, não logrando encontrar nem a sustentação que a prática dos estudos empíricos e quantitativos conferiu à pesquisa anglo-saxã, nem a erudição humanística que faz convergir os vários ramos e tendências da pesquisa européia. Ainda mais grave, verifica-se que hoje, quando a produção na área começa a revelar maior regularidade e qualidade, a conjuntura intelectual é de todo hostil a essa espécie de estilização epistemológica, tornando o panorama extremamente fragmentado quer nos métodos de estudo empregados, quer nas problemáticas e áreas de pesquisa merecedoras de interesse.

As primeiras contribuições originaram-se, aqui e no mundo, de pesquisadores de outras áreas; em parte ainda continua a ser assim. As principais referências acadêmicas feitas nesse meio são de estudos e idéias que têm curso sobretudo fora do seu campo institucional.

Observe-se que isso não é mau do ponto de vista do saber, até porque os fenômenos de comunicação, enquanto agenciadores cada vez mais presentes e intensos de quase todos os processos sociais, só podem ser reveladores para um olhar que os tematize a partir de uma preocupação não-especializada. Polêmicas como as de Lippman e Dewey nos anos 1920, sobre a fortuna da opinião pública na era das mídias massivas, tiveram maior alcance social que a querela de métodos entre economia política e estudos culturais, tipicamente acadêmica, em período recente (cf. Ferguson & Golding, 1997).

Lazarsfeld chamou nas origens de científico-administrativa a abordagem dos estudos de comunicação que se desenvolve em conexão mais ou menos direta com a prática e entretém relações orgânicas com as empresas e instituições que a sustentam. Ao estudioso não passou despercebido, porém, que as comunicações acabaram tornando-se instrumentos tão complexos, que essa própria linha de estudo teria muito a ganhar se pudesse integrar à sua pauta as questões formuladas por outras, onde o que está em jogo é o conhecimento da situação histórica global, no qual se desenvolvem as comunicações.

Na condição de fundador de um novo campo do saber, que acabou assumindo, o pesquisador logrou perceber que as comunicações não podem ser estudadas apenas do ponto de vista profissional. Pois se a

técnica é a solução de muitos problemas, nem por isso deixa de ser geradora de outros novos, como mostra o interesse pelo assunto despertado em outras disciplinas. Acontecimentos como o pânico provocado pela transmissão radiofônica feita por Orson Weles de *A guerra dos mundos* (1938) e a mobilização propagandística das massas pelos movimentos totalitários serviram para mostrar os limites da abordagem meramente instrumental, ao descortinar circunstâncias históricas, sociais e culturais de amplo significado, embora de pouco interesse epistêmico para a pesquisa administrativa.

Noutros termos, revelaram que a mídia desenvolve-se de um modo problemático, que não apenas merece ser estudado de maneira autônoma (pesquisa básica), mas enseja o surgimento de uma outra forma de reflexão, preocupada sobretudo em conhecer o impacto desse processo sobre o homem e a sociedade, ao qual se deu o nome de pesquisa crítica, em função da matriz teórica em que trabalharam seus pioneiros e contemporâneos, os pensadores da chamada Escola de Frankfurt.

Segundo a abordagem crítica, a investigação em comunicação deve ter um sentido reflexivo e humanístico: a principal pergunta que ela deve responder não é sobre sua melhor forma de exploração, mas sobre o seu significado na vida social. O pragmatismo pode ser prejudicial, dado que tem vistas curtas e pouca responsabilidade no tocante às suas conseqüências. As tecnologias que subjazem à ação da mídia não são neutras, pressupondo um conceito de pessoa humana e uma forma de sociedade que devem ser devidamente esclarecidos em seu impacto, para que não nos tornemos vítimas inconscientes do seu vertiginoso desenvolvimento.

Desde o início dos anos 1940, as comunicações formam de qualquer modo um campo de estudo que se divide em duas linhas de abordagem: a crítica e a administrativa. Nos extremos, verifica-se a existência de pesquisas com fins puramente mercadológicos e, em muito menor escala, ideológicos. O centro é ocupado pelos programas de pesquisa que, embora se deixem influenciar por esses extremos, procuram não obstante desenvolver o estudo da mídia de acordo com um ou outro ideal crítico e/ou científico.

Os principais momentos da história dessa corrente central podem, cremos, ser resumidos em quatro, conforme defendemos no que segue.

O leitor deverá notar que as etapas indicadas a seguir não se sucedem por substituição: possuem um momento de início, mas não de encerramento. Passado seu eventual auge, as tendências de pesquisa que ensejaram seguem sua carreira ao lado das anteriores ou das que estão emergindo.

Deixaremos de lado neste relato o ensaísmo crítico que o tema gerou dentro e fora dos círculos universitários.

1. *Período clássico: a Escola de Columbia (1940-1960*) - Durante as primeiras décadas do século passado desenvolveu-se junto com as comunicações de massa a crença de que os veículos de opinião e as técnicas de informação podiam ser usados para controlar e dirigir essas massas de acordo com nossa vontade e sem que elas tomassem consciência desse controle e direcionamento. Desde o estudo pioneiro de Lasswell (*Propaganda technique in the World War*, 1927), a propaganda não só tinha sido descoberta como poderosa arma de guerra, mas terminara tornando-se modelo da ação comunicativa institucional. Acreditava-se que "a manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizados das massas" era possível e que aqueles que manipulam as massas através dos meios colocados a nosso dispor pela técnica moderna poderiam constituir uma espécie de "governo invisível" (Edward Bernays, 1928).

Lazarsfeld formou desde Columbia um coletivo que, laborando com espírito de escola e poderoso esquema de financiamento, assumiu como tarefa sua submeter essa crença à prova empírica. Simpatizante das concepções defendidas pelo Círculo de Viena, o referido grupo defendia a tese de que o saber se baseia em fatos, não em idéias. O entendimento segundo o qual as pessoas se deixam afetar de maneira passiva e inconsciente pela mídia e, portanto, podemos empregá-la com sucesso virtualmente garantido para dirigir a opinião pública e controlar a conduta da população constitui, no melhor dos casos, uma hipótese que precisa ser testada para ser aceita como conhecimento.

A problemática dos efeitos da comunicação de massa, como passou a ser chamada, necessita ser examinada empiricamente, desenhando-se métodos capazes de levantar dados objetivos e mensurar as reações das pessoas às mensagens que lhes são endereçadas. Cantrill, Gaudet e Herzog haviam examinado o ponto

post-factum no estudo que o primeiro dirigiu sobre a transmissão e recepção de *A guerra dos mundos* (*The Invasion from Mars*, 1940). Parecia importante em seguida confrontar causa e efeito, mantendo sob controle o primeiro elemento. A oportunidade para encetar essa espécie de estudo foi ensejada pela campanha eleitoral para a presidência americana de 1940 .

Roosevelt candidatara-se a um terceiro mandato, à revelia da oposição da maior parte da mídia. A propaganda do postulante seria capaz de reverter a situação? As comunicações teriam o poder de influenciar o voto do eleitorado? Visando responder a essas perguntas, planejou-se um vasto projeto de pesquisa para medir as reações do eleitor ao noticiário político e as campanhas de propaganda através dos meios de comunicação.

Seguindo uma estratégia que se tornou clássica, os estudiosos procederam a um minucioso acompanhamento da conduta dos diferentes segmentos que compunham o eleitorado por meio de sucessivas entrevistas com pequenos grupos de informantes, selecionados por critérios de amostragem, em uma localidade típica do país, Ehrie, Ohio. Os resultados revelaram que as comunicações tinham pouca influência na formação da vontade política e no processo de decisão dos votantes, mostrando-se fator de reforço, ao invés de mudança, das opiniões e condutas do eleitorado.

People's choice (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet, 1944) assentou assim as bases para uma reavaliação do problema dos efeitos da mídia, que seria confirmada por meio de uma série de outros estudos conduzidos por essa época, como *Voting* (Lazarsfeld, Berelson & McPhee, [1948]1954), *Mass Persuasion* (Merton, [1944]1946) e *Personal Influence* (Lazarsfeld & Katz, [1945] 1955).

Em linhas gerais, o fundamento dessa reavaliação é a descoberta de que as comunicações de massa não agem como causa dos fenômenos anímicos que têm lugar na vida do público sujeito à sua influência. As pesquisas provaram que a eficácia da mídia relaciona-se com um processo mais complexo, que foge ao raio de ação dos que a comandam. A capacidade de produzir efeitos não depende das mensagens, mas de predisposições, socialmente condicionadas, da audiência.

A relação entre emissor e receptor não depende da vontade do primeiro, nem pode ser por ele controlada: é uma variável, entre outras, do sistema social em que está inserida. A capacidade de mudar é muito inferior a de reforçar a conduta e opinião existentes e, havendo, consiste em uma influência que depende ou atua junto com outros fatores, como a posição social, formação familiar, nível de instrução e crenças políticas do indivíduo.

A propaganda política parece poderosa à primeira vista, mas só tem influência sobre as pessoas sem crenças partidárias definidas e dispostas a mudar, não sendo forte porque pessoas como essas são as que menos se interessam pelas campanhas. A propalada violência que a mídia difunde pode reforçar tendências preexistentes entre as pessoas que a ela se expõem, mas, mesmo assim, não deve ser vista como sua criadora, dado que a mídia em geral não atua com base no esquema estímulo-resposta. O consumo de informação pode ocorrer sem que haja mudança de atitude e a mudança de atitude possível, sem modificação do comportamento. Inclusive onde parece ter sido achada uma prova de efeitos, nos estudos experimentais, "nada implica e por certo não revela que as crenças ou condutas aprendidas sob essas condições podem ser generalizadas para a vida cotidiana, quer de maneira rotineira, quer de maneira ocasional" (Livingstone in Gurevitch e Curran, 1996: 311).

2. A contribuição do funcionalismo e a ascensão da semiótica (1960-1980) - O paradigma de estudo da mídia, a que deu lugar a chamada teoria dos efeitos limitados e indiretos, surgida dos trabalhos pioneiros, conquistou, com o passar do tempo, uma dominância que só viria a ser abalada nos anos 1970. A emergência da investigação européia na década anterior não resultou em verdadeira contestação; os protocolos adquiridos até então passaram a ser empregados em projetos de utilização das comunicações para o desenvolvimento nos países atrasados ("difusionismo"); e o aparente beco-sem-saída ou desilusão com os resultados obtidos com a pesquisa dos efeitos foram enfrentados com a busca de referenciais teóricos mais abrangentes nos dois lados do Atlântico.

Nos Estados Unidos, o *funcionalismo* forneceu o referencial interpretativo da corrente de pesquisa empírica conhecida como dos

usos e gratificações. A pergunta pelos efeitos tinha chegado a conclusões de caráter sobretudo negativo. Os estudiosos questionaram-se então se não seria o caso de mudar a pergunta, procurar saber o que as pessoas fazem com a mídia, em vez de tentar saber como ela as afeta ou influencia. Enquanto na Alemanha o funcionalismo revestiu-se, à luz da chamada publicística, de um caráter essencialmente normativo (Haggemann, 1947; Dovifat, 1969), em seguida teórico (Prakke, 1969) e finalmente histórico-sistemático (Pross, 1970, 1972, 1974), nos demais centros de pesquisa ele caracterizou-se por forte acento empirista, embora uma ou outra tentativa de teorização tenha aparecido (Charles Wright: *Mass communications*, 1970).

Nesse sentido, as propostas de pesquisa que engendrou foram importantes porque começaram o deslocamento do centro de interesse da pesquisa de mídia do emissor para o receptor. A concepção do público como coletivo de receptores mais ou menos passivos cedeu lugar à idéia de sujeito ativo, que se conduz de maneira consciente e motivada, visando satisfazer certas necessidades via os meios de comunicação.

Teoricamente, as investigações sobre os usos e gratificações importaram, por sua vez, na superação do entendimento das comunicações como uma variável empírica que provoca impacto ou influencia a conduta social de maneira mais ou menos arbitrária. O pressuposto funcionalista de que o conhecimento do uso permite determinar o significado do fenômeno, o efeito é a função, permitiu o surgimento de um conceito mais orgânico de mídia, conforme se pode ver, por exemplo, nas pesquisas dirigidas por Katz (*The uses of mass communication*, 1974) ou Blumler & McQuail (*Television in politics*, 1968).

O reconhecimento de que as comunicações constituem um conjunto de instituições e processos possuidor de certas funções na sociedade todavia não repercutiu de maneira realmente significativa na investigação. Falando de modo geral, os resultados nessa área têm sido pífios, apesar de já terem passado bons anos desde seu lançamento. As descobertas tendem a ser triviais, consistindo, sobretudo, em uma lista cada vez maior de motivos pelos quais as pessoas consomem ou fazem uso da mídia e a partir da qual se procura

constituir uma série de tipologias que determinam as várias relações empíricas entre esses motivos e as diversas expressões da comunicação.

Na Europa, a procura de um referencial teórico mais sólido para as pesquisas nessa área, que marca o período em juízo, está ligada à exploração do potencial epistêmico contido em uma outra tendência do paradigma dominante: os estudos de análise de conteúdo, cujo ponto de partida se encontra nos trabalhos de outro fundador do campo, Harold Lasswell, e o discurso do método foi sistematizado por Berelson (*Content analysis in communication research*, 1952). Na França e Itália, principalmente, o movimento de renovação dos conceitos e métodos de estudo das ciências humanas conhecido como *estruturalismo* forneceu os meios com os quais vem se tentando superar as limitações da abordagem empirista e quantitativa desse tipo de estudo, cujo foco são as mensagens veiculadas nos processos de comunicação.

Embora no primeiro país os estudos empíricos de estrutura, opinião e conteúdo tenham dado lugar à corrente de pesquisa (Kaiser; 1962; Cazeneuve, 1967; Terrou, 1968; Morin, 1969; Burgelin, 1970; Cazeneuve 1974), os principais estudos conduzidos nesses centros foram feitos no plano da análise interpretativa de conteúdo e sob inspiração do método estruturalista a partir do foco irradiador que representaram o *Centre d'Études de la Communication de Masse*, criado por Roland Barthes, Edgar Morin e Georges Friedman, e o *Instituto Agostino Gemelli*, por Francesco Alberoni, Franco Rositi e Gianfranco Bettetini, ambos em 1960.

Roland Barthes (1957) e Umberto Eco (1964), entre outros, deram o tom a partir dessa época, retirando dos estudos de mídia a condição de área à parte, para situá-los no âmbito da *semiologia;* isto é, uma ciência geral dos signos, cujas origens provêm da lingüística de Ferdinand de Saussure. Para eles, a principal tarefa de uma ciência da comunicação consiste em descobrir o significado das mensagens, admitindo que o processo é por ele organizado. Contudo essa dimensão não se encontra no conteúdo manifesto da notícia ou do anúncio, por exemplo, mas em um estrato latente, o que exige do analista a passagem do plano da análise do conteúdo para o plano da análise estrutural da mensagem.

Nos anos 1970, a semiótica, como passou a ser chamada a ciência geral dos signos, difundiu-se por diversos centros de pesquisa em todo o mundo. O conceito de mensagem deu lugar ao de texto, e os métodos de análise foram redefinidos em função da idéia de discurso. Entretanto, a continuidade da tradição não foi quebrada, conservando a condição de pesquisa dos códigos e regras de geração do sentido nas várias formas de comunicação, como fica patente em estudos sobre o cinema (Metz, 1972), a publicidade (Williamson, 1976) ou o jornalismo (Verón, 1979).

A contribuição dada por essa tendência ao entendimento do significado nas esferas da publicidade, notícia, filmes, moda e histórias em quadrinhos por certo não pode ser minimizada. Os instrumentos criados e desenvolvidos pela semiótica sem dúvida vêm ajudando os estudiosos das comunicações a entender melhor as linguagens da mídia. A cientificidade almejada pelos semioticistas em relação às suas investigações todavia não tem se justificado plenamente.

As conclusões a que se costuma chegar pretendem ser descrições objetivas das estruturas de sentido presentes no discurso, mas, em regra, carecem de base empírica e, por isso, diversas vezes se parecem com relatos contendo as impressões subjetivas ("leituras") sobre a matéria, feitas pelo pesquisador. Os instrumentos de análise podem ser valiosos, mas não se pode esquecer que eles são apenas meios de conhecimento: o sentido é uma dimensão que depende de outros fatos sociais e só pode ser apreendido de maneira concreta em um contexto determinado.

3. *O retorno à hipótese da mídia forte e a retomada do enfoque crítico (1970-1990)* - Elizabeth Noelle-Neuman cunhou com a expressão "retorno ao conceito de mídia forte" uma espécie de senha da crise que se abateu sobre o paradigma dominante nos anos 1970. Seguidora dos métodos de pesquisa empírica concebidos por seus pares norte-americanos, a investigadora implantou com Silbermann (1959, 1973), Maletzke (1963, 1967) e outros a *mass communication research* na Alemanha durante os anos 1950. Diversamente, porém, acabou propondo uma nova hipótese teórica, de base psicossocial sobre seu impacto na sociedade, por meio de sucessivos escritos, que

repercutiram inclusive nos Estados Unidos (*Die Schweigenspirale*, 1980).

O desenvolvimento de novos meios, sobretudo da televisão, e a espetacularização da vida política puseram em dúvida a validade das pesquisas pioneiras, fazendo ressurgir a hipótese de que a mídia tem o poder de mudar as atitudes e, a longo prazo, a conduta de uma população, principalmente nos centros de pesquisa norte-americanos e seus satélites.

Nos últimos vinte e cinco anos, foram diversas as tentativas empíricas de demonstrar o poder de agenda dos noticiários políticos, a capacidade de aculturação da audiência por parte da violência veiculada pela televisão e os silenciamentos impostos à discussão pública pela indústria das comunicações. Lamentavelmente, porém, tem sido pequeno o sucesso das investigações levadas a cabo com esses propósitos. Os resultados via de regra apresentam-se como inconclusivos, e não se tem obtido evidência o bastante para comprovar as hipóteses do poder de agenda e de cultivação de atitudes que a mídia possuiria e conforme defendem estudiosos como Gerbner (Signorielli & Morgan, 1990) ou McCombs (McCombs & Shaw, 1993).

Na América Latina, a conjuntura foi marcada por uma reavaliação crítica do empirismo derivado da presença dos seguidores da Escola de Columbia (cf. Beltrán in Moragas, 1993). Proclamou-se de modo um tanto precário a independência da pesquisa local, que, primeiro, procurou orientação metodológica alternativa nas correntes européias (sobretudo a economia política marxista e a semiologia de corte estruturalista). Posteriormente, porém, a tendência ao questionamento das estruturas sociais e culturais assim ensejado começou a assumir novas formas. "[Aquela] posição, pela repetição, pela simplificação e pelo mecanicismo da abordagem, esgotou-se: foi quando o denuncismo já não bastava" (Berger, 2001: 261). Os estudos sobre a dependência da região foram então assumindo um caráter fortemente culturalista, culminando com o papel referencial que, com o passar do tempo, adquiriu na pesquisa a obra *De los medios a las mediaciones*(1987), de Jesus Martin Barbero.

Na Europa, o questionamento do paradigma dominante, entrementes, tomou direção distinta, procedendo-se à retomada do

legado crítico, associado ao espírito de pesquisa pela Escola de Frankfurt. Theodor Adorno e Max Horkheimer, expoentes do grupo, criaram a expressão indústria cultural nos anos 1940, para dar conta da maneira como as comunicações colaboram no processo de transformação da cultura em mercadoria que tem lugar na sociedade contemporânea. O ressurgimento dessa perspectiva de abordagem algumas décadas mais tarde resultou do esforço em entender as comunicações no marco da crítica à economia política marxista.

Em Leicester (Golding, Murdock, Elliot), Tampere (Tapio Varis), Berlim (Hoffman), Milão (Richieri), Grenoble (Flichy, Miège), Londres (Curran e Garnham), San Diego (Herbert Schiller), Cidade do México e Santiago do Chile (ILET) formaram-se coletivos de pesquisa, cujo centro de interesse era a análise da mídia como negócio e indústria. As comunicações, defenderam, possuem muita força, mas esta não pode ser entendida em termos de impacto. A pesquisa empírica sobre os efeitos e mesmo sobre os usos é inadequada em sentido teórico e metodológico. O fenômeno em foco constitui antes de mais nada um negócio, e, portanto, é a partir da análise da maneira como ele se estrutura e funciona enquanto empresa que produz e negocia com o conhecimento, informação e lazer, bens cada vez mais valorizados em nossa sociedade, que poderemos entendê-lo devidamente.

As comunicações desempenham um papel importante na formação e reprodução das idéias dominantes; legitimam ou ajudam a tornar aceitáveis as estruturas de poder e injustiças existentes em nossa realidade. O problema todavia não deve ser estudado partindo do conteúdo das mensagens ou de seus efeitos sobre o público. A explicação deve ser buscada, primeiro, no fato de elas serem veiculadas por empresas cada vez mais poderosas e concentradas, que tendem a subordinar o bem público aos interesses privados em escalas local, nacional e mundial.

Equivocadamente ou não e a despeito de seu caráter engajado, a perspectiva contribuiu bastante para aumentar nosso conhecimento sobre as estratégias de controle político e empresarial das comunicações, o significado econômico das novas tecnologias, o imperialismo cultural, a distribuição internacional dos fluxos de notícias, as rotinas que organizam a indústria da informação e a

dependência do fenômeno às políticas públicas dos governos. Nos últimos anos, verificou-se um ligeiro deslocamento, e a temática central dos seguidores dessa linha de estudo passou a ser, como foi óbvio, a maneira como a mídia serve de agência do processo de globalização. Em conjunto, merecem menção em relação às matérias acima não só as pesquisas feitas pelos autores citados, como também as conduzidas por Vincent Mosco, Donald Altheide, Dallas Smythe, Cees Hamelinck, Janet Wasco e Armand Mattelart.

4. *A emergência dos estudos culturais (desde 1980)* - O movimento interdisciplinar mundialmente conhecido como estudos culturais não constitui uma corrente de pesquisa específica da área de comunicação, mas sem dúvida tem sido um fator de relativa renovação de seus protocolos durante os últimos anos. Explorando a idéia de cultura em seu sentido popular e cotidiano, os praticantes dessa abordagem têm incentivado os estudiosos dessa área a entender seus temas de interesse como fenômenos onde se conectam e condensam diversos outros pontos em pauta no debate público em curso em nosso tempo, como, por exemplo, as relações de gênero, a pedagogia popular, a política alternativa, o problema das subculturas e as mudanças de identidade na era da globalização.

Diretamente associados à chamada Escola de Birmingham em seus primórdios, os estudos culturais desenvolveram nessa época uma abordagem crítica da cultura, bastante influenciada pelo estruturalismo e pela semiologia materialistas, que se voltou para a mídia com o propósito de entender suas relações com a estrutura de classes por meio da análise de sua dimensão ideológica. Tendo como referência fundadora mais específica a pesquisa de Hoggart sobre os padrões de leitura da classe operária inglesa em uma época sujeita a crescentes mudanças, provocadas pela comercialização da cultura por empresas profissionalizadas (Hoggart, 1957), a tendência se consolidou no centro de estudos por ele criado naquela cidade ao longo dos anos 1970.

Pondo de lado a pergunta sociológica pelos efeitos comportamentais das comunicações de massa, a perspectiva em tela situa-se no plano "das pesquisas globais sobre as instituições, suas produções, seu público e as relações entre ambos", para pôr o

problema ainda mais central sobre o sentido das formas culturais, que todavia "segue sendo visto como uma questão das instituições e sobre a organização das relações sociais" (Williams, [1982] 1996:103).

Bastante original na aplicação (Williams, 1961, 1965, 1974; Stevenson, 1995: 11-26), a proposta assim assentada foi implementada na direção de algum modo distinto pelo grupo de Birmingham. Para Stuart Hall e seu coletivo, os fenômenos de comunicação podiam ser vistos como portadores de um significado essencialmente ideológico e podiam ser compreendidos mediante uma combinação de análises textuais das mensagens com estudos etnográficos da maneira como esses textos eram decodificados pelo público. A pesquisa sobre o modo como as práticas discursivas de construção do texto veiculado pelas comunicações em massa convergia com o estudo dos diversos modos como as audiências reagem a elas durante sua recepção. A produção de efeitos ideológicos não-intencionais por parte das mensagens que por eles circulam tem contrapartida na resistência, senão contra-ofensiva, que encontram por parte do público dentro de dadas condições sociais e históricas.

Posteriormente, essa ênfase foi se modificando, passando ao primeiro plano o conceito de cultura, à medida que a vanguarda desse movimento se deixou colonizar pela abordagem antropológica. Os culturalistas chegaram à conclusão de que a mídia é formadora de um processo que deve ser entendido a partir da recepção. A procura de um ponto de equilíbrio entre o estudo da mensagem e a análise da recepção foi abandonada. As mensagens, passou-se a admitir, só adquirem sentido na subjetividade dos diversos grupos sociais e, portanto, para decidir seu impacto, é preciso recorrer a uma etnografia das audiências. O público não somente usa a mídia para dar sentido a seus processos vitais, mas se apropria desses meios de acordo com critérios que fogem ao controle dos produtores culturais, como procuraram mostrar as pesquisas coordenadas por Michel de Certeau.

A perspectiva serviu de base para as chamadas pesquisas de recepção, que vêm sendo feitas em todo o mundo desde uns vinte anos para cá e que corroboram a hipótese de que as comunicações carecem do poder de provocar mudanças na conduta e maneira de pensar das pessoas, que lhes confere o senso comum. As tecnologias de informação funcionam em contextos culturais que não podem ser pura

e simplesmente desconsiderados, pois é a partir deles que as pessoas se engajam nos processos de comunicação.

Possuindo expressivos colaboradores latino-americanos em sua linha de frente, como Renato Ortiz, Nestor Canclini, Jesus M. Barbero, Guillermo Orozco e Anibal Ford, os estudos culturais nutrem uma tendência de pesquisa que, conforme parece, ainda não disse a última palavra. Segundo tudo indica, porém, os estudos de recepção encontram-se num ponto de esgotamento, embora não as concepções populistas de cultura que lhe subjazem, como fica patente em escritos como os que redigiram Ian Chambers ou John Fiske. Em Lawrence Grossberg, David Morley, Ian Ang, Angela McRobbie, Roger Silverstone e outros autores, observa-se que os fenômenos de comunicação já não são mais vistos sob essa ótica, projetando-se numa escala bem mais ampla, que situa as questões temáticas dos estudos culturais (classe, raça e sexo) no plano, muitas vezes politicamente anódino, do diálogo intercultural e dos processos de globalização.

* * *

A recapitulação da matéria feita nas seções anteriores, apesar de breve, mostra que as principais tendências da pesquisa em comunicação constituem expressões intelectuais dependentes da evolução das ciências sociais e humanas no último século. De certo, foram e vêm sendo feitos vários esforços para separá-la dessa ligadura. Entretanto, constata-se que os manifestos programáticos têm tido pouca eficácia prática, pelos motivos já assinalados.

O reordenamento ou desorganização dos saberes em curso na cultura contemporânea provavelmente terá considerável impacto nas definições que a área faz acerca de si mesma. As transformações que parecem estar por vir podem ser salutares no sentido de desviá-la para outras questões e pontos de vista, como deixa claro, por exemplo, a crescente imbricação da especulação teórica com a pesquisa tecnológica.

Os fenômenos de comunicação nascidos com a conversão das tecnologias informacionais em utensílios domésticos avançam de

modo cada vez mais rápido e começam a descortinar frentes de saber originalíssimas, cujos horizontes desafiam os limites de nossa imaginação (cf. Gibson, Lance & Strate, 1996; Biocca & Levy, 1995; Maldonado, 1998; Aronowitz, 1998; Wolton, 1998; Bolder & Grusin 1999; Bell & Kennedy, 2000).

Considerando os escritos de alguns de seus porta-vozes e vanguardas, com que teremos de nos ocupar noutra ocasião, podemos supor o quanto as idéias que daí estão surgindo poderão significar em aumento da confusão doutrinária que ainda hoje reina na área enquanto campo intelectual, especialmente em países onde ainda há muito que fazer em termos de melhoramento da pesquisa, como é o caso do Brasil.

2.2 Sinopse da pesquisa no Brasil

Deixando em mente a última observação, apresenta-se em seguida um esquema bastante simplificado em que se procura periodizar a produção nacional a partir da literatura divulgada sob a forma de livros, ainda que se tenha levado em conta também alguns trabalhos publicados em revistas acadêmicas. As proposições são tão ou mais seletivas e esquemáticas do que na seção anterior, tendo em vista aqui a pequena quantidade e o baixo nível acadêmico do material historiográfico disponível.

Observe-se, em primeiro lugar, que a expressão *comunicação*, como designadora de um fenômeno social e cultural novo, é, entre nós, bastante recente, não sendo encontrada antes do final dos anos 1960. Trabalhos como os de Rizzini (1946), Rabelo (1957), Vianny (1958), por exemplo, a desconhecem por completo. Apenas com o processo de modernização econômica e institucional, a formação de um mercado de bens culturais de massas, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a explosão urbana ocorridos nessa época e conhecidos em conjunto pela expressão "milagre brasileiro" é que essa expressão passou a designar não só tal coisa, mas uma agenda de reflexão entre a intelectualidade brasileira. Traduzido em 1968, McLuhan é nesse sentido um marco, porque desde então seria cada vez mais relevante entender as comunicações no Brasil.

Comunicação social (1970), Estudos de jornalismo comparado (1972) *e Sociologia da imprensa brasileira* (1973), de José Marques de Melo, constituem para nós três obras fundadoras dos estudos acadêmicos dessa área em nosso país. A primeira estabeleceu os limites do campo e lançou as principais linhas de erudição a serem seguidas no seu estudo. A segunda propôs um conjunto de princípios metodológicos que predominou pelo menos nos dez anos seguintes, colaborando para dar unidade gnosiológica ao campo. A terceira, enfim, explicitou o referencial teórico de fundo em que se projetaria boa parte da pesquisa acadêmica mais convencional a partir de então: o funcionalismo sistêmico, matizado com materiais historiográficos (cf. Gobbi, 2001).

Seguindo as pistas lançadas por Luiz Beltrão (1960; 1986), egresso da área acadêmica de jornalismo, o primeiro volume citado no parágrafo acima condensa numa espécie de manual ou enciclopédia os principais conceitos e métodos de estudo em voga à época. Conforme observamos, constata-se nele a pretensão de converter a comunicação em um campo merecedor de estudo científico especializado, que possui seus próprios fundamentos teóricos e métodos de investigação. Ainda hoje essa é uma das linhas de força que demarcam o terreno de suas discussões. Associada à trajetória da Intercom (1977), entidade que contribuiu de maneira decisiva para consolidar a comunicação como campo de estudo particular em nosso país (Lopez, 1997: 75-114; Melo, 1997: 147-182) e a inseriu no contexto internacional (Fadul, [1983]1986; Melo 1990), a perspectiva fez escola e influencia todos aqueles que pretendem separar a comunicação dos estudos humanísticos, de onde se originou a pesquisa, tendo gerado uma bem identificada série de estudos.

Confira, por exemplo, Marconi, 1980; Buitoni, 1981; Melo, 1981; Fadul, Melo e Lins da Silva, 1982; Pereira e Miranda, 1983; Melo, 1985, Ortriwano, 1985; Lima, 1985; Ramos 1985; Melo, 1987; Bastos, 1988; Prado, 1989; Santoro, 1989; Hoineff, 1991; Silva, 1992; Squirra, 1993; Soares, 1994; Bassanezi, 1995; Pinho, 1996; Borelli, 1996; Duarte, 1997; Queiroz, 1997; Wainberg, 1997; Perosa, 1998; Lage, 1999; Faro, 1999; e Prioli & Borelli, 2000.

Entretanto, verifica-se que esse enfoque, embora hegemônico, não se impôs sem contestação, provinda da oposição silenciosa e pouco

percebida de uma outra corrente, em que os fenômenos de comunicação são vistos de forma mais ampla, como parte dos fenômenos sociais e culturais e que, portanto, possuem uma autonomia extremamente relativa. Presente desde a mesma época em foco nos estudos do que poderíamos chamar de tradição pluralista ou cosmopolita (carioca, de origem), ela converge com o interesse que a partir dos anos 1970 a comunicação passa a despertar para os estudiosos e pesquisadores de áreas mais consagradas do saber acadêmico, tais como a sociologia e a antropologia, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Considerando a *História da imprensa brasileira* (Sodré, 1966) um trabalho feito em horizonte totalmente estranho ao com que lidamos nestas páginas, ainda que nada de melhor a tenha substituído até nossos dias, cremos que marcos inaugurais da segunda perspectiva referida acima seriam o *Dicionário básico de comunicação* (Costa Lima, Dória e Katz, 1971, 1975) e *Sociologia da comunicação* (Gabriel Cohn, [1971] 1973).

Muniz Sodré vem representando essa tendência desde seus primórdios até a atualidade, conforme demonstra sua obra já vasta, que se contrapõe à igualmente ampla de José Marques de Melo, se tomarmos como ponto de partida *A comunicação do grotesco* (Sodré, 1971).

Informaçao, linguagem, comunicação (1970), de Décio Pignatari, representa, ao invés, o marco de uma terceira tendência, bastante ligada aos estudos literários e ao campo de interesse da semiologia, que, todavia, sempre ocupou posto muito secundário na preferência dos estudiosos da comunicação, apesar de, em anos mais recentes, ter-se tornado referência como linha de pesquisa em alguns cursos de pós-graduação. Desde os anos 1970, pode-se de todo modo encontrar registros de sua presença nessa área, bastando para tanto folhear, por exemplo, os estudos de Antônio Fausto Neto, Milton José Pinto e Lúcia Santaella.

Associados à teoria da ideologia althusseriana e suas variações, os métodos de que lançou mão foram testados em estudos sobre a literatura de cordel, a publicidade, os programas de auditório, a imprensa cotidiana, as revistas de variedades e as campanhas de formação de opinião pública, conforme se pode ver em Fausto Neto

(1980), Santaella (1982), Pedroso (1983), Orlandi (1984), Campos (1987), Rocco (1988), Pinto (1989), Fausto Neto (1991), Dias (1996), Pinto (1999), Fausto Neto (2000).

Também há trabalhos que, em período muito recente, vêm tentando romper a moldura em geral muito estreita colocada à reflexão e ao exame dos fenômenos culturais que envolvem a comunicação por parte dessa linha de pesquisa, como são os de Voesse (1996) e Antonini (2000). Entretanto, parece difícil ver de que modo podem fazer escola ou mesmo podem ser seguidos mais amplamente. Fracassaram ainda nos anos 1970, época de aparição, as tentativas no sentido de matizar os pontos de vista e fazer convergir as três tendências existentes no campo, conforme demonstra a trajetória da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação (Abepec, 1972-1980).

Relativamente à segunda tendência, observamos que os trabalhos originários do meio intelectual carioca, por razões ainda a esclarecer, não lograriam estabelecer linha de continuidade. A condução da perspectiva mais humanista e com menos pretensão à especialização que representaram floresceu sobretudo em meio às ciências sociais paulistas. Distanciando-se do espírito mais inclinado à filosofia do Rio de Janeiro, a vertente de corte mais humanista e com menos acento comunicacional encarnou-se, nos primeiros tempos, sobretudo nas contribuições dessa escola de sociologia e na maneira como ela foi influenciada pela Escola de Frankfurt.

No capítulo seguinte, procede-se a uma revisão analítica da trajetória de pesquisa e das linhas mestras da reflexão passível de ser associada à pesquisa crítica em comunicação no Brasil. Notamos apenas que, se não são poucos os problemas metodológicos a serem notados nessa tendência, muitíssimo maiores são as deficiências presentes na produção acadêmica mais padronizada nesse campo de investigação. A precariedade dos recursos epistemológicos disponíveis, cada vez mais variados, dispersos e heterogêneos, reflete-se, sobretudo, na pouca expressividade dos resultados alcançados pela sua produção intelectual.

Apesar do ecletismo teórico dominante, a extrema modéstia dos estudos pioneiros, que marcou o primeiro decênio da pesquisa, parece que hoje está sanada, depois de uma difícil transição que envolveu a

assimilação da contribuição da chamada escola latino-americana (Barbero e Canclini).

Depois da onda gramsciana, que se conectou com um interesse prático e teórico na comunicação popular (Fadul, Melo & Lins da Silva, 1982), e da culturalista, que fez parcela expressiva dos pesquisadores se voltar para os estudos de recepção (ambas nos anos 1980), estabeleceu-se uma espécie de normalização do retalhamento e da heterogeneidade. A abordagem estritamente comunicacional, que chegou a ser defendida durante bom tempo, arrefeceu, e os trabalhos feitos por nativos do campo tendem a convergir, sempre que primam pelo cuidado, com as normas acadêmicas das pesquisas originadas de campos próximos, que mantêm interesse nas questões da cultura e da comunicação.

Contudo, observa-se que até mesmo a investigação mais ambiciosa e formalmente bem-acabada nessa direção dificilmente escapa da trivialidade nos resultados, quando não se baseia em projetos conceitualmente equivocados, conforme se pode ver ao passar os olhos pela literatura especializada contemporânea. Em geral, afirmaríamos, a produção melhor realizada no sentido de assentar uma contribuição duradoura à área de conhecimento, deixando fora do comentário a literatura crítica, tende a ser de corte historiográfico, como no caso da competente história da *Folha de São Paulo* elaborada por Carlos Guilherme Mota & Maria Helena Capelato (1980), ou a da propaganda política pelo rádio, escrita por Sônia Moreira (1998).

Certamente verificam-se exceções a essa tendência, conforme se pode constatar no estudo sobre a relação da criança com a programação infantil de TV, elaborada à luz de uma teoria dos mitos e sua função na cultura moderna (Fischer, 1983); no exame das variáveis que estruturaram a formação e a atividade da televisão pública paulista, de Leal Filho ([1986]1988); no esforço de interpretação histórica imanente que fecha a análise de conteúdo diacrônica de *O Pasquim*, feita por José Luiz Braga (1991); ou ainda na pesquisa sobre o desenvolvimento das relações entre estado e indústria cinematográfica brasileira e, num segundo estágio, sobre a maneira como elas foram registradas pela produção audiovisual entre os anos 1950 e 1980, de José Mário Ramos (1983; [1990]1995).

Celeste Mira, apenas para ilustrar, estrutura ao mesmo tempo com leveza e precisão sua pesquisa sobre a maneira como se originaram e se estruturam para a sociedade os programas de auditório do empresário Sílvio Santos. A recapitulação de sua trajetória histórica como comunicador logra apontar tanto as condições sociais sucessivas por que o gênero passou em nosso país durante os últimos anos quanto as matrizes culturais seculares por ele agenciadas. Inclusive o emprego de dados estatísticos e informações colhidas mediante entrevista ou observação participante é feito com um esmero que não os deixa romper o fio ao mesmo tempo narrativo e argumentativo da exposição (1995).

Paula Araujo (1981), Xavier (1984), Rocha (1985), Machado (1987), Travancas (1993), Lenharo (1995), Fico (1996), Lunardelli (1996), Senra (1996), Carneiro (1997) Mariani (1998), Capelato (1998), Parente (1999), Mendonça (1999) e Tota (2000) representam também uma produção acadêmica bastante gabaritada, em que os temas de interesse dos chamados estudos de comunicação merecem tratamento rigoroso na abordagem, substancial nos materiais e conclusivo nos resultados. A regra, porém, não nos parece essa, levando em conta apenas os trabalhos de pesquisa publicados, como já tivemos ocasião de notar em relação a um ou outro estudo realizado nos últimos tempos. Nesse espaço, trata-se apenas de apontar, comentando rapidamente uma espécie de problema recorrente neles contido em referência a recente estudo sobre televisão e criança e, ainda, a outro sobre cinema e cultura brasileira.

Cristina Meneguello (1996), por exemplo, propõe-se a estudar como o cinema hollywoodiano de meados do século passado transcende a produção fílmica e se projeta, via outros meios, em uma rede de apoios e reforços culturais que o torna "extremamente produtivo" num centro dominado como o Brasil. Seguindo a moda, pretende-se fugir da determinação de influências e da discussão de valores, da visão instrumental do poder tanto quanto da concepção que desativa o receptor, da contraposição entre uma cultura de elite dominante e uma cultura popular dominada. "As polarizações abortam a idéia de circulação, pois a prendem entre dois pontos e a condenam a uma problema de interação, enquanto esta deve ser da ordem da

circulação que em seu movimento e funcionamento efetivamente [a] constitui [enquanto poder instituinte]" (p. 179).

Prescindido desses pólos e, com eles, das figuras do sujeito que os sustentaria, vê-se o público como "uma faixa ampla deslocante" [*sic*], que se constitui apenas no local e no momento em que a rede movediça de discursos o engloba: "produzidos a partir dos signos, via canais de mídia, [seus membros] são localizáveis dentro da rede na qual [eles] são constituídos como sujeitos", que, assim, não são negados, como - sugere a autora - supõem as antigas teorias críticas, mas recuperados "dentro dos próprios processos que os fazem sujeitos" (p. 180).

Extremamente sugestivo em termos de conjunto e rico em materiais, o trabalho deixa o leitor sem saber qual é o sentido dessa circulação de signos tão bem descrita pela pesquisadora. A crítica bastante justa aos esquematismos interpretativos se baseia, sem mostrar consciência, em um nietzscheanismo barato, promovido por uma leitura muito rápida dos textos foucauldianos, por meio do qual o leitor é conduzido aos braços de um empirismo anárquico e sem princípio de orientação, em que, em tese, tudo vale como poder, e o saber sugere que vale tudo. Deixando de propor sua interpretação, resta que, para sua autora, e este é o ponto problemático, qualquer afirmação, "por mais arbitrária que seja, pode pretender possuir a mesma validade, bastando que nela se manifeste, por mínima que seja, uma certa necessidade de interpretação" (Habermas [1968] 1982: 310).

O radicalismo epistemológico pretensamente crítico ou inovador que se desenha assim e que de fato, em termos de crítica, nada possui, já que, carente de princípios valorativos plenamente assumidos, abre as portas à qualquer interpretação, tem sua contrapartida em trabalhos em que o problema, ao contrário, nos parece ser o conformismo de fundo.

Lançando mão de várias estratégias de pesquisa, Inês Sampaio deseja, por exemplo, saber como a criança brasileira é tematizada pela publicidade televisual e, assim, se integra no "processo de construção da realidade", que teria curso por intermédio dessa publicidade. O principal expediente para tanto é uma comparação entre os casos nacional e alemão, mas também se fazem presentes no texto as

análises de conteúdo, o exame de indicadores de audiência e várias entrevistas com profissionais de nosso meio publicitário. Deseja-se fugir do enfoque unidirecional da publicidade e da mídia, no qual essas são "concebidas como instrumento de manipulação do público e sobre o qual elas exerce[ria]m a sua influência (Sampaio, 2000: 143).

Televisão, publicidade e infância é, em geral, bastante cuidadoso ao marcar as diferenças internas existentes nos grupos infanto-juvenis que focaliza, servindo nisso de exemplo para os futuros trabalhos que vierem a ser feitos nesse campo. A preocupação em ser preciso, que se revela assim, nem sempre é, porém, mantida em todas as suas reflexões. A certa altura, por exemplo, postula-se "o surgimento de novas possibilidades de participação da criança e do adolescente na vida pública" com "a constituição de esferas públicas estruturadas a partir das mídias eletrônicas". Perguntaríamos, porém, não só pelas circunstâncias concretas dessas possibilidades, que sem dúvida existem, ainda que não sejam enfocadas pela investigação, mas também pela validade de um raciocínio que as submete a seu modo de tematização pela mídia, levando-se em conta que a mídia não é coisa com vida própria, mas uma criação social que funciona em termos historicamente determinados.

A pesquisadora observa bem que a experiência vicária proporcionada pela mídia pode significar várias coisas distintas para distintos receptores, desde um choque moral até o compartilhamento de crenças à distância, que produz algum alívio das tensões individuais (p. 196). O problema é que, seguindo essa linha de raciocínio, tudo passa, mais do que ser possível, a ser passível de verificação empírica. Ainda que arriscando perder a mão com o gesto, é preciso propor uma perspectiva de interpretação histórica mais densa e efetiva sobre o papel da mídia em relação à criança e ao adolescente. Retomando comentário anterior, conviria que a investigação fosse além da trivialidade funcionalista de que essas figuras sociais são processadas pelas comunicações.

A autora procura escapar do desafio com inteligência, ao propor-se fazer uma comparação empírica entre os casos brasileiro e alemão, mas nisso também não faltam problemas. O estudo do conteúdo da publicidade nos dois países sugere que a criança alemã revela uma postura mais autônoma, mas também mais infantil, já que encarnaria -

predominantemente - os tipos feliz e fantasioso, enquanto a brasileira seria mais dependente e adulta, porque encarnaria, além dos assinalados, os tipos sapeca e precoce (p. 236-238). Ocorre que o texto não deixa claro se é assim porque na sociedade alemã há "incentivo à autonomia infantil" (p. 236) ou, como também se poderia cogitar, nela há incentivo à formação de pessoas autônomas.

Sampaio aceita a primeira hipótese, citada como dada, quando pensada mais a fundo, é altamente problemática (cf. Zuin, 1999). Partindo dessa premissa, o passo seguinte consiste em tentar comprovar o exercício da autonomia da criança alemã, remetendo-se às suas práticas de consumo. O preço pago por isso é a redução da cidadania ao consumo, através da qual reitera-se não só um fenômeno empírico, mas o projeto social do capital em seu atual estágio. Deixando de apontar essa conexão e, no limite, pensá-la criticamente, o texto sucumbe de maneira involuntária a uma legitimação dos processos mercadológicos de visualização e, para empregar um termo cara à autora, de tematização da infância na sociedade contemporânea.

Pondo de lado a possibilidade de multiplicar exemplos, pois não é aqui o objetivo, cumpre, para concluir, observar que, quando não peca pela falta de consistência dos materiais ou pelo simplismo nas proposições, a tendência nos estudos de comunicação mais recentes merecedores de menção, sejam eles empíricos ou teóricos, é a da abordagem "nem-nem" (Roland Barthes): levantam-se pontos para exame, mas não se chega a propor uma verdadeira interpretação, como é o caso, por exemplo, do competente estudo comparativo entre os sistemas de radiodifusão paraestatais brasileiro e argentino à época das ditaduras populistas (Haussen, 1995) ou o exame muito rico e formalmente bem-acabado sobre as minisséries televisuais brasileiras de Narciso Lobo (2000).

Costuma-se contrapor filosoficamente a Compós (1990), entidade congregadora dos pesquisadores de pós-graduação, a Intercom, menos fechada não só do ponto de vista acadêmico, mas social e político. A verdade epistêmica, porém, é que tanto numa quanto noutra o campo de estudos revela-se em processo de fragmentação, que, cumpre notar, não deriva de limitações intrínsecas. Origina-se da própria situação da área no conjunto do saber e de suas tendências de manifestação em nossa contemporaneidade.

Maria Immacolata Lopes observa que "novamente repõem-se [no campo dos estudos de mídia] as *idéias fora do lugar*, agora através da sedução provocada pelos cybertextos [*sic*], ao invés de um trabalho conseqüente e inovador, teoricamente imbricado nas contradições e impasses provocados pela modernidade em países de profundas desigualdades como o nosso" (Lopes, 1997: 17). O problema é, porém, de maior alcance. Partindo das condições de nosso subdesenvolvimento, combinado com o progresso mundial e muito desigual internamente, estamos diante de algo que envolve os efeitos desorganizadores que as transformações tecnológicas e espirituais estão provocando na geração do saber e na produção do pensamento contemporâneo.

Os paradigmas tipicamente estruturados passam por um processo de desintegração e, como em tudo o mais, o que hoje predomina é um clima de vale-tudo. Atualmente, a fragmentação do campo é notável em todos os sentidos, tendendo a abordagem crítica a ser uma entre as tantas outras, em geral ecléticas, que desfilam pelas dependências escolares, publicações especializadas e salas de eventos acadêmicos. O tempo em que se vive nessas situações não mais é, em suma, o da atitude reflexiva individual, mas antes o do espírito festivo das multidões.

2.3 Tendências da pesquisa crítica

Embora disponhamos de alguns bons relatos (Mattelart, 1986; Hardt, 1992; Schiller, 1996), a história da pesquisa crítica em comunicação como um todo até o presente ainda está por ser escrita e examinada. O relato a seguir objetiva apenas propor uma síntese dos principais materiais atualmente acessíveis e apontar de forma um tanto esquemática alguns momentos e linhas de força que julgamos necessário observar, com vistas à realização desse empreendimento.

Nos Estados Unidos, as primeiras abordagens críticas dos fenômenos de comunicação por parte da ciência social estão ligadas à detecção de suas relações com o abuso do poder econômico. Os primeiros a se ocupar com o assunto sublinharam a crescente influência dos interesses econômicos sobre a imprensa, seja na forma

de sua subserviência empresarial, na da manipulação da opinião pública ou na da prostituição clandestina à publicidade.

Dentre os primeiros estudos merecem citação *The Brass Check* (Upton Sinclair, 1919*), The public pays: a study of power propaganda* (Ernest Gruening, 1931), *Our´s master's voice* (James Rorty, 1934), *Lords of the Press* (Georges Seldes, 1938) e *AT&T: Story of Industrial Conquest* (Norman Danielian, 1939).

As premissas em que se baseavam estudos como esses eram ainda em boa parte liberais, e a abordagem de natureza sobretudo normativa, senão moralizante. A explicação era preterida em favor da censura política, estética ou moral, como ainda fica patente em textos escritos um pouco mais tarde, como os de Dwight MacDonald (1944/1952/1960), Frederick Whertan (1954) e Vance Packard (1957/1959).

O crescente mercantilismo imperante nas comunicações era impugnado em nome dos seus pretendidos compromissos institucionais ou informativos, mas em última instância mal-entendido, já que, vindas do passado, conexões como essas eram objeto de uma avaliação que, como ela própria, havia perdido a possibilidade de ser proposta legitimamente dentro das circunstâncias contemporâneas.

A pesquisa era impressionista: o ensaísmo literário era a forma predominante de abordagem dos problemas, por meio da qual a imprensa era condenada a submissão aos interesses econômicos tanto quanto à opinião pública não-esclarecida emergente. Valorativamente, a perspectiva que estudos como os citados defendiam era a de salvaguardar o sistema democrático, porque a vida política e a liberdade individual eram vistas por eles como variáveis dependentes de uma esfera pública aberta e transparente. A transformação estrutural que estava ocorrendo nesse âmbito era passada por alto em seus juízos reflexivos, ainda que isso consistisse no próprio motivo da pesquisa.

A preceptiva era moral, de denúncia e aconselhamento, antes que de análise e investigação, embora não faltassem a reunião e o comentário de documentação. Historicamente, o cenário de fundo consistia na reação às transformações do capitalismo liberal em corporativo por parte do movimento reformista do início do século e,

depois, no radicalismo populista e nos conflitos sociais que emergiram no âmbito da crise econômica dos anos 1930.

Na Europa, as perspectivas críticas mais originais tinham um sentido algo distinto, já que o julgamento dominante a respeito dos fenômenos criados com a ascensão das massas e das comunicações tinha um forte acento preconceituoso e aristocrático. Embora verifique-se a presença de algumas censuras à sua relevância espiritual, procurava-se enfatizar o potencial desses novos veículos na transformação das condições de vida publica e da práxis política da sociedade. Apenas mais tarde, com a ascensão dos movimentos totalitários, o entendimento progressista começou a se associar a uma análise crítica dos novos processos e tecnologias de comunicação.

Representaram ensaios pioneiros na ótica antes referida trabalhos que podem ser exemplificados pelos de Bertolt Brecht (*Teoria do rádio*, 1932), Hans Eisler (*Música e diversão*, 1928), Walter Benjamin (*A obra de arte na era de suas técnicas de reprodução*, 1936), Bela Baláz (*O Homem visível*, 1923) e Siegfried Kracauer (*O ornamento de massas*, 1927).

Responsáveis pela reavaliação crítica dos processos formadores de uma cultura de massas foram, como se sabe, sobretudo os escritos da Escola de Frankfurt. Concebendo uma crítica à indústria cultural durante seu exílio nos Estados Unidos (*A Indústria cultural: o Iluminismo como mistificação das massas*, 1944), Horkheimer e Adorno, sobretudo o último, determinaram uma reorientação nos estudos de comunicação, comprometidos com um pensamento crítico e emancipatório em relação à sociedade, que, de um modo ou de outro, se tornou canônica para todos os que, desde então, procuram estudar reflexivamente essa ordem de fenômenos. Para os autores, as possibilidades emancipatórias e criativas que as tecnologias de comunicação, inventadas desde a imprensa de massas, eventualmente possuíam foram deslocadas desse eixo político e colocadas a serviço do poder econômico, gerando como resultado a sua conversão em ideologia da sociedade industrial, como se referiria nos anos 1960 Herbert Marcuse (*O homem unidimensional*, 1964).

Durante bom tempo dominado pelo espírito ensaístico (Boorstin, 1961; Enzensberger, 1964; Debord, 1967), embora tenha havido algumas tentativas de sugerir-lhe uma disciplina (Barthes, 1957;

Althusser 1970), a reflexão crítica que se desenvolve a partir desse pano de fundo mais amplo começa a adquirir força como tendência de pesquisa no final dos anos 1960. Houve por certo monografias escritas no período anterior que, seguindo a ótica aqui analisada, mereceriam menção (Kracauer, [1947] 1987; Wolfenstein, & Leites, 1950). O esforço que representaram, todavia, não teve continuidade. Desde a época referida, porém, verifica-se a elaboração de uma crítica à economia política das comunicações, que, em suas várias etapas, passou a sustentar um programa de fundo comum, que consiste em examinar os fenômenos de comunicação a partir de seus aspectos econômicos como fenômenos de um mercado da cultura que é agenciado por instituições ordenadas como empresas.

Anunciada por estudos como os de Danielian (1939), de Bachlin (1943) e de Smithe (1957), a perspectiva se consolidaria a partir dos estudos de Schiller (1969) e Guback (1969). O princípio em que se funda não é tanto que "a análise das condições econômicas e políticas dos mercados de massas é parte intrínseca da análise das modernas instituições de lazer e sem a qual essas últimas não podem ser entendidas" (Prokop, 1983:12), mas antes que essas instituições são, sobretudo, "organizações industriais e comerciais que produzem e distribuem mercadorias no contexto da ordem capitalista avançada" (Goldind e Murdock in Miliband & Saville, 1974: 205-206; Garnham [1979] in Moragas, 1995: 109-140).

Destarte, constata-se desde essa época a confecção de uma série de estudos que, partindo de centros já mencionados, propuseram-se a examinar, sucessivamente, as seguintes pautas:

> 1. Investigações sobre os fluxos de informação e intercâmbio de produtos culturais no contexto dos processos de imperialismo e, em seguida, de dependência cultural (Schiller, 1973, 1976, 1981, 1989; Wells, 1972; Mattelart, 1973, 1976, 1979; Nordenstrengt & Varis, 1974, 1976; Somavia, 1977; Eudes, 1978; Flichy, 1980; Beltrán & Fox, 1980).
>
> 2. Investigações sobre a formação das empresas e estruturação dos mercados de comunicação em nível nacional e internacional (Pasquali, 1970; Holzer, 1972; Richieri, 1976; Tunstall, 1977; Miége, 1978;

Boyd-Barret, 1980; Flichy, 1980; Bustamante & Zallo, 1988; Miège, 1989; Mattelart, 1989; Smith, 1991; Herman & McChesney, 1997).

3. Investigações e estudos sobre as relações entre as estruturas econômicas, políticas públicas e empresas de comunicação no âmbito de sociedades nacionais e de suas interações (Mattelart & Piemme, 1980; Hamelinck, 1983; Beninger, 1986; Mattelart & Delcourt, 1986; Bagdikian, 1988; Garnham, 1990; Lojkine, 1992; Zallo, 1992; McChesney, 1993).

4. Investigações sobre a estrutura das empresas, rotinas de produção, relações de classe e sistema de comercialização em escala nacional e internacional (Peter Elliot, 1972; Cesareo, 1974; Schlesinger, 1978; Golding & Elliot, 1979; Gitlin, 1982; Mosco, 1982, 1989; Tunstall, 1993; Wasco, 1994, 1999).

5. Investigações sobre o sentido e função das comunicações no processo de integração econômica conhecido como globalização (Mattelart, 1989; Schlesinger, 1991; Ortiz, 1994; Thussu, 2000).

Em segundo plano, a economia política ocupa-se ainda com as políticas de comunicação e com o modo como os interesses políticos e ideológicos interferem nos conteúdos por ela veiculados (Golding & Middleton, 1982; Herman & Chomsky, 1988).

Os principais problemas com essa abordagem seriam, em nossa ótica, a postulação puramente teórica, subjacente à pesquisa, de que as comunicações operam em função dos interesses de classe que as controlam, reproduzindo ou mesmo inculcando a ideologia dominante entre amplas camadas da população. A premissa de que a comunicação é, sobretudo, um negócio e de que como tal está sujeita, antes de mais nada, à racionalidade econômica não deveria levar a tirar conclusões diretas e imediatas em relação a seu modo de intervenção nos planos de sua efetivação política e cultural.

A contribuição que se encontra nessa linha de estudos não é nada desprezível quando se pensa o quanto tem levado os interessados a saberem sobre as tendências em curso na mídia como atividade econômica, como negócio, mas não deveria levar à dedução mecânica de seu sentido sociocultural, porque há um hiato entre esses dois registros. A centralização, concentração, integração e globalização

cada vez mais aceleradas das estruturas de produção, circulação e difusão dos bens de consumo repercutem de maneira muito variada no conteúdo dos produtos e serviços assim agenciados, porque neles faz-se presente também uma criatividade social que não se deixa reduzir, tanto quanto esse próprio elemento, ao fator econômico.

A lembrança disso é o ponto de partida para considerarmos a contribuição à análise crítica dos fenômenos de comunicação por parte dos estudos culturais.

Conforme observamos na primeira seção deste capítulo, também se perfilam no campo dos estudos críticos algumas correntes dos estudos culturais, sobretudo aquelas que se ligam aos motivos originais da Escola de Birmingham. Passando por alto o ponto, parece-nos forçoso notar, porém, que em vários trabalhos é nesse campo em que se pretendeu inserir sua contribuição ao entendimento da mídia na sociedade contemporânea. Stuart Hall, seu maior guru, escreveu que a pergunta pelos mecanismos de funcionamento dos processos ideológicos através das comunicações e como essas se articulam com outras práticas numa formação social é um elemento central dessa linha de investigação.

> Os aparatos de comunicação não refletem ou meramente expressam um consenso prévio, porque ao invés tendem a reproduzir as próprias definições das situações que favorecem e legitimam a estrutura social existente, de modo que o papel de mero reforço que eles teriam à primeira vista precisa ser reconceituado nos termos do papel que desempenham no processo de formação desse consenso (Hall in Gurevitch, Bennett e Curran, 1982: 63-64; cf. Stevenson, 1995: 35-46).

Dentro dessa linha de raciocínio, parece-nos necessário mencionar, relativamente ao tema de nossa discussão, pelo menos os estudos sobre a estrutura discursiva e recepção familiar de telejornais (Brundson & Morley [1978], Morley [1980]). Partindo de um entendimento anunciado pelo estudo sobre a forma como as comunicações reagiram às formas primevas de contracultura juvenil (Cohen, 1972) e, depois, cobriram as manifestações de protesto do final dos anos 1960 (Hallroran, Elliot e Murdock, 1970), empregando métodos de procedência semiótico-estruturalista ou etnográfica

(Hebdige, 1979), trabalhos como esses lograram superar em conclusão e riqueza de materiais as limitações impostas por um esquema de tipo comunicacional, ainda que mais esclarecido (*Encoding and decoding in television:* Hall, 1973).

Policing the crisis (1976) representa nesse contexto exceção, porque, como no primeiro estudo citado acima (Cohen, 1972), o significado da intervenção da imprensa no processo político britânico pré-thatcherista é inserido em uma perspectiva histórica mais ampla e enquadrado de maneira combinada e desigual num circuito em que também atuam o governo, os partidos, a polícia e o judiciário. Procurando examinar como a figura do assaltante negro se tornou um símbolo de massas da crise por que passou o sistema de hegemonia inglês do pós-guerra, o volume tentou:

> reunir vários campos anteriormente desconectados entre si: a teoria do desvio, mas levando-a para o marco histórico da produção social de etiquetas derrogatórias; o conceito de representação tal como empregado pelos meios de comunicação, situando-o nos circuitos de poder social e político; a teoria do estado, relacionando-a com os debates sobre as formas de estado capitalista; e as teorias das ideologias, concebidas como formas práticas de viver fora das condições imanentes da sociedade (Baker & Beezer, 1994:100-101).

Durante os anos 1980, os estudos culturais tenderam a abandonar seu comprometimento crítico e, apesar das exceções, a ocupar-se, quando o preservaram, de problemáticas demasiado particularistas (gênero, etnia e sexualidade). Embora a crítica cultural tenha se beneficiado da perspectiva (Modleski, 1984; Williamson, 1986; McRobbie 1990), a expressão "critica" se banalizou tremendamente, passando a designar qualquer abordagem não-positivista das comunicações, como comentaram diversos analistas (McGuigan, 1991; Ferguson e Golding, 1998).

De resto, os estudos críticos foram representados durante muito tempo pelas pesquisas sobre o papel dos meios de comunicação na reprodução, senão difusão, da ideologia dominante. Tiveram pouco reflexo os esforços no sentido de articular criticamente uma

abordagem sistêmica da problemática como função do modo de produção capitalista (Haug, 1971; Dröge,1972). Situar-se-iam também nessa direção, por exemplo, os esboços de reflexão sociológica em chave estruturalista dos fenômenos de cultura de mercado e da prática publicitária feitos por Baudrillard (*A sociedade de consumo*, 1970) e Henri-Pierre Jeudy (*La publicité et son enjeu social*, 1977). A principal linha seguida foi a do estudo das estratégias de cobertura dos fatos sociais e manipulação das informações transmitidas ao público, conforme exemplificam sobretudo as pesquisas do Grupo de Mídia da Universidade de Glasgow (*Bad Mews*, 1976; *More Bad News*, 1980; *Really Bad News*, 1982).

Desenvolvida em várias partes com base na teoria dos aparelhos ideológicos de Althusser, a abordagem legou-nos poucos resultados substanciais, cumprindo no máximo o papel momentâneo de denunciar certas realidades até certo ponto óbvias, depois de certo estágio de esclarecimento. Dallas Smythe (1977) apontou em conhecido ensaio o déficit sociológico dessa tendência, por passar muito por alto pelo exame das fundações econômicas da cultura contemporânea, embora também as proposições desse autor não tenham escapado à critica, devido ao seu "equívoco circulacionista" (Murdock, 1978). Aponta-se, contudo, estudos como os de Gitlin (1980), Golding (1982), Chomsky (1988) e Jhally (1990), em que seu esquematismo de fundo é mais ou menos bem encoberto por reflexões teóricas ou materiais empíricos enriquecedores da chamada problemática da ideologia dos meios de comunicação.

Finalmente, mencione-se a variante crítica alimentada pelas importantes contribuições da sociologia da cultura bourdieusiana, ela mesma originadora de estudos de mídia que colidem de todo com suas premissas mais originais (Bourdieu, 1996). A proposta central de seu estruturalismo genético é, como se sabe, analisar os esquemas que geram a ação e os elementos que estruturam campos institucionais.

Artigo pioneiro do autor (Bourdieu & Passeron, 1962), sublinhara que o importante na pesquisa sobre comunicações não são elas mesmas, mas as classes e frações de classe que as usam. O objetivo da pesquisa deveria ser o exame do modo como elas o fazem, seguindo algumas linhas mais ou menos bem estruturadas socialmente (Beaud, 1984; Featherstone, 1995). A performance de uma ação é vista como

aplicação de esquemas interiorizados a circunstâncias particulares. A reconstrução desses esquemas consistiria em etapa básica para explicar a ação, situando-a no contexto no qual, sem saber, os agentes operam socialmente. O papel da pesquisa crítica coincidiria então com a dissolução da falsa consciência em relação a essas determinações, levando os sujeitos sociais a refletirem sobre as mesmas com maior conhecimento e liberdade (cf. Champagne 1990; Accardo, 1995).

Atualmente, o panorama dos estudos críticos de comunicação revela-se de todo modo escandido por pelo menos três linhas de força. A primeira delas parece-nos a dominante e está representada pela abordagem em chave de economia política. A segunda está presente em algumas abordagens dispensadas ao fenômeno por parte dos estudos culturais. A terceira e última, que nos interessa aprofundar um pouco mais aqui, encontra-se representada no que foi chamado de estudos culturais críticos e que preferiríamos chamar de estudos críticos de indústria cultural, já que conservam uma referência às proposições originais da Escola de Frankfurt.

Partindo das contribuições originais de Adorno (Rüdiger, 1999/2002), sobretudo, contam-se entre os principais teóricos e praticantes dessa abordagem autores como Kellner, Jameson e Prokop. Quaisquer que sejam suas limitações, "os paradigmas que ela construiu continuam a inspirar várias análises da relação entre públicos e bens culturais" (Mattellart, 1986: 138). Deixaremos de lado no que segue de comentar as primeiras contribuições ao desenvolvimento dessa abordagem (Weiss, 1969; Prokop, 1970; Sklar, 1974), para salientar ao contrário algumas premissas mais gerais de sua linha de interpretação. Habermas (1962) elaborou um estudo pioneiro, que inspirou muitos mais tarde, sobretudo o de Negt & Klüge (1972), conforme teremos a ocasião de comentar no capítulo seguinte, mas acabou distanciando-se das proposições fundadoras da teoria crítica em favor de uma teoria da ação comunicativa, que situa-se, para nós, em paradigma bastante distinto do que aqui estamos comentado (Rüdiger, 1998: 76-91).

A Fredric Jameson se deve, ao contrário, o esforço no sentido de defender a crítica à indústria cultural como um programa de pesquisa possuidor de sua própria identidade e capacidade de renovação. Conforme escreve o autor, as propostas de estudo sobre a estrutura

mercantil da cultura de massa contida nela ainda não foram esgotadas, isso "sem mencionar a elaboração de um inventário exaustivo de modelos variantes e de outros traços além da reificação mercantil, em termos dos quais seus artefatos poderiam ser analisados" (Jameson, [1977] 1995: 14).

Baseando-se na hipótese da existência de um inconsciente político, segundo o qual os conflitos de classe, preocupações sociais e esperanças coletivas constituem a matéria-prima da produção cultural e são por ele elaborados esteticamente, permitindo que cheguem à consciência individual, ainda que de forma distorcida, o pensador confere à crítica da indústria cultural a condição hermenêutica de método de análise das funções ideológicas tanto quanto dos impulsos utópicos presentes nos bens gerados por essa indústria.

Conforme ele escreve, "as obras de cultura de massa não podem ser ideológicas sem ser, em certo ponto e ao mesmo tempo, implícita ou explicitamente utópicas: não podem manipular a menos que ofereçam um grão genuíno de conteúdo, como paga ao público prestes a ser tão manipulado" (Idem, p. 30).

A cinematografia hollywoodiana, por exemplo, precisa ser vista não somente como uma construção ideológica por meio da qual se recalcam certos problemas sociais via uma solução imaginária: consiste, também, em expressão de um imaginário coletivo de tipo utópico. A manipulação do público com objetivo de venda não pode ser separada nela da apresentação de determinadas esperanças e anseios coletivos.

Os fenômenos de cultura de massa, continua o autor, só são bem-sucedidos porque "contêm como impulso subjacente, embora na forma inconsciente, amiúde distorcida e recalcada, nosso imaginário mais profundo sobre a natureza da vida social, tanto no modo como a vivemos agora como naquele que - sentimos em nosso íntimo - deveria ser [...] não importa quão vago e debilmente [ele apareça] " (*idem*, p. 35).

Conseqüentemente, a prática da indústria cultural precisa ser entendida como "um processo pelo qual impulsos de outra forma perigosos e prototípicos são *administrados* e desativados", já que "esses mesmos impulsos – a matéria-prima sobre a qual age o

processo - são inicialmente despertados dentro do próprio texto que busca silenciá-los" (Jameson, [1981] 1991: 297).

Entretanto, talvez ainda mais importante é sublinhar a maneira como o autor mostra, via análises pontuais, por que a produção cultural constitui um agenciamento coletivo da subjetividade que permite às pessoas se conduzirem ou guiarem em uma realidade massificante, impessoal e reificada. Noutros termos, articula esteticamente as contradições e paradoxos existentes na sociedade de uma maneira que "o público não pode deixar de notar, tenha ou não os instrumentos conceituais para compreender o que tais contradições significam" (Jameson, [1978] 1995: 39).

Jameson retoma a sugestão adorniana de que os esquemas da cultura de massa não só providenciam uma estruturação da experiência, mas têm um aspecto cognitivo, pois permitem às pessoas se orientarem em relação à sua realidade. Conforme observa o pensador, os fenômenos sociais precisam ser representados para se tornar concretos e, por isso, em cada uma de suas figuras estéticas podemos levantar pontos básicos a respeito dos rumos seguidos pela cultura contemporânea.

Cremos que a proposta fica bastante clara, por exemplo, em sua análise dos chamados filmes de conspiração (*Videodrome, Parallax View, All the Presidents Man*). Segundo ele mostra, a conspiração constitui nesses filmes uma espécie de expressão estética que permite - alegoricamente - representar a totalidade em que as pessoas vivem sem saber, via os meios de sua consciência sensível. Em síntese, a temática fornece-lhes uma imagem de como seria o sistema mundial globalizado depois do fim da cosmologia, como diz em *A estética geopolítica* (1992).

Enquanto não surge uma forma de sujeito superior, capaz de lidar com esse sistema como um todo, expressões estéticas como essas adquirem - segundo o autor - uma importância crucial, já que, embora não nos dêem sentido, fazendo jus ao espírito objetivo, provêem-nos de um mínimo de orientação, a partir da qual poder-se-ía, em tese, derivar uma nova prática política.

Em virtude disso e por mais paradoxal que os termos possam parecer, repõe-se aqui, portanto, a exigência da crítica à indústria cultural, segundo a qual as mercadorias culturais devem ser lidas

"como formas novas e peculiares de realismo (ou, pelo menos, de mímese da realidade), ao mesmo tempo em que podem igualmente ser analisadas como parte dos diversos esforços para distrair-nos e desviar-nos da realidade ou encobrir suas contradições, resolvendo-as aparentemente por meio de diferentes mistificações formais" (Jameson, 1991: 49).

Noutros termos, significa que, para essa crítica, a produção cultural nunca tem um sentido único, podendo dar lugar a uma variedade de leituras. As condições de existência do público explicam a função dos bens simbólicos. O sentido objetivo não está em seu conteúdo, mas nas circunstâncias de sua apropriação concreta sob condições determinadas social e historicamente.

Já Dieter Prokop defende há mais de trinta anos que o trabalho de pesquisa em comunicação deve combinar reconstruções estruturais com procedimentos hermenêuticos. Resumidamente, à investigação da produção cultural em chave de estudo econômico-político orientado historicamente é preciso agregar uma leitura crítica das diversas formas de expressão da indústria cultural. Para o autor, o significado dos bens culturais não deve ser procurado em suas estruturas formais, nem no conteúdo manifesto, mas na maneira como permitem o envolvimento da experiência sob determinadas condições. A subjetividade contemporânea é mediada pela produção cultural tecnológica. A tarefa do crítico consiste não apenas em apontá-la, mas em analisar as contradições entre os esquemas culturais da indústria e seu possível conteúdo emancipatório.

> Prokop retoma a posição inovadora de Benjamin que consiste em apreender o campo da produção cultural industrializada como campo contraditório onde se confrontam e onde coexistem lógicas, necessidades e perspectivas diferenciadas (Mattelart, 1986: 139).

O pensador contesta a pesquisa crítica que sai em busca do conteúdo ideológico dos produtos de monopólio, procedendo como se o público recebesse normas de conduta por meio da mídia. "Ela subestima a astúcia das massas, que sabem perfeitamente diferenciar o que é jogo do que é seriedade" (Prokop, 1986:13). Benjamin notara que a consciência dos receptores não é absorvida pela indústria

cultural: no consumo, eles procedem a uma série de testes. O pesquisador segue essa pista, defendendo que as mercadorias culturais movimentam a subjetividade dos consumidores. Os consumidores predispõem-se socialmente ao consumo porque são movidos psiquicamente pelas fantasias acionadas via a prática da indústria cultural.

Os produtos culturais concebidos na esfera dos monopólios combinam momentos de tédio e fascinação, passagens interessantes, que fixam a atenção do público, e passagens cansativas, monótonas, que provocam indiferença. Verifica-se neles uma dinâmica conjunta que move a economia psíquica dos receptores. Os sujeitos são atraídos por certos estímulos, mas esses só existem como faceta positiva de outros, que nem mesmo merecem a chamada, pois, "em determinados aspectos, muitos dos produtos adorados e mais freqüentemente consumidos são simplesmente cansativos" (Idem, p. 152).

A população costuma preferir as formas de exposição esquemáticas e repetitivas, que são, todavia, dinamizadas por variantes capazes de proporcionarem um reconhecimento especializado (por exemplo: as seqüências de perseguições de carros pelas ruas, o rearranjo das canções de amor, os malabarismos acrescentados à dança da moda, etc.). As figuras mais trabalhadas, que demoram, perturbam ou provocam incerteza, são vividas criticamente e como fonte de mal-estar ou aborrecimento (*idem*, p. 192).

A estrutura dos produtos culturais compõe-se, em essência, de *construções sígnicas*, do ponto de vista metapsicológico. O conceito pretende dar conta da forma superior em que se encontram hoje os antigos estereótipos; enquanto estes possuíam um caráter moral, aquelas são tipos construídos com base em médias de gosto. Os apartamentos bem decorados e os pares românticos nos telefilmes, por exemplo, não são estereótipos, mas figuras modais que apelam à consciência sensível das massas em vez da moralidade.

> Na construção sígnica, os produtos de monopólio movimentam a fantasia dos receptores entre dois pólos ; por um lado, o dos valores modais de fantasia, da determinação como clichê, e, por outro, o dos esquemas claros sem dispersão, da tensão superficial, da fantasia categorialmente determinada (*idem*, p. 183).

Deixando de lado esse caminho, mas sem perder de vista seus horizontes, Douglas Kellner sistematizou os princípios da pesquisa crítica pós-adorniana em *Cultura da mídia* (1995). Segundo o autor, a crítica cultural não pode se limitar à critica das ideologias dominantes, devendo "especificar também os momentos utópicos, subversivos, oposicionistas e emancipatórios existentes dentro dos construtos ideológicos que, assim, se opõem às formas existentes de dominação" (1995: 111).

Kellner salienta que a leitura do que chama de estudos culturais críticos é política. A cultura da mídia transcodifica esteticamente as experiências e práticas sociais. Só assim ela obtém ressonância na sociedade. A crítica cultural precisa analisar a mídia em relação às forças de dominação e às forças contra-hegemônicas de resistência. Theodor Adorno deve ser posto mais perto de Ernst Bloch, via Gramsci. O pesquisador preocupado em entender o assunto em pauta deve "proceder à leitura da mídia em função do modo como ela se relaciona com as estruturas de dominação e forças de resistência tanto quanto com as posições ideológicas que elas sinalizam, dentro do contexto dos debates e lutas sociais em curso no momento" (Idem, p. 95).

Observaremos com maior detalhe em capítulo seguinte a forma como o autor conduz esse preceito em um ou outro de seus estudos de comunicação. Finalizando, cumpre notar apenas que essa última tendência comentada, embora longe de ser expressiva, segue atuante. O cansaço evidente em relação à sua exposição teórica não deveria ser tomada como sinal de esterilidade. Realmente ela não parece ter esgotado seu potencial de estímulo à investigação, seja em relação aos processos de comunicação mais tradicionais, seja em relação àqueles associados às novas tecnologias, como tentam demonstrar monografias dos mais diversos tópicos e dos mais distintos alcances (Radway, 1984; Marchand, 1985; Douglas, 1988; Kellner, 1990; Elias, 1991; Gartman, 1994; Mattelart, 1994; Ewen, 1996; Rüdiger, 1996; Marshall, 1997; Trivinho, 1997; Jordan, 1999; Hillis, 1999; Apostolidis, 2000; Prokop, 2002; Illouz, 2005).

Referências bibliográficas

1. *História da pesquisa em comunicação*

BETH, H. & PROSS, H. *Introducción a la ciencia de la comunicación*. Barcelona: Anthropos, 1987.

BELTRÁN, Luis. *Investigación sobre comunicación en Latinoamerica*. La Paz: Plural, 2000.

BERGER, Christa. "A pesquisa em comunicação latino-americana". In Hohlfeldt, A., França, V. & Martino, L. (orgs): *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERGER, C. & CHAFFEE, C. *Handbook of communication science*. Newbury Park (CA): Sage, 1987.

BRETON, P. & PROULX, S. *L'explosion de la communication*. Paris: La Découverte, 1994.

BOURE, R. & PAILLART, I. *Les theories de la communication*. Condé-sur-Noire: Corlet, 1992.

GÓMEZ, Orozco. *La investigación de la comunicación dentro y fuera de la America Latina*. La Plata: EPC/Facultad de periodismo de la Universidad Nacional, 1997.

HARDT, Hanno. *Critical communication studies*. Nova York: Routledge, 1991.

HARDT, Hanno. *Social theories of the press*. Berverly Hills (CA): Sage, 1979.

LEVY, M. & GUREVITCH, M. (orgs.) *Defining media studies*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1994.

LIVOLSI, M. & ROSITI, F. *La ricerca sull'industria culturale*. Roma: Nuova Italia, 1988.

LOWERY, S. & DE FLEUR, M. *Milestones in communication research*. Nova York: Longman, 1988.

MATTELART, Armand. *Penser les medias*. Paris: La Découerte, 1986.

MIÈGE, Bernard. *La pensée comunicationelle*. Grenoble: PUG, 1995.

MORAGAS, Manoel. *Teorias de la comunicación*. Barcelona: GG, 1981.

NOELLE-NEUMANN, E. ET AL. *Publizistik & Massenkommunikation*. Frankfurt: Fischer, 1994.

SAPERAS, Enric. *La sociologia de la comunicación en los Estados Unidos*. Madri : Ariel, 1986.

SCHILLER, Dan. *Theorizing communication*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
WOLF, Mauro. *Los efectos sociales de los media*. Barcelona: Paidós, 1996.

2. *Métodos e técnicas de pesquisa*

ALASUUTARI, Pertti. *Researching Culture*. Londres: Sage, 1995.
BARROS, A. & DUARTE, J. (orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
ALTHEIDE, Donald. *Qualitative media analysis*. Thousands Oaks: Sage, 1996.
BERGER, Asa. *Media analysis techiques*. Thousand Oaks: Sage, 1991.
CASETTI, M. *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Presença. 1997.
DEACON, P. ET AL. *Researching Communications*. Londres: Arnold, 1999.
ECO, Umberto ET AL. *Los efectos de las comunicaciones*. Buenos Aires: Alvarez, 1969.
FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis*. Londres: Arnold, 1995.
GRANDI, Roberto. *Texto y Contexto en los medios de comunicación*. Barcelona: Bosch, 1996.
GÜNTER, Barry. *Media research techniques*. Londres: Sage, 2000.
HANSEN ET AL. *Mass communicatication research methods*. Nova York: NYUP, 1998.
JENSEN, K. & JANKOWSKI, N. *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993.
KRIPPENDORF, Klaus. *Metodología de la análisis de contenido*. Barcelona: Paidós, 1990.
LAZAR, Judith. *La sociologie de la communication*. Paris: Armand Colin, 1990.
LINDLOF, T. *Qualitatite communication research techniques*. Thousand Oaks (CA): Sage, 1995.
THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

3. *Pesquisa em comunicação no Brasil*

CALDAS, Paulo. *Cultura, poder e subjetividade: comunicação na obra de Muniz Sodré*. Porto Alegre: Pucrs, 2001 [Dissertação de mestrado em comunicação].

CAPARELLI, S. & MELO, M. Estado da pesquisa em comunicação no Brasil. *Revista Brasileira de Comunicação* 62/63 (5-46) 1988.
KUNSCH, Margarida & DENCKER, Ada. *Produção científica brasileira em comunicação*. São Paulo: Edicon, 1997.
LOPES, Immacolata. "O estado da pesquisa em comunicação no Brasil". In *Temas contemporâneos em comunicação*. São Paulo: Edicon, 1997.
LOPES, Imacollata (org.): *Vinte anos de ciências da comunicação no Brasil*. Santos: USC, 1999.
MELO, Marques. *Inventário da pesquisa em comunicação brasileira*. São Paulo: Intercom, 1984.
MELO, M. GOOBI, M. & SANTOS, M. (orgs): *Contribuições brasileiras ao pensamento comunicacional latino-americano*. São Bernardo do Campo: Unesco-Metodista, 2001.

4. *Estudos culturais*

BAKER, M. & BEEZER, A. (orgs.) *Introducción a los estudios culturales*. Barcelona: Bosch, 1994.
BRANTLINGER, Patrick. *Crusoe's footprints*. Nova York: Roultledge, 1990.
FERGUSON, M. & GOLDING, P. (orgs.) *Cultural Studies in Question*. Londres: Sage, 1997.
MCGUIGAN, Jim. *Cultural populism*. Londres: Routledge, 1991.
TURNER, Graheme. *British cultural studies*. Londres: Routledge, 1996.

5. *Economia política*

BOLAÑO, César. *Indústria cultural, informação e comunicação*. Campinas: Hucitec, 2000.
GARNHAM, Nicholas. *Emancipation, the media and modernity*. Oxford: OUP, 2000.
HERSCOVITZ, Alain. *Economia política da cultura e da comunicação*. Vitória: Ufes, 1995.
LENT, John (Org.): *A Different road taken*. Boulder (CO): Westview Press, 1995.
MOSCO, V. *The political economy of communication*. Thousand Oaks (CA): Sage, 1995.
ZALLO, R. *Economia de la cultura y de la comunicación*. Madri:Akal, 1988.

6. *Crítica à indústria cultural*
HEINLEIN, Bruno. *Massenkultur in der kritischen theorie*. Erlangen: Palm & Enke, 1985.
COOK, Deborah. *The culture industry revisited*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1996.
KELLNER, Douglas. *Media culture*. Londres: Routldege,1995.
MUÑOZ, B. *Adorno: teoria critica y cultura de masas*. Madri: Fundamentos, 2000.
RÜDIGER, F. *Comunicação e teoria crítica da sociedade*. 2ª ed. Porto Alegre: Pucrs, 2002.
STEINERT, Heinz. *Culture industry*. Cambridge: Polity, 2003.

Capítulo 3
A pesquisa crítica nos estudos de mídia brasileiros

Recapitular a trajetória dos estudos críticos na pesquisa em comunicação brasileira constitui tarefa que tem algo de insólito, já que, se não faltam exemplos em termos de quantidade, é pequeno o número de pesquisas bem conduzidas, sobretudo no plano metódico, a partir dessa perspectiva epistemológica. Seriamente, a Escola de Frankfurt e outras referências fundadoras foram pouco estudadas por nossos especialistas nessa área de conhecimento. Além disso, nessa área, como nas demais de todo o cenário latino-americano:

> há na produção de conhecimento sobre comunicação social uma falta de rigor na generalização, evidenciada na precária construção de objetos de estudo, na ausência de definição de problemáticas e perguntas claras de pesquisa e na falta de explicitação dos processos, decisões e técnicas de coleta de informações (Gómez, 1997: 81-82).

Lins da Silva escreve que a maioria dos estudiosos brasileiros interessados na pesquisa crítica incorporara seus modelos de maneira acrítica. Entretanto, isso vale tanto para aqueles que vêem na indústria cultural "instrumentos de controle e manipulação do pensamento coletivo, que apresentam monoliticamente a ideologia dominante, absorvida de forma passiva e ordeira por uma ignara massa de espectadores alienados"; quanto para os que, como o autor citado, opõem-lhe a visão de que não somente "no seu interior também há espaço para contradições que se expressam nas relações de trabalho e no produto final da indústria", mas também de que esse produto "não é consumido pela audiência de forma uniforme e passiva" (Lins da Silva ([1984] 1985) : 19-21).

Considerando esses juízos extremos, bastante próximos daqueles com que nos deparamos no cotidiano acadêmico, podemos entender porque, embora costume ser referida em boa parte dos trabalhos, vários dos quais até mesmo inspirou, a perspectiva crítica não gera retorno expressivo em termos de resultados. As tentativas de compreendê-la de maneira séria e fundamentada revelam pouca continuidade, não se traduzindo em um programa de pesquisa

conseqüente. Atualmente, encontram-se numa espécie de limbo e é incerto se ainda representam uma tendência de pesquisa e reflexão merecedora de menção, até porque hoje, pelo menos no campo em foco, há muito pouco pensamento teórico e metodológico possuidor de representatividade.

Passado o período em que esteve na moda e - mal ou bem - chegou a se constituir em estímulo produtivo na pesquisa, a abordagem crítica parece ter se dissolvido. A crítica social e a resistência cultural que nela se encarnavam foram perdendo seu charme e poder de atração. As perspectivas se pluralizaram, e hoje ninguém mais sabe bem quais são elas, se é que existem. A compreensão do pensamento crítico passou a ser dada como encerrada com a leitura superficial de um ou outro texto. Os frankfurtianos e outros críticos da mídia passaram a ser classificados como apocalípticos, de acordo com uma distinção bastante primária popularizada entre nós e que terminou se tornando um esquema reificado e um código de contato entre os pesquisadores da comunicação.

Neutralizados por juízos estereotipados, os estudos críticos foram dados como caducos, tornando-se denuncismo rancoroso e discurso depressivo, baseados em uma concepção superada da cultura e da mídia, metodologicamente desprovida dos meios para compreender as benesses da técnica e as contradições da sociedade, a cultura no plural e as mediações na comunicação.

Precisando passar por conclusões da mais absoluta redundância e trivialidade, como a de que "há um movimento da pesquisa tecnológica no sentido de atender às demandas por um maior acesso aos produtos culturais por meio de um barateamento tanto na aquisição como no uso das tecnologias", porque seria seu objetivo "suprir as demandas sociais no que diz respeito à melhoria da qualidade e da quantidade da informação cultural recebida e à ampliação do acesso aos produtos pelo menor preço" (p. 52), chegaram alguns ao veredicto de que McLuhan representa um importante passo a frente no entendimento dos "efeitos benéficos" da comunicação de massas em relação ao enfoque crítico (p. 32), pois, ao contrário daquele, este enfoque trabalha com conceitos de mercado e de indústria cultural incapazes de notar o modo como "o progresso

tecnológico também agecomo um fator de variações [sociais e culturais]" (Puterman, 1994: 22).

Discutimos a validade teórica desse entendimento em outra obra, seguindo um enfoque que, nos capítulos deste volume, nos propomos a desenvolver em termos metodológicos. Partindo dessa premissa, trata-se no que segue de percorrer outro caminho. O propósito desta parte é marcar os principais momentos e discutir, ainda que brevemente, a recepção da perspectiva crítica na pesquisa em comunicação brasileira. A desintegração em curso será deixada de lado, já que remete à discussão mais ampla, uma reflexão sobre nosso tempo, que não cabe fazer num trabalho cujas preocupações são sobretudo de ordem metodológica. A esquizofrenia subjacente a essa postura é consciente por parte do autor e, por isso, ela não o é totalmente, devendo aguardar outro momento para ser entendida de maneira menos imediata.

Distinguiremos três momentos no percurso mencionado: o primeiro refere-se à fase de descoberta e incorporação da abordagem crítica aos estudos de mídia durante os anos 1970. Destacou-se nessa época a recepção do pensamento frankfurtiano, sobretudo por parte da chamada escola paulista de ciências sociais. O emprego sistemático e a leitura apressada do conceito de ideologia em chave funcionalista desvirtuaram, todavia, seu entendimento mais original, como se pode ver nos vários textos do período em que se fez convergir suas idéias com o pensamento althusseriano.

Desenvolvem-se, em seguida, observações sobre como a pesquisa soube elaborar criticamente o pensamento culturalista de origem francesa, flertou com a sociologia da cultura bourdieusiana e aproveitou a contribuição do que se tem convencionado chamar de segunda geração frankfurtiana, por meio de uma breve discussão dos trabalhos de Muniz Sodré, Renato Ortiz e Ciro Marcondes Filho.

Finalmente, procede-se a uma resenha das críticas que a perspectiva crítica passou a receber na segunda metade dos anos 1980, concluindo com um rápido diagnóstico do panorama que oferece nesse setor hoje a pesquisa em comunicação.

3.1 A contribuição da Escola paulista de ciências sociais

Data de 1968 a publicação dos primeiros textos em que os fenômenos de indústria cultural, ainda por enquadrarem-se na chamada "comunicação", perfilam-se à luz de uma reflexão crítica em nosso país. A *Revista da Civilização Brasileira,* possivelmente a de maior circulação nacional entre os intelectuais da época, representou então vanguarda, reproduzindo em português os ensaios *Moda sem tempo: Jazz* (Adorno), *A Obra de arte na era de suas técnicas de reprodução* (Benjamin) e *Liberdade e agressão na sociedade tecnológica* (Marcuse) (Soares, 1999).

O Rio de Janeiro foi o centro dessa primeira recepção da teoria crítica, feita à margem dos meios acadêmicos dominantes, mas com alguma base editorial, como comprovam a referência acima e o interesse pelo tema e a ótica que começa a aparecer também na revista *Tempo Brasileiro*. Graças ao apoio de sua editora, as concepções estéticas desses pensadores foram apresentadas e discutidas em conjunto, pela primeira vez, por José Guilherme Merquior (*Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969).

Dedicando-lhe um número inteiro da revista (1969/1970: vol. 19/20), o coletivo responsável pela editora revelava-se atento ao fato de que a temática estava, por várias razões, em ascensão nos meios culturais e na própria sociedade brasileira. Vamireh Chacon organiza para ele a coletânea *Humanismo e comunicação de massa* (1970), contendo textos de e sobre Adorno, Benjamin e Habermas. Transcorria o auge do milagre brasileiro, vivendo-se uma efervescência cultural com os fenômenos de comunicação que contagiou parte do meio intelectual, ao dirigir sua atenção para esse último território.

Posteriormente, esse interesse em pensar o problema ou questão da comunicação em chave crítica se deslocou mais para São Paulo. O processo de instituição universitária dos estudos de mídia que ali se adiantou durante os anos 1970 ensejou uma busca por conceitos capazes de permitirem uma análise mais crítica, ainda que não-engajada, da comunicação na sociedade.

Devemos a Gabriel Cohn a continuação do trabalho de difusão dos materiais disponíveis nos centros mais avançados para pensar a comunicação, mas, sobretudo, o esforço mais sério até hoje tentado de transformar a perspectiva frankfurtiana em base de um programa de pesquisa sustentável teoricamente. Se *Comunicação e indústria cultural (1972)* merece menção nesse contexto por colocar à disposição dos interessados novos materiais em tradução (Adorno, Lowenthal e Habermas), sua tese de doutorado exige comentário mais detido por várias razões de ordem teórica e metodológica. *Sociologia da comunicação* ([1971] 1973) representa, de fato, um importante momento na recepção da teoria crítica, tendo se tornado uma referência bastante influente em diversos estudos elaborados durante a década de 1970.

Conforme vimos, a Escola de Frankfurt chegou ao Brasil no final dos anos 1960. A conjuntura vivida era a de contestação estudantil. A repressão política coincidia com uma certa efervescência intelectual mais cosmopolita, que abria espaço para aqueles capazes de ajudarem a pensá-la mais amplamente. Marcuse despontava como filósofo da contracultura. A popularidade do filósofo levou a que se publicasse não apenas seus escritos, mas também os do grupo de onde ele provinha. Pertencem a essa época com efeito não apenas os ensaios citados acima, mas *A ideologia da sociedade industrial* (Rio de Janeiro, 1968). Também de importância nesse começo foi a competente coletânea editada por Luiz Costa Lima, *Teoria da cultura de massa* (Rio de Janeiro, 1969), em que, além de outras contribuições dos autores citados, divulgou-se pela primeira vez entre nós o célebre ensaio sobre a indústria cultural que integra a *Dialética do Iluminismo*, de Adorno e Horkheimer

Gabriel Cohn, sugerimos já, não só prosseguiu esse trabalho de documentação como deu início à discussão de suas principais idéias, descobrindo na crítica à indústria cultural os fundamentos para desenvolver uma análise reflexiva dos fenômenos culturais contemporâneos. A abordagem frankfurtiana serve então para embasar um programa de pesquisa, cuja principal preocupação é transcender as categorias do senso comum e dos advogados da mídia. A contribuição que ela pode dar - sugere-se - não se encontra tanto no plano da crítica social da mídia quanto da produção do saber na área da comunicação.

Segundo o autor, a pesquisa em mídia ainda era uma área muito incipiente, precisando proceder a um exame do valor teórico de seus conceitos de análise, se quisesse avançar cientificamente. As comunicações estavam se tornando a cada dia um fenômeno mais importante. Entretanto, sua abordagem era insuficiente. A tendência verificada era de que os estudos que se faziam nessa área eram palco da atuação de concepções ideológicas que procuravam intervir na realidade sem transcendê-la criticamente. Para o autor, a leitura analítica dos antecedentes conceituais da análise crítica serve, em resumo, para chegar à conclusão de que o foco da análise não se deve centrar nas formas de difusão e recepção das mensagens, mas na estrutura do produto cultural.

Parece-nos que esse entendimento, segundo o qual a sociologia da comunicação deve ocupar-se dos produtos e da maneira como eles objetivam o sistema social de produção, visto que eles regem a sua difusão e consumo, constitui o programa básico do que podemos chamar de contribuição da escola paulista de ciências sociais aos estudos de comunicação. Conforme esse programa, "a categoria teórica básica para a análise da comunicação é a da ideologia", e os chamados bens culturais "devem ser entendidos como mercadorias". Conseqüentemente, o trabalho de pesquisa deve "apanhá-los simultaneamente como resultados de uma modalidade dada de produção e como condicionamentos de modalidades correspondentes de consumo" (p. 161-162).

Embora deixando bem claro que a culminação da análise deve centrar-se no modo como essa produção se reflete na estrutura dos bens culturais, a proposta conheceu uma fortuna distinta no trabalho de investigação. A aplicação do enfoque não seguiu a letra do programa. Os estudos que se fizeram a partir de sua recepção concentraram-se nas condições de produção e difusão das expressões da cultura industrial, deixando de fora a análise de sua dimensão ideológica. A crítica à industria cultural foi lida em chave materialista orientada historicamente, onde - de fato - não se fez uso do conceito de ideologia. As reflexões foram conduzidas de maneira a fazer aparecer as condições de produção dos bens culturais, sem que esses últimos tivessem sido realmente analisados.

Colocando de lado estudos onde o conceito de indústria cultural já se apresenta com um sentido meramente descritivo e conduz-se sua análise com meios ecléticos, embora o propósito seja fazer análise crítica (Harbert, [1972] 1973; Miranda, [1975] 1976; Ianni, 1976) exemplificam essa tendência, sobretudo, trabalhos conduzidos no âmbito do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade de São Paulo. Entre outras, mencionem-se, nesse contexto, investigações como o trabalho pioneiro de Othon Jambeiro sobre o sistema de produção da música popular (*Canção de massa*, 1974), o de Maria A. Arruda sobre o desenvolvimento da publicidade brasileira (*A embalagem do sistema*, 1978) e a pesquisa sobre o processo por meio do qual uma parte da imprensa paulistana subsumiu-se à lógica da produção mercantil feita por Gisela Tatschner (*Do jornalismo político à indústria cultural*, 1979). A perspectiva de fundo pode ser consultada folheando a síntese enxuta, mas exposta honestamente e sem simplificação em *Capitalismo e comunicação*, de Albino Rubim ([1980]1988).

Representando parte expressiva do que melhor se produziu na área de comunicação durante os anos 1970, os referidos trabalhos procuraram superar - ainda que não fosse esse o propósito - a objeção segundo a qual a crítica à indústria cultural frankfurtiana caracteriza-se pela revelação de uma "especificidade do processo de produção de mercadorias culturais [que] não chega a ser investigada em si mesma" (Morelli, [1988] 1991 : 24).

Entretanto, a exemplo dos autores dessa objeção, também esses citados não chegaram até o ponto de fazer uma análise imanente dos produtos culturais, tarefa definidora da abordagem frankfurtiana. Noutros termos, verifica-se em todos eles o predomínio de uma abordagem materialista, ainda que histórica, sobre a reflexão crítica e a análise cultural (principais motivos da crítica à industria cultural em Adorno).

Em *Indústria fonográfica*, de Rita Morelli ([1988] 1991), por exemplo, o tratamento materialista das condições de produção dos bens culturais (música popular, no caso) é substituído por uma abordagem antropológica (relações de poder existentes entre os agentes de produção e difusão dessas mercadorias), não se chegando à "análise imanente da produção cultural" (p.24).

Exceção à regra é o livro de Waldenyr Caldas: *Acorde na aurora* ([1975] 1977). Embora a análise que ali se faz da música sertaneja mostre uma certa rigidez, encontra-se nela a tentativa mais próxima de aplicação de um programa elaborado por Cohn, mas também das próprias propostas de Adorno. Resumidamente, significa que nesse livro se acha uma das poucas pesquisas, talvez a única, em que se tenta "fazer a crítica à sociedade através [da análise] dos discursos industrialmente produzidos e consumidos por ela" (Moreira [1977]1979: 17).

Conforme escreve Roberto Moreira, responsável pelo aprofundamento metodológico do programa sugerido por Gabriel Cohn, a perspectiva frankfurtiana carrega consigo um potencial crítico em relação aos conceitos tanto quanto à positividade reivindicada pelos estudiosos da comunicação. A compreensão da cultura como mercadoria tem um significado científico, mas também crítico, já que a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de leitura ideológica dos produtos culturais constitui, também, uma exigência de análise crítica da sociedade (Cf. Moreira, [1977] 1979).

A concretização da proposta do autor, entretanto, revela-se problemática tanto no plano teórico quanto no plano prático. O denominador comum é o mau emprego do conceito de ideologia. Em Moreira, que o trabalha em detalhe, nota-se com espanto como a referida proposta da análise da mídia, baseada na hipótese de que a sociedade se objetiva (figurada) nos produtos culturais da indústria, convive com o entendimento apriorístico de que os veículos dessa indústria são aparelhos ideológicos de Estado (Moreira [1977]1979 : 93).

Levando em conta esse dado, podemos entender por que a aplicação do conceito à análise é deficiente: trabalha-se o conceito no marco da teoria da comunicação.

Consideremos o caso do livro citado de Waldenyr Caldas, *Acorde na aurora*. A abordagem do autor parte do princípio de que o significado ideológico da música sertaneja não está em suas próprias contradições, mas na mensagem que transmite à sociedade, enquanto "instrumento da visão de mundo burguesa". Noutros termos, sustenta-se que "os comunicadores divulgam os valores inerentes à ideologia burguesa através da televisão" ([1975] 1977: 97) e "o consumidor ...

prende-se inevitavelmente às mensagens" (Idem, p. 127). O problema todo está no fato de o mencionado significado não poder ser definido dessa maneira e de a análise do autor não se centrar em nenhuma das categorias mencionadas.

Noutras vezes, o simplismo dos esquemas teóricos comunicacionais é saltado, a elaboração dos materiais cresce em profundidade e não se perde de vista a natureza específica do objeto examinado, mas o entendimento de fundo conserva como horizonte explicativo abstrato a noção de exercício do poder mediante a inculcação de ideologia. A contextualização histórica necessária para dar conta da maneira como esta é mediada pelo produto cultural e, assim, evitar o decisionismo categorial é deixada de lado, como se pode ver no estudo das estruturas da literatura de massas proposto por Flavio Khöte (1995).

O caminho para desatar esse nó, gerador de terríveis esquematismos, que levaram a teoria crítica ao descrédito, está, em nosso modo de ver, numa releitura do conceito de ideologia, na recuperação da dimensão histórica da análise e na observância do princípio de que, na crítica à indústria cultural, "a categoria básica a ser usada não é a de comunicação, que se refere à relação entre o sujeito e seus receptores, mas a de mediação, que é inerente ao próprio objeto" (Cohn, 1971]1973 : 154) [4].

Embora reivindique a inserção de seu trabalho referencial gramsciano, Míriam Goldfeder enquadra sua pesquisa sobre a programação da Rádio Nacional nos anos 1950 (Goldfeder, 1980) de um modo que, segundo nosso ver, ao invés de antagônico como chegou a ser defendido (Lins da Silva, 1980), converge de todo, embora talvez não na ênfase, com o que julgamos ser uma perspectiva ciência social crítica, histórica e dialética de estudo dos fenômenos de comunicação. Como mais tarde o estudo de Marcos Silva (1989), mas com melhor clareza teórica do problema e acabamento metodológico da exposição, o trabalho demonstra de maneira muito adequada como o processo de integração das massas urbanas, acionado pelas cantoras do rádio e pelos programas de auditório e shows de humor ao mesmo tempo permitiu a manifestação controlada e exacerbou as contradições sociais vividas por esses grupos no período em seguida à II Guerra Mundial.

A necessidade de esses grupos encontrarem opções de lazer, promovida pelo trabalho urbano e fabril, encontrou abrigo no rádio, que agenciou sua integração psicológica na sociedade capitalista.

> Referendavam-se assim pressupostos ideológicos gerais que norteavam os setores dominantes do rádio: a ênfase no controle e manifestação da opinião pública e na abertura à participação popular somente quando estritamente necessária para a manutenção da legitimidade da produção simbólica (p. 161).

No limite, porém, havia manifestações que aprofundavam ou mesmo intensificavam essas tensões, traduzindo para o plano dos cristais de massas e dos produtos culturais as tensões vividas no período. O resultado é a demonstração, pela autora, da "necessidade inerente à cultura de massa de realizar uma diversificação em torno das suas produções, isto é, não apresentar propostas compactas, mas, sim, permeáveis a um conjunto de valores desviante de sua tônica global" (p. 135).

Também pode ser situado nessa perspetiva o trabalho de Carlos Winckler, hermeneuticamente influenciado pelas idéias marcusianas sobre cultura e sexualidade, *Pornografia e sexualidade no Brasil* (1983). Apesar de referir-se a nosso país, o estudo tem e afirma um enfoque histórico universal, em seguida convertido em estudo de caso sobre o papel das principais revistas de lazer masculinas e femininas na mediação das relações entre os sexos na cultura contemporânea (Alves, 1988). O Brasil é citado somente como um pretexto contextualizador dos materiais a que recorre a análise, que parte da crise do modelo familiar burguês no contexto do capitalismo pós-milagre econômico para o exame de espectro e sentido bem mais amplo do mercado de produtos eróticos e pornográficos na contemporaneidade.

Conforme sublinha o autor, a pornografia acionada pela indústria cultural não se impõe de cima para baixo, correspondendo antes a um desdobramento do processo de dessublimação repressiva da moral sexual familiar burguesa e das novas formas de exercício de sua hegemonia. "Parceiros menores no consumo de seu produto alienado", as camadas sociais que daí emergem "têm seus desejos parcialmente

liberados e ao mesmo tempo restringidos [nesse movimento]" (1983: 86). A população ajustou-se a ele em meio à sua inserção na sociedade civil, à disciplina do processo produtivo e às condições geradoras do exército indústria de reserva. O fenômeno seria, pois, "resultado das contradições sócio-sexuais, que a burguesia procura neutralizar nos limites da dessublimação repressiva [tal como entendida por Marcuse]" (1983: 92).

3.2 Excurso sobre Sodré, Ortiz e Ciro Marcondes

Contrapondo-se a essa abordagem, mas sem abdicar de uma perspectiva emancipatória, sobretudo no tocante ao elemento étnico, é preciso mencionar as importantes pesquisas e reflexões conduzidas à luz da crítica cultural por Muniz Sodré. A trajetória de investigação do autor se desdobra em três linhas de força: o poder, a subjetividade e a identidade (Caldas, 2001). *A comunicação do grotesco* (1971) revelara um pensador preocupado sobretudo em pensar as conexões entre a cultura de massa moderna e as tradições rústicas. *O monopólio da fala* (1977) não só desenvolve esse aspecto, mostrando o impacto remodelador da televisão sobre as culturas locais, como vai além, criticando o sistema de comunicação por ela engendrado, de modo no qual que se nota clara influência das idéias de Michel Foucault e Jean Baudrillard.

A conversão da figura do *falante/ouvinte* na do *emissor/receptor*, por aquela promovida, é vista como variação do exercício do chamado poder panóptico, operada a partir do código fundador da cultura de massa, que visaria à supressão da dimensão simbólica da vida em sociedade.

> Absurdo e opressivo [na televisão] não é o conteúdo da mensagem [...], mas a forma que esse conteúdo assume socialmente, indutora de uma relação de poder [anônima e silenciosa e, por isso] incontestável. (Sodré, 1977: 41-42)

A Verdade seduzida [1983] aprofunda essa linha de análise, propondo um estudo comparado entre a cultura ocidental e a cultura

negra, como modo de levar em conta a dimensão política e cultural da mídia. Relacionando a primeira com a ideologia ocidental, branca, estuda-se a distinção entre o real e o aparente nos mitos tradicionais e nas comunicações pós-modernas. Questiona-se a cultura de massa como lugar de não-ambivalência e de anulação de relações mais originárias, de um modo que evoca em muito a crítica à metafísica proposta por Heidegger.

Já *A Máquina de Narciso* [1984] estende esse ponto de vista em direção ao campo da subjetividade. Apoiado em Lasch e Freud, o pensador relaciona e examina de maneira pioneira a conexão entre televisão e narcisismo, precisando o conteúdo da relação social, engendrada pela primeira com a idéia de tecnonarcisismo.

Em *Claros e escuros* [1999], o exame das conexões entre mídia e cultura se reveste de um caráter mais político e engajado, já que se toma como foco seu impacto sobre a identidade cultural brasileira. Deseja-se traçar um paralelo entre o racionalismo tecnológico moderno e as tradições culturais da comunidade negra, que, sem revelar seus segredos, privilegiam a comunhão entre indivíduo e cosmo.

Perpassando o projeto intelectual do autor em sua inteireza, encontramos em chave culturalista os problemas da transformação da cultura em mercadoria, do enfraquecimento das instituições tradicionais e da ascensão da ordem tecnocrática como princípio definidor da sociabilidade contemporânea. Ainda longe de terem dito sua última palavra, os escritos do autor constituíram ao longo dos anos um esteio firme e contínuo dos estudos críticos feitos em nosso país. Todavia parecem não ter ensejado um programa de pesquisa com capacidade de engajar outros pesquisadores, se deixarmos de lado um ou outro caso que não mostraram continuidade (Serra, 1980) ou resultaram demasiado precários (Costa, 2000).

Na década de 1980, o panorama de todo modo começou a mudar, assistindo-se a uma progressiva retirada dos pensadores frankfurtianos como referência legítima da análise crítica das comunicações. Aparentemente, o supracitado esquematismo das análises feitas em seu nome, o predomínio de uma recepção em chave materialista e as críticas ao manejo abstrato das principais proposições que embasavam o enfoque explicam por que os pesquisadores

abandonaram a categoria de indústria cultural por essa época, reduzindo-a a um conceito meramente descritivo.

Segundo nosso modo de ver, *O que é indústria cultural* (Coelho, 1980) representou um marco desse processo: a explicação do problema passa, na visão do autor, pela economia política, semiologia, culturalismo e até mesmo McLuhan. A Escola de Frankfurt é apenas a criadora da expressão, que - sugere-se - pode ser entendida ecleticamente. Depois, o processo não fez senão se aprofundar, seguindo vários caminhos, conforme se pode ver, acompanhando sua fortuna até início dos anos 1990.

Em Bolaño ([1986]1988), Tatschner ([1986] 1992), Caparelli (1989), Cruz (1994) e Moraes (1998), por exemplo, o conceito de indústria cultural é, se tanto, meramente dado, servindo para referir a forma avançada de produção simbólica capitalista. A abordagem materialista da categoria retrocede perante uma economia política cujas pretensões críticas são muito difíceis de serem enxergadas do ponto de vista metodológico e interpretativo. A riqueza de dados e informações coletadas tende a dar como evidente seu significado, senão a repeti-lo trivialmente, batendo na tecla da dominação de modo que empobrece sua perspectiva de interpretação.

Rita Galvão (1981) logra escapar desse destino em seu estudo sobre a experiência de indústria cinematográfica que representou a Vera Cruz, graças ao enfoque predominantemente historiográfico de sua pesquisa. Já José Ramos Tinhorão avança mais com sua "primeira notícia em torno das relações da música popular urbana com os meios tecnológicos de comunicação no Brasil", ao privilegiar um relato histórico da matéria (Tinhorão [1979] 1981). A presença de uma hipótese forte – a da crescente marginalização do povo e de sua representação no universo da produção e difusão da música pelas comunicações – é outro elemento a ser destacado, não obstante hoje ela ser totalmente inadmissível.

Também é esse, parece-nos, o caso da exploração da hipótese sobre o papel agenciador das relações de mercado, promovido pela política de integração cultural implementada durante a ascensão de nossa principal cadeia de televisão (Kehl [1982] 1986); ou o da análise das relações entre as políticas públicas, o mercado da cultura e a indústria

cinematográfica brasileira no período que antecedeu ao Golpe de 1964 (Simmis, 1996).

As limitações analíticas e o déficit interpretativo que se revelam na leitura de trabalhos como os citados mais acima não são um prejuízo maior do que aqueles verificados em que a redução do plano cultural ao político-econômico sucumbe a um ou outro esquematismo. Apesar da contribuição que representam em termos de levantamento de informações e análises de conjuntura, no limite cai-se, por essa via, nas concepções mais simplistas sobre o chamado imperialismo cultural (Oliveira, 1986[91]), quando não se sugere que esse pode ser lido em chave de teoria conspiratória (Herz, 1987).

Herscovici (1995) e Bolaño (2000) encarregaram-se de elaborar a reflexão teórica subjacente a essa abordagem, procurando destacar sua superioridade em relação às vertentes culturalistas do pensamento crítico. O reconhecimento da autonomia relativa da atividade cultural em que se funda seu pretendido esclarecimento não é levado totalmente a sério, já que, de fato, esse plano tende, conscientemente, a ser reduzido e tratado em termos sistêmico-funcionalistas com auxílio da sociologia do poder simbólico de Pierre Bourdieu. Seguindo de perto a abordagem proposta pela economia política crítica da vertente francófona (Grenoble e a escola regulacionista), sustenta-se que a crítica da indústria cultural reificaria o estatuto estético da obra-de-arte e ignoraria que os produtos culturais são assim, mesmo antes de serem comercializados, quando é contra essas teses que ela se volta desde o começo.

Renato Ortiz é outro a valer-se do termo nos trabalhos que escreve nesse período, incluindo uma tentativa de reconstrução sistemática das principais proposições teóricas formadoras da sua reflexão crítica. Também neles, porém, a categoria aparece entendida apressadamente, a partir de uma certa leitura dos escritos de Marcuse (1986); ou empobrecida, servindo em sentido puramente operacional para fazer a análise das condições de produção das telenovelas (Ortiz, [1985] 1987).

A Moderna tradição brasileira, ao contrário, segue sendo um estudo fundamental para entender em termos sintéticos a formação do mercado de bens culturais modernos no Brasil. O conteúdo crítico da investigação é excessivamente mitigado. A tentativa de reconstruir as

linhas gerais do processo histórico mais amplo e de precisar as perspectivas que diante dele se abrem representam, porém, importante contribuição para um maior esclarecimento da problemática em juízo (Ortiz, 1989).

> [Ortiz] trabalha com a hipótese de que nos encontramos diante da formação de uma memória internacional-popular. Através do consumo, [julga] é possível mostrar como este espaço se entrelaça com a memória nacional e, também, como o consumo, ao se mundializar, configura uma relação identitária específica (Escosteguy, 1998: 113).

Direção de estudo semelhante embora mais monográfica ou típico-ideal, encontra-se em alguns trabalhos por ele orientados nos anos 1980, como o de Jorge Ribeiro (1994). *A Noite da Madrinha* (Micelli [1971] 1973) havia testado as possibilidades de emprego da sociologia da cultura bourdieusiana no entendimento do campo da indústria cultural numa sociedade dependente, como a brasileira, através da análise do modo como nele se inseriam os programas de auditório. Para o autor, em conclusão, a televisão representa "um veículo de uma ação pedagógica a serviço do processo de unificação do mercado material e simbólico, que se traduz pela imposição diferencial da cultura dominante" e que se, "por um lado, opera como meio de socialização compensatória da massa excluída, de outro, no nível dos grandes bolsões urbano-industriais, atua como reforço simbólico do estilo de vida dos contingentes médios já integrados ao mercado material e simbólico dominante" (p. 218).

Em Ribeiro (1994), a referência a essa linha de análise não some de todo, mas serve a uma reflexão menos rígida em relação às contradições internas da indústria cultural, exemplificada no caso pela atividade jornalística, tanto quanto à dimensão cultural que não se deixa reduzir ao plano do poder social, já que o estudo dessa atividade no âmbito da grande imprensa revela maior sensibilidade para com o caráter fluido das significações culturais e da ação social, sem descuidar das forças que as delimitam estruturalmente.

A comprovação do progressivo esvaziamento da crítica à indústria cultural torna-se patente, folheando as páginas introdutórias de uma pesquisa sobre a indústria fonográfica brasileira. Classificando seu

trabalho como "complementar ao contexto teórico marxista das análises frankfurtianas", a autora, todavia, não só revela que sua pesquisa "na verdade se inspira numa noção antropológica de cultura", supostamente mais explicativa, como critica as citadas análises por não levarem em conta tanto "as especificidades dos processos de produção capitalista daquelas mercadorias ditas culturais quanto as diferentes configurações assumidas por esse próprio processo, em decorrência das determinações históricas específicas de cada sociedade capitalista monopolista" (Morelli [1988] 1991: 23).

Durante essa época, a continuidade com a perspectiva frankfurtiana se dá através de uma ruptura com os escritos de seus criadores. Em Ciro Marcondes Filho, verifica-se que o legado da Escola de Frankfurt é conservado por meio da recepção dos textos de sua segunda geração. Nesse sentido, podemos nos referir, em primeiro lugar, a *O Discurso sufocado* ([1981] 1982). Fortemente influenciado pela releitura política em chave emancipatória da crítica à indústria da consciência, que Negt & Kluge desenvolvem em *Öffentlichkeit und Erfahrung* (1972), a pesquisa procura combinar estudos de casos históricos com reflexões teóricas sobre os limites e possibilidades da chamada comunicação alternativa.

Em *O capital da noticia* ([1983] 1988), essa abordagem é desenvolvida com intenção mais sistemática, obtendo-se uma síntese aplicada ao jornalismo industrial moderno. A reflexão teórica vale-se da crítica ao fetichismo da mercadoria e exemplifica-se via a exposição de casos históricos. Frankfurtianamente, procura-se expor a idéia de que a análise das condições econômicas e políticas dos mercados de massas é parte intrínseca da análise das modernas instituições de cultura e informação, embora essas não possam ser entendidas apenas econômica e politicamente: contêm ainda uma dimensão simbólica, ligada aos processos de psicologia inconsciente. A perspectiva é explicitada em outros textos que o autor escreve nessa época e onde se pode perceber a recepção da psicologia social analítica com a qual Dieter Prokop e outros procuraram renovar a antiga crítica à indústria cultural nos anos 1970.

Televisão: a vida pelo vídeo (1988) é a obra que culmina essa abordagem, igualmente presente em outro estudo muito bem-acabados feito nessa época e, embora escrito por outro autor, orientado por

Marcondes: *Espreme que sai sangue*. Embora um tanto apressado na estruturação da matéria, o exame do sensacionalismo na imprensa paulistana, conduzido pelo autor com ajuda daquela psicologia, ilumina vários aspectos que tendem a ser deixados de fora dos estudos de mídia passíveis de identificação à luz do enfoque crítico (Agrimani, 1995).

Marcado pelo abandono das análises de casos presente em seus textos anteriores, *A vida pelo vídeo* assinala uma reorientação na linha de pesquisa de Marcondes no sentido da crítica cultural de natureza ensaística, cujo destino terminará sendo a pura e simples reflexão teórica que se acha em seus textos mais recentes e que se apresenta, do ponto de vista do conjunto, cada vez mais distanciada da tradição crítica moderna.

Em *Jornalismo fin-de-siècle* (1993) e *Comunicação e jornalismo* (2000), a reflexão crítica sobre as tendências do jornalismo contemporâneo encontra-se envolvida por um espírito pós-modernista e uma atitude irônica para com seu destino. A abordagem tende a ser fragmentada, salientando os pontos críticos e linhas de força em que ocorreriam sua suposta decomposição. A estrutura econômica, o tecnicismo vazio e o contexto reificado do agenciamento de informações são impiedosamente descritos, deixando pouco espaço, ainda que este seja sugerido, para a possibilidade de sua renovação criativa e transformadora.

Na verdade, verifica-se que as preocupações do autor centram-se cada vez mais no esclarecimento do significado político e individual da cultura, que começa a nascer com o desenvolvimento das novíssimas tecnologias de informação. Conforme se pode notar consultando esses trabalhos, assim como os do coletivo reunido à sua volta durante os anos 1990, percebe-se um deslocamento dos problemas colocados pela comunicação. A problemática não se situa mais na esfera da indústria cultural, indo para o âmbito do discurso pós-moderno sobre a técnica. O resultado é uma reavaliação da abordagem crítica, que, embora sem cair na contestação populista e em que pese a categoria ser mantida como idéia reguladora (Trivinho, 2001), termina por rebaixá-la à condição de "leitura nostálgico-restaurativa da crise do humanismo" [NTC, 1997, 1998]

3.3 A reavaliação da abordagem como denuncismo

O progressivo abandono das propostas críticas, frankfurtianas ou não, por parte dos pesquisadores brasileiros da comunicação manifestou-se tanto no sentido descritivo, cada vez mais conferido ao conceito originalmente reflexivo de indústria cultural, quanto nos ataques de que essas propostas passaram a ser alvo durante os anos 1980. Para os porta-vozes dessas avaliações, a popularidade da crítica à indústria cultural e dos estudos de ideologia nos 1970 deveu-se sobretudo à conjuntura histórica, que permitiu às suas proposições negativistas servirem para contestar o regime militar e os supostos ideológicos de sua dominação. Os pesquisadores críticos alimentaram teoricamente o surgimento da chamada pesquisa-denúncia, que teria tido como "pano de fundo o autoritarismo que dominava o continente latino-americano na década de 1970" (Marques de Melo, 1990 : 6).

Vencida essa etapa, passou-se, porém, à "busca de alternativas teóricas e metodologias e à priorização de certos temas de estudo, como as novas tecnologias de comunicação, as políticas de comunicação e as formas populares de comunicação" (Immacolata Lopes, 1997: 17).

Colocando em termos teóricos, o problema com a Escola de Frankfurt, segundo a nova visão, seria a abordagem excessivamente crítica e oposicionista em relação à indústria cultural. Estabeleceu-se a idéia de que "rejeitar a cultura capitalista como um todo é compreender mal seu desenvolvimento contraditório numa sociedade de classes e deixar passar o ponto crítico das qualidades e potencialidades da produção de massa e das novas relações sociais que engendra" (Immacolata Lopes, 1990: 50).

Começando com os estudos de inspiração gramsciana, onde o conceito de hegemonia é contraposto ao conceito de ideologia (dominante) (Lins da Silva, 1980), o julgamento tornou-se, mais tarde, princípio evangélico dos chamados estudos culturais e pesquisas de recepção, onde cada vez mais se encontram as marcas da teoria pluralista liberal e da sociologia empírica norte-americana.

Ondina Fachel, por exemplo, segue de perto Carlos Eduardo Lins da Silva ([1984] 1985: 19-24), ao sustentar que o enfoque frankfurtiano é merecedor de crítica pelo fato de "compreender a

cultura como algo dado, imposto, e não como algo que se estruture como vivência cotidiana" (1986: 18). A Horkheimer e Adorno deve-se reconhecer o mérito de terem vinculado analiticamente a produção industrial com a criação cultural. Entretanto, são autores que também precisam ser denunciados [!], devido aos compromissos elitistas e ao imobilismo político, geradores de uma linha de análise cujo principal efeito [!] é nos restringir à "contemplação do apocalipse". Prosseguindo com o entendimento de que os fenômenos de indústria cultural (no sentido descritivo) convergem com as categorias da teoria da comunicação, defendido pelos seus simpatizantes nos anos 1970, a autora acredita que, no enfoque frankfurtiano, "a noção fundamental é sempre uma influência direta do medium sobre sua audiência, perfazendo [aquele] uma função ideológica" (Idem, p. 19).

Seguindo elementos presentes de maneira algo nuançada ou confusa em estudos como os de Ecleia Bosi (1972) e Helena Bomeny (1981), Carlos Eduardo Lins da Silva recorre também à contribuição dada pelos estudos culturais ingleses à análise do momento da recepção, para concluir pela dignidade do entendimento pluralista dos processos de comunicação de massas, defendido pelos pensadores liberais norte-americanos. Apenas se encaixam nele as pretensões emancipatórias, mas populistas, da chamada pesquisa-ação. Destarte, se para os estudos pioneiros "o público comum fala ao mesmo tempo em democracia racial e enuncia situações concretas que expressam discriminações e preconceitos, [resistência e subordinação]" (Bomeny, 1981: 173), no caso em foco tende-se a passar por alto ou minimizar o elemento negativo da equação: "as pessoas que compunham os grupos [populares entrevistados] apresentavam desde o início da pesquisa algum senso crítico em relação à programação televisiva [investigada]" (Lins da Silva [1983]1985: 136).

A avaliação bem ajuizada do mecanicismo a que foi conduzida a pesquisa crítica torna-se inseparável de uma certa louvação imediata da espontaneidade, levando o pesquisador a concluir, primeiro, que "os trabalhadores da situação em exame não são alienados nem massa ignara" e, segundo, que "os efeitos da representação do real feita pelos noticiários de televisão não é capaz de moldar opiniões", sobretudo daqueles mais engajados politicamente. Assentam-se assim proposições que, elogiáveis pelo discernimento que colaboraram para

produzir, por outro lado ensejaram em igual medida um endeusamento da pretensa capacidade de resistência popular por parte de expressiva parcela dos pesquisadores em comunicação (v. p. 140).

Significa que, no decurso dos últimos anos, os estudos críticos assistiram a uma mudança de valor, mas seu sentido dominante permaneceu o mesmo: a perspectiva crítica, especialmente a frankfurtiana, mas também aquelas preocupadas com a questão da ideologia, continuou sendo entendida, em essência, como uma teoria da comunicação, segundo a qual a ideologia é algo que "passa" através da mídia para a sociedade, enquanto a indústria cultural representaria um conjunto de meios que "cumpre eficazmente o papel de dominação, sem possibilidade de resistência por parte das massas" (Costa [1989] 1992: 23).

Epistemologicamente, porém, o principal pecado cometido por essa abordagem, segundo os teóricos da recepção, seria o fato de ter ignorado "as especificidades culturais como elementos que classificam e dão significado ao mundo, conformando um sistema próprio de representações que, em parte, mas apenas em parte, utiliza o código de poder, que classifica e reconhece o lugar da autoridade" (Fachel, 1986: 19). Destarte, tratar-se-ia de uma linha de estudo da mídia, desprovida de um conceito de cultura capaz de dar conta da maneira como as comunicações realmente funcionam e que sucumbiu à idéia (errônea) de que "a integração da sociedade nos tempos modernos seria feita pela produção de mensagens indiferenciadas, dirigidas intencionalmente a um público também indiferenciado" (Costa [1989] 1992 : 22).

Verifica-se, de fato, que o esforço para conservar uma atitude crítica diante dos fenômenos de comunicação resultou muitas vezes, nessa época, num confuso ecletismo, em que vieram a se mesclar elementos teóricos e metodológicos de distintas origens e difícil composição. Em *O rádio dos pobres* (Immacolata Lopes, [1983]1988), por exemplo, pretende-se estudar o agenciamento ideológico das relações entre programas de rádio populares e classes subalternas, considerando-se analiticamente os momentos da produção, estrutura e recepção da mensagem. O resultado nos parece bastante insuficiente, porque não se logra, se é que existe, encontrar um método capaz de integrar as análises parciais, feitas, cada uma,

com recursos conceituais disparatados e inconciliáveis. Os conceitos que a autora constrói de maneira muito criativa para dar conta das estruturas narrativas em que se articula a fala dos comunicadores mais populares do rádio paulistano são pouco explorados, devido à ambição desmedida de, como se diz, tentar agarrar o mundo ao conduzir a investigação.

A conclusão bastante original de que seu discurso é semantizado em termos comerciais, policiais ou "olimpianos" é interpretada como algo revelador da adequação desse discurso "às condições de existência da marginalidade" e sua "apropriação" por parte dos estratos que neles vivem como fala agenciadora de uma "função socializadora" (p. 168-187). Embora a contextualização sociológica do conjunto dos materiais sob análise contribua para tirar do trabalho a leveza arbitrária e o cunho abstrato, resultantes de abordagens puramente comunicacionais, não se vê em que auxilia a compreender, por exemplo, a estrutura e o sentido concreto das mensagens, analisadas com métodos de origem semiológica, ou seu processo de recepção, comentado com base nos dados colhidos por uma duvidosa mistura de técnicas qualitativas e quantitativas.

Campos em confronto (Berger, 1998) não se ressente de problema distinto, embora seja menor a conseqüência, ao combinar a sociologia bourdieusiana do poder, infensa à análise de conteúdo dos bens culturais, com a semiologia crítica, centrada na análise da estrutura locucional e performativa dos discursos, proposta por Eliseo Véron. A pretensão de flexibilizar o método de análise sem perder o *insight* crítico e emancipatório termina prejudicada por uma abordagem em que falta viés interpretativo, já que a competente descrição do confronto discursivo entre agricultores sem terra e um órgão da grande imprensa, fugindo à conclusão, limita-se a reiterar o fato, dado de partida, de que "há conflito na constituição interna dos campos, e os campos estão em confronto permanente entre si" (p.196).

3.4 Perspectivas da pesquisa crítica na contemporaneidade

Maria Immacolata Lopez observa com razão que a influência da Escola de Frankfurt sobre os pesquisadores brasileiros ocorreu,

sobretudo, nos anos 1970. Nessa época, houve uma recepção favorável de seus escritos mais conhecidos, submetidos a uma chave de leitura histórico-materialista. Os pesquisadores brasileiros mais conseqüentes puseram em prática o entendimento de que a transformação da cultura em mercadoria deve ser entendida nas circunstâncias históricas concretas tanto quando no bojo das necessidades de reprodução do capital - e não em referência à ideologia dominante, embora nem sempre isso tenha chegado à consciência.

Para Maria Nascimento Arruda, por exemplo, "na publicidade o imediato é o produto concreto, ainda que esta apresentação implique a propagação de uma mensagem ideológica, enquanto na indústria cultural, ao contrário, é imediato o próprio discurso ideológico" ([1978] 1985:18). Aparentemente, a autora não crê que nos produtos da indústria, tanto quanto no conteúdo da publicidade, o que opera é a forma mercadoria (Horkheimer & Adorno: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 151).

A perspectiva significou em vários aspectos um avanço em relação àquelas análises onde a teoria crítica se esgota na crítica cultural, mas, por outro lado, privou a prática da pesquisa dos meios para analisar o significado cultural dos fenômenos de mídia. O tratamento da indústria cultural como sinônimo de um conjunto de empresas ou um ramo da economia colaborou para dar ao conceito um sentido cada vez mais descritivo, favorecendo o aparecimento de um crescente esquematismo em relação ao exame da natureza ideológica dos fenômenos assinalados por seu intermédio.

As pesquisas que procuraram fugir desse tratamento não somente foram em pequeno número, mas tenderam a cair no que podemos chamar de reducionismo ideológico. O caráter histórico, contraditório e em geral ambíguo dos fenômenos de mídia foi passado por alto, embora excelentes estudos não o tenham deixado de assinalar e não tenha faltado alerta para a simploriedade da maior parte da recepção da crítica à indústria cultural, quando confrontada com as proposições existentes nas fontes originais (Fadul apud Fadul, Melo e Lins da Silva, 1982, nota p. 25-27).

Tomando por base Castanho (1986), Guareschi (1991) e Guimarães Costa (apud Pucci, 1994), as leituras da época

caracterizam-se pelo discurso monótono e linear. Perspectivas mais esclarecidas sobre seu sentido e operacionalização surgiram apenas mais recentemente (Guimarães da Costa & Zuin, 1995; Silva, 1999; e Zuin, 1999). A recepção da pesquisa crítica no decênio foi muito marcada por essa situação, conforme demonstra o progressivo descrédito acadêmico dos estudos sobre indústria cultural e sobre a ideologia dos meios de comunicação, inclusive em trabalhos corajosos e inovadores, que renovaram as perspectivas de entendimento emancipatório, embora nem sempre crítico, das atividades jornalísticas. Lukács, por exemplo, serviu nessa época de fonte teórica para uma criativa reconstrução dos seus fundamentos teóricos por parte de Adelmo Genro (1987), mais tarde seguido em chave didática por Meditch (1992).

Bastante influenciados em termos metodológicos pela tradição semiológico-estruturalista, conforme se pode ver em vários estudos do período (Campos [1987], Rocco [1988], Pinto [1989]), a perspectiva crítica presente em escritos como esses em nada se beneficiou também nos casos em que o investimento na pesquisa histórica mais ampla se fez às custas da simplificação, via estruturalismo althusseriano e sua teoria das ideologias, do componente propriamente cultural ou, se quisermos, comunicacional, da investigação (Garcia, 1982), ainda que mais tarde tenha passado a integrar na análise o contradiscurso à produção dos aparelhos ideológicos de Estado (Garcia, 1990).

Quando essas ressalvas faltam, ocorre então um procedimento ainda mais simples, em que, aceita como dada, ela, embora com boa intenção, é exposta de maneira dogmática e aplicada ao campo das relações públicas (Peruzzo, 1982); conecta-se no plano do método com a pesquisa quantitativa de conteúdo originada da tradição empirista norte-americana (Ávila, 1982); conjuga-se com análise estilística e formas rebaixadas da idéia de indústria cultural (Medina, 1978); ou, enfim, reduz-se à postulação de efeitos de dominação ideológica sobre o receptor, a partir da leitura imediata dos conteúdos da produção televisual (Almeida Filho, 1976; Ramos, 1986).

Apenas o estágio ainda muito incipiente da pesquisa, certo talento espontâneo e alguma sorte explicam e justificam, por outro lado, trabalhos em que a pertinência dos resultados empíricos se impõe ao

ecletismo de métodos, técnicas e conceitos empregados na investigação. Exemplos disso se verificariam na sugestiva exploração do eventual conteúdo emancipatório contido na publicidade, conduzida de maneira ao mesmo tempo crítica e intuitiva, mas sem teoria, em *A arte da publicidade* (Maranhão, 1988); ou na combinação de pesquisa histórica, estudo de efeitos e análise crítica da indústria cultural que se acha em *O Paraíso via Embratel* (Milanesi, 1978).

Poderiam ser outro exemplo disso, talvez, mas em menor escala, as investigações sobre as origens, a estrutura e as funções do jornalismo econômico e do negócio da televisão brasileiros, por meio de crítica à economia política e análise empírica de conteúdo, feitas por Selassiê Quintão (1987) e Sérgio Caparelli (1982). Certamente não o são, porém, as pesquisas sobre o impacto da televisão na consciência de classe dos meios operários paulistas ou sobre a capacidade de reflexão independente sobre o conteúdo das histórias em quadrinhos por parte dos estudantes secundários, conduzidas com um mix de sociologia radical e pesquisa de opinião, respectivamente por Da Viá (1977) e Miranda (1976); ou, ainda, os relatos da maneira como o imperialismo norte-americano supostamente difunde seus interesses ideológicos e molda a consciência da população via os meios de comunicação (Guareschi, 1981; Oliveira [1986]1991), por mais que a presença de materiais históricos de primeira mão atenuem, em certos casos, o esquematismo, senão mesmo o simplismo, da abordagem de conjunto dessa última problemática (Alves, 1988; Moura, 1984).

Embora as razões atribuídas não sejam de modo algum as devidas, verifica-se de qualquer modo que não foi sem motivo que a crítica à indústria cultural e a leitura crítica da ideologia, que se transmitaram socialmente com o passar do tempo, tornaram-se formas de pesquisa-denúncia e, com o perdão do trocadilho, passaram a ser denunciadas pelos pecados do pessimismo radical, imobilismo político e pobreza teórico-metodológica. Segundo os defensores da tese, aconteceu que "muitos estudiosos começaram a perceber que esse viés deixava de ter sentido na nova conjuntura institucional [vivida pelo país] e ameaçava desvirtuar a natureza do trabalho acadêmico" (Melo, 1991: 102).

O entendimento das comunicações como instrumento de transmissão de ideologia e a tendência a negligenciar os aspectos

culturais irredutíveis ao significado econômico das empresas de comunicação que se prenderam à noção de pesquisa crítica conduziram a seu esgotamento epistemológico. A capacidade de renovação do enfoque revelou-se pequena diante do avanço das novas formas de hermenêutica culturalista entre os pesquisadores, apesar da força que, devido à observância de seu conteúdo cultural autônomo, ele conservou nos trabalhos escritos nessa época por Muniz Sodré e Ciro Marcondes.

Atualmente, a pesquisa crítica tende à diluição, por motivos que, todavia, longe estão de serem metodológicos. A compreensão mecanicista de seus protocolos sem dúvida foi elemento importante nesse processo. A explicação quer para um quer para outro fato está alhures e possui uma só raiz: a desintegração do mundo da vida e das formas de coerência espiritual na era de integração global das sociedades pela forma mercadoria.

Contudo, também trabalhos em que o estudo de casos se conjuga com um esforço de reflexão teórica mais crítica e aprofundada têm, segundo nossa avaliação, sucumbido, ainda que de outro modo, a essa abordagem, tomando como exemplo, que vale a pena comentar, o ambicioso material reunido por Albino Rubim em *Mídia e política no Brasil* (1999).

Segundo esse último autor, responsável pela confecção de um dos trabalhos reflexivos mais profundos feitos nos últimos anos, a política perdeu o controle e o poder de se realizar como atividade pública para a comunicação midiada. As comunicações passaram a constituir um campo de relações sociais que vale como dimensão autônoma da sociabilidade contemporânea. A peculiaridade desse campo consiste em mediar nossa relação com a realidade por meio do agenciamento de uma série de imagens que, no limite, passam a se confundir com a própria realidade. As relações sociais que ele institui assim o são por uma complexa e misteriosa gramática, que articula "nas linguagens imagética, sonora e verbal" os materiais que lhe fornecem as várias esferas da vida (p. 129).

O pensador sugere que o campo da mídia possui um poder instituinte, que, tendo se tornado autônomo com o avanço tecnológico, exige um esforço de compreensão intelectual das suas operações éticas e políticas em termos de imagens proliferantes. Assim passa-se muito

por alto, porém, pelo fato de que essas operações e linguagens não se reproduzem livremente, sendo antes derivações cada vez mais associadas ao imaginário social produzido capitalisticamente. Os imaginários sociais não podem ser tratados de maneira neutra sem prejuízo, porque, sem precisar suas formas estruturais de instituição histórica, são referências vazias de conteúdo, conforme várias vezes notado por um de seus mais profundos estudiosos, Cornelius Castoriadis.

O problema nesse caso é a clara reticência em levar a reflexão crítica em toda a sua radicalidade, mas, ainda que se contem nos dedos e tendam a fugir do plano teórico, não faltam exceções vigorosas a essa regra ou tendência, como ocorre, por exemplo, num estudo sobre os programas de variedades com uso de câmera escondida.

Circula há algum tempo entre os porta-vozes educados da nova classe de serviço, sua fração ociosa, em termos vebleinianos, uma papagaiada sobre o potencial carnavalesco, o hedonismo afirmativo e o conteúdo liberador das expressões da cultura de mercado. Eugênio Trivinho (1998) arrola de forma cabal nessa obra uma série de evidências que mostram por que não se deve pensar assim, se é para seus sujeitos não guardarem simpatia pelo populismo fascistóide. Os programas de câmera escondida são uma revelação da verdade da indústria cultural não apenas porque expõem o que vem a ser a violência simbólica ou ideológica de que falam os teóricos críticos, mas também porque, no limite, são, como forma de consciência imediata, expressão da violência produzida e ambiguamente consumida por nossa sociedade.

Pouco importa se as pesquisas de opinião indicam que o público não apenas condena como rejeita a veiculação desse tipo de programa. A continuidade de exibição e o espaço à primeira vista mais amplo que ele tem conquistado em vários lugares corroboram a hipótese de que estamos tratando de um fenômeno cuja dinâmica, acionada socialmente, transcende a consciência discursiva e racional. Nesse caso, verifica-se a presença de uma vontade de poder extremamente perversa, do ponto de vista moral, e através da qual "a estrutura da câmera escondida reforça, quando não promove e consolida, na cultura, uma sublimação voyeurista sádico-esconjurante das pulsões recalcadas [da massa da população]" (p. 85).

Assistindo esses programas, o espectador descarrega suas tensões de uma maneira perversa, porque negaceada. A mecânica em jogo é a que, mostra bem o autor, libera nele a sensação ilusória, mas prazerosa, de poder pessoal ampliado sobre seu semelhante. Fosse só isso já seria o bastante para despertar nossa indignação. Entretanto, a fenomenologia do evento não pára por aí, pois a chave profunda desse desejo reprimido e da liberação pulsional que aí têm lugar está no fato social, mais ou menos consciente, de que ele também, o espectador escarninho, igualmente "é um joão-bobo nas engrenagens do sistema econômico, político, cultural e comunicacional em que sua vida transcorre"; de que, nesse mundo, também ele "figura como objeto de injunções cujo controle lhe escapa" (p. 87).

Costa Lima acrescentou à 2ª edição (1979) de seu *Teorias da cultura de massa* uma brevíssima nota a respeito da chamada comunicologia, que, a despeito da atitude *blasé* para com a coisa e o próprio volume, possui mais sentido em relação à situação intelectual do campo de estudos da comunicação do que às obras completas de alguns pesquisadores brasileiros. Vinte anos depois, o panorama não é mais promissor, embora tenha crescido muito o número de trabalhos com qualidade à disposição dos interessados. Destarte sobra pouco para comentar sobre o que podemos esperar da pesquisa crítica em nosso meio, já que seu período de auge, segundo tudo indica, agora é passado.

Possuirá algum futuro a pesquisa crítica em comunicação? A resposta a essa difícil pergunta não nos parece complexa, ainda que imponha sérios problemas de ordem política, mas não pode ser elaborada nestas páginas. Os objetivos deste trabalho excluem de antemão o seu tratamento. A publicação do mesmo é por si só um indício por onde corre o modo de pensar do autor e de sua crença, ainda a ser precisada, na validade desse tipo de esforço intelectual. Sempre haverá trabalhos nessa linha, já que sua origem não está no estabelecimento científico ou universitário, do qual sem dúvida se beneficia, mas nas contradições, conflitos e antagonismos que pipocam na sociedade.

Capítulo 4
Paradigmas da ciência social crítica em comunicação

O presente capítulo tem como objetivo exemplificar os princípios de pesquisa e estratégias metódicas que, no terreno dos estudos de comunicação, podem ser encaixados no que denominamos de ciência social crítica histórica e dialética. Os tratados de metodologia costumam primar pela exposição abstrata de princípios e estratégias de pesquisa, quando não é o caso de serem escritos por pessoas que, se chegaram a fazê-lo, pesquisaram mediocremente. Os principais e melhores textos sobre a matéria em geral não têm o caráter de manuais e foram redigidos por pesquisadores que procuravam, antes de mais nada, esclarecer a estrutura e o sentido de suas próprias investigações.

Destarte, verifica-se que não é raro encontrar programas de pesquisa mirabolantes, fundados em esquemas ambiciosos, que jamais se concretizam, pelo simples fato de, sendo fruto de fantasia e não tendo apoio nem nos trabalhos de seu redator, revelarem-se inexeqüíveis, quando se tenta passar da proposta para a realização (cf. Thompson, 1995: 391-418).

O trabalho de investigação sem dúvida precisa obedecer a alguns princípios gerais, passíveis de um esclarecimento epistemológico: ninguém perderá tempo lendo sobre formulação de problemas, elaboração de hipóteses e problemas de explanação. O aprendizado de técnicas relacionadas à coleta de dados, manuseio de informações, planejamento do trabalho de campo, formatação dos resultados obtidos etc. por certo a ninguém será prejudicial. A formação do investigador, todavia, não se consolida por essa via. A principal escola para tanto está, desejamos crer, na prática da pesquisa, uma atividade social que se aprende fazendo, descobrindo seus padrões de excelência e entrando em contato com a comunidade intelectual de sua área de interesse.

Wright Mills é de opinião, acertada a nosso ver, de que "os pensadores mais admiráveis da comunidade intelectual a que nos associamos não separam seu trabalho de suas vidas", porque a realização de um trabalho de valor pressupõe, muito mais do que o domínio dos conteúdos de um manual de metodologia, o

comprometimento com um tipo de vida, a formação de um caráter e a prática de uma atividade que, nas ciências humanas, é em geral artesanal, de modo que "saiba ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio eu [como pesquisador] à medida que trabalha para se aperfeiçoar em seu ofício" (1961: 206).

Seguindo esse entendimento, pretende-se fugir aqui das formulações abstratas e receituários de regras, que caracterizam os tratados e manuais de metodologia da pesquisa. No capítulo seguinte, proporemos um esquema muito geral para ordenar os passos básicos de uma pesquisa social crítica em comunicação, possuidora de propriedades históricas e dialéticas. O trabalho todavia não deve ser visto de modo isolado em relação à matéria contida no presente segmento, onde se procede a seu tratamento casuístico. Queremos crer que o esclarecimento da estrutura metodológica e o aprendizado das estratégias de investigação desse tipo de pesquisa podem ser melhor conduzidos analisando exemplos em que se pensa poder encontrar sua plena concretização epistêmica.

Partindo dessa premissa, passa-se em revista primeiro alguns exemplos de pesquisa próximos na utilização, mas não identificados com o paradigma que nos interessa. Assim julga-se possível começar a delimitação dos contornos da pesquisa social crítica histórica e dialética, lançando, ainda que negativamente, os termos para distingui-la de outras tendências próximas. Os comentários sobre os exemplos são, ao mesmo tempo, um esforço para destacar os problemas que os casos citados revelam à luz daquela perspectiva.

Em seguida, procede-se, como excurso, a uma análise de dois trabalhos clássicos, redigidos por notáveis pensadores de nossa época, com o fito de assinalar alguns pontos de partida e ambições maiores da abordagem sob exame neste trabalho. A escolha será de estudos cujas fontes principais de pesquisa, senão as únicas, são documentos impressos, dado o componente histórico que se procura destacar. No entanto, nada impede que esses materiais sejam complementados por outros, de natureza distinta, como ocorre, por exemplo, no trabalho também clássico de Riesman ([1950]1971).

Partindo desses modelos, comentam-se, enfim, vários estudos típicos, mas excepcionalmente bem-acabados, por meio dos quais essa visão de ciência se deixa concretizar, reunindo amostra que procura

dar conta dos vários campos temáticos de interesse para os pesquisadores e estudiosos dos fenômenos de comunicação ao longo de um período que se estende por trinta anos, de 1969 a 1999.

4.1 Economia política x estudos culturais críticos

A trajetória da pesquisa, conforme revisada anteriormente, comprova que a ciência social crítica em comunicação pode se desenvolver em chave materialista ou hermenêutica, e não apenas histórico-dialética. A primeira situação ocorre no contexto da economia política das comunicações, caracterizando-se pelo estudo desses fenômenos como elementos definidores do modo de produção e, por essa via, do sistema econômico vigente em uma sociedade. O segundo ocorre no contexto, consolidado mais ou menos na mesma época, dos estudos culturais, caracterizando-se pelo seu estudo como agenciadores de processos culturais ligados à classe, ao sexo e à raça (à "problemática da identidade").

A economia política ocupa-se sobretudo do estudo da comunicação como negócio, do papel do estado, das conexões entre ambos os setores; das ligações entre os conjuntos assim constituídos e do seu desenvolvimento econômico em escala internacional. As conexões entre sistemas de produção e estrutura de classes, observadas como elementos de manutenção e/ou mudanças das relações de poder social, estão, de um modo ou de outro, sempre presentes.

Cumpre notar, porém, que "existem notáveis diferenças entre os enfoques que se concentram na economia política como um todo, sublinhando o poder dos conglomerados transnacionais, por exemplo, e aqueles que procuram ver como a lógica do capital é contestada de dentro das empresas de mídia tanto quanto em seus pontos de produção. [...] Para não falar que se observa um vasto espectro de visões sobre o posicionamento relativo da estrutura institucional, do texto e das relações sociais de recepção quando olhamos para essa perspectiva de investigação" (Mosco, 1995: 134).

Examinaremos em seguida um trabalho que pode ser situado na fronteira dessa linha de pesquisa com a projetada pela abordagem

crítica que chamamos aqui de dialética e histórica, já que ele não passa por alto seus motivos fundadores e, segundo nosso juízo, pode ser tomado como exemplo metodicamente mais imunizado às suas limitações intrínsecas, ao conservar em vista aquela última dimensão (a histórica): *Do jornalismo político à indústria cultural* (1987).

Gisela Goldenstein descreve sua monografia como "contribuição ao estudo do processo por meio do qual uma parte da imprensa brasileira tornou-se um dos ramos daquilo que Theodor Adorno e Max Horkheimer denominaram Indústria Cultural" (p. 21). Salienta bem que a categoria não coincide com os *media,* mas sim com a maneira como esses se vinculam às suas condições de produção no contexto mais amplo da sociedade capitalista em seu movimento histórico. A expressão designa não só um campo de investimento, mas um elemento potencializador da acumulação do capital em outros setores, que facilita a reprodução das condições de existência do sistema de produção.

> [A indústria cultural] ajuda o processo de reprodução ampliada do capital em termos materiais (como área de investimento e agilizando o consumo) e não-materiais (enquanto ruído da realidade imediata, ela reforça as condições ideológicas para a manutenção do sistema de dominação) (p. 26).

A pesquisadora observa que o processo tende a dominar o cenário social, mas é desigual a maneira como os veículos de comunicação a ele se subordinam, sobretudo se levarmos em conta o jeito combinado e diferenciado pelo qual as várias formações históricas se integram ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

O estudo da autora parte desse marco para entender como se processa a pré-história desse fenômeno em nossa sociedade, via um estudo de caso em que se confrontam as trajetórias iniciais de dois jornais da grande imprensa paulista.

> Tanto *Notícias Populares* como *Última Hora* tinham objetivos políticos que passavam pelo êxito comercial. Wainer tentou organizar uma empresa para *Última Hora*. Os Levy improvisaram uma para *Notìcias Populares*. Ambas servir-se-ão de técnicas de sedução do público, cuja origem e desenvolvimento remontam a um momento da

> lógica da acumulação do capital no capitalismo maduro. E ambas adaptam essas técnicas comerciais como armas de luta política (p. 94).

A problemática se estrutura em cima de dois eixos, perguntando quais foram as relações entre sistema de produção e conteúdo da mensagem num e noutro, sem perder de vista a maneira como eles se imbricavam na configuração social mais ampla que presidiu seu nascimento (p. 31).

Nos primeiros capítulos, situa-se o contexto histórico que permite entender o surgimento de *Última Hora*. As circunstâncias do desenvolvimento industrial são rapidamente colocadas para dar conta da maneira como se estruturavam o processo político e as relações de classe no cenário brasileiro pós-1930. Os fatores econômicos são apontados de maneira breve porque, na época, a principal determinação que pesava sobre o funcionamento e sobrevida da imprensa era o político. Amparado pelo varguismo, o jornal teve as técnicas, mas não a lógica da indústria cultural, nota bem a autora (p. 58). Embora se estruturasse como empresa, chegando a ser editada em várias cidades, a folha foi criada com apoio de dinheiro público e sustentava-se, em última instância, com subsídios oriundos das forças que apoiavam politicamente o trabalhismo brasileiro.

Mantendo em vista as mudanças de conjuntura histórica mais amplas e seus reflexos na fortuna da vida política, o estudo esclarece em seguida as circunstâncias de aparecimento do jornal *Notícias Populares* (1963). A contra-ofensiva empresarial ao avanço dos setores assalariados e as articulações antipopulistas do período de crise que se seguiu ao auge do nacional-desenvolvimentismo levaram à criação de uma folha popular apolítica, capaz de atrair e, se possível, esvaziar ao máximo o universo leitor de *Última Hora*. "O objetivo do jornal seria menos o de obter a sua adesão política do que impedir que a dessem aos grupos de que o concorrente era porta-voz", pois seus criadores "não reconheciam cidadania a essas classes". A estratégia era desmobilizar politicamente as camadas populares: no limite, "a adesão política [que] se esperava obter era a das camadas médias" (p. 80).

Chamando a atenção para o fato de como nesta folha também se misturam elementos de jornalismo de causa com elementos de

indústria cultural que, noutro contexto, são postos a serviço do sucesso comercial e empresarial, a autora observa bem que essa intenção chocava-se com as condições concretas de seu posicionamento ideológico, já que o populismo antipolítico do jornal também tinha um sentido estratégico e nem sempre lograva se manter como tal. A precariedade de suas soluções editoriais não era muito distinta da maneira bastante camuflada com que a empresa concorrente inseria enfoques políticos ou politizava o conteúdo de *Última Hora*.

Deixando de lado problemas de argumentação (cerceamento econômico do jornal não significa mecanicamente razão para o declínio de sua venda, salvo se comprovada empiricamente essa conexão), a autora mostra como o golpe militar foi fatal para a sustentação econômica da folha populista, que acabou passando a novos donos, e a sustentação política da folha sensacionalista, que terminou vendida, como sua rival, para a cadeia da empresa Frias-Caldeira (Grupo Folhas). Integrando-se, aconteceu, porém, que "a relação entre a mensagem e a empresa inverteu-se. A partir de agora a empresa subordinaria a mensagem. Até aqui [os veículos] tinham utilizado algumas técnicas da indústria cultural. Doravante seriam regidos pela lógica da indústria cultural. Sua mensagem que até aqui fora mercadoria por acréscimo passava a sê-la por definição", dentro das novas condições políticas e econômicas geradas no Brasil pós-64 (p. 149).

O estudo possui considerável força crítica ao mostrar como o caráter popular e/ou sensacionalista da imprensa está ligado à mobilização de interesses que em si mesmos não o são; vale-se da história para situar o sentido de suas manifestações; apenas deixa de examinar o significado do conteúdo concreto veiculado ou agenciado pelos veículos, tornando-se incapaz de refletir sobre como o contexto que traz à luz foi vivido pelos contemporâneos e sobre eles teria repercutido. Como vários outros do tipo, representa de fato uma tentativa de superar (no sentido hegeliano) a crítica à indústria cultural. A pesquisadora investiga a trajetória da produção cultural como expressão das mudanças no contexto histórico e na estrutura de produção na sociedade capitalista. Entretanto, peca por não especular sobre a forma como os produtos culturais em foco respondem a certas

carências sociais dentro de condições históricas, consoante determinadas mudanças no modo de reprodução da sociedade.

A realização dos desejos do público está sujeita aos esquemas que viabilizam economicamente a indústria cultural, mas isto não é devidamente examinado. O processo político e social que ainda comanda a formação da imprensa em exame é visto como fator que provoca a necessidade estrutural de modificar as estratégias de venda e esquemas de produção dos bens culturais, mas esses não são analisados em sua especificidade e em suas relações com a práxis dos sujeitos históricos existentes.

Em contraponto a essa linha de raciocínio, encontram-se as abordagens da comunicação que tocam nas fronteiras de seu tratamento histórico, crítico e dialético a partir da esfera de atuação dos estudos culturais, conforme se pode acompanhar comentando brevemente o estudo sobre o cinema hollywoodiano de Michael Ryan e Douglas Kellner.

Kellner situa-se entre os herdeiros da crítica à indústria cultural que procuraram remediar os prejuízos advindos do seu caráter excessivamente ensaístico, ao pregar sua fusão com a pesquisa histórica de uma forma que, todavia, não é menos problemática. O entrave em tela, por certo, não é a leitura em chave crítica da produção estética de massas, mas a ênfase nos procedimentos hermenêuticos em detrimento das considerações teórico-sistemáticas (o prejuízo culturalista).

Com Ryan, Kellner submete os filmes de bilheteria americanos a uma leitura em que a inclusão dos conceitos de gênero, raça e sexo se faz às expensas da teorização sobre a mercantilização da cultura contemporânea. A preocupação em visualizar a cultura da mídia como um terreno onde se reproduzem os conflitos sociais - antes que um instrumento de dominação - perde de vista o problema da maneira como a indústria cultural condiciona esses conflitos, antes da sua encenação artística e tecnológica.

A Kellner e Ryan o estudo do cinema de massas se coloca como uma análise engajada, em que o pano de fundo não pretende ser a chamada ideologia dominante, mas os conflitos em curso na sociedade americana do final dos anos 1960 até 1988. A pretensão de usar a história para ler os textos e os textos para ler a história que se descobre

em seus trabalhos, todavia, peca pela falta de um conceito com capacidade de especificar essa dimensão da vida humana (o social-histórico).

O desenvolvimento de sua estratégia metodológica baseia-se na hipótese de que a crítica cultural não pode ser iluminadora, a menos que saiba situar o texto sob análise em seu contexto histórico.

> Um texto é formado por suas relações internas e suas relações com a situação social-histórica e, por isso, quanto mais relações a leitura crítica articula melhor será o entendimento que poderemos ter do texto (Kellner, 1995: 99).

O conceito de história, todavia, não é dado de maneira imediata: necessita ser construído. A investigação precisa antecipá-lo hermeneuticamente, para não sofrer um déficit interpretativo.

Kellner e Ryan evitam realizar essa operação para fugir da reificação teórica, mas, ao fazê-lo, privam-se dos meios para julgar o significado histórico dos bens culturais. Temerosos em proceder a um corte transversal, capaz de apanhar o sentido da época, eles, por exemplo, conduzem sua análise do cinema de massas pelo caminho historicista de uma narrativa que, se bem esclarecedora e fundamentada, carece de conteúdo histórico menos evidente tanto quanto de crítica cultural (Kellner & Ryan, 1988).

Destarte, *Camera Politica* deve ser visto menos como um modelo de ciência social crítica do que como exemplo de história cultural inspirada criticamente, cujo modelo sem dúvida é *De Caligari a Hitler* (Siegfried Kracauer, 1947). Significa que a compreensão fílmica não ultrapassa o marco de uma hermenêutica culturalista, em que pese aos autores serem mais sensíveis às contradições ideológicas que permeiam a produção cinematográfica do que foi o próprio Kracauer.

A proposta de entender a produção cultural em termos de hegemonia, da dialética entre resistência e dominação, embora interessante e, em vários aspectos, bastante rica do ponto de vista empírico, significa em muitos outros um recuo a posições pré-frankfurtianas, já que pressupõe, em acréscimo, que os textos produzem identidades, engendram formas de posicionamento do sujeito, contrastando suas diversas alternativas perante o público. No

modo de ver dos autores, a crítica à indústria cultural é uma "tentativa de discernir como a cultura da mídia mobiliza o desejo, o sentimento, o afeto, as crenças e a visão em várias posições subjetivas (*subject positions*) e como os meios apóiam uma ou outra posição política" (Kellner, 1995: 121; Kellner & Ryan, 1998: 12-14).

Entretanto, procedendo assim e não dispondo de um princípio de conjunto, os pesquisadores passam por alto a hipótese levantada pelos primeiros críticos da indústria cultural, segundo a qual, contrariamente ao suposto, a aparelhagem cultural moderna não enseja facilmente a identificação, lidando com pessoas que "são cada vez mais sensatas, utilitárias e despojadas de ilusões" e que, no fundo, "as massas não vêem e aceitam de há muito o mundo tal como lhes é preparado pela indústria cultural" (Adorno, 1991: 91).

O principal prejuízo contido em sua abordagem representa, porém, o abandono do núcleo hermenêutico da crítica à indústria cultural frankfurtiana. O reconhecimento do caráter contraditório da cultura de mercado se dá às custas do entendimento de sua dependência aos processos da indústria.

Precisamos levar em conta na pesquisa a hipótese de que as contradições políticas, sociais e culturais que as mercadorias reproduzem podem ter passado a ser vividas em um contexto que essa própria indústria engendrou e que, portanto, essa indústria não se limita a articular as diversas identidades: ela é, antes disso, uma das principais arenas através das quais vem se produzindo o próprio sujeito na sociedade contemporânea.

Contrariamente a Adorno e Jameson, os pesquisadores em juízo esquecem em suas análises que a cultura da mídia não pode ser abstraída do contexto social que a própria mídia ajudou a criar. Eles descartam a hipótese de que, devido a essa situação, as pessoas acabaram por se tornar mais ou menos viciadas nas mercadorias culturais tecnológicas. Segundo tudo indica, porém, as contradições veiculadas pelas comunicações dificilmente poderão ser superadas no contexto atual, porque este contexto, criado com ajuda da mídia, preordena a relação do homem com as comunicações e favorece, sobretudo, uma forma de experiência: a do consumo mercantil de divertimento.

As observações conduzidas acima, cumpre notar, poderiam ser estendidas à vasta gama de trabalhos que procura fazer pesquisa crítica via trabalho de campo, mas somente à medida que, neles, o uso de suas técnicas implica a supressão dos aspectos fundadores dessa abordagem. Discutir-se-ia com proveito, nesse sentido, o estudo sobre a recepção do público escandinavo à série de televisão *Dinastia*, elaborado por Jostein Grisprud (1995). O fundamental, convém repetir, é a preservação em vista dos planos histórico, dialético e crítico da análise, conforme esclarecidos no primeiro capítulo. David Riesman, lembre-se, elaborou um trabalho pioneiro em que fica clara a possibilidade de emprego criativo de estratégias de pesquisa empírica com o objetivo de fazer um exame crítico, no sentido pleno, dos fenômenos culturais, ainda no começo dos anos 1950.

Encerrando o tópico, deseja-se acrescentar às reflexões anteriores duas análises que, segundo nosso modo de ver, complementam o traçado dos limites externos mais imediatos do campo de pesquisa examinado neste trabalho. Weber e Foucault sabidamente são referências cuja aproximação não só foi postulada como chegou a ser promovida como estágio prático e reflexivo da trajetória formadora da idéia de ciência social crítica. Os comentários sobre as investigações seguintes visam apontar as perspectivas e avaliar os problemas colocados por contribuições por eles influenciadas ao desenvolvimento de seus protocolos de investigação.

Inspirado em Foucault, Nikolas Rose com efeito conduz em *Assembling the subject of consumption* (1997) um estudo que, por várias razões, incluindo o fato de parte do material ser aproveitado no posfácio à edição de 1999, pode ser entendido como capítulo do conjunto reunido em *Governing the Soul* ([1989] 1999). A referência é vital para entender sua menção aqui, já que só à sua luz é que a podemos tornar legítima. Seguindo o programa de estudos foucauldiano sobre a governamentalidade, o livro se propõe a esclarecer em que circunstâncias e de que modo as relações de poder operantes no campo das estratégias militares internas no tempo de guerra, dos locais de trabalho e da família nuclear estiveram imbricadas com a produção de um saber sobre o homem, centrado no que chamou de complexo psicológico, para, a partir daí, revelar como esse conjunto ensejou o aparecimento de um certo tipo de

subjetividade, articulado "psicologicamente" na Inglaterra do pós-II Guerra.

> A linguagem psicoterapêutica e o aconselhamento estenderam-se para além da consulta, da entrevista, do encontro; tornaram-se parte da rotina dos meios de comunicação, da coluna de conselhos das revistas e dos documentários e discussões televisuais. A retribuição financeira deixou de estar envolvida, porque nos programas de rádio com intervenção ao vivo da audiência podemos confessar nossos mais íntimos problemas gratuitamente e tê-los na hora analisados. [...] As livrarias estão repletas de livros advogando diferentes sistemas terapêuticos e defendendo a educação do leitor através de procedimentos pelos quais ele [por hipótese] pode converter seu descontentamento em satisfação, recorrendo à ação sistemática sobre sua psique. ([1989]1999: 218)

Segundo o autor, isso tem tido um papel muito expressivo nas formas atuais de exercício do poder político, tornando possível governar os seres humanos de modo compatível com os princípios liberais e democráticos, porque parece fundá-los na vontade e interesse dos seres humanos, quando de fato provêm de um regime de poder que, porém, não liquida com a subjetividade.

A postulação metodológica do autor é que a relação entre "a saturação psi da cultura popular e da experiência cotidiana" e o discurso dos "engenheiros da alma" não pode ser entendida apenas em termos de idéias ou de processos de comunicação. "O campo de pesquisa é o dos processos, aparelhos, práticas e técnicas, do pensamento enquanto procura tornar-se técnico" (1996: 23). A expressão *psi* não apenas colonizou a empresa, a religião, a política, a justiça e o conjunto da cultura do profissionalismo, mas precisa ser vista como objeto de prática social em todos os contextos nos quais as forças que se expressam por meio dela intervêm concretamente. O saber não é mero corpo de discurso, mas um conjunto de condições materiais e práticas concretas, matéria de técnicas, discursivas e extradiscursivas.

Assembling the subject of consumption parte desse entendimento, entrando em polêmica com as abordagens críticas de corte culturalista (supostamente centradas na ideologia), sem compactuar com os

princípios da economia política (reprodução material) ou do empirismo (influência comportamental). A realidade histórica deve ser vista antes como "uma rede de problemas e questões, uma atualidade em que se tem de atuar e pode ser conformada para a ação", que é passível de ser apreendida pelo "pensamento orientado por uma investigação genealógica" (Rose, 1997:11).

A proposta do estudo é a análise das feições produtivas das técnicas de governo que os homens inventam ao longo da história. A partir dela examinam-se as formas através das quais "o conhecimento psicológico se conectou de vários modos às tecnologias da publicidade e marketing e tornou possíveis novos tipos de relações, a partir das quais os seres humanos se envolvem consigo e com os outros por meio de certos bens" (1997: 3).

Durante o período entre-guerras nos Estados Unidos, verificou-se por meio via das pesquisas de opinião e dos estudos comportamentais, um "translado da 'mentalidade' democrática para um domínio acessível ao conhecimento, via especialização psicológica; ao cálculo, via teoria psicológica; e ao governo, via a propaganda informada psicologicamente" (Rose, 1996: 132). Seguidos com o tempo em vários países, baseiam-se todos esses expedientes na tese de que o consentimento pode ser produzido mediante o conhecimento das atitudes e desejos do público e o emprego de técnicas de liderança e comunicação, mudando a própria natureza da política e o cunho das atividades governamentais (Rose, 1996: 144-149).

O consumidor, pretende-se, não é dado, mas, enquanto identificado, enfocado como alguém que precisa ser estudado, cujos desejos necessitam ser calculados e cujos padrões de consumo devem ser cuidadosamente investigados. O pesquisador força a letra ao contestar a hipótese de que o marketing impõe falsas necessidades, porque seu estudo é prova do quanto as necessidades sociais são falsificadas, no sentido em que são modeladas de modo a servir sobretudo aos interesses dos fabricantes.

A perspectiva é sugestiva, porém, ao insinuar que o estudo do assunto precisa ser conduzido, mais do que postulado, no plano das práticas de pesquisa e do agenciamento concreto no âmbito da prática social, em vez da análise de conteúdo da mensagem. O marketing é cada vez mais uma "cartografia meticulosa e sem precedentes - em

parte imaginária, em parte derivada de novas formas de experimentação - do cotidiano do consumo tanto quanto de suas ansiedades e prazeres" (1997: 6).

Explorando os relatos de pesquisas levadas a cabo na Clínica Tavistock (Londres) a pedido de agências do mercado nos anos 1950/60, Rose e Miller revelam como eles sugeriram que essas últimas fossem além do plano do produto e se dirigissem, primeiro, às necessidades inconscientes e desejos ativos do consumidor (p. 12). Os encarregados constataram que existe uma ligação entre a "escolha de produtos particulares" e "seu significado na vida cotidiana do indivíduo" (p. 18).

O projeto de elaborar uma teoria geral do consumo, capaz de atender os interesses dos vendedores, fracassou diante da reafirmação de que o processo de venda esbarra no problema da resistência. Embora passíveis de entendimento e manipulação, o consumo depende de um conjunto de fatores psicológicos que, em última instância, obriga os profissionais de marketing a reconhecerem o que os autores em juízo reiteram, equivocadamente segundo nosso modo de ver, como a "soberania da escolha do consumidor em um mercado livre" (p. 30).

A pesquisa sobre o assunto não pode, sustentam os autores, limitar-se ao plano das idéias, devendo baixar ao plano técnico, porque os protocolos seguidos pelo seu conhecimento e as técnicas destinadas a calcular os desejos de consumo da população se enquadram em uma "economia política de subjetivação".

> As tecnologias de consumo dependem da fabricação de afiliações delicadas entre a capacidade de escolha dos consumidores potenciais e as qualidades, prazeres e satisfações representadas nos produtos, organizadas parcialmente pelas práticas do marketing e da publicidade, e inteligíveis apenas à luz de certas crenças sobre a natureza da subjetividade humana (p. 31).

A proposição constitui, segundo nosso ponto de vista, um avanço metodológico, apesar do seu déficit valorativo e equívocos de interpretação. A consideração dos problemas culturais no plano de seus mecanismos de efetivação é um bom antídoto àquelas análises críticas que os limitam ao plano da ideologia. O principal problema é a

renúncia valorativa à dimensão crítica da pesquisa sobre os regimes de poder ou matrizes de governo sob investigação, que descarta de maneira miserável um motivo constitutivo do programa de pesquisa foucauldiano e, no limite, reveste-se de um cunho afirmativo, ao sustentar que "a terapia não é um esforço para instilar o conformismo, mas, ao que parece, parte de um projeto profundamente emancipatório que nos faz aprender a ser um eu" ([1989] 1999: 242).

Rose pretende "abrir um espaço para reflexão crítica", mas de fato reduplica ingenuamente o discurso neoliberal corrente, assumindo como fato e sem crítica, isto é, evitando seu confronto com a realidade, o que é meramente proposto em discurso.

> Seria tolo - afirma muito bem - pretender que a psicologia e seus especialistas são a origem de todas as máquinas subjetivantes [por mim retratadas] - trata-se antes de saber a maneira como montagens de paixões e prazeres, trabalho e consumo, guerra e esporte, estética e teologia, conferiram a seus sujeitos uma forma psicológica (1996: 195).

O pesquisador, todavia, pensa poder examinar esse processo sem reflexão crítica, partindo da premissa de que esses regimes teriam um sentido puramente produtivo; mas só logra fazê-lo passando por alto, senão negligenciando, seus efeitos negativos à luz do ponto de vista do próprio sujeito e, além disso, silenciando sobre o apoio dado por esses elementos à formação de sistemas de dominação em escala societária.

Parece-nos francamente deficitária em todos os sentidos a afirmação de que a conexão entre as psicoterapias e o poder político não significa prejuízo à subjetividade, mas "a fabricação do eu autônomo como termo-chave na análise dos males sociais e sua cura, como objeto de conhecimento especializado e como alvo de sistema morais ortopédicos" ([1989]1999: 221). A proposta materialista da análise não sai do plano discursivo: "através do livro é difícil, se não impossível, encontrar qualquer exemplo de se e como qualquer um dos discursos analisados foram operacionalizados fora do texto" (Thompson & Findlay in Larry & Andrew, 1999: 173).

O agravante do ponto está no fato de que o relato é linear, não se vendo nem suas contradições e complexidades internas, nem os elementos que a ele se oporiam exteriormente no contexto da totalidade. A pretensão filosófica de estender nosso conhecimento sobre os processos de sujeição em curso e assim torná-lo avaliável (Rose, 1999: 97), tanto quanto a pretensão metodológica de se cingir ao ponto de vista do governo, não só encobrem de forma por certo perversa um preconceito valorativo como revelam um déficit empírico profundamente problemático para qualquer pesquisador. A ressalva de que se está interessado nos custos que importam nossas descrições como sujeitos livres e auto-governáveis é, no caso do autor, feita de maneira anódina e sem conteúdo, além de ambígua, porque não fica claro se as fontes da mesma estão na descrição sociológica ou nas suas condições de efetivação históricas.

A afirmação de que "o eu não é algo a que é permitido escolher, mas obrigado a construir a vida em termos de suas escolhas, seus poderes e valores" (Rose [1989]1999: 231) não tem um sentido crítico. A referencia à liberdade como valor, que se observa em seus escritos mais recentes, é reduzida às práticas de governo ou, pior, a um poder (definido em moldes liberais) que a agencia positivamente, embora sobre as formulações paire alguma dúvida (trata-se de práticas que trabalham com idéias ou que valem como realidades?). Nas palavras do autor, as menções a ela são "termos operacionais constitutivamente [ligados a processos sociais]" (1999:94), mas por isso mesmo figuras despojadas de seu aspecto de idéias, o que explica a falta de referência aos prejuízos a que está submetida devido a essas próprias práticas.

Segundo o neoliberalismo, "o cidadão como consumidor deve se tornar agente ativo da regulação de sua competência profissional" (1999:166). A revelação feita pelo autor apenas reitera o que esse discurso pretende, sem analisar-lhe os limites e, assim, dar-lhe crítica. Rose pensa em termos de inculcação de desejos a tendência bem assinalada no sentido de o governo não se fundar mais em práticas disciplinares ou moralizantes mas éticas:

> Os indivíduos atuam sobre si mesmos e suas famílias em termos de linguagens, valores e técnicas tornadas acessíveis pelas várias

> profissões através dos aparatos de comunicação de massas, ou procuradas no mercado pelos necessitados. (1999: 88).

As referências ao preço que pagamos pela "obrigação" de sermos livres presente em seus textos mais recentes não explicam, contudo, por que surgem esses problemas e como eles se relacionam ou não, negativamente, com o "regime liberal de governo" (1999: 233-273). A resposta por ele fornecida ao ponto se contenta em listar os elementos que estruturam a contestação, no que é muito sugestivo, mas não entra em suas causas e eventual significado histórico (p. 280-282).

O remorso ou má consciência levam-no a justificar seu programa de pesquisa com a pretensão de ajudar-nos a reavaliar os valores com que nos conduzimos, de revelar as mentiras e falsidades nos regimes de governo. Contudo, no caso, isso é pura petição de princípio, pois o que a pesquisa mostra é a emergência de um sistema de vida benevolente que, conforme exposto, ninguém teria razão (crítica ou não) em contestar justamente.

A pretensão do autor em ajudar os indivíduos a maximizarem sua capacidade de reavaliar seu conhecimento, contestarem os poderes vigentes e reconfigurarem suas práticas é, em última instância, sem razão - embora creiamos que a menção a esses tópicos abra portas para uma revisão das premissas em que se baseia seu trabalho. Esquecer os sofrimento, as humilhações e as más realidades a todo preço - esse, porém, parece, por enquanto, o cuidado central dos estudos de Rose.

The romantic ethic and the spirit of modern consumerism (Campbell, 1987) representa em contraponto uma réplica culturalista à linha de entendimento por ele proposta e que vale a pena comentar, sobretudo pelo potencial de esclarecimento metodológico, mas sem deixar de notar sua dívida para com o trabalho clássico de Weber (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*). Salientando como a figura do romance, a estrutura narrativa sentimental, aventureira e fantasiosa, tornou-se um ingrediente que desempenha um papel estratégico no desenvolvimento do consumismo moderno - o trabalho defende que vêm de há muito as forças que em nossa cultura, tensionam as premissas da ética do trabalho (puritanismo). Desde o

final do século XVIII, verifica-se a presença de uma atitude ética romântica, que promove o espírito do consumismo e influi produtivamente na moderna cultura de mercado.

> A lógica cultural da modernidade não se reduz à da racionalizada que se expressa nas atividades de cálculo e experimentação; também é a da emoção e do desejo, que nasce como sonho criativo. (Campbell, 1987: 227).

As concepções românticas acerca da personalidade, associadas à crença que punham no renascimento moral por meio da arte, funcionaram historicamente de modo a estimular e legitimar uma forma de hedonismo imaginário e subjetivo, que seria subjacente à moderna conduta consumista. Embora o romantismo tenha iniciado a crítica à cultura de massas, sua crença na capacidade de renovação moral da experiência estética acabou contribuindo sem querer para estimular" a produção incansável de bens e serviços que caracteriza a sociedade industrial contemporânea" (p. 209).

Weber havia notado em seu estudo sobre o protestantismo que o movimento de idéias pode ser fator de mudança social, já que é encarnado na ação e se converte em prática social. Campbell procura mostrar como os conceitos de cunho romântico influenciaram na conduta e moldaram nossa sociedade.

> Os indivíduos modernos não vivem apenas na jaula de ferro da necessidade econômica, mas no castelo dos sonhos romântico, lutando para que sua conduta passe de uma a outra (p. 127).

A revolução no consumo que teria havido na Inglaterra do período, lançou as bases espirituais para o desenvolvimento de uma forma de conduta ética que seria a do consumismo, ainda que não o próprio consumo, embora, às vezes, o texto seja ambíguo sobre o ponto.

"Na modernidade, as emoções passaram a ser localizadas 'dentro' dos indivíduos, ao invés de estarem 'no' mundo [como na Antigüidade]" (p. 72), pois "o encantamento do mundo exterior exigiu o processo paralelo de 'encantamento' do mundo psíquico interno" (p. 73).

O problema todo é que o pesquisador não chega a explicar como se descobriu a possibilidade de ter prazer com o manejo das próprias emoções e a exploração da imaginação. A literatura sugere que, nessa época, o homem começou a vincular a capacidade de controlar a si mesmo com o desenvolvimento de experiências interiores prazerosas. "O controle dos poderes da imaginação" passou a ser visto como via de acesso à "maximização das experiências gratificadoras", caracterizando-as como forma altamente racionalizada e ilusória de hedonismo, em que pese seu aparente materialismo.

> Os indivíduos empregam seus poderes criativos e imaginativos para construir imagens mentais que são consumidas pelo prazer intrínseco que fornecem; trata-se de uma prática que pode ser melhor descrita como devaneio ou capacidade de fantasiar (p. 77).

Destarte, o fundamento histórico do consumismo não estaria na seleção, compra e uso dos produtos, mas na prática de um hedonismo mental, no desenvolvimento da capacidade de imaginar prazeres, que se tornou um prazer em si mesmo (p. 95). Campbell não explica, todavia, por que a classe média procurou promover uma estética que endossou suas preferências e tornou o prazer estético uma experiência emocional e gratificante (p. 159). A conexão entre protestantismo e sensualismo não é bem-articulada, e muito menos submetida a uma tentativa de explicação, pois a remissão do problema ao conflito entre burguesia e a aliança no caso, formada entre os segmentos aristocráticos, as mulheres de classe média e os intelectuais, não logra, julgamos, dar conta do processo examinado.

Também nos parece problemática a conclusão tirada pela obra de que o romantismo ajudou sem querer a promover o comercialismo, mas este também atuou para promover o romantismo (p. 216). Pois esse romantismo de segunda geração, sendo o romantismo da cultura de mercado, não seria reconhecido como tal pelos seus criadores: pouco tem a ver com a experiência da qual tomou, se tanto, o nome, conforme se pode avaliar consultando, por exemplo, os trabalhos de Henri Lefebvre ou Michel Löwy.

Concluindo essa análise, observaríamos ainda que o trabalho é deficiente no esclarecimento dos fatores mais amplos que ensejaram

esse processo e são por ele agenciados, por mais que seu autor mostre esmero na condução de uma análise histórica feita em chave de teoria da ação e, assim, marque bem as conexões entre razão e subjetividade. O principal ponto a notar, porém, é a forma como, em contraponto à perspectiva de uma ciência social crítica, evacua-se aqui o problema do poder, tão central à sociologia histórica weberiana que lhe serve de inspiração. À abordagem genética e interpretativa da obra falta o elemento histórico estrutural, que ajudaria a melhor explicar o processo não apenas em sua origem e fortuna, mas, sobretudo, em sua efetivação, tanto quanto a reflexão crítica e emancipatória sobre como ele pesa sobre a vida de seus herdeiros.

4.2 Excurso sobre Norbert Elias e Jürgen Habermas

Conforme observa Thomas McCarty, a crítica cultural tende a construir suas proposições apenas com base na análise de textos, secundarizando todo o resto, porque as pessoas que a praticam obviamente usam os meios que lhes são mais próximos: neste caso, os do ensaísmo filosófico. O reconhecimento por parte da teoria crítica de que esses textos têm uma matriz social exige-nos que essa conexão, não menos do que a do texto, seja trazida à análise e seja veículo de uma história crítica do presente tanto quanto de uma teoria crítica da sociedade (Hoy & McCarthy, 1994: 18).

Origina-se da Escola de Frankfurt um privilegiamento da estratégia crítico-cultural como forma de abordagem dos fenômenos de mídia, que não deveria ser vista como canônica e muito menos obrigatória. Tivemos ocasião de defender que encontra-se também nos seus escritos uma série de notas em que fica muito claro seu entendimento de que a crítica à indústria cultural representa também um capítulo teórico de uma ciência social crítica.

Metodologicamente, o programa de pesquisa que daí se origina baseia-se, em resumo, no princípio de que os estímulos provenientes da indústria da cultura "são um fenômeno histórico, e a relação entre esses estímulos e a resposta [do público] é preformada e preestruturada pelo destino histórico do estímulo tanto quanto do sujeito que lhe responde" (Adorno & Lowenthal). As considerações

seguintes procuram acompanhar como vem se dando o desenvolvimento desse programa, começando pelo comentário de trabalhos escritos por pensadores que se tornaram em vida clássicos das ciências sociais, seguindo, conscientemente ou não, suas proposições fundadoras.

Defende a Escola de Frankfurt que a configuração de nossa época requer o entendimento da passagem do capitalismo liberal para o regime corporativo, da racionalização instrumental das instituições sociais e da emergência da cultura de massa em substituição às formas de socialização tradicionais. Habermas realiza um estudo magnífico sobre a fortuna da vida pública nesse contexto em *Mudança estrutural da esfera pública* ([1962] 1984).

O pensador mostra que a economia de mercado criou em seus primórdios um espaço público, sustentado pela circulação da mídia impressa e, aos poucos, numa série de instituições culturais que permitiram à burguesia desenvolver uma consciência crítica em relação às autoridades tradicionais, encarnadas no Estado e na Igreja. Entretanto, fecha a tese, a expansão dos aparelhos políticos e do poder econômico, ocorrida no último século, rompeu com o frágil equilíbrio em que se apoiava essa forma de sociabilidade, transformando o papel da mídia ao mesmo tempo que sua base tecnológica, para não falar na direção geral do movimento histórico universal.

A tarefa da pesquisa é, em resumo, reconstruir a formação da esfera pública burguesa, mediante o comentário de suas principais expressões filosóficas e institucionais e uma análise estrutural do seu desenvolvimento como totalidade histórica.

Depois de um breve esclarecimento preliminar da problemática e das idéias com que está associada, passa-se ao exame da gênese da esfera pública burguesa. A esfera pública é um elemento de mediação entre a emergente sociedade mercantil burguesa e as instituições ainda feudais das monarquias absolutistas. Trata-se de uma criação histórica que como tal se desenvolve, constituindo produto da diferenciação entre aparelho de estado e setor privado, mas não só: também é um espaço de liberdade em relação às determinações de um e de outro, já que representa ainda um espaço onde as pessoas privadas estão reunidas como público consumidor de bens culturais; também é, dadas

as características literárias desses bens e a configuração mais ampla em que se insere (a da formação do capitalismo), um espaço em que elas têm a oportunidade de pensar, debater e, no limite, deliberar sobre seus interesses comuns para em seguida pleiteá-los junto às autoridades instituídas.

> As pessoas privadas, às quais a obra se torna acessível enquanto mercadoria, profanam-na à medida que, por via do entendimento racional, conversam sobre ela por conta própria e, assim, precisam verbalizar o que até então exatamente tinha podido, na não-verbalização, desenvolver a sua autoridade (p. 52).

Gestado desde o final da baixa Idade Média, o processo se estrutura com a circulação e o consumo de impressos (livros, jornais e revistas) no âmbito da família nuclear burguesa, desdobrando-se, mais tarde, em uma série de instituições de caráter literário, artístico, musical e outros, tais como gabinetes de leitura, teatros, salões, cafés, etc. O resultado é a formação de uma esfera social relativamente autônoma, cuja função pouco a pouco se desdobra em direção ao plano do debate público sobre os termos mais favoráveis para assegurar a troca de mercadorias perante os representantes do aparelho estatal absolutista.

Associado politicamente à formação dos parlamentos, o processo desemboca na situação definidora da sociedade burguesa, em que o poder torna-se público, já que os veículos de comunicação, sobretudo a imprensa, convertem-se em palco no qual as várias facções políticas explicitam seus interesses, debatem idéias e procuram fazer valer seus ideais perante os órgãos políticos da sociedade tanto quanto do aparelho de Estado.

> A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública "desenvolvida" é porém um mercado tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera da reprodução social, na medida do possível, um assunto particular das pessoas entre si, complementando assim finalmente a privatização da sociedade (p. 93).

A esfera pública reproduz, no plano político, uma racionalidade que, no plano econômico a que corresponde e que lhe fornece sustentação, exibe-se como mecanismo de formação de preços, da oferta e da procura, deixando de fora extensos setores da população. A possibilidade de ingresso e participação na esfera pública, aberta em tese a todos os que soubessem usar a razão, era realmente bloqueada a todos os que careciam de condições para desenvolver o raciocínio público (formação espiritual, tempo livre, independência econômica).

Habermas assinala assim que a figura histórica da esfera pública era também idéia e ideologia. O caráter pretensamente universal que encarnava era de fato exclusivo. Apenas as camadas burguesas reuniam as condições materiais necessárias para dela usufruir. As camadas camponesas, trabalhadoras e outras eram mantidas numa menoridade pela sua dependência ao poder econômico dessa mesma burguesia. A racionalidade pública e a liberdade política que supunha e ampliava baseavam-se no exercício do poder econômico privado sobre a massa da população. Em razão, era idéia e ideologia. A esfera pública era em parte idéia porque se deixava entender como um processo em curso de realização que, no fim, integraria toda a humanidade; em parte ideologia, porque sua efetivação prática não correspondia ao conceito que os responsáveis pelo seu agenciamento faziam, servindo para reproduzir as condições de dominação que se contrapunham àquela realização.

A referência é desenvolvida em sofisticada seção da obra, na qual o autor mostra como o processo que reconstruiu historicamente foi pensado e articulado filosoficamente pelos contemporâneos. A esfera pública não é uma coisa, mas um processo em que intervêm certas condições materiais, forças sociais e em que se criam determinadas instituições. Todavia, dela não se pode deixar de fora as idéias, tanto quanto sua auto-reflexão intelectual. O processo possui fundamento no sistema econômico, articula-se nos planos político e espiritual e é pensado reflexivamente pela filosofia. Apenas assim é que pode ser apreendido em sua formação concreta, como conjunto de instituições, como idéia e como ideologia.

A primeira parte da pesquisa trata da formação da esfera pública burguesa e expõe seu caráter problemático, não obstante seu sentido imanentemente progressista, por meio da análise das contradições

entre sua idéia e suas condições de efetivação, que acabam por conferir-lhe (em parte) o caráter de ideologia; isto é, um caráter repressivo em relação ao conteúdo emancipatório. A segunda se ocupa com seu declínio histórico concreto, o esgotamento de seu conteúdo ideal (utópico), a redução cada vez maior à ideologia e, no limite, o esvaziamento da categoria.

Durante o século XIX, a figura da esfera pública tornou-se palco de novos conflitos sociais porque a recepção de seus motivos e a cobrança de suas promessas pelos setores sociais emergentes colocaram em cheque os princípios econômicos em que se assentava a sociedade burguesa. O desenvolvimento capitalista criara uma massa de trabalhadores assalariados, que, passado certo tempo, passou a exigir seu ingresso e a reivindicar direitos nessa esfera, colocando em discussão seus fundamentos na esfera da propriedade privada dos meios de produção. Também esses passaram a ser objeto de discussão por forças sociais que, racionalmente, exigiam sua socialização em termos de uma esfera pública ampliada à escala de toda a sociedade .

Entrementes, o progresso das forças produtivas e a expansão do poderio econômico ensejaram uma reacomodação estrutural da esfera pública. A situação desviou as reivindicações por uma reestruturação dos fundamentos da vida coletiva para o terreno da melhoria do padrão de vida, para a esfera íntima do consumo. A crescente intervenção do Estado nos conflitos entre capital e trabalho resultou na criação de compromissos recíprocos, que atenuaram sua radicalidade.

A progressiva democratização dos direitos políticos teve pouco alcance em relação à participação na vida política e à ampliação da cidadania ativa por parte da massa da população. A colonização da esfera pública pela propaganda governamental e pela publicidade empresarial, combinada com o desenvolvimento de meios de comunicação predominantemente mercantilizados, retirou do espaço público a condição de espaço para a livre discussão dos assuntos de interesse político comum que conservara durante a era burguesa, convertendo-o em esfera promocional das campanhas governamentais e do consumismo empresarial, articulada pelos conglomerados privados e estatais de comunicação.

As comunicações de massas expandiram a esfera pública, mas, por outro lado, seus ideais foram sendo:

> cada vez mais desalojados dessa esfera e reinseridos na esfera, outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou sua eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulnerável eles se tornaram à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos (p. 221).

O raciocínio público tende a se converter em simples consumo de opiniões numa sociedade em que a condução da vida coletiva é encampada pelo aparelho estatal em combinação com os interesses mercantis de megacorporações. O homem será visto sobretudo como consumidor, em vez de cidadão capaz de pensar e deliberar sobre o destino de sua sociedade.

> A publicidade perde a sua função crítica em favor da função demonstrativa: mesmo os argumentos são pervertidos em símbolos, aos quais não se pode, por sua vez, responder com argumentos, mas apenas com identificações (p. 241).

Em síntese, a esfera pública passou a ser colonizada pelo consumismo promovido pelos interesses mercantis e pela propaganda manipuladora dos partidos políticos e dos estados pós-liberais, como no caso do nazi-fascismo, mas, também, dos regimes democráticos de massas (Estados Unidos). A procura do consenso político pelo livre uso da razão individual teve de retroceder perante o emprego da mídia a serviço da razão de Estado e a conversão da atividade política em objeto de espetáculo.

Assinalando como esse processo é pensado de maneira cada vez mais desencantada pelos teóricos, mas também como ele não importa na completa supressão da publicidade crítica, deslocada para o âmbito da esfera pública interna a algumas organizações, o estudo conclui que mediante a reflexão sobre o percurso da categoria pode-se examinar as possibilidades emancipatórias que ela conserva ou não, tanto quanto o papel que ela desempenha ou não no exercício da dominação (p. 290).

Nicholas Garnham resumiu as críticas que a obra mereceu, quando interveio no congresso internacional sobre a mesma realizado pela Universidade da Carolina do Norte em 1989. Deixando de lado os aspectos de precisão histórica do relato, elas seriam o manejo idealista

do conceito de esfera pública, o caráter normativo a ela conferido, a separação abstrata da racionalidade que supostamente a comandaria em relação ao campo da expressão estética e a dependência às teses mais fortes da crítica à indústria cultural frankfurtiana. Garnham observa muito bem que, por mais que essas e outras críticas possam servir de corretivo e melhoramento do trabalho, elas não tiram o mérito e empanam as virtudes do raciocínio de fundo, seguido na obra por Habermas (Garnham in Calhoun, 1992: 359-376).

Acrescentaríamos de nossa parte sobretudo a observação de que as críticas citadas passam por alto o fato de que, certamente ensejando uma restrição do campo de pesquisa passível de discussão, a estratégia metodológica empregada pelo autor é a crítica imanente: não é ele que idealiza ou confere normatividade de cunho racional à figura da esfera pública, mas a sociedade que a engendrou historicamente. As características fazem parte de uma idéia baseada em condições materiais, criada pela própria sociedade burguesa, e não por sua análise, crítica apenas à medida que procede ao seu confronto com a realidade. Isto é, procede ao exame do fenômeno como idéia e como ideologia, ao remeter a primeira ao seu correspondente contexto histórico-sociológico.

Pode-se, por certo, pensar que o estudo não precisaria se contentar com a análise da maneira como essa contradição se revela no discurso jurídico, político e filosófico; mas o que não se pode, sob pena de quebrar o método, é pensar que este poderia deixá-los de lado, tendo em vista que é nesse tipo de plano que a análise se articula intelectualmente e, nela, também esse plano conta muito, ao se fazer a avaliação do fenômeno em relação a seu processo de formação. A separação entre racionalidade e estética não é algo que o estudo endosse, embora não o investigue, mas uma pretensão (ideológica) de seu engendramento, que poderia, se fosse o caso, ser criticada pelo seu confronto com a realidade histórica.

A comprovação disso está na forma como o autor opta por realçar esse aspecto, ao comentar a fortuna da esfera pública no mundo contemporâneo. O declínio da figura não significa sua elisão do cenário, mas a perda de seu aspecto ideal e normativo em meio ao processo social, cada vez mais dominado por uma publicidade que, declaradamente, assume-se como função das atividades econômica e

governamental. A reflexão crítica sobre a esfera pública culmina no momento em que, forçada pelos fatos, essa reflexão dá lugar ou se subsume à crítica da indústria cultural e, no limite, da propaganda totalitária.

Norbert Elias fornece-nos outro excelente modelo de análise crítica histórica e dialética da maneira como projeções ideológicas se articulam com o processo histórico em sua totalidade na obra *A sociedade de corte* ([1969] 1982). O propósito do livro é reconstituir os princípios de estruturação da ação social no âmbito da sociedade cortesã. Diretamente relacionado com as pesquisas sociogenéticas de *O processo civilizador* (1939), o trabalho procura mostrar os mecanismos de interdependência que surgem entre os seres humanos e o modo como eles ensejam que os sujeitos modifiquem seus padrões de conduta e formas de autoconsciência ao longo do processo histórico ocidental moderno. O aparecimento dessa espécie de formação social promoveu uma transformação das coações externas até então dominantes em autocoações, "produzindo uma série de formas de comportamento a cujos traços diferenciais podemos nos referir com o conceito de racionalidade [cortesã]" (p.125).

A sociedade cortesã ensejou o surgimento de um *ethos* aristocrático desvinculado das atividades puramente militares que vingaram no período medieval. As relações em que se baseava não tinham mais por fundamento a posse da terra, mas a apropriação das rendas estatais.

Embora não seja o objetivo do estudo, o volume contém uma análise de uma novela menor, que vale como exemplo da maneira como as formas culturais podem ser estudadas criticamente, sem perder de vista sua conexão com o processo histórico em sua materialidade.

L'Astrée é uma novela que se publicou em capítulos ao longo de quase vinte anos e que empolgou extensos círculos da sociedade cortesã francesa no começo do século XVII. Para o autor, o texto encena o conflito e se insere literariamente nas questões de época, foi um elemento de articulação das contradições vividas por esse segmento social em um momento de transição, pois seus integrantes passavam da condição de aristocracia militar para a de aristocracia cortesã.

O enredo representa literariamente a dialética entre o progresso da consciência moral e a reação ao crescente racionalismo da ação social, entre a fuga diante do cerceamento da conduta e a internalização das coações civilizatórias. Os personagens da novela são típicos não apenas porque não se trata de uma obra-de-arte original, mas porque o texto serve para, via o fornecimento de satisfações literárias, articular a experiência vivida por esses grupos de uma maneira criativa.

Segundo Elias, a novela expõe:

> a relação entre a transformação global das coações externas em autocoações, a formação da consciência, a interiorização das coações sociais sob a forma de um *ethos* ou uma moral, por um lado; e por outro os movimentos no sentido de fugir das coações civilizatórias, através do abandono da sociedade civilizada e a retirada para enclaves de vida mais simples (em geral, campestres), semi-enganosos, semiverídicos: isto é, mediante a retirada para o mundo da fantasia (p. 338).

O progresso dos controles interiores, exigido pela concentração do poder político nas mãos do monarca absolutista, engendrou reações ambíguas, porque se, por um lado, produziu um maior sentimento de individualidade, por outro, importou em uma série de repressões sentidas duramente. Os homens que viveram esse processo direta ou indiretamente estavam prontos para se reconhecer senão aclamar a novela, porque ela expunha esteticamente as vantagens e os prejuízos que tiveram com esse processo, o consentimento e a resistência que ofereceram a seu avanço. O romantismo de caráter nostálgico e o sentimentalismo bucólico que se pronunciam em suas formulações revelam, porém, que a obra também possuía um sentido construtivo ao converter em figuras sensíveis, de cunho francamente reacionário, a experiência histórica dos segmentos vencidos politicamente pelo processo civilizatório.

A criação literária com que o artista logra responder, de maneira até certo ponto autônoma, às demandas desse público é uma utopia da nobreza feudal que se aristocratiza no âmbito da corte absolutista. O sentido é claramente retrógrado, ainda que confortador a todos os que tinham de enfrentar esse ajustamento. A novela retrata como expressão mimética um cenário em que "os homens, disfarçados de

pastores e pastoras, podem viver a aventura apolítica de seus corações e sobretudo o sofrimento e a alegria do amor, sem se colocar em conflito com as coações, mandatos e proibições impostas pela realidade histórica" (p. 328).

As transformações subjacentes à obra e que ela articula como ficção literária não ocorreram apenas na maneira de pensar, mas no próprio modo de ser dos homens da época. As explosões emocionais e os descontroles afetivos passaram a ser vistos como reações improdutivas, senão perigosas, para a boa sorte do indivíduo, passando a ser cada vez mais controladas de uma forma que, todavia, não se fez, como ainda hoje, sem terríveis prejuízos para o indivíduo.

Destarte, o romantismo aristocrático articulou um conjunto de imagens que forneceu sensações estéticas mais espontâneas, livres, simples e bucólicas do que as de fausto, luxo, riqueza e poder com que seus sujeitos conviviam ao mesmo tempo fascinados e temerosos. A pintura cortesã não ficou alheia a esse processo e mostra que nessa criação não se tratava de reviver o passado mas de recriá-lo:

> a reserva consciente e os gestos artificiais, a exigência de fazer exibição social de valor, a gravidade pomposa e heróica ou a graça ligeira: tudo isso [tem origem na vida cortesã e] se translada para a configuração da paisagem e a imagem da natureza camponesa. (p. 305)

A construção de uma ficção assentada na vida camponesa contrabalançou para os estratos submetidos a esse processo, com uma idealização do modo de vida e das relações humanas de épocas passadas, seu ingresso em uma fase em que cada vez mais ser-lhes-ia exigido o controle racional da conduta. O tempo se encarregou de converter as condutas a que tiveram de se curvar em elemento definidor de seu modo de ser. A formação da sociedade cortesã ensejou o surgimento de práticas de autocontrole em que se "mesclavam sentimentos negativos frente à ordem social existente e, em especial, às coações do poder político" (p. 296).

As experiências estéticas proporcionadas pela literatura ficcional arcadista ou a prática da caça como esporte pseudonatural representaram uma válvula de escape, mediante a qual esses setores

sociais puderam estruturar sua subjetividade e empregar seus corpos de maneira alternativa àquela exigida por seu enquadramento no ambiente cortesão.

Passando em revista os comentários acima, verificam-se como principais características dos estudos resenhados, primeiro, a preocupação em situar seus problemas (a esfera pública ou o folhetim teatral) num processo de longa duração (a formação e mutação do capitalismo e a formação e mutação do aparelho estatal absolutista; a mudança estrutural da esfera pública enquanto idéia e realidade históricas e a mudança dos padrões de conduta aristocráticos enquanto *ethos* articulado prática e idealmente no ambiente cortesão).

Em segundo lugar, o esforço para descrever os temas sob exame enquanto idéia e ideologia, desejando dizer com isso que a análise de conteúdos imanentes é vista em sua pretensão de verdade (política ou estética) tanto quanto em sua contradição com a análise dos dados da realidade histórica (a exclusão ou o irrealismo sociais): é esse jogo conjunto que decide sua fortuna histórica. Os materiais são visualizados em termos de mediação de um pelo outro, em vez de encarnar uma causalidade mecânica, exercida por uma força em princípio determinante.

Finalmente, a transação, todavia determinada, entre texto e contexto, entre idéia e realidade, que se definem como momentos distintos e desiguais de um mesmo processo, é situada (como idéia ou fato) no movimento de sua própria projeção e, por essa via, sujeita a uma interpretação interessada em atingir seu sentido histórico universal.

4.3 Reconstruções da pesquisa crítico-interpretativa

Partindo das contribuições acima examinadas, estruturadoras do que se poderia chamar de seu marco paradigmático, pode-se passar ao comentário de trabalhos que corresponderiam ao processo de normalização da pesquisa social crítica histórica e dialética no campo de estudos da comunicação. O propósito é explicitar seu potencial epistêmico e sua estruturação metodológica, tomando em consideração trabalhos publicados no período entre 1969 e 1999.

The American myth of success (1969), de Richard Weiss, está entre os primeiros exemplos de prática da ciência social crítica orientada historicamente no campo da comunicação. A principal chave metódica com que trabalha o autor é o que denominamos noutro lugar de racionalismo histórico. A recapitulação da maneira como a literatura popular vem articulando a crença norte-americana no sucesso individual não passa por alto as circunstâncias históricas de ordem econômica e social que definem sua fortuna, assim como seu sentido no contexto da história universal. A perspectiva é esclarecida no sentido em que se percebe nesse material um processo ambíguo: considerado como descrição da realidade, fomenta o conformismo; considerado como prescrição, eventualmente impulsiona uma atitude reformista.

> [Por um lado], a doutrina do poder da mente, conferindo ênfase exclusiva nos fatores subjetivos como causa e cura dos problemas humanos, possui implicações políticas conservadoras. Promovendo a ilusão de poder individual ilimitado, a ideologia do sucesso obscurece certas realidades sociais e assim serve de elemento estabilizador da ordem estabelecida. Por outro lado, alguns de seus ensinamentos também podem encorajar tendências reformistas: ela é totalmente democrática, nega a existência de quaisquer elites naturais e exalta a igualdade de todos os indivíduos como criaturas de Deus (Weiss, 1969: 233).

Considerando que a história do último século tem se caracterizado por uma despersonalização das relações sociais e mercantis, por meio da crescente mecanização das atividades produtivas e econômicas, pode-se entender seu apelo junto às massas como uma resposta à crise do individualismo que acompanhou a montagem do moderno sistema industrial nos Estados Unidos. A crença de que a prática da auto-ajuda, via emprego do poder da mente, podia conduzir ao sucesso material, conforme propagada pela mídia, sustenta-se objetivamente no crescente aumento da produção da riqueza, ocorrido naquele país desde o final do século XIX.

"A estabilidade da nova ordem exigiu alguns meios de reconciliar o ideal da liberdade individual com as realidades da sociedade estruturada de acordo com padrões corporativos". O agenciamento de

um mito do sucesso "forneceu um construto ideológico que permitiu aos integrantes da nova sociedade de massas conservarem pelo menos a ilusão de independência" (p. 13).

A promoção do culto do sucesso pela indústria cultural não pode ser entendida sem a trajetória percorrida pelo individualismo ocidental, esboçada em suas grandes linhas de maneira muito apropriada pelo autor, ao fazer remontar as origens da literatura por ele analisada à época do Renascimento. A concepção de sucesso que ela agenciou é expressão, primeiro, das estruturas pré-industriais e, em seguida, da sua subsunção, muito alterada, às estruturas corporativas surgidas com o desenvolvimento capitalista no século XX.

> O Industrialismo fomentou o surgimento de uma visão de mundo naturalista, que entrou em choque com as noções teológicas tradicionais, que viam o universo de modo moral e finalístico. A máquina ameaçava eclipsar o indivíduo enquanto a ciência parecia querer negar a centralidade do homem dentro do esquema cósmico das coisas. Mudanças como essas, mundanas e intelectuais, romperam o prisma psíquico através do qual os homens concebiam e estruturavam a realidade. [...] Em virtude disso surgiu uma demanda por uma nova filosofia de vida, que pudesse melhor interpretar a experiência e ao mesmo tempo satisfazer os anseios mais profundos do espírito humano. Requeria-se um novo pensamento para fazer frente às exigências inspiracionais de uma nova época (p. 129-130).

Lidando com problemas básicos, com os quais se defronta o indivíduo moderno, a literatura inspiracional representaria, pois, uma tentativa de reconciliar a crença na sua capacidade criadora, sobretudo na livre-empresa, com processos coletivos que, embora por ela impelidos, tenderiam a esvaziá-la de conteúdo concreto, ao determinar uma mudança nos padrões do processo civilizatório.

A pesquisa em juízo revela-se, assim, portadora de uma abordagem em que, metodologicamente falando, pretende-se estudar um fenômeno cultural de massas, levando em conta suas mudanças estruturais de significado a longo prazo e em relação a um contexto mais amplo de caráter político e econômico.

Richard Weiss examina os materiais em seu conteúdo imanente, tentando decifrar seu sentido para os sujeitos que os consumiam por

meio da inserção de ambos (textos e leitores) em um processo histórico universal. O cuidado principal é não perder de vista a multiplicidade de relações por eles tecida, sobretudo suas contradições mais significativas, ainda que não se hesite em propor uma interpretação de conjunto de seu movimento. A perspectiva mais abrangente do trabalho parece ser a de uma análise das transações entre as transformações na estrutura econômica e social e as mudanças de sentido das formas culturais em que se encarnou popularmente e, em parte, ainda é vivido o moderno mito do sucesso entre os norte-americanos.

Acento ainda mais monográfico de estudo feito nessa direção pode ser encontrado pelo leitor interessado em *Captains of consciousness* (1976). Stuart Ewen procura mostrar neste e noutros estudos como e por que o consumo se tornou a relação social dominante nos Estados Unidos. A estratégia de investigação baseia-se na hipótese de que a prática da indústria cultural foi uma resposta aos movimentos de contestação do moderno sistema fabril e às necessidades econômicas surgidas com as mudanças ocorridas no capitalismo.

O aparecimento da cultura de mercado, noutros termos, deve ser visto como resultado de uma série de estratégias que tinham como objetivo viabilizar o aumento da produção, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, e desorganizar os movimentos sociais que lhe opuseram resistência. A cultura comercial concebida no período em seguida ao primeiro conflito mundial pelos publicistas norte-americanos foi uma maneira de responder às demandas populares por um modo de vida mais rico e significativo, conservando intacta a estrutura de poder vigente na sociedade.

Para Ewen, o capitalismo corporativo sobreviveu porque soube aceitar e colocar a seu serviço a revolta da natureza subjugada tecnicamente e o desejo por ter um eu não-alienado, revelado pelas massas. A transformação dos valores mercantis e bens de consumo em critério de verdade da própria vida do homem moderno não se deu espontaneamente. A publicidade foi responsável pela criação das técnicas que viabilizaram a articulação de uma nova estratégia de subjetivação.

> Resumidamente, a ascensão da publicidade e do consumismo nos anos 1920 foi parte de uma mudança mais ampla no caráter da sociedade capitalista. A propaganda comercial não atuou como determinante da mudança, mas em vários modos foi ao mesmo tempo um reflexo e um agente dessa transformação. A publicidade levantou a bandeira da democracia social consumista em um mundo onde o monumental desenvolvimento das corporações estava eclipsando e redefinindo muito do espaço no qual as alternativas críticas podiam se desenvolver efetivamente. (Ewen, 1976: 190)

Na virada do século, colocou-se ao capitalismo americano o problema não só de controlar socialmente as modernas massas urbanas, formadas, sobretudo, de imigrantes, mas de torná-las úteis ao sistema. Aconteceu então que a produção em massa para o mercado começou a ser entendida como meio de fornecer uma forma neutralizada de ideologia da mudança social, já que, causando somente impacto cosmético, não teria condições de efetuar mudanças significativas nas relações entre os assalariados e a estrutura corporativa capitalista.

Na conjuntura, o fordismo permitira passar a outro patamar de acumulação. Todavia era preciso ajustar as pessoas ao novo sistema. O problema, em resumo, consistia em descobrir uma forma de, ao mesmo tempo, controlar as rebeldias da força de trabalho e viabilizar a produção em grande escala.

Acompanhando a pesquisa de Ewen, ficamos sabendo que o consumismo só se desenvolveu realmente após a II Guerra. Entretanto, suas condições de possibilidade foram gestadas em sua maior parte na década de 1920. A população americana estava preparada para vivê-lo bem antes dele ser implantado, quando enfim "as comunicações e as indústrias da moda e do *design*, mediante a produção e distribuição de imagens, [aparentemente] reconciliaram as vastas demandas nacionais por uma vida melhor com as prioridades gerais do capitalismo corporativo" (Ewen & Ewen, 1982: 37).

Segundo ele, a proeminência adquirida pela publicidade nesse processo provém do fato de ter criado os meios capazes de responder a essa problemática. A exigência central surgida nas primeiras décadas do século, como vimos, era controlar as massas revoltosas e viabilizar o consumo exigido pelo novo sistema de produção. A solução

proposta foi a criação de uma cultura comercial capaz de converter esse processo de revolta em mercado. Entendeu-se que as comunicações poderiam ser colocadas a serviço de um programa de mudança dos hábitos e costumes que, ao passar à prática, não afetasse as estruturas de dominação. O consumismo não somente deveria se tornar o verdadeiro conteúdo da democracia política, como ser a matriz do bem-estar social, em vez do socialismo.

Baseando-se em extensa pesquisa documental, o pesquisador procura sustentar, assim, a tese de que a cultura de consumo foi, em parte, produto de uma ação planejada, mas sem um sujeito, porque surgida da conexão de interesses muito variados. O fenômeno resultou da convergência de projetos de ação social heterogêneos, concebidos e postos em prática pela classe empresarial, profissionais de mídia, homens públicos e até mesmo ativistas radicais, embora somente vários anos mais tarde eles tenham se concretizado.

O consumismo não se desenvolveu de maneira espontânea: a revolta da natureza, produzida pela crescente sujeição interna e externa e levada a cabo pelo racionalismo industrial, foi agenciada estrategicamente, via o ataque aos velhos costumes, a promoção mercantil da mulher e a contestação do patriarcado tradicional. Significa que sua formação está ligada a planos de ação que foram concebidos em meio a uma série de exigências econômicas, confrontos fabris, protestos de rua e projetos de reforma social.

A publicidade não criou o fenômeno, mas foi um elemento importante, que permitiu a convergência do interesse em domesticar os trabalhadores com a necessidade de aumentar as vendas, requerida pelo aumento da produtividade. Em síntese, o trabalho realizado em suas oficinas auxiliou a viabilizar os projetos de reforma da sociedade, de acordo com os quais dever-se-ia "criar uma organização alternativa da vida que pudesse servir para canalizar o desejo humano por ser um eu para o lazer e o sucesso social, ao invés de deixá-lo voltado para si mesmo e o próprio trabalho; pudesse, enfim, fazer com que esse desejo coincidisse com a aceitação da marcha mercantil da civilização" (Ewen, 1976: 48).

Precisaríamos estender muito esse exame para demonstrar de que modo a pesquisa do autor conjuga criticismo cultural e ciência social crítica e, assim, compõe um estudo de indústria cultural em que se

sugere que essa pode servir, entre outras funções, para, via consumo de bens no mercado, inserir a "divisão entre o verdadeiro e o falso na maneira como os homens se dirigem, se governam e conduzem a si mesmos e aos demais" (Foucault, 1982: 71). A tarefa nos exigiria, entre outros, um esforço para ressaltar os elementos que, reforçando as linhas de fuga do programa de pesquisa sob análise, prenunciam nela uma síntese brilhante e única entre a abordagem genealógica foucauldiana e a teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt (McCarthy, 1992: 51-85; Hoy, 1988: 139-165; McCarthy & Hoy, 1994).

Parece-nos mais conveniente antes prosseguir com a casuística aqui proposta, referindo-nos ao estudo de Schudson sobre a origem da forma notícia na imprensa americana (*Making the news*, 1978). O trabalho estuda como surgiram essa forma e a idéia de objetividade, relacionando os fatos com os processos de expansão da economia de mercado, democratização da vida política e ascensão das camadas médias urbanas durante o século XIX. A *Associated Press* (1848) valeu-se da invenção do telégrafo para criar um serviço de venda de notícias que encontrou na forma do relato objetivo de fatos a forma de viabilizar sua negociação com os clientes de diferentes afiliações políticas, sendo pois uma força que pautou o processo. Ainda no começo do século seguinte, era pouco comum ver uma diferença entre fatos e valores na maior parte da imprensa norte-americana. A crença dominante entre os homens de imprensa era que os fatos podiam ser registrados pela consciência, como realmente eram, e apenas a má-fé podia distorcê-los. O emprego de técnicas para assegurar objetividade não era algo pensado em ser adotado como doutrina da atividade.

Durante a I Guerra Mundial, ocorreu que essa crença se modificou. A propaganda e as relações públicas convenceram o público pensador de cultura de que a realidade tal como os jornalistas a retratavam estava sujeita a influências que distorciam sua percepção. A circunstância encorajou os jornalistas a substituírem a crença empirista no registro dos fatos por uma série de técnicas e processos para descrevê-los objetivamente, conforme definidos pela sua comunidade profissional.

Inicialmente, a pesquisa relata a situação da atividade jornalística em meados do século XIX e como ocorreu nela uma revolução

comercial, com a invenção da imprensa barata e acessível às multidões. As reformas democráticas em curso e o crescimento da população urbana levaram em muitas cidades ao aparecimento de jornais com princípios de organização econômica e atitude política mais favoráveis ao desenvolvimento do espírito jornalístico.

Para o autor, a imprensa de um centavo inventou "o conceito moderno de notícia".

> Pode-se dizer que pela primeira vez os jornais refletiram não apenas o comércio ou a vida social e política ... mas as atividades de uma sociedade de classe média urbana e variada, baseada no comércio, transporte e manufatura .... passando a imprimir relatos da política, das cortes, das ruas e dos domicílios (Schudson, 1978: 22-23).

A explicação para esse invento passa pela revisão das várias hipóteses defendidas sobre o assunto, com o objetivo de pôr de lado a hipótese da "história natural", segundo a qual o processo foi resultado da pura e simples evolução do jornalismo. Schudson mostra não só como os desenvolvimentos tecnológicos e da instrução, mas sobretudo como "a democratização dos negócios e da política" foram chave para o surgimento da revolução ocorrida no jornalismo durante a década de 1830 (p. 49). O processo significou uma ruptura com a cultura política de elite, mediado que foi pela emergência da sociedade democrática de mercado. Os jornais baratos expressaram e ajudaram a construir a cultura de uma sociedade de mercado democrática.

> Continuaram existindo jornais de negócio, de partido, socialistas e trabalhistas, mas os jornais nos quais o jornalismo moderno claramente encontra suas raízes foram as folhas baratas de classe média. Essas folhas, independentes de preferência política, foram porta-vozes dos ideais igualitários na vida política, econômica e social, através de suas técnicas de venda, exigência de publicidade, ênfase nas notícias, direcionamento para o grande público e crescente desinteresse para com os editoriais (p. 60).

Schudson defende que os responsáveis por esse processo foram os repórteres. Até então os jornalistas eram sobretudo redatores. Durante as últimas décadas do século XIX, surgiu um conceito de repórter

novo, bastante influenciado pelo empirismo em vigor no pensamento científico, embora o nexo não seja deixado claro. A preocupação era retratar os fatos de maneira tão viva quanto possível. O conflito entre repórteres objetivos e editores cínicos, que muitos apontam, é, em última instância, mítico (p. 84). Os conflitos entre as partes eram superficiais, pois o voluntarismo e o sentimento moral que os últimos acusavam nos primeiros convergiam com o oportunismo e o pragmatismo acusados pelos repórteres nos editores.

> Aceitava-se em comum que os fatos forneceriam a direção moral para eles e eles todos orgulham-se do fato de que seus preceitos morais cresciam naturalmente de sua associação com o mundo real (p. 87).

O trabalho nota que nessa época houve uma bifurcação entre dois tipos de jornalismo, pois se a reportagem buscava os fatos em contato com a realidade vivida, havia outros jornais que submeteram os mesmos à idéia de informação. A explicação é que há uma conexão entre as classes médias educadas e a informação, assim como há entre as camadas populares e o ideal de acompanhar uma história com valor de consumo e orientação cotidiana universal. Estudando como casos exemplares o *New York World* (Pulitzer) e o *Times* (Hearst), Schudson procura mostrar que sua diferença não estava tanto na objetividade do último, pois esta não era ainda um tópico relevante mas, antes, nos critérios de gosto que distinguiam seus respectivos leitores majoritários.

> O *Times* escrevia para a pessoa racional ou a pessoa cuja vida era ordenada. Apresentava artigos como conhecimento útil, não como revelação. O World tinha um sentimento diferente em relação ao ponto: em tom e forma criava o sentimento de que tudo era novo, incomum e imprevisível (p. 119).

Os estilos refletiam a maneira como tendia a se estruturar a experiência dos seus respectivos públicos, mas sendo a informação ou a sensação o que buscavam, não estava em questão o problema da objetividade. O problema não era o eventual subjetivismo da perspectiva jornalística empregada por um ou outro veiculo. A preocupação com a objetividade surgiu, segundo o autor, não como

desenvolvimento do empirismo, mas como uma reação à crescente desconfiança para com ele no âmbito de uma sociedade democrática. A separação entre fatos e valores é produto da consciência de que os primeiros estão sujeitos à manipulação e, portanto, a um crescente ceticismo em relação a sua pura e simples transcrição, relato ou registro.

Exagera certamente o autor porque seu texto não mostra a convergência dos processos. Fazendo notar como o processo foi pensado pelos teóricos e pela literatura, o pesquisador sugere como as transformações econômicas, políticas e sociais verificadas nas primeiras décadas do século passado fizeram com que vastos setores do público passassem a ser vistos como massas (de eleitores e consumidores).

> Os segmentos profissionalizados da sociedade agora tomam a opinião pública por irracional e, portanto, como algo a ser estudado, dirigido, manipulado e controlado [através das comunicações] (p. 129).

A resposta da imprensa a essa situação foi ambivalente, porque se, por um lado, o contexto estimulou essa visão, por outro, permitiu-lhe perceber que ela atingia as bases de seu negócio, convertendo as notícias e reportagens em artefatos antes que relatos dos fatos. O crescimento da percepção social sobre o impacto da propaganda militar e ideológica, tanto quanto do papel das relações públicas junto ao trabalho da imprensa, ensejaram várias respostas, como o aparecimento do colunismo e de matérias abertamente interpretativas nos jornais dirigidos ao público instruído e mais informado.

A resposta principal e mais geral foi fruto de uma composição entre esses entendimentos.

> Os repórteres em geral ainda necessitavam crer no valor de seu melhor trabalho, que era o de colher e expor os fatos, precisando de um referencial dentro do qual pudessem fazer seu trabalho seriamente e persuadir seus leitores a tomá-lo do mesmo modo: é isso que a noção de objetividade, tal como foi elaborada nos anos 1920, tentou fornecer (p. 151).

Embora a democracia e o mercado continuassem a se expandir, as condições em que isso passou a ocorrer fizeram com que a confiança nessas instituições, nas pessoas que as formam, mas também na própria visão do mundo que formavam, começasse a soçobrar. Os jornalistas acabaram construindo um código profissional, baseado nas técnicas asseguradoras da objetividade, em reação a essa sensação e como modo de legitimar seu trabalho.

> Certamente a objetividade como um ideal tem sido e ainda é usada, sem engenhosidade, como camuflagem para os poderosos, mas sua fonte repousa mais fundo, não na necessidade de encobrir a autoridade ou o privilégio, mas no desapontamento com o modo de ver moderno (p. 159).

Destarte, o estudo logra passar para um estágio reflexivo de escopo, bem maior do que aquele em que estão os que se contentam em apenas criticar a manipulação jornalística e a ideologia da objetividade, sem perder seus avanços epistêmicos. As práticas que lhes dão origem são situadas em um processo mais amplo, descortinando por esse meio uma contradição mais profunda, todavia movida por expedientes políticos e empresariais imediatistas como os assinalados.

Robert Castel desenvolve, ao contrário, uma série de pesquisas que pode ser vista retrospectivamente como uma reflexão crítica e histórica (genealógica) sobre a formação da moderna cultura psicológica de massas (1976; 1979; 1981). Deixando de lado as origens do processo (1976) e os termos comparativos em que se perfila a análise (1979), verifica-se que em nosso tempo os encargos disciplinares que a psiquiatria havia tomado para si desde os primórdios da sociedade burguesa foram suplantados pelo agenciamento de uma cultura psicológica, que tende a fazer do autocentramento do sujeito em seus próprios desejos, problemas e circunstâncias a consumação do seu ser social e de sua individualidade (1981).

O Ocidente passou por uma série de mudanças estruturais que conduziram a uma privatização do espaço público, à ruptura das formas familiares e à intensificação das relações íntimas, ao retirar do

alcance dos sujeitos sociais a possibilidade de interferirem nas decisões políticas (1981: 167), promovendo um centramento do sujeito sobre si mesmo em que o cuidado de si tende a se tornar um itinerário obrigatório. A crescente alienação dos mecanismos de participação política, a estruturação da vida empresarial e o fomento mercantil à privatização do modo de vida levam a que o eu passe a ocupar o lugar do social. A transformação da estrutura social em curso:

> por um lado, faz com que um número crescente de pessoas se encontre em ruptura, provisória ou definitiva, com as estruturas integradoras clássicas e seja conduzido a construir formas novas de sociabilidade. Por outro lado, mesmo para aqueles que permanecem no seio das estruturas familiares, de vizinhança, de emprego, observa-se uma evolução interna nesses grupos de participação que [os faz se tornarem] pequenas unidades relacionais autogeradas (p. 157).

Contrariamente a Nikolas Rose (1996), preocupa e interessa ao autor saber porque os seres humanos vêm sendo incitados a elaborar definições morais e regular sua conduta de acordo com códigos e noções de ordem parapsicológica. Em síntese, ocorreria que o crescimento econômico criou para as camadas médias condições materiais de vida satisfatórias, mas frustrantes no plano moral e das relações interpessoais.

> O capitalismo americano é sem dúvida o que estabeleceu mais longe e de maneira mais impiedosa o império das exigências de rendimento, de eficácia e de racionalidade tecnológica, com as conseqüências que se costuma saber sobre a vida ou, melhor, a ausência de vida pessoal e interpessoal. A procura desesperada por espontaneidade, por relação humana autêntica e por livre expressão dos sentimentos é, imediatamente, uma reação ao universo gélido do trabalho sem prazer e da burocracia (1979: 322).

Segundo aquele, o sujeito moderno surge por meio de um processo em que intervêm técnicos e mecanismos de procura, não sendo colonizado por relações de poder e dominação (Rose, 1996: 79). Para esse, as empresas, famílias e outras instituições se deixaram colonizar

ou foram buscar nas práticas e na linguagem psicológica, por mais degradada que apareça, uma fórmula de enfrentamento dos seus problemas e desafios, que é cada vez mais mediada pelas comunicações de massas. "As tecnologias modernas de controle se inscrevem nas estruturas de poder da sociedade" no sentido de que, seguindo o modelo americano, se sustentam "em um mercado que obedece às leis da oferta e da procura sob o regime de livre concorrência" (1979: 356-357).

A conjuntura ensejou a procura por uma verdade e uma forma de agenciamento individual, que têm resposta não apenas no crescimento do mercado de serviços e técnicas *psi*, mas na sua difusão como bem de consumo cultural via os meios de comunicação. Em geral, "elas promovem uma visão do homem pela qual ele mesmo se concebe como um possuidor de uma espécie de capital (seu 'potencial'), que se gere para dele extrair uma mais-valia de gozo e de capacidades relacionais" (1981: 146).

A sociabilidade que se articula por esse processo conjunto funda-se em uma cultura relacional, sustentada na formação de certo *ethos*, que promove uma série de efeitos em que já não está em jogo o poder disciplinar, surgido nos primórdios da era burguesa, mas uma forma de poder baseada no engajamento voluntário da pessoa e cuja estratégia central "consiste em mobilizar os indivíduos submetidos às imposições para que tomem eles mesmos o encargo da exigência de regulá-las" (p. 177).

"Através das terapias para normais, a totalidade das dimensões da experiência humana, independente de qualquer referência ao patológico, torna-se objeto de manipulação tecnológica. [...] Doravante - pretende-se - sou eu o engenheiro de meus próprios estados d'alma, que devo fazer funcionar a usina de meu corpo produtor de sensações inefáveis", conclui *La societé psychiatrique avancée* (1979: 346).

Castel falha, cremos, ao deixar de sublinhar como esse processo não apenas rebenta, mas é agenciado pelo sujeito sob condições determinadas, ainda que toda a sua análise seja feita no sentido de nos levar a perceber o quanto somos seus cúmplices semiconscientes. A exposição sugere como e por que somos levados a substituir os critérios políticos e práticas de identificação, baseados na idéia de

cidadania. Apenas nota, porém, como o fenômeno é vivenciado e articulado pelos seus vários sujeitos, deixando de explorar suas contradições e potencialidades históricas.

Interessada em entender como emergiram os mitos que identificam poder com consumo, tanto quanto os sistemas econômicos e políticos que os sustentam, Susan Douglas escapa desse constrangimento e desenvolve em *Inventing American Broadcasting* uma abordagem crítica em que se "procura integrar história econômica, biografia individual e história da tecnologia com uma perspectiva crítica sobre o modo como certas idéias e sistemas de crença se tornam dominantes", já que esse parece ser o melhor modo de "reconstruir e analisar as conexões entre a tecnologia e ideologia e, assim, entre a formação e a manutenção do poder [numa sociedade]" (1987: 322).

A pesquisadora observa que "a forma como o rádio foi de início usado e a maneira pela qual foi retratado refletiram as transformações econômicas e culturais mais amplas que apanharam os Estados Unidos na virada para o século XX" (p. xxi). Nessa época, tornou-se decisiva a influência da comunidade de negócios, devido à concentração do poder econômico no país. As concepções empresariais e as formas ideológicas vigentes tiveram de passar por um período de adaptação. O desenvolvimento tecnológico passou a ser celebrado pelos meios de comunicação como mola do progresso e expressão da criatividade individual.

O período de criação do rádio coincide com o do casamento ou convergência entre entretenimento e tecnologia, promovido pela imprensa de massas. O objetivo de sua pesquisa é saber como essas mudanças estruturais determinaram a transformação do telegrafo sem fio em rádio.

> O rádio foi tragado pelos conflitos da época, seus aspectos técnicos e corporativos cada vez mais interligados com os interesses das maiores instituições privadas e governamentais. Porém também havia uma influência reciproca dinâmica e importante entre as estratégias institucionais e as aplicações individuais. Os inventores individuais interagiram com as corporações, o governo e a imprensa; e os operadores amadores construíam seus próprios esquemas de significação em volta do rádio; de modo que com ambos também

> tinham de se haver essas instituições. A imprensa mediou essas interações simbolicamente e assim deu voz a certas idéias enquanto silenciava a respeito de outras [por ser parte interessada] (p. xxvii).

Nos primeiros capítulos, apresentam-se os principais introdutores da invenção e como as disputas que os envolveram foram acompanhadas e conduzidas de acordo com certos interesses da imprensa de massas num contexto cultural mais amplo, marcado pela presença dos valores individualistas. Marconi teria triunfado com o apoio da imprensa, do crescente número de investidores em ações e dos pequenos inventores independentes, que viram nas suas propostas de exploração do sistema uma série de vantagens comerciais (barateamento dos custos com telegrafia), monetárias (rendimentos acionários) e econômico-tecnológicas (possibilidade de desenvolver novos inventos e patentes).

> A última coisa que eles todos queriam era que o governo adquirisse controle sobre tal invento e restringisse seus benefícios às aplicações militares [como desejava a Marinha por razões geopolíticas e estratégicas] (p. 142).

Nesse contexto, havia surgido de fato, porém, uma série de operadores amadores, que passaram a desenvolver o invento à revelia das estratégias corporativas e dos interesses com que o acompanhavam a imprensa e o poder militar organizado. As transformações estruturais em curso exacerbaram as representações individualistas da cultura, celebradas pela imprensa, onde quer que pudessem ser confeccionadas. Marconi foi tão promovido quanto dezenas de pretensos prodígios que, embalados pelas concepções democráticas, espírito tecnológico e mito do sucesso em voga, desenvolviam seu invento em direções totalmente opostas e que transformariam, todavia não por suas mãos, "o rádio em veículo através do qual a cultura popular seria inscrita na comunicação elétrica e acabaria trazido de modo mais direto e intenso para dentro dos lares como jamais tinha sido anteriormente" (p. 194).

A crescente presença de amadores conectou milhares de cidadãos em uma rede espontânea, movida pela comunidade de interesses, pelo prazer de se divertir e pela vontade de estender seus contatos.

Incentivavam-na a imprensa e a difusão de um imaginário que os via como a classe realmente preparada para fazer frente aos novos desafios da sociedade moderna. O processo, todavia, não foi pacífico. O congestionamento do espaço de transmissão começou logo a provocar problemas de interferência e, assim, a causar transtornos à navegação da marinha mercante e às autoridades navais da Marinha (p. 207). O resultado foi a necessidade de intervenção governamental, que resultou na regulamentação da radiodifusão, seguindo um modelo que, sem conter a expansão do amadorismo, preservou os interesses da Marinha americana, mas sobretudo das grandes corporações (Radio Act de 1912).

Esclarecendo como seus interesses acabaram convergindo no período posterior a I Guerra, a pesquisadora também demonstra que só tardiamente e de maneira indireta, no princípio, as últimas encontraram na radiodifusão não apenas uma forma de ampliar seus negócios, vendendo seus equipamentos para domicílios particulares, mas de explorar mercantilmente a atividade cultural. A prática amadorística independente aos poucos abriu caminho para a transmissão e recepção de programas musicais, noticiosos, políticos e educativos, que despertou o interesse das megacompanhias. Por volta de 1920, tornou-se claro para seus dirigentes que essas práticas eram apenas a ponta-de-lança de um processo que poderia converter os aparelhos receptores de rádio em extenso mercado, mas que para tanto seria preciso assumir o controle das emissoras e ordenar seu sistema de transmissão.

Conforme um padrão que hoje vinga em relação à Internet, predominava entre o público a consciência de que a radiodifusão poderia fazer nada mais nada menos do que "reviver os valores republicanos originais e, através do poder da tecnologia, restaurar seu primado numa era de capitalismo monopolista" (p. 321). Amparado em respeitável e entusiasmado movimento popular, que, mediado pela imprensa, o via como elemento tecnológico democratizador, nivelador das diferenças de classe, promotor de aproximação entre a cidadania e a vida política e estimulador da educação pública, "o rádio todavia tinha assim começado a se estruturar dentro do sistema mais amplo do entretenimento comercial norte-americano" (p. 309).

A contribuição que o exame do texto permite relevar é, pois, a forma como o processo histórico precisa ser considerado como podendo ser ao mesmo tempo estruturado e irônico. A concomitância de dois processos sociais distintos envolvendo o mesmo meio de comunicação ocorreu sob o pano de fundo comum, representado pela concentração do poder econômico americano. O resultado é que, embora suas circunstâncias imediatas fossem diversas, sua eventual convergência era não apenas possível como viável. A apropriação do rádio pelas corporações foi facilitada não apenas pela possibilidade de explorar comercialmente o negócio da venda de aparelhos, mas as esperanças utópicas que o radioamadorismo estava convertendo em sistema tecnológico de comunicação societária.

Já Kellner trabalha a televisão americana com um modelo em que se compõem os planos do poder político, do conflito social e dos antagonismos estruturais no capitalismo. A concepção segundo a qual aquela seria o veículo ideológico dos vários interesses da classe dominante é descartada. Deseja-se manter uma perspectiva em que "os aspectos progressistas e democráticos da mídia sejam distinguíveis dos negativos e opressivos". Conservam-se em vista "as forças dominantes e aquelas que prefiguram ou combatem por uma melhor sociedade". Em suma, empreende-se uma "reflexão crítica da mídia capitalista", com o objetivo de propor "alternativas capazes de levar a um sistema de comunicação mais progressista" (1990: 182).

A heterogeneidade e os conflitos sociais intervêm em sua atividade, que tenta assim "resolver ou obscurecer o conflito e impor agendas específicas aos círculos da classe dirigente que ela compartilha" (p. 20). O entendimento da televisão como veículo da indústria cultural em chave frankfurtiana é operacionalizado por meio da explicitação das matrizes econômicas, políticas e sociais que estruturam seus produtos em perspectiva histórica.

Destarte, o estudo reconstitui as linhas gerais do desenvolvimento histórico da televisão no país e a forma como as forças econômicas e políticas modelaram um sistema de radiodifusão comercial, das origens à atualidade (p. 25-70). Em seguida, examina-se como o capitalismo determina seu funcionamento, explicitando as estratégias e métodos que caracterizam suas formas de organização e conteúdos mas também os conflitos políticos que emergem entre ela e vários

setores políticos e sociais, incluindo os governos (p. 71-132). Enfim, concentra-se a análise em saber como os republicanos se impuseram ao sistema e como ele apoiou a hegemonia neoconservadora nos anos 1980. A convergência extremamente afinada entre os interesses da classe dominante no período refletiu-se na ação televisual, conforme o autor procura mostrar, detendo-se no exame do papel da televisão nas eleições de 1988 (p. 148-161).

> A tomada das redes de televisão por vastos conglomerados empresariais e o declínio do aparato regulador federal com que está associada comprometeram a mídia ... provocando uma dramática mudança na balança de poder entre as principiais instituições do país. (p. 174)

A perspectiva de fundo é tentar demonstrar como na conjuntura em foco a crise da democracia política americana, conforme construída pelo raciocínio do autor, é dramatizada publicamente e ao mesmo tempo encarnada pelo que ocorre com e na televisão. A excepcionalidade do trabalho residiria, porém, na proposição de um sistema ou modelo alternativo de comunicação, baseado nos princípios de acesso democrático, variedade de conteúdo e diversidade de opiniões.

Objetiva-se com a pesquisa fundar um trabalho educativo, baseado no exame das condições necessárias, para, em tese, promover um esclarecimento entre as populações sujeitas à opressão e, no limite, a superação daquelas adversas à condução de um modo de vida mais livre, mediante uma reflexão sobre as mudanças que os virtuais interessados teriam de pensar em fazer na estrutura da sociedade (Fay, 1987: 31-32).

A exploração das brechas e contradições do sistema comercial, o aprofundamento e a ampliação do potencial existente no sistema público e as possibilidades de intervenção contidas nas novas tecnologias de informação são apenas alguns caminhos apontados "para se produzir um novo tipo de comunicação política, fora dos circuitos de distribuição controlados pelo aparato estatal ou pelas empresas de radiodifusão" (Kellner, 1990: 221).

Digital sensations (1999), de Ken Hillis, merece ser comentado como último exemplo de aplicação de uma abordagem crítica, histórica e dialética ao campo de estudos da comunicação pela novidade de sua temática. Assim, a indicação de que também ela, com todo seu vanguardismo, igualmente pode ser investigada a partir dessa perspectiva. O trabalho parte da idéia de que o ciberespaço é uma paisagem imaterial na qual se exercitam operações militares, transações mercantis e passatempos coletivos, além de lugar em que se projetam certas utopias, que prometem não apenas a renovação mas também o controle racional sobre o espaço social, o conhecimento coletivo e a identidade individual.

Hillis procura ilustrar como o ciberespaço contém o projeto de simular um mundo e nele absorve o sujeito, concretizando tecnicamente um imaginário utópico milenar. Queiramos ou não, veicula-se nele o desejo de exorcizar as complexas e difíceis situações criadas pela realidade material do mundo histórico. O ciberespaço "não só sugere que uma existência ideal é a tecnologicamente mediada, mas continua e intensifica o projeto há muito tempo lançado de alterar, via tecnologia, a subjetividade e o significado sobre o que é ser humano" (1999: p. xvii).

As tecnologias ensejam oportunidades de criação expressiva para o eu, mas não podem ser vistas fora do seu contexto concreto de posição na história (p. 178). A criação da realidade virtual corresponde a um projeto milenar de estender o controle técnico não apenas sobre a natureza e os outros, mas sobre o mundo como totalidade. A exploração dos caminhos seguidos pelas tecnologias e o exame de casos revelam que um de seus conteúdos comuns é o sonho de controle das condições de vida. Hillis não duvida que se possa desenvolver "tecnologias diferentes em relação ao modelo dominante do cyborg ora em construção", observando, porém, que qualquer esforço nesse sentido "precisa começar observando como o contexto de relações desiguais de poder influencia essa intenção e portanto que filosofias, ideologias e discursos se transformam em tecnologia e se naturalizam" (p. 191).

O pesquisador submete, nesse contexto, à dura crítica os porta-vozes do pensamento de que por meio dessas técnicas se está promovendo a liberdade de expressão e o prazer dos sentidos,

mostrando que o contexto de fundo proporcionador dessas experiências é, de imediato, militar e, no fundo, um sonho de controle sobre a existência. A utopia tecnocrática é desmistificada. O progresso técnico é visto como algo que se interconecta com nossas aspirações metafísicas. As tecnologias do virtual são movidas não apenas por um desejo de poder, mas também por aspirações utópicas. No limite, elas legitimam a esquizofrenia como modelo de relação social, mas antes "recriam um espaço simulado que, potencialmente, está totalmente aberto à vigilância, transmutação, revista e censura" (p. 196).

As tecnologias informacionais estão investidas de uma série de mitos, como o de que o consumo de informação significa aquisição de conhecimento (p. 175), mas o pior é que nos fazem cúmplices de um projeto de disciplinamento pela máquina, forçando-nos a rever o relacionamento entre vigilância e prazer, já que sua relação passa a ser vista como dialética e não-oposicionista (p. 110).

> A pergunta pela ética da virtualidade é, portanto, parte de um projeto crítico mais amplo, requerido para sustentar e propor argumentos racionais que possam vir a ajudar a resistir à tendência dominante no sentido de substituir várias partes do mundo da vida pela tecnologia (p. xxiv).

Partindo da premissa de que os fatores históricos e sociais informam não apenas a estrutura, mas a idéia de tecnologia, a pesquisa inicia contando a história das tecnologias virtuais e como elas se conectam com o aparato militar e a indústria da diversão; como a imaginação literária fornece um elemento de ligação entre esses elementos para os empreendedores que a transformam num projeto mercantil: o ciberespaço. A modernidade é responsável pela transformação da tecnologia em um conjunto de práticas sociais, fundado num projeto econômico, político e militar, ao qual corresponde, porém, um certo imaginário.

> A popularidade que se observa atualmente em relação às tecnologias da realidade virtual reflete em parte a esperança das elites tecnocráticas de que essas máquinas possam representar, sob a forma mercantil, uma mediação comum na qual as

> fragmentadas subjetividades modernistas, enclausuradas, mas altamente individualizadas, possam alcançar uma reunificação virtual com outros eus sem ter de se aventurar para a vida real, existente atrás das *muralhas espaciais* dessas comunidades protegidas (p. 195).

A retrospectiva desse imaginário conduz o autor aos projetos medievais de construção da Cidade de Deus, às fantasias e invenções da era barroca, aos sucessivos inventos dos primórdios da era moderna, até chegar aos artefatos tecnológicos contemporâneos. A tecnologia foi criada por "cientistas, designers e engenheiros que ajudaram a movê-la da idéia para a prática, para a porta do laboratório e, daí, para o fliperama, o hospital e a instituição de treinamento militar". Também não pode ser separada, contudo, da "crença [compartilhada por esses homens] de que a tecnologia é parte de um progresso inevitável em direção a um futuro no qual as doenças sociais serão tratáveis, senão curadas, por agendas tecnológicas" (p. 58).

Depois de mostrar como se estrutura o espaço virtual, esclarecer os modelos em que ele posiciona nossa subjetividade e examinar como ele faz convergir conceitos originários de distintos campos sociais, chamando a atenção para o modo como nele se concretizam vários precedentes históricos, às vezes bastante longínquos, o trabalho conclui tentando argumentar como a manifestação dos desejos humanos que nele se inscrevem pode servir de porta de entrada ou avanço de novas formas de poder, sem que se percebam todas as conseqüências.

A legítima reação às adversidades da realidade serve de pretexto para uma conversão da técnica em fim em si mesmo, de um modo que a torna um sucedâneo do sentido. O carnaval tecnomodernista torna-se fantasia de horror, ao se perceber que os prazeres desfrutados no ciberespaço estão sob revista: "as ações podem ser registradas em padrões informáticos disponíveis para análise e se tornar a base para tomada de decisão daqueles que observam e registram o que ocorre no ciberespaço". O capitalismo pode muito bem empregar, para seus próprios fins, programas como os desenvolvidos para as forças

armadas, que "registram as performances, reações e decisões tomadas pelos recrutas com objetivo de controle e disciplina militar" (p. 209).

* * *

Concluindo, observa-se em termos gerais que, segundo essa linha de pesquisa, a comunicação precisa ser estudada como parte de um contexto: não se trata de perguntar o que a mídia faz com a gente nem o que a gente faz com a mídia mas como uma e outra se determinam reciprocamente como momentos de um mesmo movimento. A comunicação representa uma mediação, e isto significa que seu contexto não pode ser avaliado como algo em si mesmo, mas a partir da maneira como ele a estrutura e, em seguida, é por ela articulado.

As relações entre texto e contexto são, genericamente, de mediação de um pelo outro, precisando, no detalhe, ser examinadas como momentos formadores de um processo em que os sujeitos sociais não apenas se constituem e, eventualmente, se modificam, mas, também, agem de forma conflituosa; isto é, simultaneamente, embora de maneira desigual, como forças conservadoras ou de transformação: só depois disso é que seria o caso, se necessário, de examinar suas várias direções possíveis (cognição, reflexo, influência, distorção, encobrimento, manipulação, etc.).

Destarte, verificar-se-ia que, relativamente aos fenômenos de comunicação, as coerções que resultam de sua inserção em um contexto histórico estruturado determinam os agenciamentos de sentido dos sujeitos, tanto quanto as ações e idéias que eles por hipótese projetam além delas. Sobretudo, porém, tais fatos precisam ser objeto de um exame crítico, cujo ponto de apoio está nos conflitos e contradições ensejados na sociedade por esse processo em conjunto.

Referências bibliográficas

1. *Ciência social crítica*
AGGER, Ben. *Cultural studies as Critical Theory*. Londres: Falmes, 1992.
CALHOUN, Craig. *Critical social theory*. Oxford: Blackwell, 1995.
DEAN, Mitchell. *Critical and effective histories*. Londres: Routledge, 1995.
FAY, Brian. *Critical Social Science*. Ithaca (NY): Cornell Univ. Press, 1987.
HOY, D. & McCARTHY, T. *Critical theory*. Oxford: Blackwell, 1994.
McCARTHY, Thomas. *Ideales e ilusiones*. Madri: Técnos, 1992.
OWEN, David. *Maturity and modernity*. Londres: Routledge, 1993.

2. *Estudos exemplares*
DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
EWALD, François. *Histoire de l'État providence*. Paris: Grasset, 1996.
FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
ELIAS, Norbert. *La sociedad cortesana*. México (DF): FCE, 1982.
HUNT, I. *Governance of the consumig passions*. Londres: Macmillan, 1995.
LASCH, Ch. *Refúgio num mundo sem coração*. Rio: Paz e Terra, 1991.
MILLS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
ROUSELLE, Aline. *Pornéia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
VARELA, J. & URIA, A. *Arqueologia de la Escuela*. Madri: Piqueta, 1992.
VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*. Paris: Seuil, 1976.
WEBER, M. *Ensayos sobre sociologia de las religiones*. Madri: Taurus, 1986/1989.

3. *Estudos de Cultura e Comunicação*
DEAN, Jody. *Aliens in América*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
DOUGLAS, Susan. *Inventing american broadcasting*. Chappel Hill: NCUP, 1987.
EWEN, Stuart. *Captains of consciousness*. Nova York: McGraw-Hill, 1976

GOLDENSTEIN, G. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
GOLDFEDER, M. *Por trás da ondas da Rádio Nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio: Tempo Brasileiro, 1984.
HILIS, Ken. *Digital sensations*. Chappel Hill: North Carolina Univ. Press, 1999.
ILLOUZ, Eva. *Consuming the romantic utopia*. Berkeley: University of California Press, 1997.
KELLNER, Douglas. *Television and the crisis of democracy*. Boulder (CO): Westview, 1990.
MARCHAND, R. *Advertising: the american dream*. Berkeley: University of Califonia Press, 1985.
PROKOP, Dieter. *Der Kampf und die Medien*. Hamburgo: ASA, 2001.
RADWAY, Janice. *Reading the romance*. Chappel Hill: North Carolina Univ. Press, 1984.
RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Ufrgs, 1996.
SCHUDSON, Michael. *Discovering the news*. Nova York: Basic Books, 1978.
SKLAR, Robert. *História social do cinema americano*. São Paulo: Cultrix, 1978.
WEISS, Richard. *The American myth of sucess*. Chicago: University of Ilinois Press, 1969.

4. *Suplementos*

CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Cambridge (MA): MIT, 1992.
DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault.* Rio de Janeiro: Forense, 1995.
FLETCHER, Jonathan. *Violence and civilization*. Cambridge (UK): Polity, 1997
HEINRICH, Nathalie. *La Sociologie de Norbert Elias*. Paris: La Découverte, 1997.
FUENTE, Yolanda. *Racionalidad y conciencia trágica*. Madri: Trotta, 1996.
KELLY, Michael (ed.) *Critique and power*. Cambridge (MA): MIT Press, 1995.
REYNAUD, P. *Weber et les dilemmes de la raison moderne*. Paris: PUF, 1987.

ROSE, N. *Inventing ourselves*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.
ROSSI, Pietro (ed.) *Weber e l'analisi del mondo moderno*. Turim: Einaudi, 1981.
ROTH, Günther. *Weber's vision of history*. University of California Press, 1979.
SZAKOLCZAI, Arpad. *Max Weber & Michel Foucault*. Londres: Routledge, 1998.

Capítulo 5
Estruturas da pesquisa crítica, histórica e dialética

A recapitulação das análises anteriores nos sugere, em suma, que é lícito entender os pressupostos epistemológicos e princípios metódicos de uma ciência social crítica histórica e dialética ajustável ao campo de estudo formado pelos fenômenos de comunicação a partir de um conjunto de preceitos que pode ser exposto resumidamente neste capítulo.

Horkheimer sintetiza os princípios da pesquisa social crítica nos seguintes termos:

> 1. O conhecimento é elaborado historicamente, procedendo-se ao estudo da formação do fenômeno e do modo como esse fenômeno se inscreve em uma dada estrutura social.
> 2. O conhecimento é articulado criticamente, procedendo-se a um confronto entre os valores e idéias projetados pelos fenômenos em estudo com o seu processo concreto de posição na sociedade.
> 3. O conhecimento é construído dialeticamente, procedendo-se a um exame da maneira como a estrutura social dominante no caso anima e move a formação total do fenômeno.
> 4. O conhecimento é estruturado em termos hermenêuticos, procedendo-se a uma análise da maneira como o sentido dos referidos fenômenos depende da maneira como eles se relacionam, em diversos momentos, com o processo histórico enquanto totalidade (Horkheimer, [1941] 1989).

A pesquisa em comunicação tem sabido valer-se dessas diretrizes, como procuramos mostrar antes, mas elas não esgotam a compreensão de sua estrutura epistêmica, já que essa depende, além dos conceitos discutidos no primeiro capítulo, de princípios metodológicos mais gerais, que, segundo cremos, foram esclarecidos pela reflexão weberiana.

5.1 Perspectiva metodológica

As perspectivas de entendimento teórico e análise do campo de uma ciência social crítica histórica e dialética estão abertas não apenas à pesquisa, mas à discussão. Convém que não se veja sua proposta como estipulando que apenas um método de análise, ou seja, apenas um sistema de conceitos é capaz de dar conta da realidade. A pesquisa constrói o objeto de saber, mas ao mesmo tempo a realidade impõe limites e sugere caminhos a esse trabalho, se é para este não degenerar em manipulação arbitrária.

Acreditamos que os programas de pesquisa de vários dos pensadores citados neste estudo podem ser reduzidos em termos epistemológicos ao que caracterizamos no primeiro capítulo como próprio da ciência social crítica, ainda que a expressão possa ter sido ou mesmo seja impugnada por qualquer um deles. Robert van Krieken exemplificaria o ponto em artigo bastante objetivo, ao mostrar as convergências historiográficas e similitudes conceituais existentes nas análises sobre a formação do sujeito moderno por meio da difusão das práticas disciplinares propostas por Weber, Foucault e Oestreich (1990).

As conexões que se pode sustentar entre os autores por nós referidos não se restringem porém a esse âmbito, estendendo-se, via um trabalho reconstrutivo, ao plano propriamente metodológico. A contraposição entre a pretensa ênfase nas mudanças espirituais, éticas e subjetivas que um ou outro autor proporia em relação à ênfase que um ou outro colocaria nas mudanças políticas e institucionais, por exemplo, pode por certo ser destacada, mas, por outro lado, também pode ser posta numa linha de composição, se o processo histórico que tanto uma quanto outra supõe for (bem) pensado em termos dialéticos, como um movimento que, contraditoriamente, implica texto e contexto, ação e estrutura, idéia e conduta.

As rotinas tradicionais tanto quanto as mudanças institucionais, vendo bem, são em última instância acionadas pela conduta humana, que é sempre a encarnação em ato, qualquer que seja, de uma rotina funcional ou de um sentido cultural estruturados sob condições históricas determinadas. O problema epistêmico, parece-nos, é não

sucumbir à tentação de suprimir um desses pólos: a arte toda está, no caso, em exibir sua conexão, acentuando ora um, ora outro aspecto.

Deixando para outra ocasião a demonstração de como essa redução pode ser sustentada por meio da reflexão comparada de estudos de caso, deseja-se antes salientar que, sendo ou não viável a defesa dessa hipótese, parece-nos inquestionável que, metodologicamente, a prática da investigação em ciência social crítica tenha sempre de se basear em uma estrutura cujo esclarecimento fundamental nos foi legado por Max Weber.

Conforme sugere Weber, a compreensão das ações em ciências sociais não visa estabelecer seu sentido vivido, mas a relação social de sentido ou racionalidade prática de que dependem e que, em larga escala, permanece oculta para o sujeito (Weber, [1922]1973: 220-221). O sentido vivido é apreendido de maneira mais ou menos imediata, mas, enquanto tal, algo que serve apenas como ponto de partida da investigação. A compreensão está assentada e se esclarece reflexivamente via o conceito (tipológico) de ação racional, cuja principal função é estruturar metodologicamente o campo de estudo das referidas ciências.

Para o autor, a chamada relação com os valores confere uma especificidade às ciências culturais. Discípulo de Rickert, o pensador defendeu que essas ciências repousam na premissa transcendental de sermos homens de cultura. Somos seres dotados da faculdade de tomar posição diante do mundo e de lhe conferir sentido. As disciplinas científicas investigam o sentido dos fenômenos potencialmente significativos para nós. Em função disso, engendram, nas humanidades, um enfoque predominantemente individualizador, preocupado com a especificidade desses fenômenos em relação à nossa cultura.

A relação de valor, responsável pela escolha do ponto de vista epistêmico e valorativo com o qual será conduzida a pesquisa, constitui o princípio de seleção e delimitação do campo de estudo. Dentro dele, porém, é necessário se portar de maneira empírica. Nas ciências da cultura, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e este último varia de acordo com a marcha da história (Weber, 1922 [1973]: 121).

A construção dos conceitos das relações de sentido postuladas pelo estudo deve se esforçar para não reificá-los sob a forma de estruturas puramente objetivas, porque, até onde ainda se pode ver hoje, aquelas relações são sempre mediadas subjetivamente. "A história não se deixa apreender em esquemas conceituais", costumava afirmar o pensador. O entendimento não significa, porém, que aquelas estruturas não se formem e, por isso, elas devem ser descritas e examinadas, porque as ações têm um caráter rotineiro que permite seu estudo sistemático.

A explicação é sempre histórica, porque não há outra: sejam fatos ou rotinas os objetos em questão, dá-se por meio de juízos de possibilidade objetiva, que visam estabelecer sua adequação à determinada constelação de fatores circunstanciais. O pesquisador destaca certas condições como causas do evento ou estrutura, mas é sua totalidade (meramente pressuposta) que efetivamente se responsabiliza pela ocorrência do fenômeno. A explicação nas ciências sociais históricas limita-se, portanto, exclusivamente aos elementos e aspectos do acontecimento que, sob dado ponto de vista, constituem um problema para o pesquisador (Weber, [1922] 1973: 156).

A compreensão do sentido não constitui, por sua vez, uma operação psicológica, pois não se compreende a subjetividade dos agentes sociais, mas o sentido de sua ação num dado contexto, a partir de certas premissas histórico-transcendentais (certos conceitos de racionalidade). O sentido remete analiticamente à orientação recíproca, que guia a conduta dos indivíduos dentro de certas condições; é uma propriedade intersubjetiva presente de um modo ou de outro, em maior ou menor grau, na conduta social, ainda que transcenda a consciência imediata. O pesquisador reconstrói o sentido de uma ação social num plano empírico, partindo da evidência de que as ações humanas mantêm relações inteligíveis entre si, revelam uma racionalidade imanente à realidade empírica, de caráter intersubjetivo, e que pode ser reconstruída a partir da definição de certos tipos fundamentais.

Para Weber, os conceitos ou tipos-ideais fundadores do conhecimento social são os de ação racional com relação a fins (ação instrumental), e de ação com relação a valores (ação axiológica). As

referências a outros tipos de ação mais gerais, como a afetiva e a tradicional, ocorrem por contraste, pois esses últimos se deixariam compreender de maneira intuitiva ou imediata (na verdade, sabe-se hoje, esses tipos são, mal ou bem, pré-compreendidos pela tradição da qual faz parte o pesquisador, como esclarece Gadamer [1960]).

A compreensão metódica do sentido se dá, pois, de modo mais ou menos claro, mediante conceitos que o autor chama de tipos-ideais: eles o definem para a investigação. Epistemicamente, os tipos-ideais são construções que acentuam um ou vários aspectos da realidade; combinam determinadas relações para formar um retrato histórico mais homogêneo da realidade no pensamento. O pesquisador defronta-se com a tarefa de caracterizar, em cada caso particular, os fenômenos que estuda, a fim de distingui-los de outros, e para isso procede ao exame da maior proximidade ou afastamento entre a realidade e os conceitos.

A linguagem empregada pelo pesquisador contém dezenas de palavras, que comportam as características desses conceitos, mas, muitas vezes, não são elaboradas pela reflexão. Os termos são usados em sentido semelhante ao do vocabulário corrente, não passando do nível da intuição.

> Qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição mostra que o pesquisador logo que tenta ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a natureza e a significação cultural de um evento, por mais simples que seja, isto é, para caracterizá-lo - trabalha e tem de trabalhar com conceitos que via de regra apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos-ideais (Weber, [1922] 1973: 108).

Quanto mais claros e definidos esses conceitos, melhor para a pesquisa e exposição; quanto mais resistência ao trabalho teórico o pesquisador revela, mais se encalha na esfera do vagamente sentido. Os tipos-ideais não são cópias da realidade, mas construções epistêmicas, podendo interessar ao pesquisador como objetivo do estudo, quando se trata de elaborar as figuras passíveis de definir um tipo de ação ou como meio de estudo, quando é o caso de definir uma ação social e estabelecer suas conexões históricas.

Para Weber, o pesquisador tenta entender as conexões concretas da ação social, fazer a compreensão dos fenômenos com interesse para nossa cultura, com o auxílio de conceitos (Weber, [1922] 1973: 253). Sempre que a análise permanece no estágio de uma "compreensão" do "significado" do fenômeno, onde o trabalho de imputação causal é deixado de lado, não se estabelecem as conexões do fenômeno com outros ou não se constrói, descreve e comenta um tipo-ideal - não se ultrapassa o plano da intuição, por mais racional que esta seja. O trabalho científico conseqüente começa com o exame das relações entre os fenômenos tipificados, prossegue com a tentativa de definir suas conexões causais e conclui, sendo o caso, com a elaboração de novos conhecimentos tipológicos (construções histórico-sociológicas) (Weber [1922] 1973).

O procedimento metodológico que sustenta o trabalho de explicação consiste em selecionar, com base em teorias, os fatores que o mesmo supõe necessários para explicar a ocorrência do fenômeno em questão, baseando-se num cálculo retrospectivo de possibilidade. A pesquisa não trabalha com um modelo de explicação causal nomológica, mas com a pesquisa das condições que, somadas com outras, tornaram possível determinado acontecimento. Trata-se, portanto, de um modelo de explicação condicional, determinado pelo ponto de vista teórico do pesquisador, que, aliás, define os limites da objetividade do conhecimento histórico.

"[Em Weber,] as estruturas coletivas não são mais totalidades significativas em si mesmas, mas simples condições exteriores da atividade humana" (Reynaud, 1987 [1996]: 100). O conhecimento nomológico, as categorias teóricas e os tipos-ideais não têm valor por si próprios na pesquisa histórica, porque então são meros meios para explicar uma situação; mas também não na pesquisa social, porque nessa se trata, antes de mais nada, de construir, revisar e/ou correlacionar historicamente esses elementos.

O trabalho de explicação pressupõe um conjunto de hipóteses sobre a estruturação e o curso das diversas classes de fenômenos humanos, já que, configurando um problema histórico, só ele pode definir as classes de conexões que devem ser examinadas como possíveis condições de possibilidade de um fenômeno e os tipos-ideais

da ação social, necessários à confrontação com a realidade e à individualização do fenômeno.

A realidade empírica apresenta uma multiplicidade de aspectos e relações inesgotável pelo conhecimento, e, no limite, cada aspecto da realidade está preso a todas as suas conexões concretas. O pesquisador precisa avaliar em cada caso e por meio da análise empírica o peso de cada fator social na constituição de um fenômeno, confrontando suas hipóteses teóricas com a realidade.

A explicação está baseada, portanto, em um cálculo retrospectivo de possibilidades, em que se considera uma série de condições e elementos comprováveis empiricamente. O pesquisador precisa calcular se o curso dos acontecimentos seria o mesmo sem essas condições, avaliando discursivamente sua relevância causal no desenvolvimento do fenômeno. Quando o curso dos fatos se mostra, à luz desse raciocínio hipotético, diverso do realmente verificado, pode-se dizer então que as condições indicadas se incluem entre suas causas (Weber [1922] 1973: 163).

Em razão deste procedimento não ter a natureza de uma prova empírica, não podemos concluir que as causas apontadas sejam únicas ou suficientes, pois necessariamente deixamos fora de consideração fatores cuja relevância para a verificação do fato pode vir a ser descoberta por novas pesquisas. A regressão causal é aberta por princípio; não se afirma nunca a necessidade do fato, mas somente sua possibilidade objetiva, ao considerar determinada constelação histórica.

A explicação compreensiva, isto é, a explicação causal de um fenômeno sociocultural, cujo sentido apreendemos por compreensão (tipológica ou intuitiva), compõe-se de duas operações. Primeiro, procede-se à abstração que, conforme sua relação de valor ou problema histórico, seleciona determinados aspectos da realidade para estudo. A compreensão do sentido dos mesmos, no contexto de sua época, verifica-se simultaneamente mediante o emprego dos tipos-ideais de ação disponíveis. Por fim, o pesquisador analisa a constelação em que se inserem os fenômenos, estabelecendo as condições que contêm sua possibilidade objetiva; isto é, adequando a compreensão do sentido às suas conexões causais concretas (Weber [1922] 1973: 162-163).

Acontece, às vezes, que o repertório consciente ou inconsciente de conceitos disponível pelo pesquisador, não permite tipificar e assim entender as situações por ele registradas em um nível de compreensão mais elementar, passando a exigir dele a elaboração de novos conceitos e, por essa via, talvez, de novas explicações para interpretar as conexões e reconexões entre as situações surgidas de sua aplicação. A pesquisa pode descobrir problemas que exigem novas abordagens interpretativas ou ter como objetivo compreender o processo histórico e os fenômenos culturais sob novos ângulos, adquirindo assim uma *ênfase* mais sociológica do que histórica, ao nos solicitar maior esforço conceitual.

A investigação dos materiais não visa então apreender sua singularidade, mas construir conceitos capazes de integrar alguns de seus aspectos em atitude sistemática. A perspectiva não significa que a pesquisa das origens e o exame das conexões causais dos tipos construídos sejam postos de lado. Apenas que esse trabalho se torna auxiliar, e não seu fim, como é o caso quando o principal interesse é historiográfico. A estrutura narrativa é subordinada, não suprimida, ao trabalho de análise das relações que estruturam a ação social de acordo com determinado tipo que vai, assim, sendo construído materialmente pela investigação.

A explicação dos pontos indicados tende, nesse contexto, a cair para um segundo plano ou mesmo a se esfumar, mas isso não é necessário: o procedimento pode ser levado para dentro da análise e integrado aos comentários feitos pelo pesquisador. Absolutamente indispensável para bem estruturar o trabalho é apenas a exposição das condições que originam e assim explicam a situação em exame. A análise dos materiais, sendo construtiva, é sempre, em tese, exposição dos termos em que se coloca o problema em foco e se lançam as bases da sua interpretação.

"As construções ideais cuja relação com a realidade empírica do dado imediatamente é, em cada caso particular, problemática" ensejam "as mais diversas complicações possíveis, que apenas pudemos assinalar aqui", para valer-nos das palavras de seu principal pensador (Weber [1922] 1973: 115).

Qualquer um que resolver seguir o ofício de pensar a cultura e fazer pesquisa social em condições de maioridade terá, porém, de se

haver com elas e aprender a elaborar seus desenvolvimentos. Porém isso não é algo que, como dito mais acima, se adquira mediante a simples leitura de manuais de metodologia, como tinha plena consciência o próprio Weber. A eventual ajuda que eles podem fornecer é por princípio limitada, porque, remetendo à matéria viva, não têm como dar conta do que só pode ser aprendido, se é para o ser, na prática da investigação.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Epistemología y ciencias sociales*. Madri: Cátedra, 2001.

HORKHEIMER, Max. "Notes on Institute Activities". In Bronner, S. & Kellner, D. (eds.): *Critical theory and society*. Nova York: Routledge, 1989.

KRIEKEN, R. "Weber and Oestreich on the historical sociology of subjectivity". *Amsterdams sociologisch Tijdschrift* 17 (3-28) 1990.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1982.

WEBER, M. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, [1922] 1973.

5.2 Estágios reflexivos

Posto isso, desejamos concluir as reflexões de natureza metodológica que lançamos neste volume, procedendo a uma esquematização dos estágios que tipificariam uma pesquisa social crítica. Quer-se com isso apenas lembrar os passos que precisam ser dados para formatar o trabalho de investigação nessa linha de trabalho, e não propor um modelo metodológico. Na prática da pesquisa, a exposição desses momentos é passível de ser feita através das mais diversas composições: exibe-se aqui a formatação clássica.

À ciência social crítica histórica e dialética não se furta a exigência de distinguir três momentos formadores de qualquer pesquisa, quais sejam: a heurística, responsável pela formulação das perguntas da pesquisa e procura dos caminhos e materiais para

respondê-las; a análise, responsável pela leitura crítica das fontes e elaboração metódica de seus conteúdos; e a síntese, correspondente à interpretação da matéria dentro de uma perspectiva cognitiva, portadora de alguma relevância epistêmica.

Significa, em particular, que ela precisa, reflexivamente, passar não- necessariamente pela ordem apontada, pelos seguintes estágios de estruturação:

1. *Estágio heurístico*. A primeira etapa consiste em definir clara e conscientemente um campo de pesquisa de relevância para o pesquisador ou sua área de atuação e, em combinação com essa escolha, formular o problema e objetivos da investigação. O sentimento ou pré-compreensão do caráter problemático que representa esse tema é o primeiro ponto a ser investigado. O trabalho intelectual bem realizado não prospera por decisão arbitrária ou ato de vontade. A pessoa interessada precisa estar, antes, envolvida praticamente com um campo de experiência e conhecer muito bem o que foi, direta ou indiretamente, escrito sobre ele, para poder pensar seus problemas e se deixar guiar pela coisa.

A recapitulação da literatura sobre o assunto e o exame de consciência sobre as relações pessoais do pesquisador com ele são, nesse aspecto, procedimentos indispensáveis, sem os quais nenhuma atividade intelectual avança de maneira produtiva e criativa. O caminho a ser seguido não começa, porém, apenas por aí. A consciência das condições existentes para a realização da tarefa (recursos, tempo, experiência, etc.) também é algo a ser levado em consideração. O essencial, porém, é que "a formulação dos problemas inclua uma atenção explícita às questões publicas e às inquietudes pessoais, abra à investigação as conexões causais entre ambiente [pesquisado] e estruturas sociais" (Mills, 1961: 144).

2. *Estágio historicista* [narrativo-situacional]. A seguir, trata-se de pesquisar as condições históricas que formam o contexto social (macro ou micro, depende do caso) de origem do tema enfocado. A reflexão sobre o problema requer que a pesquisa relacione-o de maneira continua e estreita à realidade histórica em que surgiu e às significações que ele assume para os sujeitos sociais. A finalidade

desse momento é reconstruir as condições históricas que, à luz do referencial teórico, permitem em tese explicar o surgimento do problema ajuizado. Nessa etapa, o assunto converte-se plenamente em problema, já que a pesquisa passa a construí-lo com materiais de primeira mão, e não só como hipótese bem guiada pela literatura e experiência.

Genericamente falando, os planos a serem considerados nesse momento compreendem os fatores econômicos, forças políticas e elementos culturais que, tanto no plano macro quanto no plano micro, mediados pelas instituições, permitem contextualizar o problema. O caráter da pesquisa é histórico-estrutural, no sentido que relata condições em atitude objetiva, e a ênfase está nas coerções que elas importam à intervenção humana.

3. Estágio hermenêutico [analítico-compreensivo]. Neste movimento, trata-se de reconstruir intelectualmente as condutas e formas de consciência surgidas nesse contexto. A pesquisa passa a se ocupar de fatos sociais específicos, ações e idéias, concentrando-se na análise das condutas sociais típicas e formas culturais dominantes mais significativas para o esclarecimento do problema, construído com ajuda do exame das suas condições históricas de nascimento.

O momento não tem epistemicamente um caráter metódico, advogamos, porque se centra no espaço que, historicamente, é o da liberdade. O sentido compreendido não é, porém, o subjetivo, no sentido do pessoal ou vivido, mas, como argüimos, o construído com ajuda de tipos básicos de ação e do conhecimento prévio do contexto, ainda que, nesse plano, a referência seja sempre à ação social (compreensão expressivo-intencional mediante aplicação e elaboração de categorias tipológicas).

O objetivo é saber como os elementos históricos e sociais são acionados tipicamente em situações sociais individualizadas. A reflexão sobre os materiais é de caráter tipológico e visa ver a maneira como o problema, reconstruído inicialmente a partir de seu processo de formação, é objeto de ação e idealização por parte de seus sujeitos. Os métodos auxiliares de que o pesquisador se pode valer têm no máximo um caráter orientador: a ênfase está no entendimento tipológico do saber e das formas de ação acionados por esses sujeitos.

O procedimento que emprega ou busca construir tipos-ideais ocupa o lugar daquilo que, noutros paradigmas, passa por aplicação de métodos analíticos, como análise do discurso ou descrição de funções.

Os textos ou as ações em foco são vistos como elementos mediadores que, embora possuam um sentido em si mesmo, precisam ser compreendidos e, depois, articulados às condições que presidem a sua efetivação, mas que, ao mesmo tempo, eles em compensação eventualmente transformam.

4. Estágio explanatório [analítico-explicativo]. Lançados os termos de entendimento da matéria em exame, trata-se de analisar as relações existentes entre texto e contexto, procurando evidenciar suas contradições e possibilidades, coações e perspectivas. Segundo Mannheim, esse é o "coração do problema de pesquisa", aquele em que se estabelecem os nexos de causalidade entre texto e contexto, mas também entre ação e estrutura. Contudo, não é só isso, é preciso investigar a forma como as ações e idéias se encaixam no contexto histórico, no sentido de representarem ações e idéias que, à luz desse contexto, reproduzem ou mesmo criam situações que colidem ou contrariam, sem que os sujeitos percebam conscientemente seus motivos, intenções e significado imediato.

Procura-se saber por que o sentido "vivido" no texto ou na ação é assim como foi mostrado, como as condutas e idéias respondem às condições objetivas, levando em conta suas dependências, mas também suas contradições com e eventuais superações relativamente a esse contexto. O significado da ação ou texto é remetido à configuração histórica em que um e outro se inserem e a que respondem, passando a tentar explicar sua problemática. A conexão entre o sentido da ação e as estruturas que lhe subjazem conferem à pesquisa um caráter explanatório, cuja ênfase está num raciocínio dialético, que ora se centra nos mecanismos de poder, ora na ação dos sujeitos, visando aprender seus condicionamentos recíprocos, mas também e sobretudo suas contradições involuntárias e suas relações de determinação.

5. Estágio interpretativo [crítico-antecipatório]. Avançados os passos acima comentados, trata-se, enfim, de proceder à síntese dos

resultados, propondo sua interpretação no âmbito do respectivo processo civilizatório, senão em termos histórico-universais. Resumidamente, o procedimento consiste em tomar o problema, tal como compreendido e explicado factualmente, e colocá-lo numa outra perspectiva, de natureza histórica abrangente, senão universal.

A reconfiguração do conhecimento assim suscitada requer a projeção dos materiais já elaborados pela pesquisa em um contexto mais amplo (definido pela visão de história com que trabalha o investigador), que seus atores desconhecem ao agir, embora parte desse contexto seja por eles engendrado. O objetivo é ampliar o conhecimento dos possíveis interessados na investigação, porque a pesquisa, se bem-sucedida, permite a quem a elaborou saber mais do que quem lhe forneceu os materiais para reflexão.

Deve-se salientar que a interpretação não torna a explicação causal genética e a compreensão mediante a construção de tipos supérfluos; ela apenas tenta projetar sua constituição conjunta em um plano mais amplo. As últimas revelam as condições que presidem à concretização de um significado e a maneira que este se relaciona com essas condições; a primeira ensaia uma leitura do significado do conjunto assim formado no contexto de uma história mais abrangente.

A projeção dos resultados no processo histórico confere à pesquisa um caráter narrativo, cuja ênfase dependerá tanto das descobertas feitas no curso da pesquisa, quanto das orientações mais gerais que subjazem à sua investigação. Por isso, convém que, em sendo proposta, mantenha um vínculo não só entre o objeto de estudo e a situação em que emerge a pesquisa como, também, entre esta e os anseios e temores dos grupos potencialmente interessados no assunto da sociedade contemporânea à investigação.

O comentário dos preceitos apontados acima e fundamentados no primeiro capítulo poderia estender-se indefinidamente, mas, como notado, não tem o poder de formar o que, em última instância, só na prática se pode desenvolver e que, neste estudo, foi apenas objeto de reflexão: o trabalho de investigação e produção do conhecimento.

O fundamental é a conservação, em todos os estágios da reflexão, de uma atitude crítica que, seja em relação às estruturas sociais

dominantes, às tradições culturais herdadas, às ações em que os homens se lançam ou às idéias em curso de proposição, saiba pensar a maneira como essas forças todas agenciam relações de poder e figuras espirituais que pesam sobre nosso modo de ser, corpo e alma, de uma forma que, quase sempre, escapa à consciência e implica conseqüências muito pouco calculadas pelos sujeitos históricos nelas envolvidos.

Concluindo esta seção, deseja-se apenas lembrar, mais uma vez, nossa crença de que o método só pode ser pensado produtivamente assumindo uma postura hostil para com os "projetos simplesmente desenvolvidos para a carreira acadêmica, nos quais via de regra a irrelevância do objeto combina perfeitamente com a obtusidade das técnicas de pesquisa" (Adorno [1962] 1986: 50).

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. "Sobre a lógica das ciências sociais". In *Sociologia* (Org. de gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 1985.
BOURDIEU, P. & PASSERON, C. *El ofício de sociólogo*. Mexico [DF]: Siglo XXI, 1975.
FOSCHEID, D. & WUNENBURGER, J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
LAKATOS, Imre. *La metodologia de los programas de investigación cientifica*. Madri: Alianza, 1983.

5.3 Conclusão geral do trabalho

A ciência social crítica, na comunicação como em outros campos, fundamenta-se praticamente na pretensão de que por meio dela os interessados podem compreender o cenário mais amplo que determina suas vidas, suas dúvidas e seus problemas. Os problemas de uma coletividade e o mal-estar do indivíduo são referidos às circunstâncias históricas e desafios sociais que os afetam na área de especialidade do investigador. O projeto epistêmico busca, em suma, conectar as

preocupações individuais com os problemas da humanidade histórica num dado contexto de investigação. Assim surge sua oposição à idéia de pesquisa social como conjunto de técnicas que busca dados sem pensar em seu sentido, tanto quanto às construções teóricas abstratas que desvinculam seus materiais dos problemas existenciais e históricos.

A convicção que a anima é que o método e a pesquisa, a teoria e a prática, devem manter intimidade: os métodos e teorias somente são úteis quando se relacionam firmemente com o trabalho efetivo de pesquisa, no sentido da importância do problema e do esforço para resolvê-los (ao menos epistemicamente). Os problemas essenciais ou portadores de valor não podem ser postos na conta das teorias e dos métodos, mas no curso da história já vivida e interpretada criticamente por algum coletivo ou tradição. O fundamento se encontra, pois, num interesse prático em viver bem e não na procura do conhecimento pelo conhecimento, por mais que aquele conceito (o de boa vida) revele-se cada vez mais problemático à luz do processo histórico tanto quanto de sua apreensão intelectual.

A reflexão crítica e a pesquisa que ela origina são expressão, mas não a única, nem a principal, da consciência infeliz que, provocada por nossa situação, todavia se deixa mover, em última instância, pela vontade utópica e criativa de transcendê-la e, assim, dissolver-se noutra forma de vida e figura do pensamento. Pobre em imagens, agora que essas passaram a ser difundidas a preço de liquidação, ela não se toma como motivo de um *ethos* absolutista, mas índice moral da vida digna de ser vivida por quem sente alguma inclinação intelectual emancipatória na atualidade. A crítica não é a boa vida, mas sua antecipação negativa; é algo que se origina em um mundo no qual se pretende (falsamente) que essa vida já pode ser realizada positivamente.

Segundo Wright Mills, de cujas idéias podemos nos valer para fechar a costura deste trabalho, os homens de nossa época vivem hoje em meio a um misto de indiferença e mal-estar. Indiferença porque sua relação com valores é fraca e sua atitude predominante é racional; mal-estar porque, apesar de tudo, por isso mesmo eles percebem, embora vagamente, que há várias ameaças à sua existência e àquilo que almejam (1961: 30-31). A fonte desse mal-estar e daquela

indiferença reside, em última instância, no sistema ingovernável de sua organização econômica, na manipulação política dos processos de decisão, na anarquia das relações sociais que ambos fomentam e na própria mudança da natureza do homem e da vida humana que disso tudo resulta.

Subjacente às atividades da reflexão crítica, essa situação é o que a move no sentido de perguntar pela forma como se estrutura nosso destino e quais são nossas atitudes diante das tendências características da época em que vivemos. O processo histórico criou condições para o aparecimento de certas formas de vida que, embora dele dependam, também aprenderam a resistir ao sistema subjugador, indicando que o poderio desse último, por várias razões, mas, sobretudo, por não poder representar um sujeito unificado, não é total. A relevância conferida por aquela reflexão à mediação da história nasce da percepção de que é nesse plano que surgem os problemas de interesse e em função dele que devemos estruturar nossas teorizações.

Wright Mills e outros teóricos de meados dos anos 1950 viram que a culminação do processo histórico moderno significava o colapso das expectativas ilustradas, segundo as quais a razão em sentido amplo, a liberdade interior e a igualdade política e econômica prevaleceriam como forças organizadoras da vida humana. Como disse Mills, "estamos no final do que se chamou de idade moderna ... que começa a dar lugar a uma idade pós-moderna" (1961: 178). O furacão que isso importou nas últimas décadas do século passado parece hoje estar passando. O espírito de utopia, embora degradado, reaparece com força no rescaldo ou normalização do juízo de que o projeto iluminista moderno jaz morto para a toda a eternidade, levando a novo patamar a dialética entre alienação e plenitude, dependência e autonomia, criação e destruição, selvageria e humanitarismo, barbárie e civilização.

A racionalidade, a liberdade e a justiça social, que fizeram parte de seu ideário, como o ideal ainda mais antigo de boa vida, não contam mais como premissas da ação, mas sim como problemas, passando a correr perigo diante de novas e formidáveis tendências de desenvolvimento do processo civilizatório. O racionalismo com que se estrutura o modo de vida, mas não a existência individual, é pago com a restrição do espaço de liberdade interior, não com o aumento de seu

espaço de intervenção, e com a canalização da idéia de justiça para o plano funcional do consumo de bens materiais, em vez da criação de uma ordem social menos violenta e mais igualitária, livre e esclarecida.

> A crescente racionalização da sociedade, a contradição entre essa racionalização e a razão, a quebra da suposta coincidência entre razão e liberdade: estes fatos estão detrás do surgimento de um homem racional, mas sem razão, que cada vez é mais auto-racionalizado, mas cada vez se encontra mais descontente e desorientado (Mills, 1961:182).

A pretensão de se guiar pela idéia de uma sociedade na qual os homens pudessem se tornar esclarecidos e independentes passou a ser ela mesma problemática tanto quanto são as formas de vida social que a obstaculizam. A relação da situação histórica objetiva com as possibilidades de os homens serem mais livres, justos e racionais passou a ser duvidosa, inclusive aos olhos da reflexão crítica. Atualmente, a sociedade não autoriza mais que se creia nisso como pressuposto de toda discussão e se projetem ideais de qualquer tipo ao pensar nosso destino. As projeções de futuro disponíveis em nossa cultura servem apenas de idéias reguladoras para a pesquisa, ainda que do ponto de vista político o tópico se coloque de outra maneira.

A postulação crítica e emancipatória mais originária, segundo a qual o entendimento dos métodos de análise social precisaria ser inserido no âmbito de uma filosofia da história, antecipada sob a forma de hipótese teórica com finalidade prática, não é mais passível de manutenção integral. O processo social assumiu hoje forma tal em que isso não pode ser feito de maneira totalmente legítima, porque seu horizonte tende a ser puramente tecnológico. As fantasias acerca de uma vida plena e sem sofrimento colaram-se a um projeto extremamente poderoso, subjugador e imperialista, que pretende nos colocar perto dela em troca da renúncia à nossa humanidade.

A violência originária com que o homem funda a cultura impera com tal força agora que ele não parece mais fazer parte de seus planos futuros. As projeções nesse sentido tendem a se esvaziar de conteúdo criador de valores e a assumir um caráter reificante, ao postular a superação da sociedade atual em um ou outro tipo de organismo

maquinístico. O retorno do espírito de utopia apresenta-a como mero prolongamento das tendências sociais dominantes ora em curso; mas, em toda a sua ambigüidade, isso ainda é um avanço em relação aos períodos mais negros vividos no século passado, quando foi revelada de todo a face sombria e destrutiva do processo civilizatório.

A experiência totalitária ensinou em seu extremismo que, junto com a avaliação das possibilidades utópicas, deve-se sempre conservar em mente uma visão negativa da história e que só a combinação crítica e reflexiva de ambas pode guiar bem a investigação. A subtração aos sujeitos sociais do poder de intervir criativamente, promovida por uma tecnologia que mais e mais se converte em sistema organizado como poder econômico, priva a ciência social crítica de seu aspecto prático, senão de seus potenciais destinatários. O prejuízo de ordem moral assim surgido não importa, contudo, em supressão de seu potencial epistêmico, sempre e enquanto houver alguma resistência e um mínimo de condições para a preservação da liberdade de espírito e da independência individual.

O pensamento que dispomos para tentar enfrentar teoricamente e responder praticamente às questões colocadas por nosso tempo é cada vez mais pesado e impotente. Embora se diga com bastante pesar, pelo sentido cínico que a frase adquire necessariamente, o sistema vigente pode muito bem manter pequenos enclaves impotentes para os que desejarem e puderem perseguir aqueles bens - e isso, se confirmado, seria o seu único mérito, porque em todo o resto não reserva muita coisa de bom, no sentido moral, para a maioria da humanidade.

Observa Wright Mills que a pretensão científica e intelectual de ajudar "o indivíduo a converter as inquietudes e interesses pessoais em questões e problemas sociais abertos à razão", em auxiliar "o indivíduo a converter-se em um homem que se auto-esclareça", porque "só assim ele pode chegar a ser livre e razoável [nos vários campos da ação social]", perdeu sua base de apoio histórica (1961:197). As forças sociais que forneciam sustentação a esse projeto estancaram e encontram-se acossadas por todos os lados. A capacidade de intervenção ou significado público do conhecimento crítico se tornou mínima, restringindo-se à função tradicional de elaborar saber especializado. A tendência é "os valores da liberdade e

da razão serem realizados unicamente em ambientes excepcionais de certas vidas privadas favorecidas" (p. 203).

Os valores formadores da medula da ciência social crítica - liberdade, independência, razão e boa vida - parecem hoje socialmente condenados, onde não se deixaram reduzir à caricatura digna de miseráveis. Àqueles que lograrem manter sua espontaneidade criadora e seu espírito crítico nos interstícios da rede de circuitos do mundo eletrônico do imperialismo planetário capitalista só cabe retribuir o privilégio que desfrutam, conservando os meios de pensar criticamente a experiência humana, senão a própria noção de vida boa, para melhores dias em meio ao silêncio, solidão e algum bem-estar individual.

"Aqueles que não se entregam inteiramente ao individualismo da produção espiritual, nem se consagram de corpo e alma ao coletivismo da substitutibilidade igualitária que despreza o homem, não têm outro caminho senão a colaboração livre e solidária sob comum responsabilidade", porque embora o indivíduo tenha se atrasado "em relação ao estágio de desenvolvimento da técnica e ficou historicamente antiquado, é a ele que, enquanto condenado e por oposição ao vencedor, mais uma vez, incumbe a verdade" (Theodor Adorno, *Minima moralia*, § 83).

A pesquisa crítica, no estudos de comunicação e em outras áreas, ainda que anódina, sobreviverá, porque nela deságuam as expectativas dos que não se contentam com pouco ou não se ajustam comodamente aos imperativos sistêmicos atualmente em circulação. Neles também o coração e a consciência, o trabalho e a vida, não estão separados, mas tensionados de um modo que visa à superação de sua oposição. A experiência da irracionalidade ética da vida, colonizada pela mercadoria tecnológica, conjuga-se com as exigências mais autênticas colocadas àqueles que podem e necessitam, por diversas circunstâncias, pensar a existência humana em sociedade.

Atualmente, sublinhe-se o advérbio, há esperança, mas não para todos; por isso mesmo, aquele que puder deve saber resistir, adquirir maturidade, aprender a ter paciência com o homem e seguir procurando praticar bem o ofício que o realiza.

Posfácio à 2ª. Edição

Jean François Lyotard publicou em 1979 um relatório crítico sobre as transformações em curso no saber contemporâneo, chamando a atenção para seu caráter pós-moderno. Para ele, o conhecimento assiste a uma modificação de seus fundamentos, conforme ingressamos não apenas numa nova época da história, mas num novo sistema de pensamento. O triunfo da economia de mercado e o correlato avanço das tecnologias de informação acarretam a ruína do princípio moderno, segundo o qual o sentido do saber seria a formação do indivíduo e a emancipação da pessoa humana em relação aos poderes que, de algum modo, a reprimem e, assim, a mantém agrilhoada.

Nesse contexto, acredita o pensador, a atividade crítica entra em agonia, reduzindo-se em última instância a protesto pela honra, feito em nome da razão ou da humanidade. As formas de estruturação da consciência legítima se dissolvem quando se impõe o princípio técnico da legitimação pela performance. As competências que nos são exigidas não o são mais em função de ideais, mas em função de um maior poder sobre a vida, mal travestido de procura pela felicidade universal.

> O Estado e/ou empresa abandona o relato da legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder; não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poderio ([1979] 1986: 83).

Lyotard passou como pioneiro ao propor esse diagnóstico, que, entretanto, se origina da primeira Escola de Frankfurt. Depois da II Guerra Mundial, tornou-se claro para suas principais cabeças que se havia ingressado em uma nova época. A Revolução da sociedade não viria mais, porque aos poucos é a própria sociedade que, como tantas outras categorias, encontra-se em processo de desintegração (cf. sinal reflexivo disso em Outhwaite, 2006).

Dizendo tudo isso, pretendemos chamar à atenção para o fato de que ingressamos na era do mundo administrado e, assim, num cenário pós-crítico do ponto de vista político, social e econômicos. Embora a situação não exclua sua restauração e, portanto, a possibilidade de rever a postulação, passamos a viver num tempo em que a teoria crítica não mais serve de articulação para a criação de uma outra sociedade, pois o próprio conceito de sociedade se vai tornando expressão arcaica para designar a triunfante civilização mercantil e maquinística.

Os sujeito sociais da crítica se extinguiram com o processo histórico em que essa civilização se vai formando, e o que era a teoria dessa crítica não tem mais como se basear em nenhuma idéia de sociedade, de modo que é bem pouco o que se pode esperar doravante, em termos de desenvolvimento, da idéia de ciência social crítica. A crítica está perdendo os seus fundamentos práticos, numa época em que as figuras da política, da cultura e da moral, vendo bem, estão sendo tragadas pelo redemoinho tecnocrático e tecnológico a que nos arrasta uma civilização cada vez mais maquinística. O sistema de vida passou a se bastar com reajustamentos locais e performances suplementares, sujeito, como é, a uma vontade de poder que está se apoderando de toda a coletividade, como preconizou Nietzsche e dissecou Heidegger.

Que no mundo que podemos ver neste momento tenda sempre a ser pouco o espaço da pesquisa crítica é, portanto, algo que não deve surpreender – e nem por isso se pode afirmar que a atitude que lhe subjaz, presente ainda em tantos outros campos, se extinguirá enquanto o mundo for mundo. A pesquisa crítica é uma criação intelectual que se tornou possuidora de seus próprios motivos e que, enquanto houver as condições últimas das quais se origina, prosseguirá à revelia de uma aclamação coletiva que, conceitualmente, nunca fez parte do seu processo de posição no mundo histórico.

Assim sendo, o problema passa a ser, porém, com que alvo de crítica ela pode operar doravante, visto estarem em crise ou eventual processo de desaparição as categorias que a ligavam á idéia de ciência social. Acreditamos que a crítica que pretenda estar à altura do nome precisa estar também, no mínimo, à altura de sua época. Isto é, precisa estar consciente das circunstâncias de seu tempo, se é para continuar

sendo tal (crítica), e isso, atualmente, quer dizer: necessita aprofundar reflexivamente sua imanência ao sistema que apenas em aparência abole a perspectiva de sua própria transcendência.

As fantasias ora em incubação a respeito do pós-humano e sobre as quais já se começou a falar como mais força são sinal de que o espírito de utopia, por mais reificado que se apresente, ainda não nos disse suas últimas palavras. A referência pode parecer esdrúxula no contexto desta obra, mas levando em conta que o problema não é com a pesquisa, salvaguardada, e que pensar em termos de ciência social não nos obriga a falar sempre de conceitos como o de sociedade, apenas a sermos historicistas, é por via de referências como essa que se encaminha hoje a reflexão crítica.

Atualmente não são poucas as vozes da comunidade intelectual a reclamar um estatuto epistemológico de ciência para os estudos de comunicação. No Brasil, a expansão do campo foi seguida, nos últimos tempos, da preocupação em definir seus métodos e objetos de investigação. A proposição dessa tarefa pode ter seu encanto, mas em seu curso só há ilusão. Os projetos nesse sentido pretendem criar a disciplina de um campo cuja vocação é indisciplina, não por sua juventude ou falta de competência. O campo assim o é devido à forma como nasceu e ao momento da história do saber em que se dá o seu desenvolvimento.

No espaço do saber, a comunicação constitui um campo de vanguarda, não só porque se expande no rastro deixado pela marcha de suas técnicas e o avanço de sua exploração como negócio, mas também porque, em virtude das rearticulações que o conjunto assim formado provoca em nosso mundo histórico, vão sumindo as condições que até bem pouco tempo sustentavam as pretensões da epistemologia. Afirmamos com isso que o saber pós-moderno se legitima socialmente pela eficácia e que o recurso à justificativa epistemológica, por força dos fatos, via de regra tende a ser usado como disfarce ou forma camuflada daquele tipo de legitimação.

A comunicação não conquistará sua fundamentação epistemológica como campo de estudo neste momento em que todos os campos do saber tendem a perder sua legitimidade tradicional como ciência, por maior que seja o valor desse trabalho do ponto de vista intelectual, por mais que em si mesmo não seja vão o esforço feito e

ainda por fazer nessa direção. O pensamento reflexivo contemporâneo se estrutura em termos cada vez mais cibernéticos ou comunicacionais: é este fato na ordem do saber, sustentado pelo que ocorre nas demais ordens do mundo, que explica porque haverá cada vez menos preocupação com a idéia de ciência e, portanto, com seu discurso de justificativa: a epistemologia, fora e dentro do campo da comunicação (cf. Rüdiger: 2002: 66-98).

O conceito filosófico moderno de ciência entra em eclipse com a ascensão da figura pós-modernista (tecnocientífica) da pesquisa e desenvolvimento de métodos e produtos. A falência das ciências humanas situa-se neste contexto: não por acaso elas perdem sua razão de ser nesta era em que a tecnocracia se imiscui completamente no plano do pensamento. O fato não afeta, porém, o problema do homem, visto que é essa figura que, com o avanço da técnica, se torna o principal eixo de abalo do nosso firmamento intelectual.

O texto desta edição, apresentada em formato eletrônico, conserva integralmente, salvo correções tipográficas e ajustes pontuais, o relato da primeira. O repertório bibliográfico é, também, o mesmo, exceto por uma ou duas referências que, quando da primeira publicação, foram esquecidas. A atualização das seções historiográficas perdeu o sentido, nos parece, agora que o campo explodiu e segue, como nebulosa errática, se fragmentando em todas as direções em que se possa encontrar motivo para escrever e publicar mais um artigo acadêmico.

REFERÊNCIAS

As listagens abaixo se referem aos relatos de pesquisa mencionados no texto. As fontes relativas aos conteúdos discutidos no volume encontram-se no final dos respectivos capítulos.

1. Pesquisa em comunicação no Brasil

ABREU, João. *As manobras da informação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
AGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Summus, 1995.
ALBUQUERQUE, Afonso. *"Aqui você vê a verdade na tevê"*. Niterói: MCI, 1999.
ALMEIDA FILHO, Hamilton. *O ópio do povo*. São Paulo: Símbolo, 1976.
ALVES, Denise. *Desencontro marcado*. Petrópolis: Vozes, 1988.
ALVES, Jussara. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 1988.
AQUINO, Maria. *Censura, Imprensa e jornalismo autoritário*. Bauru: USC, 1998.
ANTONINI, Eliana. *Incidentes narrativos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
ARAUJO, V. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
ARRUDA, M. A. *A embalagem do sistema*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
AVILA, Carlos. *A teleinvasão*. São Paulo: Cortes, 1982.
BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na comunicação*. São Paulo: Moderna, 1995.
BASSANEZI, L. *Virando a página*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
BASTOS, Laura. *A criança diante da TV*. Petrópolis: Vozes, 1988.
BELTRÃO, Luis. *Introdução à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
BELTRÃO, L. *Subsídios para a teoria da comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
BERGER, Christa. *Campos em confronto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
BERNADET, Jean. *Cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
BOMENY, Maria H. *Paraíso Tropical*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
BOLAÑO, Cesar. *Mercado brasileiro de televisão*. Aracaju: UFS, 1988.
BOLAÑO, C. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
BORELLI, Silvia. *Ação, suspense, emoção*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
BOSI, Ecléia. *Cultura de massa & cultura popular*. Petrópolis: Vozes, 1972.
BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: UnB, 1991.
BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel*. São Paulo: Loyola, 1981.
CALDAS, Waldenyr. *Acorde na aurora* [1975]. São Paulo: Nacional, 1977.
CAMPOS, Maria Helena. *O canto da sereia*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.
CAPARELI, Sergio. *Ditaduras e indústrias culturais*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Campinas: Papirus, 1998.
CAPELATO, M. & PRADO, M. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
CARNEIRO, M. L. *Livros proibidos, idéias malditas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.
COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação* [1971]. São Paulo: Pioneira, 1973.
COHN, Gabriel. *(org.). Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1972.
COLETIVO NTC. *Pensar - pulsar*. São Paulo: Brazil, 1995.
COLETIVO NTC . *Vivências eletrônicas*. São Paulo: NTC, 1996.
COSTA, A. SIMÕES I. & KEHL M. *Um País no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
COSTA, Cristiane. *Eu compro essa mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
COSTA, Flávia. *O primeiro cinema*. São Paulo: Scritta, 1995.
COSTA, Maria T. *O Programa Gil Gomes* [1989]. Campinas: Unicamp, 1992.
COSTA LIMA & AL. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. .
COSTA LIMA, Luis (Org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
COUTINHO, C.N. "A Escola de Frankfurt e a cultura brasileira". In *Presença* 7 (100-112) 1986.
CRUZ, D. *Televisão e negócios: a RBS em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 1996.
DA VIÁ, Sarah. *Televisão e consciência de classe*. Petrópolis: Vozes, 1977.
DIAS, Ana R. *O discurso da violência*. São Paulo: Cortez, 1996.
DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
DUARTE, Luís. *É pagar para ver* . São Paulo: Editora Summus, 1997.
ESCOSTEGUY, A. C. "Renato Ortiz: trajetória teórica". In *Famecos* 8 (107-116) 1998.
FACHEL, Ondina. *Leitura da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.
FADUL, A. M. (org.) *Novas tecnologias de comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
FADUL, A. & LINS DA SILVA, C. *Comunicação e contra-informação*. São Paulo: Cortez, 1982.
FARO, José. *Realidade: A reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: AGE-Ulbra, 1999.
FAUSTO NETO, A. *Cordel: ideologia da punição*. Petrópolis: Vozes, 1989.
FAUSTO NETO, A. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa*. Rio de Janeiro: Hackers, 1999.
FEDERICO, M. *História do rádio e da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
FERREIRA, Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
FISCHER, Rosa. *O mito na sala de jantar*. Porto Alegre: Movimento,1984.
GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: A Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
GARCIA, Nelson. *Sadismo, Sedução e silêncio*. São Paulo: Loyola, 1990.
GARCIA, Nelson. *Estado Novo: Ideologia e propaganda pol*ítica. São Paulo: Loyola, 1982.
GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
GIANNOTTI, V. & SANTIAGO, C. *Comunicação sindical*. Petrópolis: Vozes, 1996.
GOBBI, M. (orga.). *José Marques de Melo*. São Paulo: Imprensa, 2001.
GOLDFEDER, M. *Por trás das ondas da rádio nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GOLDENSTEIN, G. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Pedro (coord.) *Televisão e audiência*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
GUARESCHI, Pedrinho. *Comunicação e controle social*. Petrópolis: Vozes, 1991.
GUARESCHI, Pedrino. *Comunicação e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.
HALLIDAY, Tereza. *A retórica das multinacionais*. São Paulo: Summus, 1987.
HARBERT, A. *Fotonovela e indústria cultural* [1972]. Petrópolis: Vozes, 1973.
HAUSSEN, Dóris. *Rádio e política: Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
HERSCOVITZ, A. *Economia política da cultura e da comunicação*. Vitória: UES, 1995.
HERZ, Daniel. *A História secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
HOINEFF, Nelson. *Tv em expansão*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
IMMACOLATA LOPES, M. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 1990.
IMMACOLATA LOPES, Maria. *O Rádio dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1988.
JACKS, Nilda. *A recepção na querência*. Porto Alegre: Ufrgs, 1999.
JAMBEIRO, Othon. *Canção de massa*. São Paulo: Pioneira, 1975.
KHOTE, Flávio. *A literatura trivial*. Brasília: UnB, 1994.
KNOPLOCH, Zilda. *A ideologia do publicitário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
KUNCH, M. *Relações Públicas e modernidade*. São Paulo: Summus, 1997.
LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 1999.
LAURENZA, Ana Maria. *Lacerda x Waine*. São Paulo: Senac, 1999.
LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das câmeras*. São Paulo: Summus, 1989.
LENHARO, Alcir. *Cantoras do rádio*. Campinas: Unicamp, 1995.
LIMA, Gerson. *Releseamania*. São Paulo: Summus, 1985.
LINS DA SILVA, Carlos E. *O Adiantado da hora*. São Paulo: Summus, 1990.
LINS DA SILVA, C. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.
LOBO, Narciso. *Televisão e Ficção*. Manaus: Letra Livre, 2000.
LUNARDELLI, F. *Os Trapalhões e o cinema brasileiro*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1996.
LUSTOSA, Adélia. *O texto da notícia*. Brasília: Editora da Unb, 1999.
MACHADO, Arlindo. *Máquina e Imaginário*. São Paulo: Edusp, 1993.
MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
MACHADO, Juremir. *Anjos da perdição*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
MARCONDES, Ciro. *O discurso sufocado.* São Paulo: Paulinas, 1982.
MARCONDES, Ciro. *O capital da notícia* [1983]. São Paulo: Ática, 1988.
MARCONDES, Ciro. *Televisão : A vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.
MARCONDES, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta, 1993.
MARCONDES, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 1999.
MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1978.
MELO, J. M. *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
MELO, J. M. *Estudos de jornalismo comparado*. Petrópolis: Vozes, 1972.
MELO, J. M. de *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
MELO, J. M. *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.
MELO, J. M. *Pesquisa em comunicação no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1983.
MELO, J. M. *Comunicação Comparada.* São Paulo: Summus, 1990.

MELO, J. M. *Comunicação e modernidade*. São Paulo: Loyola, 1991.
MELO, J. M. *Teoria da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
MENDONÇA, Ana. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas*. Campinas: Unicamp, 1996.
MICELI, Sergio. *A noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
MILANESI, Luiz A. *O paraíso via embratel*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
MIRA, Maria Celeste. *O circo eletrônico*. São Paulo: Loyola, 1995.
MIRANDA, R. & PEREIRA, C. *Televisão*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
MATTOS, Sergio. *Um perfil da tv brasileira*. Salvador: Abap, 1990.
MEDITCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Ufsc, 1992.
MEDITCH, Eduardo. *Rádio e Pânico*. Florianópolis: Insular, 1998.
MEDITCH, Eduardo. *O Rádio na era da informação*. Florianópolis: Insular, 2001.
MENDONÇA, A. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
MORAES, Dênis. *O Planeta Mídia*. Campo Grande: Letra Livre, 1999.
MOREIRA, Roberto. *Teoria da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
MOREIRA, Sônia. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.
MORELLI, Rita. *A indústria fonográfica* [1988]. Campinas: Unicamp, 1991.
MOTTA, C. G. *História da Folha de São Paulo*. São Paulo: Folhas, 1980.
MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
NOVAIS, F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
OLIVEIRA, Omar. *Genocídio cultural*. São Paulo: Paulinas, 1991.
ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
ORTIZ, R. "A Escola de Frankfurt e a questão da cultura". *RBCS* 1 (43-65) 1986.
ORTIZ, Renato. *Telenovela: História e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
ORTRIWANO, Gisela. *A Informação no rádio*. São Paulo: Summus, 1985.
PARENTE, André. *Imagem-máquina*. Rio de Janeiro: 34, 1995.
PEDROSO, Rosa. *Imprensa e sensacionalismo.* São Paulo: Annablume, 2001.
PEREGRINO, N. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.
PEREIRA, C. & MIRANDA, R. *Televisão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
PEROSA, Lilian. *A hora do clique*. São Paulo: Anablume, 1995.
PERUZZO, Cicilia. *Comunicação nos movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
PERUZZO, Cecilia. *Relações públicas e modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1982.
PIGNATARI, Décio. *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
PINTO, Celi. *Com a palavra o senhor presidente da República*. São Paulo: Hucitec, 1988.
PINTO, Milton. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker, 2000.
PINHO, J.B. *O poder das marcas*. São Paulo: Summus, 1996.
PINHO, J. B. (org.) *Trajetórias e questões da publicidade brasileira*. São Paulo: Intercom, 1998.
PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.): *Sexo, afeto e Internet*. Brasília: UNB, 1999.
PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

PRIOLLI, G. & BORELLI, S. (coords.) *A Deusa ferida*. São Paulo: Summus, 2000.
PUCCI, Bruno (Org.): *Teoria crítica e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
PUTERMAN, Marcos. *Indústria cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
QUEIROZ, Adolpho. *A televisão de papel*. Piracicaba: Unimpep, 1997.
QUINTÃO, A. *O jornalismo econômico no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
RABELO, G. *Os tempos heróicos da propaganda*. Rio de Janeiro: Jornalista, 1956.
RAMOS, J. M. *Televisão, publicidade e cultura de massas*. Petrópolis: Vozes, 1995
RAMOS, J. M. *Cinema, Estado e lutas culturais* . São Paulo: Paz & Terra, 1983.
RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação*. São Paulo: Atual, 1985 .
RAMOS, Roberto. *Os Grã-finos da Rede Globo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
RIBEIRO, Jorge. *Sempre alerta*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
REIMÃO, Sandra (org.). *Em instantes*. São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.
RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
ROCCO, Maria T. *A linguagem autoritária*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
ROCHA, Everardo. *Magia e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
ROSSINI, Míriam. *Teixeirinha e o cinema gaúcho*. Porto Alegre: Fumproarte, 1996.
RUBIM, Antônio A. *Capitalismo e comunicação* [1980]. Salvador: UFBA, 1988.
RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Ufrgs, 1996.
RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edicon, 1998.
SAMPAIO, Inês. *Televisão, publicidade e infância*. São Paulo: Annablume, 2000.
SANTORO, L.F. *A imagem na mão*. São Paulo: Summus, 1989.
SCAVONE, R. & BELLONI, M. *A dimensão política da comunicação*. Rio: FGV, 1975.
SCHULZ, R. *Quem não se comunica se trumbica*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1996.
SENRA, Stella. *O último jornalista*. Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 1996.
SERRA, Antonio. *O jornal nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
SILVA, M. *Prazer e poder do Amigo da Onça*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
SILVA, Ruth. *A informatização da imprensa brasileira*. São Paulo: Loyola, 1992.
SIMMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.
SIMÕES, Roberto. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus, 1996.
SOARES, Edileuza. *A Bola no ar*. São Paulo: Summus, 1994.
SOARES, Jorge. *Marcuse - uma trajetória*. Londrina: UEL, 1999.
SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Vozes, 1971.
SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1977.
SODRÉ, Muniz. *Teoria da literatura de massa*. Rio de Janeiro: TB, 1982.
SODRÉ, Muniz. *A Máquina de narciso*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.
SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Pasquim, 1984.
SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros*. Petrópolis: Vozes, 1996.
SODRÉ, W. *História da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização, 1966.
SQUIRRA, S. *O âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
TATSCHNER, Gisela. *Folhas ao vento* [1987]. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
TILLBURG, João. *A televisão e o mundo do trabalho*. São Paulo: Paulinas, 1990.
TINHORÃO, J. *Música popular: do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981.

TOTA, Antonio. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.
TRIVINHO, E. *Contra a câmera escondida*. São Paulo: Autor, 1997.
TRIVINHO, E. *Redes: obliterações de fim de século*. São Paulo: Annablume, 1998.
TRIVINHO, Eugênio. *O Mal-estar da teoria*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
VELOSO, Monica. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
VIANNY, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nacional, 1957.
VOESSE, Ingo. *O Movimento Sem Terra no discurso da imprensa*. Ijuí: Unijuí 1996.
WAINBERG, Jacques. *Império das palavras*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
WEBER, M. H. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
WILTON, Mauro. *A Rosa Púrpura de cada dia*. São Paulo: ECA, 1986 [TESE].
WILTON, M (org.): *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense 1995.
WINCKLER, C. *Pornografia e sexualidade no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
ZUIN, A. *Indústria cultural e educação*. Campinas: Editores Associados, 1999.

2. Pesquisa em comunicação internacional

ACCARDO, Alain. *Journalistes au quotidien*. Bordéus: Le Mascaret, 1995.
ALTHEIDE, Donald. *Media power*. Beverly Hills (CA): Sage, 1985.
ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
ANG, Ian. *Watching Dallas*. Londres: Methuen, 1985.
APOSTOLIDIS, Paul. *Stations of the Cross*. Durham (NC): Duke Univ. Press, 2000.
ARONOWITZ, S. (ed.) *Ciberespacio y estudios culturales*. Barcelona: Paidós, 1998.
BÄCHLIN, P. *Kino als ware* [1943] (Trad. fr.: Paris: Nouvelles, 1947).
BARBERO, M. *De los medios a las mediaciones*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1987.
BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1977.
BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1978.
BEAUD, Paul. *La societé de connivence*. Paris: Aubier, 1984.
BELAU, F. *La ciencia periodistica de Otto Groth*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1966.
BELL, D. & KENNEDY, B. *The cibercultures reader*. Londres: Routledge, 2000.
BELTRÁN, L. & FOX, E. *Comunicação dominada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
BENINGER, J. *The Control Revolution*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1986.
BISKIND, Peter. *Seeing is believing*. Nova York: Pantheon, 1983.
BOORSTIN, Daniel. *Tha Image*, Nova York: Atheneum, 1961.
BOULDER & GRUSIN. *Remediation*. Cambirdge (MA): MIT Press, 1999.
BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen*. Paris: Minuit, 1965.
BOIURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
BOYD-BARRET, O. *The International news agencies*. Londres: Constable, 1980.
BRUNDSON, C. & MORLEY, D. *Everyday television*. Londres: BFI, 1980.
BUSTAMANTE, E. *Los Amos de la información en España*. Madri: Akal, 1982.

BUSTMANTE, E. & ZALLO, R. (orgs.): *Las industria culturales en España*. Madri: Akal, 1988.
CAMPBELLl, C. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford [UK], Blackwell, 1987.
CANCLINI, N. *Culturas hibridas*. Mexico (DF): Grijalbo, 1990.
CANCLINI, N. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
CANTRILL, H *The Invasion from Mars*. Princeton (NJ): Princeton Univ. Press, 1940.
CASTEL, Robert. *La societé psychiatrique avancée*. Paris, Grasset, 1979.
CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
CERTEAU, Michel de. *L'Invention du quotidien*. Paris: 10/18, 1980.
CESAREO, Giovanni. *La television sprecata*. Milão: Feltrinelli, 1974.
COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. Londres: MacGibbon, 1972.
CORNER, I. & AL. *International Media research*. Londres: Routledge, 1997.
CURRAN, James. *Power without responsability*. Londres: Methuen, 1981.
DEBORD, Guy. *La sociedad del espectaculo*. Buenos Aires: La Marca, 1995.
DRÖGE, Franz. *Wissen ohne Bewusstsein*. Frankfurt: Surhkamp, 1972.
DOUGLAS, Susan. *Inventing american broadcasting*. Chappel Hill: NCUP, 1992.
DOVIFAT, Emil. *Periodismo*. México [DF]: Uteha, 1959.
DOVIFAT, Emil. *Handbuch der Publizistik* (1956-1969). Berlim: Gruyter, 1969.
DOWLING, John. *Internationalizing media theory*. Londres: Sage, 1996.
ECO, Umberto. *Apocalíticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
EHRENBERG, Alain. *Le cult de la performance*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
ELIAS, Norbert. *Mozart*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
ELLIOT, Peter. *The making of a television series*. Londres: Constable, 1972.
ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
EUDES, Yves. *La colonización de las consciencias*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1984.
ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Enzelheit* (Trad. fr.: Paris: UGE, 1968)
EWEN, Stuart. *Captains of consciousness*. Nova York: McGraw-Hill, 1976.
EWEN, Stuart. *PR: a social history of spin*. Nova York: Basic Books, 1995.
FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.
FISKE, John. *Television culture*. Londres: Routledge, 1987.
FLICHY, P. *Las industrias de lo imaginario*. Barcelona: G. Gilli, 1982.
FLICHY, P. *Une histoire de la communication moderne*. Paris: La Découverte, 1991.
GARNHAM, Nicholas. *Capitalism and global communication*. Londres: Sage, 1990.
GARTMAN, Gareth. *Auto opium*. Nova York: Routledge, 1994.
GIBSON, S. & AL. *Communication and cyberspace*. Cresskill (NJ) Hampton,1996.
GITLIN, Todd. *Inside prime time*. Nova York: Pantheon, 1982.
GITLIN, Todd. *The Whole world is watching*. Berkeley (CA): UCLA Press, 1980.
GOLDING, P. & ELLIOT, P. *Making the news*. Londres: Longman, 1979.
GOLDING, P. & MIDDLETON, S. *Images of welfare*. Oxford: Robertson, 1982.
GRISPRUD, Jostein. *The Dinasty Years*. Londres: Routledge, 1995.
GUBACK, Thomas. *La industria internacuional del cine*. Madri: Fundamentos, 1976.
GUREVITCH, M. & AL. *Culture, society and the media*. Londres: Methuen 1982.

HALL, Stuart & AL. *Culture, Media, Language*. Londres: 1980.
HALL, Stuart. *Policing the crisis*. Londres: Macmillan, 1978.
HALLLORAN, James & MURDOCK, Graham. *Communications and demonstrations*. Londres: Penguin, 1970.
HAMELINCK, Cees (org.). *The corporate village*. Roma: Idoc, 1977.
HAMELINCK, Cees. *Finance and information*. Norwood (NJ): Ablex, 1983.
HAUG, Wolfgang. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Unesp, 1996.
HEBDIGE, Dick. *Subcultures: the meaning of style*. Londres: Routledge, 1978.
HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*. São Paulo: Ensaio, 1993.
HERMAN, E. & CHOMSKY, N. *Manufacturing consent*. Nova York: Pantheon, 1987.
HERMAN, E. & McCHESNEY, R. *The global media*. Creskill (NJ): Cassell, 1999.
HILLIS, Ken. *Digital sensations*. Minnesota University Press, 1999.
HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Londres: Chatto & Windus,1957.
HOLZER, Hans. *Sociología de la comunicación*. Madri: Akal, 1978.
HUET, P. & AL. *Capitalisme et industries cultirelles*. Grenoble: PUG, 1978.
HUNT, Ian *The governance of consuming passions*. Nova York: St. Martin’s Press, 1996.
JAMESON, Fredric. *La estetica geopolitica*. Barcelona: Paidós, 1995.
JEUDY, Henri. *La publicité et son enjeux social*. Paris: PUF, 1977.
JHALLY, Sut. *Os códigos da publicidade*. Lisboa: ASA, 1994.
JORDAN, Tim. *Cyberpower*. Londres: Routledge, 1999.
KATZ, E. & LAZARSFELD, P. *Personal influence*. Glencoe: Free Press, 1955.
KATZ, E. & LIEBES, T. *The export of meaning*. Nova York: Oxford Univ. Press, 1990.
KEANE, John. *The media and democracy*. Cambridge (UK): Polity, 1990.
KELLNER, Douglas. *Television and the crisis of democracy*. Boulder (CO): Westview Press, 1990.
KELLNER, Douglas & RYAN, Michael. *Camera politica*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 1988.
KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
LARRY, D. & ANDREW, P. *Culture and economy after the cultural turn*. Londres: Sage , 1999.
LAZARSFELD, P. & AL. *Voting*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1945.
LAZARSFELD, Paul. *The people's choice*. Nova York: Columbia Univ. Press, 1944.
LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: 34, 1995.
LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortes, 1992.
MCCOMBS, M. & SHAW, D. The evolution of agenda-setting theory. In *Journal of Communication* 2 (58-66) 1993.
MACDONALD, D. *Against the American grain*. Nova York: Random House, 1962.
MACROBBIE, Angela. *Feminism and youth culture*. Basingstoke: Macmillan, 1991.
MALDONADO, Tomas. *Critica de la razón informática*. Barcelona: Paidós, 1998.
MALETZKE, Gerhard. *Psicologia de la comunicación*. Quito: Ciespal, [1963] 1976.
MALETZKE, Gerhard. *Publizistikwissenschaft zwischen Geistes und Sozialwissenchaft* . Berlim: Gruyter, 1967.

MARCHAND, Roland. *Advertising and the american dream.* Berkeley (CA): California Univ. Press, 1985.
MARCUSE, H. *A Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
MARSHALL, David. *Celebrity and power*. Chapell Hill (NC): North Carolina University Press, 1997.
MATTA, Fernando (org.). *A Informação na nova ordem internacional*. São Paulo: Paz & Terra, 1980.
MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
MATTELART, Armand. *Los Medios de comunicación en tiempos de crisis*. Mexico: Siglo XXI, 1981.
MATTELART, Armand. *La Internacional publicitaria*. Madri: Fundesco, 1991.
MATTELART, Armand. *L'Invention de la communication*. Paris: La Découverte, 1994.
MATTELART Armand. & PIEMME., Jean-Marie *Television: enjeux sans frontieres*. Paris: Alain Moreau, 1980.
MATTELART, Armand & DELCOURT, Xavier. *A cultura contra a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
MCCHESNEY, R. *Telecommunications, mass media and democracy*. Nova York: Oxford University Press, 1993.
MERTON, Robert. *Mass Persuasion*. Nova York: Harper, 1946.
MIÈGE, Bernard. *La societé conquise par la communication*. Grenoble: PUG, 1990.
MODLESKI, Tania. *Loving with a vengeance*. Londres: Methuen, 1984.
MORAGAS, Miquel. *Sociología de la comunicacion*. 4 vols. Barcelona: GG, 1993.
MORLEY, David. *The Nationwide audience*. Londres: BFI, 1980.
MOSCO, Vincent. *Fantasias electronicas.* Madri: Fundesco, 1988.
MOSCO, Vincent. *The pay-per view society*. Norwood (NJ): Ablex, 1989.
NEGT, O. & KLUGE, A. *Public sphere and experience*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.
NOBLE, David. *The religion of technology*. Nova York: Penguin, 1997.
NOELLE-NEUMAN, E. *La espiral del silencio*. Barcelona: Paidós, 1990.
NORDENSTRENG, K. & VARIS, T. *Television traffic.* Paris: Unesco, 1974.
PACKARD, V. *The Hidden persuaders* [1957] (Trad. bras.: São Paulo: Ibrasa, 1966).
PACKARD, V. *The status seekers* [1959] (Trad. bras.: São Paulo: Ibrasa, 1968).
PASQUALI, A. *Comunicación y cultura de masas*. Caracas: Monte Ávila, 1976.
PERRIAULT, François. *La logica de los usos*. Barcelona: Gedisa, 1995.
PINTO, Louis. *A Teoria social de Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
PORTALES, Diego. *Poder económico y libertad de expresión*. México [DF]: Nueva Imagen 1981.
PRAKKE & AL. *Introducción a la publicistica funcional* (1968). Madri: Akal, 1977.
PRESS, Andrea. *Women watching television*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.
PROKOP, Dieter. *Soziologie des films*. Frankfurt: Surhkamp, 1970.
PROKOP, Dieter. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.
PROKOP, Dieter. *Medien-wirkungen*. Frankfurt: Surhkamp, 1995.

PROSS, Harri. *Publizistik*. Neuwied: Luchterhand: 1970.
PROSS, Harri. *Medienforschung*. Darmstadt: Buchgeselschaft, 1972.
PROSS, Harri. *Estructura simbolica del poder*. Barcelona: GG, [1974] 1981.
RICHERI, Giuseppe. *El universo telemático*. Barcelona: Mitre, 1984.
RADWAY, J. *Reading the romance*. Chappel Hill: North Carolina Univ. Press, 1984.
ROSE, Nikolas. *Governing the soul*. Londres, Routledge, [1989] 1990.
ROSE, Nikolas. *Inventing ourselves*. Cambridge (UK): Cambridge Univ. Press, 1996.
ROSE, Nikolas. *Powers of freedom*. Cambridge (UK): Cambridge Univ. Press, 1999.
SCHILLER, Herbert. *The mind managers*. Boston (MA): Beacon Press, 1973.
SCHILLER, Herbert. *Culture Inc*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1989.
SCHILLER, Herbert. *O Império norte-americano das comunicações*. Petrópolis: Vozes, 1976.
SCHLESINGER, Paul. *Putting 'reality' together*. Londres: Constable, 1978.
SCHLESINGER, Paul. *Media, State, Nation*. Londres: Sage, 1991.
SCHUDSON, Michael. *Discovering the news*. Nova York: Basic Books, 1978.
SIGNORIELLI, N. & MORGAN, M. *Cultivation analysis*. Newbury Park (CA): Sage, 1990.
SILBERMANN, Alphons. *Communication de masse*. Paris: Hachette, 1981.
SKALR, Robert. *História social do cinema*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
SMITH, Anthony. *The Age of Behemoths*. Nova York: Priority, 1991.
SMYTHE, Dallas. *Dependency Road.* Noorwood (NJ): Ablex, 1981.
SMYTHE, Dallas. *The structure of electronic communications*. Urbana (IL): Illinois University Press, 1957.
TAUFIC, Camilo. *Periodismo y lucha de clases*. Madri: Akal, 1974.
THOMPSON, John. *Media scandals*. Oxford: Polity, 2000.
TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
TUNSTALL, Jeremy. *The media are american*. Londres: Constable, 1977.
TUNSTALL, Jeremy.*Television producers*. Londres: Constable, 1983.
TUSSU, Daya. *International communication*. Londres: Arnold, 2000.
TWITCHELL, J. *Adcult in the USA*. Nova York: Columbia University Press, 1996.
VERON, Eliseo. *Construire l'évenèment*. Paris: Seuil, 1979.
WASCO, Janet. *Hollywood in the information age*. Cambridge (UK): Polity, 1994.
WELLS, Alan. *Picture tube imperialism?* Nova York: Basic Books, 1972.
WHERTHAM, Frederik. *The seduction of the innocents*. New York: Rinehart, 1954.
WERTHEIM, Jorge. *Comunicação: realidade e mito*. São Paulo: Nacional, 1979.
WILLIAMS, R. *Culture & Society,* 1961 (Trad. bras.: São Paulo: Nacional, 1968).
WILLIAMS, R. *The Long Revolution*. Harmondsworth: Penguin, 1965.
WILLIAMS, R. *Television: technology and cultural form*. Londres: Fontana, 1974.
WILLIAMSON, Judith. *Decoding advertisements.* Londres: Marion Boyars, 1978.
WOLFENSTEIN, M. & LEITES, N. *Movies*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1950.
WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. São Paulo: Ática, 1997.
WOLTON, Dominique. *L'internet et après*. Paris: Flammarion, 2000.
ZALLO, Ramón. *Economia de la comunicación y cultura*. Madri: Akal. 1988.

Acrescentam-se, enfim, algumas sugestões de leitura sobre técnicas de pesquisa e formas de redação: Booth, Wayne: *A Arte da pesquisa* (São Paulo: Martins Fontes, 2000); Cosseta, Frederico: *Elementos para a leitura do textos filosóficos* (São Paulo: Martins Fontes, 1994); Chizzotti, Antonio: *Pesquisa em ciências sociais* (São Paulo: Cortez, 1991); Luna, Sergio: *Planejamento de pesquisa* (São Paulo: Educ, 2000); Salomon, Delcio: *Como fazer uma monografia* (São Paulo: Martins Fontes, 1999).

Este livro, mais do que postular as regras do método, apresenta crítica e analiticamente, mediante estudos de caso, alguns exemplos, senão os paradigmas, da prática de pesquisa afinada com o que é definido pelo autor como ciência social crítica em comunicação.